



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

EMY FALCÃO MAIA NETO

**CARTOGRAFIAS DA ÁGUA: TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E USOS DA
ÁGUA DOCE EM FORTALEZA (1856 – 1926)**

**FORTALEZA
2015**

EMY FALCÃO MAIA NETO

CARTOGRAFIAS DA ÁGUA: TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E USOS DA
ÁGUA DOCE EM FORTALEZA (1856 – 1926)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- M185c Maia Neto, Emy Falcão.
Cartografias da água : territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 – 1926) /
Emy Falcão Maia Neto. – 2015.
265 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de
História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: História social.
Orientação: Profa. Dra. Kenia Sousa Rios.
1. Água – Uso – Política governamental – Fortaleza(CE) – 1856–1926. 2. Abastecimento de água –
Política governamental – Fortaleza(CE) – 1856–1926. 3. Vida urbana – Fortaleza(CE) – 1856–1926.
4. Espaços públicos – Aspectos sociais – Fortaleza(CE) – 1856–1926. 5. Fortaleza – Usos e costumes
– 1856-1926. I. Título.

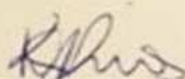
EMY FALCÃO MAIA NETO

**CARTOGRAFIAS DA ÁGUA: TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E USOS DA
ÁGUA DOCE EM FORTALEZA (1856 – 1926)**

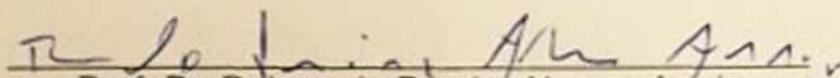
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 28 / 08 / 2015.

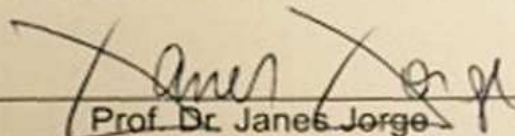
BANCA EXAMINADORA



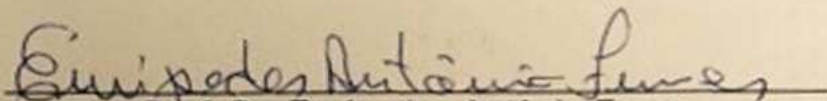
Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



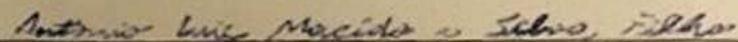
Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)



Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

DEDICATÓRIA

A Júlio, Ana Cristina e Sofia, por não me deixarem desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ana Cristina e à Sofia. À Cris pelo companheirismo, incentivo, paciência e carinho, por sua leitura atenta e criteriosa dos originais, pelos afagos, pelo afeto e por compartilhar comigo os sonhos que continuamos construindo juntos. À Sofia pelos sorrisos inspiradores nos momentos finais da escrita – quando era o que eu mais precisava.

Sou igualmente grato aos meus pais Júlio e Núbia pelo carinho e apoio. Ao meu pai, agradeço ainda por viabilizar financeiramente – não sem dificuldades – grande parte da minha trajetória de estudos na época das “vacas magras”.

Agradeço à minha lindíssima Vó Júlia a quem devo, além de muito carinho e muitas orações, a crença na força do meu esforço.

À minha família maravilhosa – minhas tias Eunice, Emilia, Lidia e Bel; minha madraستا (ou boadrasta em um neologismo feliz construído pelo meu irmão) Eva; meus sogros Teresa e Cícero; minha cunhada Kariny; meus irmãos Thiago, Eltomy e Juliana e minha prima (irmã por parte de vó) Lívia – pelo suporte afetivo e pela complacência com as minhas ausências nos últimos anos. Ao Thiago agradeço ainda, especificamente, pelos incontáveis auxílios na elaboração dos “abstracts”.

Agradeço aos meus “irmãos camaradas” Antonio Nelorracion (Ney) Ferreira, Carlos Renato Freire, Eduardo Parente e Raimundo Hélio Lopes pelo companheirismo, pelo interesse nas “coisas que eu andava pesquisado ou lendo” e pela crença na história. Pelas ótimas conversas, pelas geladas consumidas conjuntamente, além das indicações teóricas e de fontes. Ao compadre Raimundo, sou grato ainda pela minha família carioca – João Francisco, Sol e Aline Portilho – e ao Ney Ferreira por ter me transformado em um amigo melhor a partir do seu exemplo.

Aos amigos Aline Medeiros, Mariana Macêdo, Paula Virginia e Tibério Sales agradeço pelas conversas, leituras de projetos, trocas de referências bibliográficas e pela generosidade em compartilhar seus acervos de documentos e livros valiosíssimos. Ao Tibério agradeço ainda pelos momentos divertidos em quanto “molhávamos a palavra” e à Paula pela ajuda inicial que viabilizou minha continuidade no “metier” de historiador.

À minha turma de doutorado – Aline, Ana Amélia, Ana Isabel, Ana Sara,

Enilce, Maico, Pedro, Raquel e Rodrigo – com quem compartilhei, além do café fraco da cantina, ótimos momentos, debates teórico-metodológicos valiosos e recebi indicações bibliográficas precisas, meu muito obrigado!

Agradeço ao grupo de pesquisa “História, memória, natureza e cultura”, onde me senti acolhido e aprendi muito sobre história ambiental, mas também sobre trabalhar em um ambiente colaborativo e cordial, em especial, aos camaradas Romário, Daniel e Gabriel.

À professora Kênia Sousa Rios (orientadora deste trabalho) sou grato pela convivência tranquila e instigante (nas orientações e no grupo “História, memória, natureza e cultura”), pelas considerações (nunca impositivas, mas sempre consistentes) sobre meus escritos e pelas indicações precisas e valiosas de bibliografias e fontes.

Ao professor Eurípedes Antônio Funes agradeço por sua presença constante, pelas indicações de documentos e bibliografias, pela leitura criteriosa do projeto de pesquisa durante a disciplina “Seminário de Tese”, dos meus artigos nas discussões do no grupo “História, memória, natureza e cultura” e, posteriormente, do relatório de qualificação. Durante a escrita, não esqueci um só momento dos seus apontamentos.

Agradeço ao professor João Ernani Furtado Filho por uma inesquecível camaradagem. Além de me disponibilizar seus livros, sou grato pelas ótimas orientações que me provocavam, mas nunca me deixavam desorientado durante o mestrado.

À professora Meize Regina de Lucena Lucas sou grato pela convivência instigante e pelo o que aprendi com ela quando fiz parte do grupo “Tempo, Imagem e Narrativa” – por ela liderado – e cursei suas disciplinas.

Ao professor Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho que, além de recorrente nas notas de rodapé, está igualmente presente em momentos importante na minha trajetória acadêmica, participando da banca de defesa da minha dissertação, de qualificação e como professor da disciplina “cultura e cidade”, sou grato por suas sugestões precisas e por sua generosidade em compartilhar bibliografia e fontes.

Sou grato a José Nilo Bezerra Diniz, Antonio José Alves de Oliveira e André de Moraes Neto, com quem sociabilizei leituras e projetos de pesquisas nos últimos anos em uma relação de muita cordialidade e respeito intelectual. Ao Nilo, com quem compartilho os interesses de pesquisa, agradeço especialmente pelas

indicações bibliográficas e de fontes.

À professora Ana Carla Sabino Fernandes agradeço pelas cópias de diversos documentos gentilmente partilhados.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – especialmente, Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Clóvis Ramiro Jucá Neto, Franck Pierre Gilbert Ribard e Frederico de Castro Neves – agradeço pelas valiosas indicações de leituras, conversas, conselhos e ensinamentos recebidos durante esses últimos anos.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP pela bolsa de pesquisa que viabilizou, não sem sustos, essa pesquisa durante esses últimos quatro anos.

RESUMO

Investigamos como os moradores de Fortaleza se relacionavam com os “caminhos da água” na cidade. Atentando para as diferentes construções dos espaços e usos da água doce, elaboramos uma reflexão em que a existência de riachos, açudes, lagoas, olhos d’água, poços e cacimbas estava ligada aos gestos e sentimentos de indivíduos que praticaram – e assim instituíram – esses espaços. Livros de reminiscências, romances, crônicas, periódicos, plantas cartográficas, relatórios oficiais, cartas e censos demográficos foram utilizados para compreender os sentidos atribuídos à água e às aguadas. Tomou-se como balizas temporais o período compreendido entre a contratação do engenheiro Adolpho Herbster (1856) – marco para as obras públicas na cidade – e a inauguração do sistema de abastecimento de água encanada do Açude Acarape do Meio (1926) – por proporcionar um fornecimento de água que, mesmo não contemplando a maioria da população, oportunizou uma nova relação com o líquido.

Palavras-chave: Água. Cidade. Cotidiano.

ABSTRACT

We investigated how the population of Fortaleza relate to the "water paths" in the city. Considering the different constructions of spaces and uses of freshwater, we thought about how the existence of streams, weirs, lakes, springs, wells and ponds was connected to gestures and feelings of individuals who have practiced - and so established - these spaces. Books of reminiscences, novels, essays, periodicals, cartographic plants, official reports, letters and population censuses were used to understand the meanings assigned to water and watery. It was taken as time reference the period between the hiring of the engineer Adolpho Herbster (1856) - mark for the city's public works - and the opening of the piped water supply system of the Acarape do Meio Weir (1926) - because it brought a water supply that didn't include most of the population, but was still able to make a new relation with the liquid possible.

Key words: Water. City. Everyday life.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL – Academia cearense de Letras

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará

ANPUH – Associação Nacional dos Profissionais de História

BN – Biblioteca Nacional

BPGMP – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

DGE – Departamento de Geografia e Estatística

IC – Instituto do Ceará

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RAC – Revista da Academia Cearense

RIC – Revista do Instituto do Ceará

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS DAS ÁGUAS NAS PAISAGENS DE FORTALEZA.....	25
1.1. Água dada a ver?.....	27
1.2. A água entre areias e matas.....	46
1.3. Outras cartografias.....	64
CAPÍTULO 2 – A (IN)CÔMODA PRESENÇA DA ÁGUA.....	77
2.1. A “teima” da água.....	78
2.2. Pinguelas, pontilhões e outras pontes.....	99
2.3. Entre a aguada e a casa: abastecimentos.....	115
CAPÍTULO 3 – A ÁGUA QUE VEM E VAI: TRABALHO E TRABALHADORES.....	134
3.1. “Operários” da água.....	136
3.2. Entre a aguada e as casas: os aguadeiros.....	153
3.3. “Os infelizes carregadores dos fétidos camburões”: os quimoeiros.....	159
3.4. Os pescadores e o comércio de peixe.....	167
3.5 “Ensaboa, mulata, ensaboa”: lavadeiras.....	177
3.6 “Trabalho de menino é pouco, mas quem dispensa é louco”: Outros trabalhadores das águas.....	186
CAPÍTULO 4 – A ÁGUA QUE LIMPA E LEVA.....	188
4.1. <i>Bombas, potes e moringas</i> : água e o morar.....	190
4.2. De chuva, de nado, de choque e de mar: os banhos em Fortaleza.....	208
4.3. A água (que) limpa: o limpo e a limpeza.....	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	245
FONTES.....	260

APRESENTAÇÃO

A chuva tamborilava no telhado e esta música que só o cearense tem alma para sentir me encheu de bem estar.¹

Rodolpho Theóphilo

A “música” citada por Rodolpho Theóphilo² – em seu livro de reminiscências “O Caixeiro” publicado em 1927, mas que se remete a um tempo vivido em meados de 1868 –, não estava disponível a todas as almas: era preciso ser cearense para senti-la. Para o autor, trata-se de um tipo de percepção que é inerente a uma experiência – e uma perspectiva – em que há uma presença do passado. Nesse caso, não se trata de qualquer passado, mas o marcado pela “seca”. Todavia, é provável que nem todos os cearenses que ouviam a “música da chuva” sentiam o coração cheio de bem estar. O trecho em epígrafe chama a atenção para um sentido que não deve ficar esquecido – afinal, se tratando de história das percepções, o anacronismo sempre está de tocaia³ – e que bem representa as intenções deste trabalho: desnaturalizar uma relação com a água que parece dada e, até, imutável.

Nas reminiscências de Theóphilo, as memórias das secas afetam os sentidos dados às chuvas. Todavia, a “seca” – que tem no autor um dos seus mais importantes cronistas – não aparece em seus escritos como um obstáculo insuperável. Em outro texto, Theóphilo apontou que a “natureza”, apesar do “*terrível fenômeno climático*”, deixou “*em todo o Estado, de leste a oeste, de norte a sul, excelentes locais para grandes reservatórios (...)*”.⁴ Para o autor, o grande flagelo que pairava sobre o Ceará não era apenas climático, mas político; se faziam necessárias intervenções para “*cativar a água que cai do céu*” que, apesar da irregularidade, molhavam o Ceará.⁵ Assim, Rodolpho Theóphilo dá visibilidade a

¹ THEOPHILO, Rodolpho. **O Caixeiro**: reminiscências [1927]. (edição Fac-similar). Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 63.

² FUNES, Eurípedes; GONÇALVES, Adelaide. “No tempo em que Rodolpho Theóphilo era caixeiro”. In.: THEOPHILO, Rodolpho. **O Caixeiro**: reminiscências [1927]. (edição Fac-similar). Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 26.

³ Para Alain Corbin é sempre um risco para o historiador interpretar a cidade sensível de outrora de acordo com os sentidos contemporâneos. CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 10; CORBIN, Alain. “Do Limousine às culturas sensíveis”. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 109.

⁴ THEOPHILO, Rodolpho. **A seca de 1915**. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1980, p. 31-34.

⁵ *Ibid.*

aspectos que iam além da imagem que se construía do Ceará em que a seca era um flagelo natural e se devia apenas a falta de chuvas: um discurso que, além de equivocado, podia fomentar a imobilidade. Nas palavras de Mike Davis, se não era possível evitar a “seca meteorológica” – quando em uma determinada região chove uma quantidade menor de água que a esperada –, estava ao alcance das “obras públicas” evitarem uma “seca hidrológica” – insuficiência do volume de água disponível para as necessidades agrícolas – com a construção de reservatórios. O colapso alimentar causado pela seca não se devia apenas a um desastre ambiental, tinha sempre uma dimensão artificial e, conseqüentemente, uma história.⁶

Esta não é, então, uma história sobre a seca, mas sobre os sentidos da água doce em Fortaleza. Contudo, a força discursiva da “seca” acarretava em uma quase invisibilidade da água doce para a historiografia sobre a cidade. É difícil acreditar que na “*metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo dum povo em penúria*”, chovia com regularidade em médias similares (e, às vezes, superiores) ao Rio de Janeiro e São Paulo.⁷ Segundo o escritor maranhense Humberto de Melo, Rodolpho Theóphilo não saía de casa em Fortaleza sem um guarda-chuva.⁸ Apesar do mesmo atribuir o costume a uma “grande força de imaginação”, é possível que além da imaginação o autor de “O Caixeiro” tivesse precaução. Afinal, quem vive em Fortaleza não ignora a utilidade de um guarda-chuva e que – tendo em mente os textos de Rodolpho Theóphilo – é plausível imaginar que ele não queria correr o risco de maldizer uma chuva inesperada, comum na capital do Ceará.

Compreender como se davam os usos da água – e das aguadas –, observando as alterações empreendidas nas práticas: na atuação dos usuários, nas fugas, nas táticas e nos desvios foi o principal objetivo perseguido por este trabalho. Aproximando-se de uma história do cotidiano em que se busca perceber as “artes do fazer”.⁹ Todavia, a cidade não é dada, não é o pano de fundo onde a “ação” se

⁶ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 28-29.

⁷ Adjetivos utilizados por Raimundo Girão para descrever Fortaleza durante a seca de 1877. GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1985, p. 201. Sobre Fortaleza durante a seca de 1877, conferir: NEVES, Frederico de Castro. Fortaleza, “Capital de um Pavoroso Reino”. *In.*: _____. **A multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

⁸ MELO, Humberto de. “Rodolpho Theophilo [Necrológio]”. **Diário Carioca**, 26 jul 1932, p. 2.

⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

desenrola.¹⁰ Primeiro, porque a Fortaleza “visitada” por este trabalho não está “dada” em nenhum lugar. Apesar de não ser uma cidade planejada, Fortaleza foi erigida pautada em planos urbanísticos que lhe atribuiu um desenho ortogonal. Contudo, como escreveu a arquiteta e urbanista Margarida Andrade, “*a cidade de Fortaleza cresceu induzida por planos e normas de regulação urbanística elaborados pelo poder público, mas foi edificada pelas mãos da iniciativa privada*”.¹¹ A cidade foi construída na tensão entre a “legalidade urbana” – “teia poderosa que regula a produção do espaço” – e as “vontades particulares”.¹² A manutenção do plano indica a vontade do poder público local em impor uma racionalização do traçado urbano.¹³ Mas, mesmo assim, observaram-se ruas enviesadas e quarteirões arredondados nas plantas da cidade. Uma constatação de que apesar de funcionar “*como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável*”, a legalidade urbana “*determina apenas a menor parte do espaço construído*”.¹⁴

No que diz respeito aos caminhos das águas, alguns desses planos, registrados nas Plantas da Cidade, simplesmente os desconsideravam – como se verá no primeiro capítulo – em prol da linha reta. Os “particulares” preferiam evitar empreender grandes enfrentamentos às aguadas e coube às “obras públicas” efetuarem essas intervenções. Desta forma, alguns rios, riachos e lagoas foram, quando possível, aterrados. Assim, a cidade se apresenta como um palimpsesto, constantemente apagada e reescrita: um enigma a ser decifrado.¹⁵ Nos lugares onde hoje se encontram canais, riachos poluídos, ruas e prédios, existiam, há algumas décadas atrás, lugares usados para banhos, lavagem de roupa, pescarias, coleta de água e outras atividades: riachos, lagoas e açudes que serpenteavam pela região. Uma circulação de água que atualmente é difícil de imaginar. Todavia, conforme no palimpsesto propriamente dito, nem tudo desapareceu. Algumas marcas ficaram e

¹⁰ O cenário é significativo para a trama que se pretende encenar. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, p. 80; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001, p. 106.

¹¹ ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). 2012. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 23.

¹² ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2003, p. 13-14.

¹³ SILVA FILHO, *op. cit.*, p. 108.

¹⁴ ROLNIK, *loc. cit.*

¹⁵ Cf.: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p.25-30, 2004. Semestral.

ainda são visíveis: calçadas altas, aclives e declives que indicam – mesmo com o intenso processo de nivelamento pelo qual a cidade passou – antigos caminhos por onde a água circulava nos meses de chuva.¹⁶ Mesmo as “intervenções” possibilitam refletir sobre os sentidos atribuídos aos espaços estudados. Um riacho canalizado, barrado ou aterrado pode dizer muito sobre a sociedade que empreendeu essas intervenções ou almejou realizá-las.¹⁷

Nos “Relatórios”, “Fallas” e “Mensagens” dos Presidentes de Província foi possível ler: projetos para abastecimento, construções e obras de contenção. Encontrou-se, em grande medida, um inventário das alterações empreendidas na cidade e novas demandas por intervenções. Uma verdadeira peleja dessas obras com as águas. Além disso, esses relatórios costumam trazer informações sobre o controle e disseminação de epidemias – onde as águas e os pântanos são apontados como responsáveis –, programas de higiene – escolas, enfermarias e cadeias – e notas sobre abastecimento e esgoto de Fortaleza.

Essa pesquisa teve início justamente por esse incômodo causado por uma “sensação de abismo entre passado e presente” – como a descrita por Richard Sennett – entre a Fortaleza das minhas andanças e a observada nos Álbuns de Vistas, principalmente, na que se referiam ao riacho do Jacarecanga. Afinal, até aquele momento tinha morado praticamente toda a minha vida no bairro homônimo e não me lembrava de nenhum riacho, açude ou lagoa. Dando continuidade a pesquisa, percebi “outra cidade”, feita por outras práticas. Todavia, nos embates “políticos” a sensação era completamente oposta, deixando uma impressão de uma permanência desconcertante – esses pontos foram, inclusive, objeto de análise.

Contudo, espacializar esses lugares – mesmo os que não mais existem – foi apenas uma parte do trabalho. Afinal, o espaço “*a um só tempo expressa e condiciona as vivências corporais e as sensibilidades historicamente construídas na e pela cidade*”.¹⁸ Para uma história do cotidiano, o espaço só se constitui quando ele é praticado.¹⁹ Os modos de fazer e de sentir instituem os espaços, mas, além disso, os lugares – mesmo os que não mais existem – são significativos pelas práticas que

¹⁶ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. **A cidade e o patrimônio histórico**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos Excluídos no Final do Século XIX. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001.

¹⁸ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001, p. 106.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

eles possibilitavam. Tem-se, desta forma, a dimensão do espaço entendido nesse trabalho.

A prática de beber água, por exemplo, é tão vital para a manutenção da vida humana que, às vezes, parece ser desprovida de história, desconectada. Não se imagina a rede – nem sempre feita de canos, mas, invariavelmente, realizada com muitas conexões – que foi posta em movimento para a água chegar à boca. Trabalho, artefatos e práticas que são vitais para este texto e que a sobreposição linear – conforme se encontram em textos institucionais da companhia de água local – escondem.²⁰ Existiam tensões presentes na implantação de sistemas de abastecimento, que foi realizado, muitas vezes, por monopólios e imposições. Contudo, as práticas situam-se, conforme observou Roger Chartier, “entre disciplinas superadas e liberdades forçadas, que uma oposição demasiado simples entre espontaneidade popular e coerções não consegue esgotar.”²¹

A norma publicada, principalmente, nos códigos de postura – fonte importante para este trabalho – não indica, necessariamente, a supressão das práticas interditas. Porém, estabelece uma fronteira que pune e distingue quem está fora dela. A lei estabelece a margem. Assim, apesar de não “determinar” a forma final, a legislação é um referencial de grande importância na cidade,²² pois põe no impresso as fronteiras e as tensões existentes naquela sociedade. Determinados tipos de comércio, regras de asseio, controle das formas de pescar, lavar roupa ou banhar-se nos rios e lagoas da cidade estão presentes nesses textos. Além disso, quando colocados em séries, esses documentos possibilitam outras perguntas. Pequenas alterações no texto da lei podem ser oportunas para se compreender mudanças nos seus significados. A partir desses documentos buscou-se acessar alguns desses usos proibidos, mas praticados.

Todavia, como tratar de práticas – e seus sentidos – que atualmente são pouco usuais? Quais são os seus gestos esquecidos? Michel de Certeau escreveu que “habitar é narrativizar” e que “fomentar ou restaurar” essa narratividade é uma

²⁰ CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará. **História**. Disponível em: <<http://www.cagece.com.br/a-empresa/historia>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

²¹ CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 16-17.

²² ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2003, p. 13-14.

atividade relevante para se compreender as “histórias que dormem nas ruas”.²³ Para isso, inventariou-se uma grande gama de documentos que, apesar das suas diferentes funções, propiciaram refletir sobre algumas dessas práticas.

Quando discute sobre o “patrimônio”, Michel de Certeau chama atenção para as práticas criadoras e inventivas que permeiam os usos, além dos próprios objetos.²⁴ Contudo, na ausência e em busca das formas de fazer “esquecidas” com o passar do tempo, metodologicamente pensou-se num movimento contrário: do objeto para a prática. Para Denise Bernuzzi de Sant’Anna, os objetos – o mobiliário, instrumentos de trabalho e outros – trazem importantes contribuições para se pensar nos gestos que os colocavam em uso. Eis um trecho da historiadora:

Utensílios e equipamentos de *uso* cotidiano, assim como máquinas e móveis feitos para receber a presença e o contato dos corpos, costumam funcionar de modo triplo: como extensões, suportes e demarcadores dos limites ao mesmo tempo corporais e culturais. Eles são índices da sagacidade de cada grupo social, mas também expressam parte de seus receios e sonhos. Seus usos, principalmente, fornecem sugestões importantes sobre as destrezas e as dificuldades humanas. Entretanto, toda cultura gestual resulta de transmissões e aprendizados por vezes longos, frutos de uma ingerência racional sobre o corpo.²⁵

Assim relacionando a cultura material com a cultura sensível perceberam-se diversos aspectos das práticas, dos modos de fazer, dos usos das águas. Contudo, não se confrontou os objetos – propriamente ditos – mas seus anúncios nos periódicos, guias da cidade e almanaques. Afinal, se torneiras não eram ordinárias, é preciso desnaturalizar o gesto de abrir uma torneira ou retirar água de uma cacimba para vislumbrar a complexidade que os envolvem. Práticas poucos conjecturadas, mas fundamentais para se compreender os sentidos das “novidades técnicas” e da introdução de “novos” artefatos.²⁶ Afinal, o que representa a

²³ CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar**. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 201.

²⁴ CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre, *op. cit.* p. 199.

²⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. de. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). **Proj. História**, São Paulo. V. 25. Dez 2002, p. 102.

²⁶ Daniel Roche considera que a “nossa cultura banaliza o objeto e o seu papel na sociedade; ela esquece seu lugar e sua função, ou então só quer ver neles a expressão e a causa da nossa alienação definitiva.” Ainda segundo o autor, em um diálogo com a teoria marxista: “Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão [infraestruturas e superestruturas] ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais a compreensão dos fatos sociais”. ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 12-13.

introdução de um chafariz onde antes existia uma cacimba ou um poço sem levar esses aspectos em consideração?

Relacionando esses anúncios com livros de memórias (reminiscências), artigos autobiográficos, crônicas do cotidiano e outros textos percebeu-se a pluralidade de sentidos. Esses escritos fazem parte do tipo de escrita conhecida como “de si” que, apesar de suas especificidades, possuem características em comum.²⁷ O medo ou a crença na fragilidade da memória faz com que alguns homens e mulheres registrem, dando ordem à sua existência no escrito. Numa tentativa de fazer lembrar, esses escritores buscaram erigir “lugares de memória” como uma forma de fugir ao esquecimento.²⁸ Para estes escritores, “*discorrer sobre a cidade que deixou de existir era uma forma de fortalecer os laços que ainda os prendiam a ela*”.²⁹ Uma vontade de lembrar a si e ao outro dos feitos, dos momentos e dos sentimentos de que eles são “testemunhas”. Na luta pelo “fazer lembrar” o registro em papel foi utilizado como uma importante ferramenta. Essa prática possibilita a construção de um grande acervo de documentos disponíveis, um grande inventário de práticas e gestos.³⁰ Contudo, as memórias individuais, mais do que um ponto de vista da memória coletiva, evocam lembranças que são significativas para o presente de quem as evoca.³¹ Além de um pacto com o passado, esses escritos possuem, pode-se dizer, um pacto com o presente – dar significado ou voz às memórias, ou aos pontos de vistas, que podem estar encobertos no presente. Assim, a escrita memorialística é marcada pela saudade, por tentar retornar a uma cidade sensível que só existe como lembrança.

Todavia, não apenas os “escritos de si” possuem vestígios do sensível. A literatura possui um lugar especial nesse trabalho. Segundo Raymond Murray Schafer, o texto de literatos fidedignos – que para ele são aqueles que escrevem “a

²⁷ Desse grupo fazem parte diários, correspondências, bilhetes, constituições de acervos e álbuns de fotos, ou seja, o trabalho de organização dos papéis, tão comum entre os indivíduos modernos. As buscas por essas documentações, segundo Ângela de Castro Gomes, começam a ganhar fôlego no Brasil nos últimos quinze anos, a partir da valorização de pesquisas sobre o privado, quando há uma mudança significativa na forma como os objetos de estudo são constituídos. GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 9.

²⁸ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo: nº 10, 1993, p. 7-28.

²⁹ NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, Progresso e Memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 101.

³⁰ NORA, *op. cit.*, p. 17.

³¹ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 413.

respeito de sons diretamente vivenciados e intimamente conhecidos – consiste no “melhor guia disponível na reconstrução das paisagens sonoras do passado”.³² Mesmo não se tratando de uma pesquisa sobre a “*soundscape*”, a descrição dos sons – como o “ganir moroso do carretel” ou o “ruído timpanoso da carroça d’água” descritos por Manuel de Oliveira Paiva em “A Afilhada”³³ ou o “chiar [da chuva batendo] nas calçadas como uma panela fervendo” registrado por Adolfo Caminha em “A Normalista”³⁴, entre outros – fazem “funcionar a percepção” para uma cultura sensível pouco familiar na atualidade, mas extremamente relevante para o período pesquisado.³⁵ Assim, não é possível pensar a literatura apenas como produto da imaginação de um autor. Para Bronislaw Geremek, algumas obras são “relatos de uma vida”, relatos de uma “experiência individual” e, por isso, documentos.³⁶ Tomando o romance *A Normalista*, pode-se pensar sobre a Fortaleza que Adolfo Caminha conheceu – nas últimas décadas do século XIX – conservadora, moralista e marcada por suas mazelas sociais.³⁷ Não se trata de tomar a narrativa pela cidade, mas de pensar como o autor deu essa cidade a ler e, em diálogo com outros documentos, pode-se apontar os sentidos dados pelo autor à cidade. Além disso, Fortaleza aparece nas tramas como um elemento que garante aproximação do texto com os leitores, é possível imaginar que “distorções” na descrição das práticas corriqueiras não seriam bem vistas e devem ter sido evitadas pelos escritores. Nos livros pesquisados, encontram-se práticas ligadas à água que compunham uma “paisagem” que buscava ser familiar e verossímil e ajudam a pensar na água no cotidiano de Fortaleza.

Atualmente, os periódicos – mas a “mídia” de uma forma geral – tratam de por o “cotidiano” “estampado” em suas páginas.³⁸ Todavia, diferente dos jornais

³² SCHAFFER, R. Murray. **A Afilhada do Mundo** - Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 24-25.

³³ PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 241 e 204.

³⁴ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p.159.

³⁵ SANT’ANNA, Denise B. Apresentação. In.: SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Rumores: A Paisagem Sonora de Fortaleza (1930- 1950)**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 9.

³⁶ GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 10.

³⁷ CAMINHA, *op. cit.*, p. 150 – 151.

³⁸ O que Michel de Certeau chamou ironicamente de “real tagarela”, um “real” fabricado e simulado. Sobre a mídia, Certeau escreveu: “Os combatentes não carregam mais as armas de idéias ofensivas ou defensivas. Avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como os mensageiros de um ‘real’. Sua atitude assume a cor do terreno econômico e social. Quando avança,

noticiosos da segunda metade do século XX, os periódicos que circularam em Fortaleza no período pesquisado, segundo Geraldo Nobre, eram do tipo partidário e funcionavam como porta-vozes de grupos políticos.³⁹ Nessa pesquisa privilegiou-se *O Cearense* – que depois perdeu o artigo “O” – escrito por defensores das ideias liberais no Ceará e ferozes críticos do governo dos conservadores, o *Pedro II* de teor conservador e *Constituição* que nasceu de uma ruptura dentro do partido conservador no estado – denominavam-se “conservadores adiantados” numa tentativa de se diferenciar dos conservadores que se reuniam em torno do jornal *Pedro II*. O que poderia indicar um problema para a pesquisa – pouca recorrência de “crônicas do cotidiano” – foi recompensando pela possibilidade de análise da disputa em torno das “obras públicas” – criticando ou elogiando – travada nas páginas desses periódicos. Esses jornais publicavam cartas que são úteis para ajudar a compreender as relações de forças existentes nos diferentes projetos relacionados aos usos da água. Além disso, outras seções como “obituário”, notas de acidentes e anúncios, propiciaram perceber aspectos que não se imaginava inicialmente. Entre os obituários e notas de acidente, por exemplo, percebeu-se que suprir a casa com água oriunda de uma cacimba era extremamente perigoso, pois muitos são os textos que se referem a acidentes e óbitos ocorridos durante a realização dessa atividade. Havia ainda, notas demandando “intervenções” contra “usos inapropriados das aguadas” que deixaram mais evidentes as tensões. O embate que permitiu o registro de algumas práticas no escrito. Com a intenção de inibir, os redatores acabaram permitindo que determinadas apropriações chegassem até a atualidade. Os anúncios de bombas, cata-ventos, canos e outros, bem como de imóveis, possibilitaram pensar nas alterações empreendidas no “bem morar”. Todavia, não apenas os jornais publicavam reclames. “Almanaques Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário” e “Guias Cearenses” ajudaram a acessar a circulação de materiais destinados à “domesticação” das águas e ao bem limpar.

o próprio terreno parece que também avança. Mas, de fatos, eles o fabricam, simulam-no, usam-no como máscara, atribuem a si o crédito dele, criam assim a cena da sua lei.” CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar**. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 287.

³⁹ NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do Jornalismo Cearense**. [1975] Ed. fac-similar. Fortaleza: NUDOC / Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006. Sobre esses periódicos, conferir: FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

Por fim, mesmo o Ceará não sendo o “paraíso dos naturalistas”, como escreveu Guilherme Studart, a província foi frequentada no século XIX por alguns viajantes. Uns em escala na travessia de barcos em direção ao território amazônico – Daniel Kidder⁴⁰, Louis e Elizabeht Agassiz⁴¹ e Robert Áve-Lallemant⁴² – ou nos caminhos que separava o litoral do Sertão – George Gardner⁴³, outros tinham na província o destino de suas viagens – os participantes da Comissão Científica de Exploração⁴⁴ e Henry Koster⁴⁵. Esses viajantes – exceto Gardner, que não passou por Fortaleza adentrando o sertão a partir de Aracati – deixaram relatos extremamente significativos para a pesquisa que aqui se elaborou.

⁴⁰ Daniel Parish Kidder nasceu em 1815 em Nova York – Estados Unidos. Reverendo metodista, viajou com sua esposa ao Brasil a serviço da Sociedade Bíblica Americana – para divulgar, vender e distribuir bíblias e literatura reformista, traduzidas ao português, em nações não protestantes. Após passar algum tempo no Rio de Janeiro, visitou as províncias no norte passando por Fortaleza em 1839. Cf. OLIVEIRA FILHO, Sérgio Willian de Castro. **Estranho em terra estranha: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista**. 305f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

⁴¹ João Luiz Rodolpho Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz eram naturalistas – ele suíço e ela americana. Desembarcaram na cidade de Fortaleza em duas oportunidades – em agosto de 1865 e em março do ano seguinte – durante deslocamento ao Amazonas. Na primeira ocasião, passaram apenas algumas horas – tempo suficiente apenas para banho, almoço e um pequeno passeio pela cidade. Já na segunda, demoraram 16 dias e nesse intervalo realizaram uma pequena excursão ao interior da província. Cf. STUDART, Guilherme. **Estrangeiros e Ceará. Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918.

⁴² Robert Christian Berthold Áve-Lallemant nasceu na Alemanha onde se graduou em medicina. No ano seguinte, veio residir no Brasil onde clinicou até 1855 – quando retorna à Europa. Em 1858, retorna ao Brasil onde empreende uma série de viagens e elabora diversos relatos. Visitou a cidade de Fortaleza em junho de 1859 quando se deslocava ao rio Amazonas.

⁴³ George Gardner foi um naturalista escocês que passou o período de 1836 até 1841 no Brasil, viajando por diversas províncias do império catalogando animais e plantas. Não passou por Fortaleza, mas por Aracati, onde aportou em 1838 e seguiu dias depois ao interior da província. Cf. STUDART, *op. cit.*

⁴⁴ Criada em 1856 por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – e com o apoio do imperado D. Pedro II, a Comissão composta apenas por cientistas brasileiros, buscava conhecer a geografia, os recursos naturais e populações do Brasil. Ambicionava-se percorrer diferentes rincões do território brasileiro, mas o intuito não foi cumprido – a província do Ceará foi a primeira e a única visitada. Cf. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e; RAMOS, Francisco Régis Lopes, RIOS, Kênia Sousa. Apresentação. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 38; SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

⁴⁵ Henry Koster nasceu 1793 em Portugal. Acredita-se que por motivos de saúde veio ao Brasil em 1809, se estabelecendo em Pernambuco. Apesar de não ser naturalista, não devia relatórios nem outras obrigações técnico-científicas, empreendeu longa viagem pelo Norte do Brasil. De volta à Inglaterra escreveu e publicou o *Travels in Brazil* em 1816 com “as orientações e a vasta biblioteca” de Robert Southey. CASCUDO, Camara. Prefácio do tradutor. In.: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 9-27. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil/> Acesso em: 10 jul. 2014.

Além dos documentos citados, outros foram utilizados na elaboração deste trabalho – levantamentos censitários, revistas médicas, pareceres – que, para não alongar ainda mais, serão discutidos à medida que forem aparecendo no texto.

Abrimos diálogos, e não foram poucos, com pessoas e, principalmente, com ideias. Nesse caminho, a leitura de trabalhos como os de Denise B. de Sant’Anna – sobre os usos das águas em São Paulo –, Janes Jorge – que problematizou a presença do rio Tietê no cotidiano dos moradores de São Paulo –, Fábio Alexandre dos Santos – que buscou conhecer o processo de ocupação de São Paulo através dos serviços e obras destinadas a oferecer salubridade (principalmente, das águas) –, Raimundo Arrais – sobre o lugar da água na constituição do espaço público no Recife –, Conceição Maria Rocha de Almeida – que desenvolveu uma discussão sobre as relações entre moradores de Belém e as águas –, Gilmar Machado de Almeida – sobre os usos da água e seus sistemas de abastecimento no Rio de Janeiro – e Chyara Charlotte Bezerra Advíncula – sobre as mudanças nas sensibilidades e nas regras de salubridade envolvidas na instalação das redes de água e esgoto na Parahyba do Norte – foram de grande importância, pois ajudaram a perceber quantos usos e significados a água poderia ter no cotidiano.⁴⁶

A tese teve intenção pensar os “usos” da água, mas também, considerou igualmente relevante demonstrar como esse “objeto de pesquisa” que, assim como a água teimava em escorrer, foi construído. Desta forma, a divisão de capítulos buscou discutir as práticas, mas também demonstrar o caminho percorrido pelo trabalho: como o objeto foi enfrentado e o que se encontrou.

⁴⁶ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007; JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu** (São Paulo, 1890-1940). São Paulo: Alameda, 2006; SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas**: Salubridade e ocupação o espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Alameda, 2011; ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004; ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará**: história, natureza e cultura material no século XIX. 2010. 340 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010; ALMEIDA, Gilmar Machado de. **A Domesticação da água**: acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010; ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. **Entre miasmas e micróbios**: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade - 1910/1926. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

No primeiro capítulo, intitulado “Os caminhos das águas nas paisagens de Fortaleza”, discutimos alguns dos usos dos espaços de água em sua relação com o cotidiano da urbe. No primeiro tópico – “Água dada a ver?” – tentamos iniciar o contato com as águas de Fortaleza a partir das representações cartográficas elaboradas.⁴⁷ Porém, há de lembrar que as plantas cartográficas são lugares de poder; nelas se estabelecem hierarquias entre os lugares – e seus moradores –, exclusões e silenciamentos. Na construção das cartas nem tudo o que existia era representado e nem tudo o que era representado existia materialmente. Essas ações e suas questões são igualmente objetos dessa trama. Além disso, Fortaleza foi construída próxima – ou mesmo dentro – dos campos de dunas e matas, que são normalmente minimizados, esquecidos ou silenciados nos estudos sobre a cidade, mas possuem uma relação estreita com os caminhos das águas. No segundo tópico – “A água entre areias e matas” – o intuito foi pensar nos lugares ocupados por dunas e matas como forma de conhecer o caminho das águas em Fortaleza. No último item desse capítulo “Outras cartografias...” procuramos dar continuidade a reflexão e pensar nos locais de água ausentes ou “escondidos” nas *Plantas*.

No segundo capítulo, nomeado “A (In)cômoda presença da água”, o intuito foi problematizar a relação com a água, que pode ser cômoda e incômoda e isso não diz respeito apenas a quantidade – “seca” ou “enchente” –, mas também aos usos. No primeiro tópico – “As “obras públicas” e os (des)caminhos das águas”, fica claro a peleja das obras públicas com a água – das chuvas e dos riachos – e seus “desdobramentos” nos periódicos políticos. No segundo item – “Pinguetas, pontilhões e outras pontes” –, o foco foram as formas encontradas para transpor a água. Afinal, os itens anteriores mostraram uma região extremamente irrigada e a necessidade de superar esses obstáculos mostra os sentidos dados para determinadas ligações dentro da cidade. Afinal, o tipo de ponte utilizada faz pensar no tipo de conexão que se pretendia estabelecer. No último tópico – “Entre a aguada e a casa: abastecimentos” – se discutiu as redes, nem sempre construídas com canos, pelas quais a água corria das fontes às casas.

No terceiro capítulo denominado “A água que vem e vai: trabalho e trabalhadores” buscou-se saber um pouco mais sobre as tensões e as disputas que estavam envolvidas nos trabalhos relacionados à água. Questões não só atreladas

⁴⁷ SERRES, Michel. **Atlas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ao trabalho, mas que são também intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da própria cidade e, até, sua configuração espacial. No primeiro item – “Operários’ da água” – analisou-se o trabalho de homens livres e “não-livres” responsáveis pelas obras públicas que visaram “domesticar” as águas em Fortaleza. Durante todo o período pesquisado, muitos recorriam aos serviços dos vendedores de água potável – chamados de aguadeiros – para abastecer a casa. No segundo tópico – “Entre a aguada e as casas: os aguadeiros” – deu-se destaque aos aspectos da venda de água em um tempo em que ela fluía, não por canos, mas em barris carregados por animais de tiro. Assim, como a água potável, a água servida e os excrementos também corriam por outros caminhos, debatidos no terceiro item – “Os infelizes carregadores dos fétidos camburões”: os quimoeiros. No tópico seguinte – Os pescadores e o comércio de peixe –, discutiu-se a venda de pescados e o trabalho dos pescadores em meio a uma cidade que mudava a sua relação com as aguadas – riachos, lagoas e outros. No quinto item – “Ensaboa, mulata, ensaboa”: lavadeiras – buscou-se problematizar o trabalho de mulheres ocupadas em deixar limpas suas roupas e as dos outros. Por fim, no último item do terceiro capítulo – “Trabalho de menino é pouco, mas que dispensa é louco”: Outros trabalhadores das águas” – discutiu-se alguns aspectos dos usos do trabalho de crianças nas tarefas relacionadas ao abastecimento de água.

No quarto e último capítulo, nomeado “A água que limpa e leva”, a pretensão foi problematizar as sensibilidades em torno das águas. A relação da água se conecta com uma série de apetrechos empregados para a coleta, transporte, armazenamento, purificação e servir. Percebeu-se que cada um dos objetos se relacionava a usos e gestos que mudaram com o tempo e com a introdução de outros artefatos. Esses itens eram fabricados, vendidos e utilizados, estabeleciam distinções e criavam demandas. Mapear o circuito desses objetos foi um dos objetivos do primeiro tópico - *Bombas, potes e moringas*: água e o morar. Contudo, as atenções centraram-se nos gestos e nos usos das águas a partir dos sentidos dados aos objetos. No segundo tópico – De chuva, de nado, de choque e de mar: os banhos em Fortaleza –, discutiram-se as diferentes modalidades de banho – o que limpa e o que diverte – e seus significados. Além disso, exploraram-se os espaços para banhos na cidade. Por fim, no item “A água (que) limpa: o limpo e a limpeza”, foram debatidas as alterações empreendidas em torno do juízo sobre a água limpa.

Por fim, faz-se necessário explicar o recorte. A pesquisa inicia com a contratação de Adolpho Herbster como engenheiro da província em 1856, por considerar que a partir desse momento houve uma intensificação e alteração significativa na dinâmica de planejamento das obras públicas na capital da província – principalmente para “domar” as águas. Foi nesse período que importantes intervenções nos “caminhos das águas” foram realizadas – pontes foram construídas, o calçamento da cidade teve início e os “primeiros movimentos” em torno do serviço de abastecimento de água por canos aconteceram. No entanto, em diversos momentos do texto esse recorte foi desrespeitado, visando melhor elucidar algumas questões. Como baliza final, optou-se por encerrar o recorte em 1926, quando foi inaugurado o serviço de abastecimento com a água oriunda do Açude Acarape do Meio até Fortaleza que, mesmo sem chegar a todas as casas – longe disso –, proporcionou um fornecimento de água encanada. Nesse momento, essa prática já havia se inserido no cotidiano da maioria das pessoas, mesmo que de forma insuficiente, trazendo com ela gestos e utensílios que são importantes para se compreender as mudanças no sentido da água.

CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS DAS ÁGUAS NAS PAISAGENS DE FORTALEZA.

Se uma árvore fosse uma árvore e simplesmente uma árvore, se o rochedo fosse apenas uma massa pedregosa de forma atormentada, se o regato fosse água apenas, não contemplaríamos uma paisagem, mas uma sucessão de objetos justapostos. **Anne Caquelin**.¹

E, se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar natureza e percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõem-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha. **Simon Schama**.²

Diferente do que podem sugerir as epígrafes, o conceito de paisagem não é unívoco. Muito pelo contrário, é extremamente polissêmico.³ Algumas definições não passam pelo visível – como o conceito de “paisagem sonora” formulado por R. Murray Schafer – enquanto outras não privilegiam as rochas, rios e árvores – a “paisagem urbana” é atualmente objeto de estudo.⁴ No Brasil, Dora S. Corrêa identifica três formas de utilização do conceito de paisagem entre os historiadores ambientais: como percepção, como materialidade e como materialidade e percepção.⁵ Diferentes preâmbulos e trajetórias das pesquisas e dos pesquisadores ambientais, proporcionam variadas formas de pensar a paisagem. Assim, Corrêa, não indica um conceito no final do seu texto, e sim um ponto de partida indispensável a todos os historiadores que se debruçam sobre as questões “da natureza”: pensar a paisagem.⁶

Esta não é uma questão resolvida. A discussão desse conceito será um questionamento que passará por todo o texto e espera-se contribuir com o diálogo. No entanto, é salutar afirmar que se observou uma similitude entre os conceitos estudados: todos eles passam pela construção da perspectiva – delimitar o que está

¹ CAQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins, 2007, p. 154.

² SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 16-17.

³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In.*: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29; e CORRÊA, Dora S. História ambiental e a paisagem. **HALAC**. Belo Horizonte, volume II, número 1, setembro 2012 – fevereiro 2013, p. 47-69.

⁴ SCHAFER, R. Murray. **A Afinação do mundo** – uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 11-13.

⁵ CORRÊA, *op. cit.*, p. 67.

⁶ *Ibid.*, p. 69.

dentro e o que está fora, “lembrado” ou “esquecido”, deliberadamente ou não. Para Milton Santos, a paisagem passa pela percepção que “é sempre um processo seletivo de apreensão”.⁷ São “instantes” – Milton Santos escreveu “fotografias” (instantâneos?) – de espaço, ou seja, lugares sem as espacialidades que lhe são inerentes.⁸ Nesse sentido, as paisagens trabalhadas neste capítulo foram pensadas como construções – passíveis de ser problematizadas e historicizadas – e como ferramentas – detentoras de uma “função”⁹.

O plural – paisagens – no título não é acidental. As águas correram por diferentes paisagens, instantes e suportes – algumas por escrito e outras em desenhos. Nesse sentido, os escritos e desenhos elaborados por Gustavo Barroso, Eduardo Campos, Mozart Soriano Aderaldo, Adolpho Caminha, Manoel de Oliveira Paiva, João Nogueira, Adolpho Herbster, Manoel do Rego Medeiros e outros, deram ao visto, rememorado ou estudado, marcas do seu lugar social.¹⁰ Mas, também das suas sensações, do que eram em contato com as águas e que era oportuno registrar.

Começar a pesquisa pela paisagem, como sugere Donald Worster aos historiadores ambientais, é pensar intensamente na relação dos homens com o espaço.¹¹ Para Paulo Knauss, as “*cartas, mapas e plantas podem ser tomados como produtos de representação social do espaço e, portanto, resultado da relação dos homens com a realidade geográfica*”.¹² Ou seja, mesmo carregadas de uma vontade por objetividade, as representações cartográficas não são isentas das tensões sociais e essas tensões também são objeto da história que se pretende elaborar nesse capítulo.

⁷ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁸ O “movimento” foi denominado pelo geógrafo como “espacialidade”, que seria o fazer-se dos espaços. Trata-se de um esforço metodológico separar o espaço da paisagem, como forma de tornar o movimento que se faz nessa relação inteligível. Nas palavras de Milton Santos: “O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional e o espaço é estrutural”. *Ibid.*

⁹ No caso da planta, segundo Sandra Jatthy Pesavento, visam “*dar a conhecer, graficamente, o território urbano*”. PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Uma Outra Cidade: o mundo dos Excluídos no Final do Século XIX**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001, p. 25.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹¹ WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 4. N. 8, 1991, p. 202-203.

¹² KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, p. 135.

Assim, este capítulo é também um mapa. Um mapa construído para esta trajetória de pesquisa que, em meio a insuperável incompatibilidade encontrada nos documentos, buscou os sentidos de suas dissonâncias. Desta forma, construiu-se neste texto uma paisagem e este mapa – capítulo – mostra como se chegou a ela.

1.1. Água dada a ver?

Uma carta corográfica de toda a província é incontestavelmente uma necessidade palpitante; com a falência della não se pode traçar um plano regular de vias de comunicação.

A que mais requisitos de perfeição apresenta é a que foi organizada por meu pai, o Dr. Pedro Theberge; esta mesma se resente de algumas inexatidões quanto à posição geographiaca de alguns pontos principaes da província, inexatidões que me acho hoje em circunstancias de corrigir, dispondo, como disponho, de uma tabella contendo a posição geographiaca de mais de 60 desses pontos, determinada com precisão pelos membros da secção astronômica da commissão exploradora de varias províncias do norte.¹³

Em 1870, o engenheiro da província Henrique Theberge lamentava não haver à disponibilidade das obras públicas uma planta que revelasse a geografia da Província – em especial os rios.¹⁴ Dar a água a ver para Theberge era determinante para aperfeiçoar as ações das obras públicas, principalmente no que dizia respeito às vias de comunicação. A precisão que seria obtida com dados elaborados a partir dos estudos da Comissão Científica de Exploração garantiria ainda mais respaldo à carta de Pedro Theberge revisada pelo filho engenheiro.¹⁵

Tomando o recorte temporal dado à pesquisa, optou-se pelas plantas da cidade como forma de localizar algumas aguadas – atualmente inexistentes ou alteradas – e perceber os sentidos dados a esses caminhos das águas nesses

¹³ THERBERGE, Henrique. Relatório do Dr. Engenheiro Chefe da província. *In*: HENRIQUES, João Antonio de Araújo Freitas. **Falla com que o Excellentíssimo Senhor Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1.ª Sessão da 18.ª Legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1.º de Setembro de 1870**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1870, p. 12.

¹⁴ O mesmo não acontecia com a capital.

¹⁵ Criada em 1856 por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – e com o apoio do imperado D. Pedro II, a Comissão composta apenas por cientistas brasileiros, buscava conhecer a geografia, os recursos naturais e populações do Brasil. Ambicionava-se percorrer diferentes rincões do território brasileiro, mas o intuito não foi cumprindo – a província do Ceará foi a primeira e a única visitada. *Cf.* SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e; RAMOS, Francisco Régis Lopes, RIOS, Kênia Sousa. Apresentação. *In*: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 38; SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

documentos. Assim, serão abordadas as plantas publicadas por Antonio Simões Ferreira de Farias em 1850, Manoel do Rêgo Medeiros em 1856, as duas de Adolpho Herbster publicadas em 1859 e 1888 – as duas primeiras reproduções publicadas em exemplares da Revista do Instituto do Ceará e as demais, pertencentes, respectivamente, ao acervo do Museu do Ceará e à mapoteca da Biblioteca Nacional. No entanto, isto não quer dizer que as plantas publicadas por Antonio Jozé da Silva Paulet em 1813 e 1818 – respectivamente, *Planta do Porto e Villa da Fortaleza* e *Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto* – e por Adolpho Herbster em 1868 e 1875 – respectivamente, a *Cidade da Fortaleza* (para o *Atlas do Império do Brasil*), a *Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios* – serão ignoradas. Elas serão utilizadas para se compreender as mudanças nos significados do representado. Não foram objetos de análise, mas serão levadas em consideração no estudo.

No momento em que muitas dessas plantas foram elaboradas, o ângulo da cidade vista de cima não era conhecido. Tem-se notícia que Fortaleza foi vista do alto pela primeira vez em 1907 quando o pernambucano José Pereira da Luz veio à cidade desejoso de repetir o feito realizado em seu estado natal: subir em um balão cheio de gás.¹⁶ No entanto, apesar do êxito, apenas o “valente pernambucano” – como escreveu Raimundo de Menezes – viu Fortaleza assim. Os outros tiveram que esperar mais tempo pelas fotografias aéreas ou pelas vistas do alto da Coluna do Cristo Redentor – 1922 – ou do Excelsior Hotel – 1932. Antes disso, a torre da matriz era o ponto de onde se via parte da cidade e o oceano.¹⁷ Assim, as plantas possibilitavam uma perspectiva que era impossível naquele momento.

Em 1850, o arruador da municipalidade de Fortaleza Antônio Simões Ferreira de Farias¹⁸ publicou uma carta da qual se tem notícia por conta de uma cópia em escala reduzida realizada por F. B. de Oliveira em 1883. Eis a planta:

¹⁶ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo Levou**: Crônicas de Fortaleza Antiga. Fortaleza: HUCITEC, 1977, p. 87-89.

¹⁷ PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada [1989]. In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 324.

¹⁸ Liberal de Castro, em alguns dos seus textos, grafou Simoens no lugar de Simões, mas não justificou a escolha. Assim, optou-se por utilizar a grafia presente na cópia da planta. CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 2005.



FONTE: Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883. In.: CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: 2005.

A *Planta da Cidade de Fortaleza* propõe uma leitura de sul a norte e de leste a oeste, em que o mar fica na parte inferior. A cópia¹⁹ que se dispõe não possui distinções nos prédios públicos, nomes dos logradouros ou das aguadas. Sua grande atenção, conforme indica a nota localizada no canto superior direito, é voltada ao alinhamento. Eis o texto:

¹⁹ Segundo Guilherme Studart havia a versão original e uma cópia – realizada pelo arquiteto João Saboia Barbosa em 1918 – no prédio da Intendência Municipal. Ambas desaparecidas. É possível que o historiador não tivesse conhecimento desta cópia elaborada por José Joaquim de Oliveira em 1883, localizada por José Liberal de Castro no Arquivo Nacional / RJ. Respectivamente: STUDART, Guilherme. *Geografia do Ceará* [1924]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, p. 196; CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: 2005, p. 93-121.

O projeto de ruas e travessas vai marcado com.....
 As frentes de casas feitas com um risco preto sobre as m.mos [mesmos] pontinhos.
 As obras que têm de ser demolidas p^a. [para] obrigarem ao alinhamento, se vê o estado atual para o projetado. Nota de Simões de Farias.

Antônio Simões de Farias era arruador²⁰ e cordeador²¹ da municipalidade. Apesar de não ser o autor do modelo ortogonal indicado na planta anterior – já estava presente no plano urbanístico de Antônio Jozé da Silva Paulet, de quem foi ajudante – era o responsável por sua implantação.²² Assim, a Planta tinha uma importante função no seu trabalho: era o referencial para a abertura de ruas e para o alinhamento de novos quarteirões, ou seja, normatizava o crescimento espacial da cidade.

Em 1849, passou a vigorar um artigo das Posturas Municipais da Capital que obrigava que o alinhamento fosse realizado no momento em que se desejava construir a frente das casas.²³ Assim, a Planta aliada às medições com cordas engraxadas garantiriam as proporções planejadas dos quarteirões e a abertura dos espaços que deveriam ficar sem construções para abrigar as vias. Desta forma, ela apresenta alguns “acidentes” que deveriam ser contornados para a consolidação do alinhamento.

Entre os “acidentes” estavam às aguadas. No centro da imagem está o Riacho Pajeú²⁴ que se relaciona diretamente com a história da ocupação da região.²⁵ Durante muitos anos, residir próximo a essa aguada era vantajoso e desejado. Não é difícil imaginar que, num período no qual não havia redes de abastecimento e descarte de água, essa proximidade era oportuna – suprimindo as

²⁰ Responsável pelo alinhamento das ruas e das construções segundo o plano urbanístico.

²¹ Profissional que realizava medições. “Antes do emprego de correntes e fitas metálicas, recorria-se, nas medições de terrenos e de edificações, a cordas enrijecidas por engraxamento”. Cf.: CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 2005, p. 98.

²² FARIAS FILHO, José Almir. O plano moderno e a morfologia do traçado: Narrativa sobre um Traçado em Xadrez que Aprisiona o Discurso de Projeto Social. **Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Recife: UFPE, 2008, p. 4.

²³ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso – ed. Fac-similada. Tomo 2. Fortaleza: INESP, 2009, p. 105-106.

²⁴ O riacho do Pajeú também foi chamado de Marajaig (riacho das palmeiras), Ipojuca, da Telha e da rua de baixo. ADÉRALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993, p. 24.

²⁵ Segundo Liberal de Castro, a ocupação da região de Fortaleza se deu partindo do Forte e seguindo a ribeira esquerda do Pajeú – direita de quem olha a *planta* – em lotes de uso “semi-rural”. CASTRO, José Liberal de. **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária / UFC, 1977.

necessidades por água, levando para longe as águas servidas e possibilitando a agricultura. Além dele, é possível observar a presença de outras duas aguadas: Lagoa do Garrote e Açude do Pajeú – contínuos ao Riacho do Pajeú na parte superior da Planta, a Lagoa à direita e o Açude à esquerda.

Há ainda nessa *Planta* a representação de palmáceas – pelo desenho não é possível afirmar de que tipo, se coqueiros, carnaúbas, catolezeiros ou outro(s) – em toda orla e seguindo o curso do Pajeú pelo lado oriental.²⁶ Acima delas há uma linha que indicava uma elevação no terreno – essa região era chamada de Outeiro. Segundo Raimundo Girão, o riacho do Pajeú ficava em uma região mais baixa, entre dois elevados – do lado oeste o Outeiro e do lado leste o elevado onde atualmente estão localizados o Palácio da Luz e o Museu do Ceará – sendo alimentado, nos períodos de chuva, pelas águas que caíam dos dois lados.²⁷

A *Planta* de Antônio de Farias buscava ainda destacar o “vazio” aberto ao arruamento e expansão da cidade.²⁸ O modelo em xadrez se propõe em pontilhado, indicando que o arruamento não havia sido realizado e que ele encontraria alguns percalços para se concretizar.

Observado a *Planta* de Antonio Simões Ferreira de Farias, é possível ver também algumas construções e uma orientação urbana onde atualmente é o Centro da cidade – no lado direito na planta acima. Além disso, essa planta não omite as construções – normalmente do lado oriental do Pajeú (esquerdo na planta acima) – de casebres no Outeiro, que será o principal alvo na imposição do modelo enxadrezado da cidade nos anos seguintes. Um olhar um pouco mais atento aos detalhes mostra ainda algumas “construções fora do lugar” que não “respeitavam” o alinhamento, mas que estavam presentes no momento da elaboração da planta.

O município de Fortaleza era bem maior que o espaço recortado na Planta da Cidade, mas, na planta está representado o espaço em que se concentravam as atenções da municipalidade. A ampliação da planta significa o

²⁶ Em texto escrito na década de 1860, Guilherme Capanema citou a presença de um coqueiral nessa região. CAPANEMA, Guilherme. Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte [1860]. In.: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**: Ciência, Cultura e Política no Século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 264.

²⁷ Atualmente, caminhando pelo Centro da cidade, ainda é possível observar o desnível olhando para a Rua São Paulo na esquina com a Rua Conde d’Eu, apesar do riacho Pajeú ter sido desviado e não passar mais por ali. Raimundo Girão identifica esses elevados existentes na ribeira oeste como a “lombada ou colina do Taliense” e a “colina da Misericórdia” – chamada também de Marajaiba em que se encontrava o Forte que deu o nome a cidade. GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 34-35.

²⁸ Entender o que havia nesse “vazio” e sua relação com a água será objeto do próximo item.

clareza. Sendo difícil, para quem não conhece a cidade, identificá-lo – ficava onde está a legenda (o uso do verbo no passado não é acidental, o mar em Fortaleza mudou de lugar com os aterramentos e espigões). Em um período em que a orientação não era padronizada, a *Planta* oferece uma leitura de norte a sul e de leste a oeste, privilegiando uma área da cidade em que as construções eram mais intensas e o plano estava se consolidando.

Outra ausência sentida é a indicação de árvores e dunas, presentes na carta de Farias e em diversas outras paisagens de Fortaleza na segunda metade do século XIX. No romance *A Normalista*, Adolfo Caminha escreveu quando da partida do personagem Zuza:

Depois, enquanto o vapor singrava em direção ao Mucuripe, começou a examinar a costa cearense, como se nunca a tivesse visto de fora, da tolda de um navio. Viu passar diante de seus olhos arregalados todo o litoral da Fortaleza, desde o farol de Mucuripe até a Ponta dos Arpoadores...

Primeiro o farol, lá muito ao longe, esbranquiçado, cor de areia, ereto, batido pelos ventos; depois a extensa faixa de areia que se desdobra em ziguezague até à cidade; a praia alvacentas e rendilhada de espumas. Em seguida o novo edifício da Alfândega, em forma de gaiola, acaçapado, sem arquitetura, tão feio que o mar parece recuar com medo à sua catadura.

Noutro plano, coqueiros maltratados pelo rigor do sol, erguendo-se da areia movediça que os ameaçava soterrar, uns já enterrados até a fronde, outros inclinados, prestes a desabar; o torreão dos judeus Boris, imitando a torre de um castelo medieval, cinzento e esguio; o seminário, por trás no alto da Prainha, com as suas torres triangulares; as torres vetustas e enegrecidas da Sé; o Passeio Público, com os seus três planos em escadarias; a S. C. de Misericórdia, branca, no alto; o Gasômetro; a Cadeia; e, por ali afora, o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres trepados uns sobre os outros...³¹

Tantos quantos deixaram ou vieram à cidade pelo mar – e não foram poucos – tiveram acesso a esse “ângulo”. Anos depois da publicação do romance de Adolfo Caminha (1893), Gustavo Barroso também incluiu em sua narrativa a presença de coqueiros e dunas.³² Algumas das construções citadas – o novo edifício da alfândega, o torreão dos Boris, o Passeio Público, a Santa Casa de Misericórdia, o Gasômetro, a Cadeia e o Arraial Moura Brasil – não existiam na época em que a planta foi elaborada. No entanto, palmeiras e dunas ainda se faziam presentes em

onde dividiu suas atenções entre o sacerdócio e o ensino das gramáticas Latina, Francesa e Portuguesa. Cf.: CÂMARA, Fernando. O primeiro cearense promovido ao episcopado. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1982. Além disso, é possível encontrar anúncios do Padre Medeiros se oferecendo para aulas particulares durante o ano de 1854 no jornal **Pedro II**.

³¹ Romance publicado originalmente em 1893. Edição pesquisada: CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 150 – 151.

³² BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 376-377.

segundo plano – no Outeiro que ficava acima do nível do mar. Casebres, dunas, mar e coqueiros eram uma constata na paisagem de Fortaleza.³³

No entanto, a Planta de Rego de Medeiros não é a única em que isso acontece: na planta de Adolpho Herbster publicada em 1868 no *Atlas do Império do Brazil* houve supressão semelhante.³⁴ Na tentativa de descobrir as razões dessas omissões, encontrou-se uma proibição ao plantio de coqueiros, presente nas *Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza*, aprovadas provisoriamente, em 23 de janeiro de 1865:

Lafayette Rodrigues Pereira, presidente da província do Ceará, aprova provisoriamente, sobre proposta da camara municipal da cidade da Fortaleza, a postura seguinte:

Art. unico. Fica prohibido plantar-se coqueiros desde a Fortaleza ate o morro do Guagirú, sob pena de 4\$000 de multa, e de serem arrancados a custa do infractor.³⁵

Em 1867 foram aprovadas “As posturas da câmara municipal da cidade da Fortaleza, contendo 24 artigos” e sancionadas pelo presidente da província em exercício, Sebastião Gonçalves da Silva, 4º vice-presidente da província do Ceará. Sobre os coqueiros, foi publicado, no artigo 10:

Fica prohibido o plantio de coqueiros dentro da planta d’esta cidade. O infractor incorrerá na pena de dois mil réis de multa, obrigado a arrancar emmediatamente os que houver plantado.³⁶

Diferente do que se costuma apontar, um código de postura não substitui o anterior; normalmente, ele é um acréscimo aos artigos já publicados. Para anular uma lei, fazia-se necessário elaborar um artigo em que essa resolução era explícita: anulando o anterior ou revogando as disposições em contrário. Contudo, apesar de não ser necessário, o código de 1870 reforça a proibição – “*Art. 21. É proibido: (...) § 16.º Plantar coqueiros no terrenos compreendidos da planta da cidade / Pena de 5\$000 rs. aos infractores, e de ser removido o objeto*” – e o de 1893 repetia

³³ Estes aspetos serão retomados no próximo tópico.

³⁴ HEBSTER, Adolpho. Cidade da Fortaleza. In.: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias**. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

³⁵ Posturas da camara municipal da cidade da Fortaleza, aprovadas provisoriamente em 23 de janeiro de 1865. In.: **O Cearense**, 7 Fev 1865, p. 4.

³⁶ Resolução, n. 1216, de 20 de agosto de 1867. In.: CEARÁ. **Collecção dos Actos legislativos, Regulamentos e Instrucções da província do Ceará no anno de 1867**. Fortaleza: Typographia de Odorico Colás. , 1868. Acervo microfilmado da hemeroteca da BPGMP.

exatamente o mesmo texto, mas impondo multa de 10 mil réis.³⁷ É possível que as novas publicações tenham se dado para aumentar o valor da multa, e assim, tentar fazer valer a proibição. Todavia, essas medidas não impediram que os coqueiros emoldurassem as paisagens da cidade construídas durante toda a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. No mesmo período em que a proibição vigorou, foram publicados anúncios de mudas de coqueiros postas à venda.³⁸ Além disso, sítios e terrenos anunciados nos periódicos também enumeravam os pés de coqueiro existentes como um atrativo aos compradores.³⁹

No romance *Iracema* de José de Alencar – publicado em 1865 – o coqueiro aparece como um símbolo importante: lápide de Iracema e útero do Ceará.⁴⁰ Não menos interessante, é que as críticas que se fizeram ao livro em Fortaleza se concentraram justamente nos “deslizes” de caráter histórico cometidos pelo autor – entre eles o fato do coqueiro não ser uma planta nativa do Brasil, assim dificilmente existiria no tempo em que Martins Soares Moreno esteve na região.⁴¹ Os adversários – na política e nas letras – se utilizaram desse argumento para contestar a validade da obra.⁴² É provável que a discordância não fosse somente pelo caráter exógeno da planta escolhida por Alencar – apesar disso não poder ser descartado e representar uma falha grave –, mas também por destoar da imagem que se buscava construir da província e de sua capital.

³⁷ Respectivamente: Resolução n. 1,358 de 3 de novembro de 1870. In.: **CEARÁ. Collecção das Leis da Província do Ceará de 1870.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1870; **FORTALEZA. Câmara Municipal. Código de posturas da Câmara Municipal de Fortaleza – 1893.** Fortaleza: [s.n.], 1915, p. 18.

³⁸ **Pedro II**, 9 Abr. 1856, p. 4; **Cearense**, 12 Mar 1866, p. 4; **Cearense** 28 Jan 1872, p. 4.

³⁹ **Cearense**, 6 Abr 1852 p. 4; **Cearense**, 29 Abr 1865, p. 4; **Cearense**, 26 Maio 1868, p. 3; **Cearense**, 21 Out p. 1868, p. 3; **Cearense**, 18 Jan 1871 p. 4.

⁴⁰ RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita de história.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 61-62.

⁴¹ Foram publicadas no jornal *Cearense* seis cartas sobre o livro assinada por Potyuara – pseudônimo. As cartas criticam diversos aspectos do livro, explicitando, principalmente, as falhas em reconstituir a paisagem e os hábitos indígenas do período em que pretensamente se passaria o enredo. Cf.: Cartas sobre a Iracema, lenda nacional por J. d’Alencar – Carta 1.^a. **Cearense**, 24 out, 1865, p.3; Cartas sobre a Iracema, lenda nacional por J. d’Alencar – Carta 3.^a. **Cearense**, 14 Nov 1865, p.2-3; Cartas sobre a Iracema, lenda nacional por J. d’Alencar – Carta 4.^a. **Cearense**, 16 Nov 1865, p.3-4; Cartas sobre a Iracema, lenda nacional por J. d’Alencar – Carta 5.^a. **Cearense**, 17 Nov 1865, p.1-2; Cartas sobre a Iracema, lenda nacional por J. d’Alencar – Carta 6.^a. **Cearense**, 24 Nov 1865, p.2-3; A segunda carta não foi localizada.

⁴² Fenômeno similar pode ser observado na discussão que se travou sobre a salubridade do Chafariz do Largo do Palácio na imprensa local. Os partidários do padre José Martiniano de Alencar – pai do escritor homônimo – defendiam a qualidade da água e os opositores criticavam. O Chafariz era um monumento à Alencar, assim objeto de disputa. Cf.: MAIA NETO, Emy Falcão. “Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza (1839-1876). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 8, p.135-148, 2014.

Uma hipótese possível para a proibição é que essa “paisagem” de mar, palhoças e coqueiros não era vista com “bons olhos” por todos, por não combinar com a ideia de “cidade moderna” que era almejada.⁴³ Assim, imagina-se que os coqueiros ajudavam a cristalizar uma imagem da cidade que muitos em Fortaleza gostariam de superar em prol da valorização do espaço urbano salubre e agradável.

No que diz respeito à água, olhando com mais cuidado, pode-se encontrar seus vestígios na *Planta da Cidade de Fortaleza* de Manoel do Rêgo Medeiros. Porém, não está representada por desenhos, mas na toponímia. Batizar – e rebatizar – os logradouros constitui importante “dispositivo na legitimação simbólica do poder público”.⁴⁴ No entanto, no período em que essa *Planta foi levantada* o “poder público” ainda estava se apropriando dessa ferramenta. Alguns nomes já estavam em placas, mas normalmente se perpetuava a nomenclatura dada anteriormente, baseada em elementos do cotidiano.⁴⁵ Assim, o rio Pajeú – a grande ausência gráfica na *Planta* de Medeiros – é lembrado pelo nome de algumas das ruas e travessas.⁴⁶ As ruas do Chafariz, da Ponte e da Lagoinha e as travessas do Pajeú, Poucinho, Cacimba e Bica, indicam água. Esses apontamentos são preciosos, uma vez que direcionam a investigação para elementos que não estão na imagem, mas que eram importantes para os moradores, a ponto de tornarem-se referências, muitos resistindo, por muito tempo, ao nome oficial.

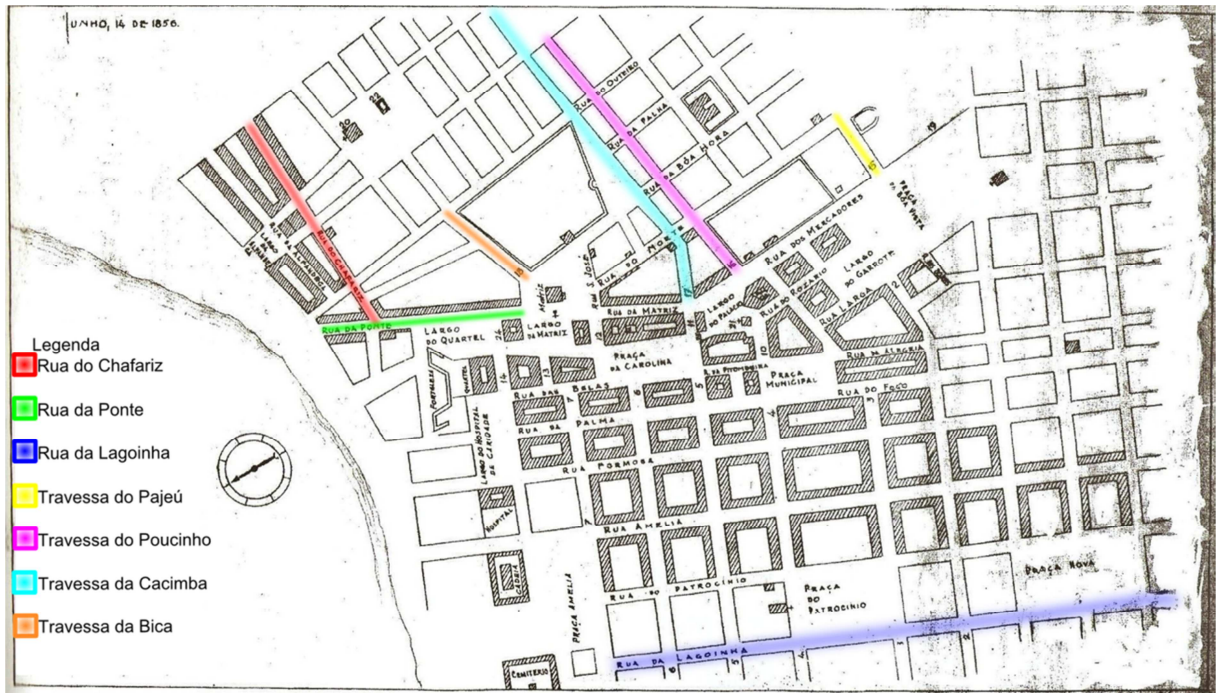
Na montagem seguinte, destacaram-se essas ruas e travessas:

⁴³ Segundo Luciana Murari, nesse período a ideia de paisagem era sempre ligada ao não urbano. Assim, “qualificar um espaço como ‘paisagem’ significava defini-lo a partir do domínio da natureza sobre os signos da civilização, do poder, da técnica e da modernidade”. MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 15.

⁴⁴ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2ª Ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2004, p. 49.

⁴⁵ PORDEUS, Ismael. Fortaleza – casas e ruas numeradas. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1963, p. 335 – 352.

⁴⁶ Durante muitos anos em Fortaleza foram chamados de ruas os logradouros de norte a sul e de travessas os de leste a oeste.



FONTE: MEDEIROS, Manoel do Rego. *Planta da Cidade de Fortaleza*. CASTRO, José Liberal de. *Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada*. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: 2005. **Destaques e legenda:** Emy F. Maia Neto – 2012.

Segundo Mozart Soriano Aderaldo, o chafariz que dava nome à rua ficava na esquina com a Rua da Ponte – na planta, no encontro da linha vermelha com a verde (atualmente, seria o cruzamento da Rua José Avelino com a Avenida Alberto Nepomuceno).⁴⁷ Trata-se, possivelmente, do primeiro chafariz da Vila, inaugurado em 1813 a partir de um dos olhos d'água que existiam no terreno disponibilizado por João da Silva Feijó.⁴⁸ Essa rua percorrida à noite pelo personagem João Batista – no romance *A Afilhada* – é descrita como “deserta e úmida”, onde só se escuta o “coro dos sapos e dos grilos”.⁴⁹ O chafariz foi construído, segundo argumento elaborado para sua edificação, como uma opção à água do Pajeú – que era utilizada para o consumo doméstico, mas também para lavar roupas e animais.

A rua manteve a toponímia até 1882, quando mudou de nome para Rua Singlehurst – em referência a uma casa comercial existente na cidade pertencente a Robert Singlehurst.⁵⁰ No entanto, no dia a dia, as pessoas continuaram se referindo à rua como “do Chafariz”. Anos depois, as casas comerciais localizadas no referido

⁴⁷ ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada*. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993, p. 130.

⁴⁸ Conferir: NÓBRE, Geraldo S. *João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 133 e segs.

⁴⁹ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada* [1989]. *In.*: _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 306.

⁵⁰ *Cearense*, 4 Feb 1882, p. 2.

logradouro ainda anunciavam seu endereço na Rua do Chafariz. Afinal, ao utilizar o nome estabelecido pela municipalidade corria-se risco de indiferença. Assim, apesar da revelia dos poderes públicos e das placas afixadas nas esquinas, a rua continuou conhecida pela antiga toponímia.

A Rua da Ponte deve sua nomenclatura a que ficava sobre o riacho Pajeú – já perto de sua foz –, ligando o centro da cidade ao porto e à Prainha. Durante o período estudado, teve um longo histórico de reparos e reformas – conforme se discutirá adiante. Esta denominação indicava ainda que nesse período as pontes não eram comuns no centro de Fortaleza. Afinal, se as pontes fossem ordinárias na região, esse topônimo geraria confusão e não consistiria numa boa referência – nos anos seguintes, na referência à ponte foi acrescida outra indicação: do Chafariz.

Já a Rua da Lagoinha, segundo Gustavo Barroso, fazia referência a uma pequena lagoa da qual se serviam os moradores da cidade. No entanto, no período em que a *Planta* foi elaborada, esta já havia “sumido” e em seu lugar encontrava-se uma cacimba construída em 1850. Ainda segundo o autor, em 1899, a praça onde havia existido a lagoinha já mudara de nome – batizada com o nome de Coronel Teodorico – mas muitos continuavam chamando-a de Lagoinha.⁵¹ Atualmente, a Praça recebe o nome do historiador Capistrano de Abreu. No entanto, para a maioria da população ela continua sendo chamada pela nomenclatura que remete à atinga aguada.

A Travessa do Pajeú, apesar de cortar o riacho homônimo, deve sua toponímia ao açude de mesmo nome construído em 1837 durante o governo do Presidente da Província Jozé Martiniano de Alencar, a partir da barragem do riacho Pajeú.⁵² Na pequena cidade, o riacho era uma referência recorrente e muitas travessas o cortavam verticalmente ou terminavam (ou começavam) em suas margens. Assim, apenas a que ficava próxima à barragem fez jus ao nome. Afinal, remeter travessas ao riacho seria um risco de condená-las à indistinção.⁵³

Antes de continuar, faz-se necessário explicar alguns pontos presentes na *Planta* para não gerar confusões futuras. O desenho organizado por Manoel do

⁵¹ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 177.

⁵² Sobre a Travessa e o Açude do Pajeú, cf.: NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980, p. 44; NOGUEIRA, João Antiquidades de Fortaleza. GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **Almanaque do Estado do Ceará**. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1942, p. 42.

⁵³ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza**: imagens da cidade. 2ª Ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2004, p. 51.

Rêgo de Medeiros, não apenas escondia o que existia e assinalava o que não existia – e alguns nem vieram a existir –, como também distorcia e mudava as construções de lugar. No caso da travessa do Poucinho e da Cacimba isso acontece. A primeira era o caminho que ligava o centro ao Colégio dos Educandos – grafado na planta como uma construção vazada com algo que lembra um “E” maiúsculo⁵⁴. Já a da cacimba terminava nos fundos do mesmo prédio. Segundo João Nogueira – em notas acrescentadas ao texto de Outro Aramac, “Fortaleza de 1845” – a nomenclatura da Travessa do Poucinho se devia a depressão do Riacho Pajeú, que lembrava um “poucinho”.⁵⁵ Já a da cacimba, fazia referência a uma cacimba que existia próxima ao Paço e a Travessa da Bica devia seu nome a uma espécie de chafariz que se formou entre o Paço e a antiga residência de Manoel Franklin do Amaral.⁵⁶

A maioria das fontes de água para beber se encontrava no lado oriental da cidade – leste. Na parte que se pedia para não levar em consideração no juízo sobre a cidade. Onde moravam os pobres. Assim, é preciso rever as considerações de alguns cronistas sobre a ocupação de Fortaleza. Afinal, parece mais plausível – diferente do que escreveu João Brígido – que a ocupação da região tenha se dado nas ribeiras da “curva do Pajeú” – atualmente inexistente com o desvio realizado no traçado do riacho – destacado de amarelo na planta de Antonio Simões Ferreira de Farias. O discurso que tenta esconder ou desconsiderar essa parte da cidade procura também esconder os pobres e suas habitações. No entanto, as principais fontes de água ficavam no Outeiro, onde estavam as casas de palha e de taipa.

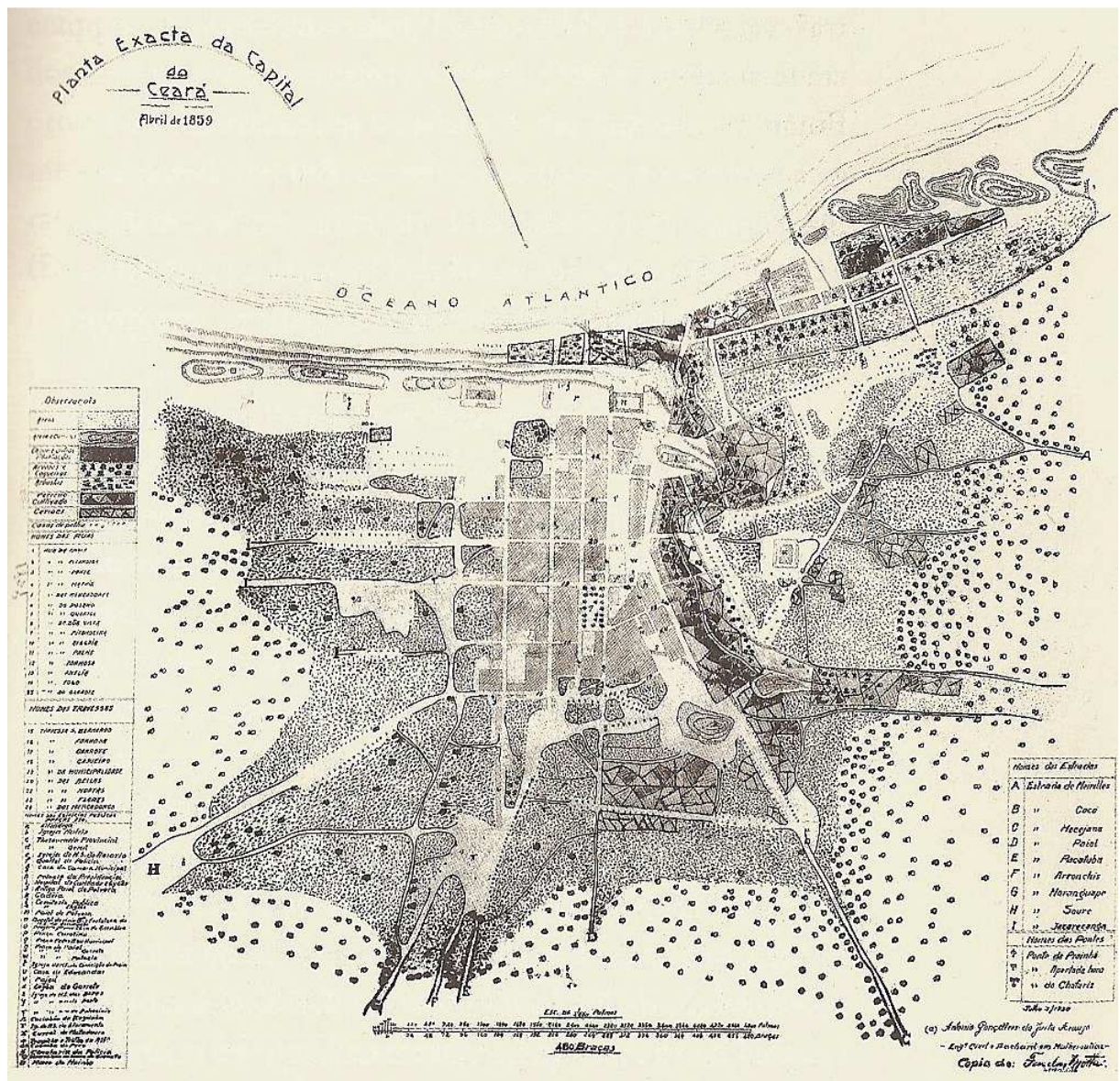
Os logradouros cujos nomes estavam relacionados às aguadas tiveram vida longa no cotidiano da cidade. A utilização desses espaços com pontos de referência indicam o quanto eram conhecidos pela população. Poços, cacimbas, chafarizes, bicas, rios e seus associados sugerem outra dinâmica da água no cotidiano da urbe. No entanto, antes de prosseguir nos usos, faz-se necessário pensar um pouco mais nas águas de Fortaleza. Havia ainda pontes, aterros, açudes

⁵⁴ Conforme se observou concatenando a planta citada com a legenda da *Planta Exacta da Capital do Ceará de 1859 elaborada por Adolpho Herbster*.

⁵⁵ OUTRO ARAMAC. Fortaleza de 1845. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1958, p. 238.

⁵⁶ NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará – Período Regencial – 7º Presidente Senador José Martiniano de Alencar. In.: **Revista do Instituto do Ceará**. 3º e 4º trimestres. Fortaleza: Typ Studart, 1899, p. 199.

e rios que precisam ser discutidos – dados a ver e a ler. Para isso, a *Planta Exacta da Capital do Ceará* publicada em 1859 por Adolpho Herbster é oportuna:



FONTE: HERBSTER, Adolpho. *Planta Exacta da capital do Ceará*. Museu do Ceará.

Adolpho Herbster chegou a Fortaleza no mesmo ano em que o padre Manoel do Rêgo Medeiros organizou sua *Planta* – 1856 – e foi contemporâneo de Antonio Simões Ferreira de Farias – com quem deve ter trabalhado. No entanto, diferente do que seria de esperar – levando as referências disponíveis em consideração – a primeira *Planta* que elaborou foi uma “Planta Exata”, em que tentou apontar os elementos presentes na urbe e no seu entorno. Era orientada de norte a sul e de oeste a leste, orientação semelhante à utilizada por Silva Paulet, mas diferente dos seus antecessores mais próximos. Além disso, a localização do Centro da urbe, no meio da imagem, ressaltava as estradas que partiam da capital –

destacadas com legendas em letras maiúsculas no original e em vermelho na próxima montagem – e a área disponível à expansão. As legendas permitem um bom começo para se pensar nas atenções de Herbster e das obras públicas.

Os elementos da geografia da região – praias, alguns declives e aclives do solo, as árvores, os coqueiros, áreas cultivadas, plantações e arbustos – apontam obstáculos que precisavam ser conhecidos e levados em consideração para serem superados. Segundo Liberal de Castro, a elaboração da *Planta Exacta* propiciou a Herbster “aprofundar seus conhecimentos sobre a pequena cidade”.⁵⁷ Ou seja, na medida em que colhia informações para realizar a carta, aprimorava sua noção sobre a cidade e o seu terreno acidentado. Além disso, a *Planta*, depois de pronta, era uma preciosa ferramenta de trabalho: ponto de partida para se pensar nas intervenções realizadas na urbe.

Além do cuidado do organizador com o arruamento – representado apenas onde este já fora estabelecido – indicando inclusive os quarteirões com arestas arredondadas pelos caminhos no cotidiano, as legendas apontam a localização de estradas, prédios públicos, cacimbas, rios, pontes e outros. No entanto, isso não faz dessa *Planta* “mais verdadeira” em relação às demais. As representações cartográficas nunca estiveram alheias a conflitos, disputas, embates e imaginação.⁵⁸ Todas são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo. Ferramentas técnicas e políticas. Herbster também elaborou uma planta mais “oportuna” aos interesses políticos locais – escondendo as aguadas e ampliando o arruamento – para o *Atlas do Império do Brasil* em 1868 – conforme citado anteriormente.⁵⁹

A capital do Ceará dada a ver na *Planta Exacta* é representada como entrada e centro da província – por isso, a importância das estradas destacadas em letras maiúsculas. Ela é um argumento para justificar a necessidade dos investimentos na capital – em um período em que eram crescentes, apesar das “escassas finanças da província” – ao mesmo tempo em que era uma ferramenta para empreender essas intervenções.

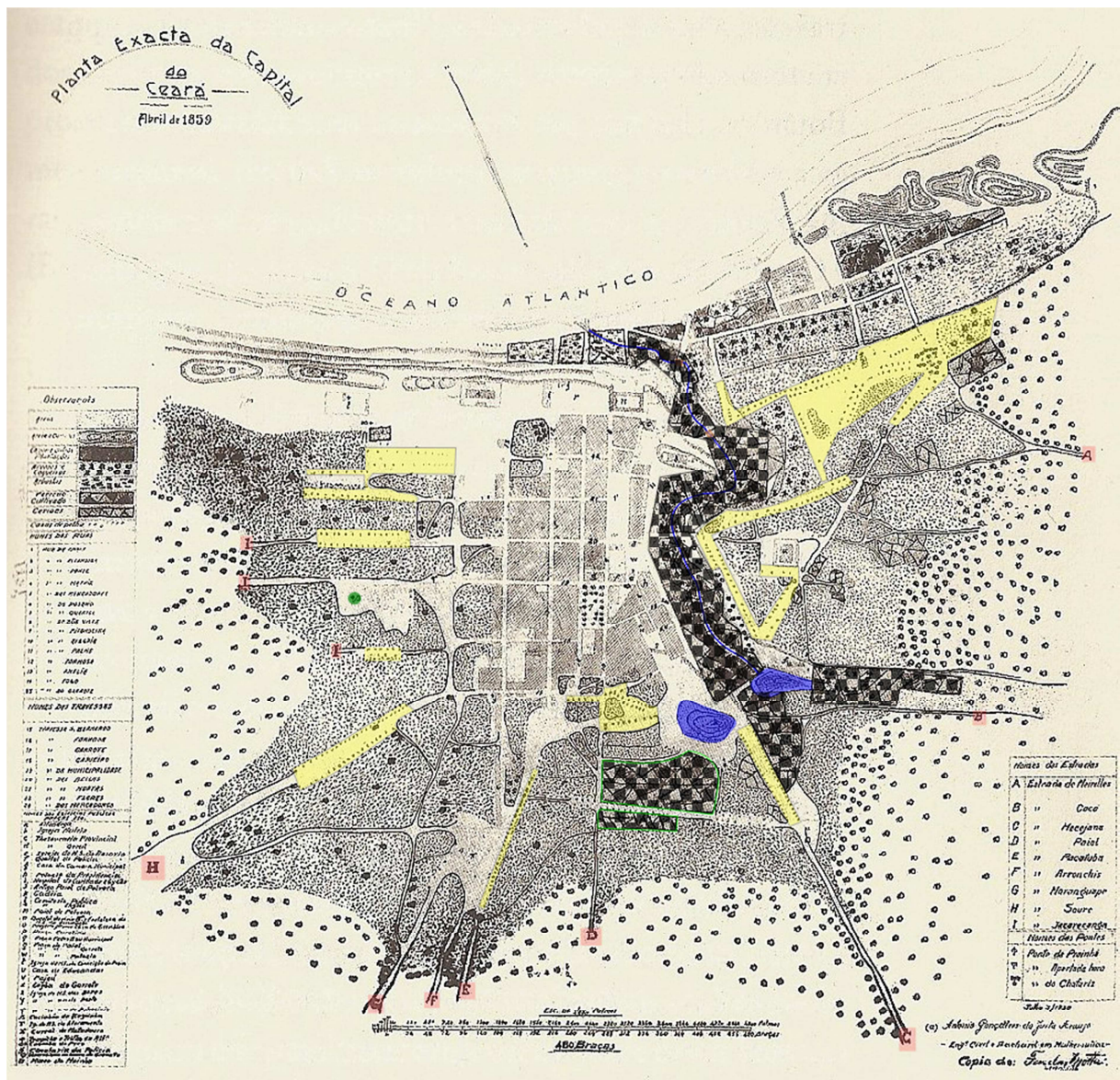
No que diz respeito à água, é possível observar que as ribeiras do Pajeú eram intensamente utilizadas para a agricultura – conforme legenda de Herbster.

⁵⁷ CASTRO, José Liberal. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1994, p. 64.

⁵⁸ BLACK, Jeremy. **Mapas e história**: construindo imagens do passado. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

⁵⁹ HEBSTER, Adolpho. Cidade da Fortaleza. *In.*: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

Elemento importante para o cotidiano da cidade, mas pouco explorado – destacado em xadrez na montagem abaixo.



FONTE: HERBSTER, Adolpho. Planta Exacta da capital do Ceará. Acervo do Museu do Ceará.

Destaques: Emy F. Maia Neto – 2012.

A paisagem da cidade dada a ler e a ver – se não colocadas em diálogo – cria imagens mentais poderosas e equivocadas. Tomar a definição da região como um grande areal impossibilita pensar nas apropriações das águas, das matas e do solo da região em que Fortaleza foi construída. Relações presentes e importantes da vida cotidiana que correm o risco de ficarem esquecidas em meio a definições duras.

A distância apontada nos documentos oficiais entre o cacimão (destacado em verde) e o centro da cidade esconde a proximidade daquele com uma série de casas de palha ou taipa – destacadas em amarelo. Essa proximidade

revelou-se ainda maior na medida em que se foram construindo outras cartas e localizando outros pontos de concentração de pessoas, conforme se verá no decorrer do trabalho. Já que a “cidade” – o Centro – não era para todos, alguns preferiram continuar morando perto das aguadas.

Além da planta discutida, Adolpho Herbster elaborou – no mínimo – outras três: a *Cidade da Fortaleza* (para o *Atlas do Império do Brasil* – 1868), a *Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios* – 1875 – e a *Planta da Cidade da Fortaleza, Capital da província do Ceará* – 1888. A primeira já foi discutida e as duas últimas – *Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios* de 1875 e a *Planta da Cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará* de 1888 –, dialogam francamente entre si. Assim, optou-se, para não tomar espaço no corpo do texto, desenvolver as discussões a partir do desenho de 1888, por trazer uma reelaboração da planta anterior, incluindo novos detalhes, o uso de cores e por se tratar de uma versão original. Eis a planta:



FONTE: HERBSTER, Adolpho. Planta da Cidade da Fortaleza – Capital da Província do Ceará. Mapoteca da Biblioteca Nacional.

Quando publicou essa planta, Adolpho Herbster já havia se aposentado das suas funções como engenheiro da Província e Arquiteto da Câmara Municipal. Assim, sua elaboração não foi encomendada, nem um atributo da função. Essa Planta, como atesta a qualidade da publicação, foi impressa pelo processo litográfico em Paris pela casa Burk & Cia e a tiragem – que apesar de não ser possível afirmar a quantidade com exatidão – não deve ter sido pequena, tendo em vista o grande número de exemplares ainda hoje existentes.⁶⁰ Está orientada de leste a oeste e de

⁶⁰ É possível que Adolpho Herbster tenha buscado com a publicação dessa planta, deixar vestígios de sua passagem e de seu trabalho na cidade. Assim, não é absurdo afirmar que ela pode ser

sul a norte. Nela é possível observar as principais intervenções urbanísticas realizadas no século XIX: os três bulevares – da Conceição (posteriormente, Dom Manoel), Duque de Caxias e do Imperador –, o arruamento nos subúrbios, as linhas de bonde – em vermelho –, praças, prédios públicos e a ampliação do cemitério. Além disso, é possível ver, além do riacho Pajeú – próximo à zona central –, o riacho Jacarecanga que se torna uma nova fronteira ao arruamento da cidade.

A cidade de Fortaleza cresceu às margens do Pajeú e, em grande parte, em direção ao riacho do Jacarecanga. Talvez esse vetor de crescimento não se deva apenas à água do riacho, mas não é absurdo pensar que este tenha o seu quinhão de responsabilidade. A partir da década de 1920, os entornos do Jacarecanga passam a serem valorizados para a construção das novas moradias elegantes da cidade que, com o passar do tempo, ficou mais próximo do centro da cidade com a abertura de ruas e, posteriormente, com a linha do bonde. No entanto, mesmo antes da região ser procurada como local oportuno às novas noções do bem morar, essa área era utilizada para outras finalidades.

O Açude do Padre Pedro, conhecido dos leitores das reminiscências de Gustavo Barroso e Mozart Soriano Aderaldo, era formado a partir de uma barragem no Riacho do Jacarecanga. Essa barragem não era a única existente. As *Posturas de 1879* regulavam a construção de barragens nesse riacho de forma a que a água não fosse disponibilizada apenas aos que possuíssem as terras do ponto mais próximo à nascente.⁶¹ Isso indica que havia mais de uma barragem e que essas construções eram objeto de intensa disputa. Afinal, muitos dos proprietários daquela região gostariam de ter o rio passando – ou barrado – dentro de suas propriedades.

Com os deslocamentos populacionais para fora do centro e a proximidade crescente dos moradores com esse riacho, ele passa a ser objeto de práticas, normas e usos que diferem do Pajeú. Práticas que passaram a ser permitidas apenas nessa aguada e que serão discutidas no terceiro capítulo. Contudo, não bastava ter a água, era preciso que ela fosse “saudável”. Em postura anterior – 1867 – era proibido lavagem de roupa de pessoas acometidas de doença epidêmica no riacho Jacarecanga, o que aponta para um cuidado em preservar a salubridade

pensada como uma tentativa de “escrita de si”. Ou seja, uma tentativa de se deixar para a posteridade.

⁶¹ Resolução Nº 1818 de 1º de Fevereiro de 1879. In.: **Actos Legislativos da província do Ceará: Promulgados pela respectiva Assembléa no anno de 1878**. Fortaleza: Typographia do Mercantil, 1879.

dessas águas ameaçadas pela proximidade com o “Lazareto da Jacarecanga” – onde ficavam as pessoas em quarentena ou acometidas de doenças contagiosas.⁶² Além da lavagem de roupa e da coleta de água para o consumo doméstico, o riacho era utilizado para pescarias e em suas ribeiras eram cultivadas árvores frutíferas e outros vegetais.

Por fim, é necessário apontar que a expansão das áreas representadas nas plantas traziam algumas implicações no cotidiano. Elas fazem parte do aparato normativo que se estabelece sobre os moradores da cidade, se relacionam com as posturas demarcando áreas de vigência de algumas normas. Assim, à medida que uma nova planta é elaborada e sua área representada é ampliada, algumas posturas passam a vigorar nessas regiões – agora visíveis à norma.

Atualmente é comum ler ou escutar que a cidade de Fortaleza é plana. Pode até ser, dependendo da escala utilizada. No entanto, escolheu-se não partir dessa premissa. Pois ela contribui para esconder uma série de aclives e declives que foram aterrados no Centro da cidade e que são de grande importância para se compreender a dinâmica da água em Fortaleza – um dos objetivos desse trabalho. Além disso, não se compartilha dessa escala – autoritária – que busca esconder as rugosidades dos terrenos e das práticas.

1.2. A água entre areias e matas.

A região onde Fortaleza se localiza é formada por campos de dunas e paleodunas⁶³ – além de praias e planícies fluviais/marinhas – que tinham uma relação estreita com os sistemas aquíferos: a água das chuvas que se infiltrava nas dunas propiciava tanto o surgimento de “olhos d’água” quanto reforçavam o potencial hídrico de rios próximos e reservatórios superficiais (como as cacimbas,

⁶² Resolução N° 1216, de 30 de Agosto de 1867. *In.*: **Coleção dos Atos Legislativos e Instruções da Província do Ceará**. Fortaleza: Typographia de Odorico Colás, 1867.

⁶³ São sedimentos costeiros eólicos mais antigos do que as dunas móveis, posicionados sempre em linha com a costa [...] Geralmente, estão fixos por vegetação. QUESADO JUNIOR, N.; CAVALCANTE, I. N. Hidrogeologia do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. **Águas Subterrâneas**, São Paulo, 2000, p. 7. Disponível em: <http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/issue/view/1191/>.

por exemplo).⁶⁴ Eram responsáveis pelo equilíbrio da relação de estreitamento da praia – pelo avanço do mar – e alargamento – depositando novos sedimentos na faixa litorânea. Além disso, segundo Gustavo Capanema, as dunas em Fortaleza fechavam a foz dos riachos– impedido o avanço da água do mar – e acumulavam água em “pequenas lagoas” – entre duas dunas paralelas – nos meses de poucas chuvas.⁶⁵

Estas relações não estavam todas postas no período pesquisado, mas se fazem necessárias, pois influenciavam a oferta de água na cidade. Sem levar em consideração a função dos campos de dunas, pode-se incorrer em outro erro: acreditar que a quantidade de água disponível no período pesquisado era similar a atual e minimizar a importância da relação dunas com as águas da cidade.

Em seu livro “*Travels in Brazil*” o viajante Henry Koster, que esteve em Fortaleza entre dezembro de 1810 e janeiro de 1811, descreveu, assim, a vila visitada:

É edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça, e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas, nalgumas residências, há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o palácio do governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila.⁶⁶

Em meio a um terreno arenoso, pequena e com poucas construções, a Vila, ainda segundo Koster, não poderia contar com a natureza que a cercava para almejar melhor ventura: o acesso por terra era difícil, não contava com um porto natural e era constantemente alvo de “terríveis secas”.⁶⁷ A descrição do viajante, assim como grande parte dos estrangeiros que estiveram no Ceará entre 1810 e 1916 – o historiador Guilherme Studart listou 73 –, estava conectada com a

⁶⁴ As dunas e paleodunas ocupavam na capital uma área bem maior do que a atual – localizada na Praia do Futuro/Cidade 2000 e Barra do Ceará – e despertavam atenção dos homens de letras e envolvidos com as obras públicas. QUESADO JÚNIOR, N.; CAVALCANTE, I. N. Hidrogeologia do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. **Águas Subterrâneas**, São Paulo, 2000, p. 7. Disponível em: <http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/issue/view/1191/>.

⁶⁵ CAPANEMA, Guilherme. Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte [1860]. In.: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**: Ciência, Cultura e Política no Século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 160 e 165.

⁶⁶ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** – Travels in Brazil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 164 - 165.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 165 - 167.

expansão do capitalismo europeu no Brasil, que encontrava caminho mais propício desde a “abertura” dos portos.⁶⁸

Henry Koster não era um naturalista, não devia relatórios nem outras obrigações técnico-científicas. Viveu em Pernambuco onde levou uma vida de pequeno proprietário até a sua morte em 1820.⁶⁹ Nesse ínterim, viajou à Inglaterra onde escreveu e publicou seu livro *Travels in Brazil* em 1816 com “as orientações e a vasta biblioteca” de Robert Southey.⁷⁰

Segundo Izabel Marson, o livro de Koster foi bem acolhido pelo público na Europa.⁷¹ Não é novidade que os leitores estrangeiros do século XIX eram ávidos por informações sobre a América e principalmente sobre o Brasil.⁷² Com isso, além de sanar a “curiosidade” de muitos, dando o Brasil a ler nesses países, não é absurdo imaginar, que essa publicação consistisse em leitura oportuna aos que pretendiam estabelecer negócios no país.⁷³ Fortaleza dispunha de elementos que, se não estavam na ordem de prioridades do capital europeu, tornavam a região bem atrativa para os que pretendiam estabelecer moradia ou travar negócios relacionados ao mar – principalmente comércio.⁷⁴

Eustógio Dantas aponta a zona litorânea da cidade “*como lugar de habitação das classes pobres da sociedade fortalezense*”.⁷⁵ Apesar de não ignorar esses usos, por localizar suas atenções nos propulsores do processo de

⁶⁸ Conferir: FREITAS, Antonio de Pádua Santiago. Estrangeiros e Cultura Capitalista Ceará (1810-1916). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, p. 8-9.

⁶⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. “Prefácio do tradutor” [1941]. In.: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil** [1816]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 9-27.

⁷⁰ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil** [1816]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 4.

⁷¹ Segundo Marson, esse “sucesso editorial” pode ser percebido pelo número de edições: a primeira inglesa é datada de 1816, no ano seguinte publicou mais três edições (a segunda inglesa, a primeira americana e a primeira alemã); em 1881 a primeira em francês; em 1831 a segunda em alemão em 1831. MARSON, Izabel Andrade. **Imagens da condição feminina em “Travels In Brazil” de Henry Koster**. *Cadernos Pagu*. Campinas: 1995, p. 220.

⁷² DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 22, Nº 44, 2002, p. 268.

⁷³ MARSON, *op. cit.*, p. 219-242.

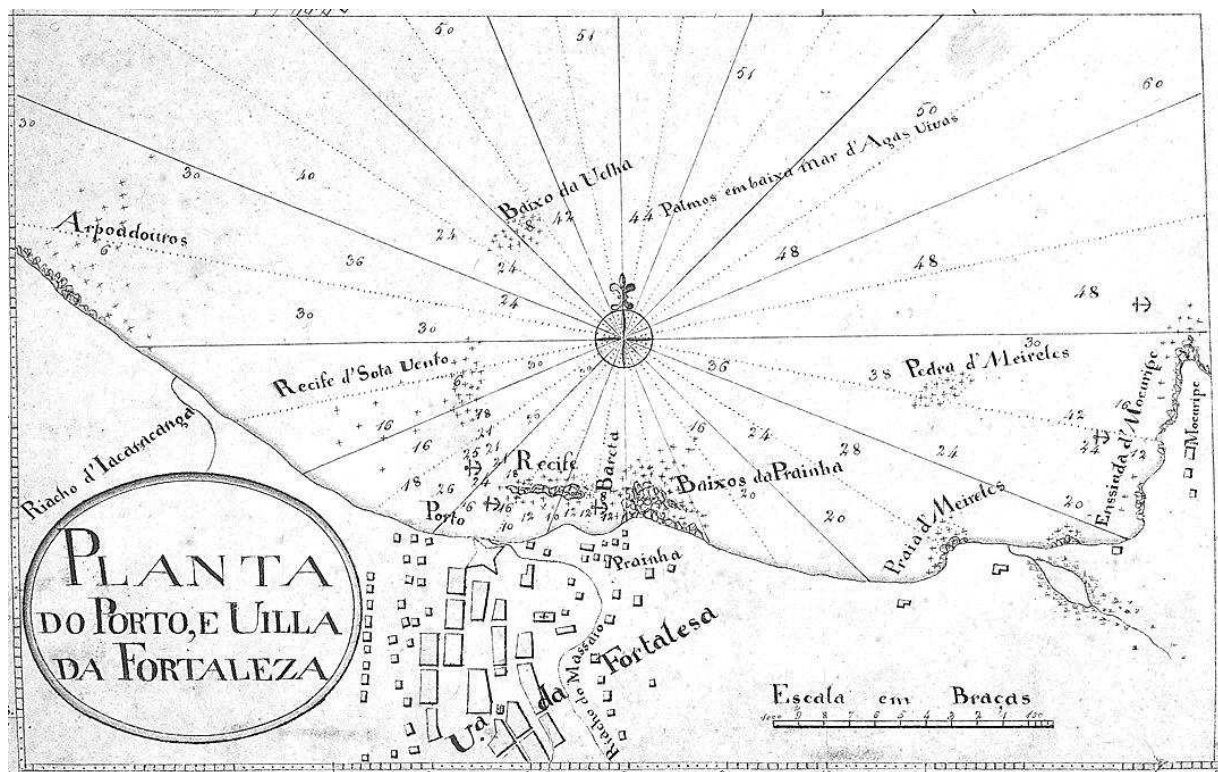
⁷⁴ Luiz Barba Alardo de Menezes – que era governador da capitania durante a passagem de Koster – em sua *Memória da Capitania do Ceará* (1814), escreveu que o Ceará possuía “*infinitas ribeiras e immensas serras de prodigiosa produção de todos os generos, especialmente de algodões, excellentes aguas, saborosos fructos; e os seus ares talvez sejam os melhores d'esse continente*”. Além disso, Alardo de Menezes exalta as vantagens do porto de Fortaleza – a proximidade com a Europa e os “ventos favoráveis” a essa navegação –, acusando Pernambuco de se utilizar do discurso de que a terra era improdutiva para tirar vantagens financeiras. MENEZES, Luiz Barba Alardo de. *Memória da Capitania do Ceará*. In.: **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878, p. 258-259.

⁷⁵ DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 39.

urbanização em sua relação com a maritimidade, o autor desconsidera o litoral e seus habitantes, no período anterior a década de 1920 – quando ele observa uma valorização desses espaços pelas “classes abastadas”.⁷⁶ Para esta pesquisa, que procura refletir no âmbito das práticas cotidianas, buscou-se investigar os sentidos dados a esses espaços no período apontado como anterior a essa valorização. Era por lá que saíam e chegavam mercadorias, pessoas e notícias. Muitos utilizavam – antes dos usos “terapêuticos” – as águas do mar para seus banhos e se relacionavam francamente com a vida no litoral, explorando as matas nas dunas e o pescado no mar.

O porto da vila/cidade foi alvo de constante atenção por parte do poder público, homens de negócio e viajantes. Assim, não é de se estranhar a atenção dada ao ancoradouro na *Planta do Porto e Villa da Fortaleza* publicada em 1813 pelo ajudante de ordens Antônio Jozé da Silva Paulet.⁷⁷

Eis a Planta:



FONTE: Detalhe da "Carta da Capitania do Ceará, e costa correspondente levantada por Antonio Jozé da Silva Paulet no anno de 1813". Original disponível na Mapoteca do Itamarati.

⁷⁶ DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p.48.

⁷⁷ Detalhe da "Carta da Capitania do Ceará, e costa correspondente levantada por Antonio Jozé da Silva Paulet no anno de 1813". Original disponível na Mapoteca do Itamarati.

A *Planta* elaborada por Antônio da Silva Paulet trás algumas marcas – indicações – que direcionavam as atenções dos que a olhavam ; são vestígios da sua utilização. Esses “protocolos” eram conhecidos nos espaços de circulação desses documentos, indicando, assim, seus usos.⁷⁸ Na *planta* se encontram referências náuticas importantes: profundidade da água em palmos, locais para ancorar as embarcações, recifes e outras.

O mesmo não se pode dizer das indicações de terra, são poucas e imprecisas – a existência de duas igrejas e um Forte, além de construções esparsas. No entanto, são significativas no que se referem aos usos da *planta*. Assim, o cuidado de quem a elaborou se volta para o mar, indicando onde se concentravam as atenções dos possíveis “leitores” da planta. Na Planta publicada em 1818 – *Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto* –, Silva Paulet mudou a ordem dos elementos que compõem o título da representação sem, todavia, maximizar a atenção ao primeiro.⁷⁹

Anos depois das plantas de Paulet, o porto era recorrentemente alvo de reclamações e preocupações. Os viajantes pesquisados não o viam com “bons olhos”. Daniel P. Kidder escreveu que o porto “*jamais constituiu ancoradouro seguro*”, Robert Avé-Lallemant considerou uma “sorte” ter desembarcado de pés enxutos e o casal Louis e Elisabeth Agassiz definiu o desembarque como “difícil”.⁸⁰ Assim, é complicado discordar da opinião de Raimundo Girão que afirmava que o retrato do porto pintado por Koster não mudou durante todo o resto do século XIX.⁸¹ No entanto, essa afirmação não explica a relação construída entre os moradores com o ancoradouro da Prainha durante quase cem anos – mesmo que o porto tenha continuado como alvo de reclamações.

⁷⁸ CHATIER, Roger. Do livro à leitura. _____. (Org.) **Práticas da Leitura**. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 99.

⁷⁹ PAULET, Antonio Jozé da Silva. **Carta da Capitania do Ceará**, 1818. Fonte: Biblioteca Nacional / RJ.

⁸⁰ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** (províncias do Norte). [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972, p. 136; AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p. 17; AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865–1866)**. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 146 e 407.

⁸¹ GIRÃO, Raimundo. A tragédia portuária. In.: _____. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 209 – 222.

A região do porto – assim como grande parte da costa cearense – era coberta por montes de areias móveis.⁸² O prático Felipe Francisco Pereira, em seu Roteiro da Costa do Norte do Brasil, dá a ler uma descrição do litoral dos arredores de Fortaleza em 1877:

O pequeno povoado do Mucuripe, está collocado no canto da enseada, o qual nada oferece de notavel, como tambem o do Meirelles que lhe fica próximo. Um pouco a O[este] deste ultimo está o morro de areia que denominara da Prainha, e contiguo a este está a cidade da Fortaleza.

[...]

O ancoradouro deste porto comprehende o espaço que ha do extremo norte do recife que vem do Trapiche ou antes Ponte da Alfandega, e vai terminar em frente ao Morro do Croatá que está ao N[orte]. Este porto é pessimo, não só para embarque como para desembarque, principalmente em preamar. Ha epochas em que alli faz tanta ressaca na praia, que não é fácil atracar qualquer embarcação, sendo além disso estreito por tal fórma aquelle ancoradouro que apenas pode comportar dez ou doze navios

[...]

O Trapiche, de que temos fallado, acha-se obstruído pelas grandes areias que o vento para alli dirige e que veem dos Morros do Mucuripe e da Prainha, por isso somente no preamar, algumas vezes, presta-se a embarque. Estas areias, tambem hão concorrido para a estreiteza do canal acima mencionado [onde atracavam os vapores costeiros].⁸³

Além das dificuldades que envolvem a praticagem no porto, lê-se no Roteiro a recorrente presença de morros de areias – dunas – nos arredores de Fortaleza, como em grande parte do litoral cearense, o que implica em uma relação próxima dessas formações com os habitantes da cidade. O deslocamento das areias acontecia com frequência e eram sentidos em toda a cidade.

Sobre as areias Daniel P. Kidder – missionário protestante, que visitou a cidade distribuindo bíblias e publicações religiosas no início da década de 1840 – escreveu:

A primeira coisa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia. Se anda a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, ela os queima, e, se sopra o vento, a areia enchenos os olhos. São de areia o leito das ruas e os passeios laterais, com exceção dos pontos pavimentados com lajes e tijolos. Que se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia

⁸² Que se deslocam por causas naturais, sociais ou integradas. FALCÃO SOBRINHO, José. Litoral Cearense: uma contribuição para a tipologia das dunas. In.: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* (orgs.) **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 391.

⁸³ PEREIRA, Felipe Francisco. **Roteiro da costa do Norte do Brazil desde o Maceió até o Pará publicado sob os auspícios do exmo. Conselheiro Dr. Luiz Antonio Pereira Franco Ministro da Marinha compreendendo todos os portos, barras e enseadas, e indicando a maneira de demandal-os; a navegação por dentro e por fora do canal de S. Roque e as derrotas com as marcas para borjear no mesmo por Felipe Francisco Pereira Pratico da mesma costa**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1877, p. 86-88.

nos incomoda sempre e não raro são necessários dez bois para tirar um só carro.⁸⁴

Robert Avé-Lallemant – médico e naturalista que visitou a cidade – no segundo volume do seu livro *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859* também escreveu sobre as areias:

A areia amontoa-se por toda parte, em muito maior quantidade ainda. Sem que até aqui se possa ter explicado ao certo donde provém toda essa areia, ela acumula-se por todos os lados, sobretudo na extremidade sudoeste da enseada, como que saindo do mar, de maneira que tanto se pode pensar numa aluvião como mais ainda numa elevação da costa; em todo caso, presencia-se um quadro que lembra o Rio Grande do Sul. (...) Fui à cidade atravessando pequeno deserto de areia.⁸⁵

A visão de Kidder e Avé-Lallemant era marcada pelo “estranhamento”, um fenômeno marcante da “zona de contato” estudada por Mary Louise Pratt.⁸⁶ As areias em movimento, que eram presentes na região de Fortaleza, chamaram a atenção por parecer – aos olhos dos viajantes – “fora do lugar”. As areias que entravam nas botas e feriam os olhos, se não encontrassem as construções ou as pessoas no caminho, formariam campos de dunas ou depósitos de areias.⁸⁷ Assim, se havia algo fora do lugar, não eram as dunas.

Essa proximidade pode ser observada ainda nas primeiras décadas do século XX. Gustavo Barroso em seu livro de reminiscências *Coração de Menino* – que remete ao período de 1900 até 1910 – escreveu que as dunas eram:

Errantes e livres como os meninos. Locomoviam-se. Mudavam-se constantemente. Tomavam propriedades. Afogavam coqueiros. Às vezes, retirando-se de um lugar para o outro, descobriam-se casas e objetos que tinham estado anos e anos soterrados. Existia uma altíssima e muito íngreme do lado batido pelo vento, por trás da casa do prático Nascimento, na qual brincávamos horas seguidas de trenó.⁸⁸

As dunas estavam realmente em toda a parte. O “nomadismo” das areias, além de dificultar o deslocamento de pessoas e mercadorias entre o porto e o

⁸⁴ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** (*províncias do Norte*). [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972, p. 137.

⁸⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p. 17-18.

⁸⁶ Pratt define as “zonas de contato” como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”. PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999, p. 27

⁸⁷ FALCÃO SOBRINHO, José. Litoral Cearense: uma contribuição para a tipologia das dunas. In.: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* (orgs.) **Litoral e Sertão**: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 393.

⁸⁸ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** – Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 33.

Centro e propiciar divertimento a alguns meninos da cidade, era considerado, por muitos, um “empecilho” à ocupação da região e um símbolo de atraso. Fazia-se “necessário” controlar as areias. Nas áreas em que a urbanização era mais antiga e intensa, o calçamento das ruas – iniciando oficialmente em 1857 – se mostrou eficiente para “domar” essa movimentação.

Nos escritos de reminiscências observou-se que em Fortaleza havia uma distinção entre os moradores “da cidade” e os “das areias”. Sobre isso, escreveu Eduardo Campos:

Fortaleza estava dividida em duas metades de gente: a que morava na área do calçamento... e a que vivia (vivia?) pelas “areias”, e essa designação de ocupação do solo a significar quem morava nas embrionárias favelas de hoje, gente modesta abrigada quase sempre em casebres. Crime nas areias, de facada; briga na cidade, no calçamento, – de bengala.⁸⁹

Uma cidade não se constrói apenas pela materialidade, mas também fixando palavras que estereotipam os indivíduos.⁹⁰ Não é raro encontrar na escrita de memórias e nas crônicas da cidade a tentativa de se estabelecer divisões – e distinções – entre as diferentes “partes” de Fortaleza e seus moradores. Morar nas areias era estar à mercê das intempéries e excluído da cidade “civilizada”.⁹¹ Eduardo Campos escreveu, em outro de seus livros, que as areias eram lugar dos malfeitores, das ocorrências policiais e aonde os “crédulos iam dizer em voz alta a Oração da Cabra Preta”.⁹² Ou seja, era lugar dos perigosos, indesejáveis e “supersticiosos”.

Na impossibilidade de datar o surgimento dessa distinção, imagina-se que pode ter ganhado força com o calçamento das ruas do Centro da cidade – iniciado em 1857 e que, diferente do que escreveram em seus relatórios os presidentes de

⁸⁹ CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Quotidiano**: Breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 51-52.

⁹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 12-13.

⁹¹ Não se entende civilização como valor absoluto, mas como processo que busca hierarquizar, condicionar e domesticar as práticas. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

⁹² “As areias’, quando mencionadas em frase, davam de pronto e na exata o situamento de área urbana desassistida, lugar de possíveis malfeitores, por onde, como comentado à boca pequena, os crédulos iam dizer em voz alta a Oração da cabra preta. “Das areias” fluíam em maior proporção as ocorrências policiais da época, principalmente agressões a fachadas...” CAMPOS, Eduardo. **O Inquilino do Passado** – memórias urbanas e artigos de afeição. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1996, p. 75-76.

província e os engenheiros, não foi concluído na década seguinte.⁹³ Contudo, o sentimento de “duas cidades” é anterior.

Nas “Breves considerações sobre a climatologia do Ceará, precedida de uma ligeira descrição da cidade e seus subúrbio” publicadas pelo médico José Lourenço de Castro e Silva em 1850, como o título já deixa perceber, ele divide a cidade em duas: a propriamente dita e os subúrbios. Eis um trecho:

A cidade da capital, situada a beira-mar, e 60 palmos acima do seu nível, aos 3° 43' de lat. S., e aos 32° 42' de long. Ou. Tem por um de seus flancos (ao Sul) um outeiro com extensa e larga planície, e para onde se agglomerou a mór parte da população pobre, construindo casas de taipa cobertas de palha [...] Do outro lado (ao Norte) está o morro do Croata, bem conhecido dos navegantes. Em torno d'elle estende se outra larga planície também occupada de innumeras casas iguaes ás do outeiro. [...] No centro destes dous lugares existe a elegante e nascente capital da província, que ha 20 annos servia de ludibrio á alguém, que por ahi passava, e que hoje ainda pensa existir o que então mal vira [verá].⁹⁴

O médico prossegue o texto enumerando prédios, sobrados e praças, além do asseio e, até, “*realce da gentileza, da afabilidade e graças*” do “belo sexo” da cidade.⁹⁵ O artigo tinha como função, além das considerações sobre o clima, apresentar a descrição de uma cidade que teria melhorado nos últimos vinte anos.⁹⁶ Para isso, ele separa a “Cidade” de pedra e cal – dos sobrados e das gentilezas – dos subúrbios de “casas de taipa cobertas de palha” onde vivia a população pobre.

Para Sandra Jatahy Pesavento, em sua pesquisa sobre “o mundo dos excluídos” em Porto Alegre no final do Século XIX, esse processo simbólico atuava em duas frentes: a primeira fomentava um embate criando um adversário interno – morador das areias era perigoso, desviante e propenso ao crime – e a outra tentava silenciar essa presença – uma parte da cidade que não deveria ser levada em consideração.⁹⁷ Em Fortaleza, as areias quando se referiam ao domicílio dos

⁹³ O calçamento da cidade será discutido no próximo capítulo.

⁹⁴ SILVA, José Lourenço de Castro e. Breves considerações sobre a climatologia do Ceará, precedida de uma ligeira descrição da cidade e seus subúrbio. **Annaes Brasilienses de Medicina**, 5.º Ano, 5.º Vol., N. 11, 1850, p. 223-226.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 226.

⁹⁶ “A triste consideração em que é tida a capital do Ceará por uma tradição propalada por alguns daquelles, que ha muitos annos ali se acharam, e que ainda hoje a transmittem, já porque grosseiramente ignoram os progressos grandiosos que se notam desde então, já por uma estúpida vaidade de quererem inculcar que tem visto grandes cousas, julgando deverem rebaixar tudo quanto lhes não offerece os apparatus da opulencia; esta errônea tradição, dizemos, é uma outra razão, que nos excita a escrever esta memória, certo de que não se nos terá por ousado, procurando ao mesmo tempo descrever succintamente a topografia desse céu de um azul tão brilhante, e a saubridade de seu clima de uma temperatura tão regular.” *Ibid.*, p.224.

⁹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 12-13.

indivíduos eram – pretensamente – palavras que “aprisionavam” – ou que buscavam aprisionar.

Fora do Centro, a ameaça constante das vontades dos ventos desvalorizava a terra, deixando-as para quem não tinha muita escolha. Além do Centro, apenas na Prainha foram realizadas algumas empreitas para controlar as areias. Porém, não por conta das construções, mas do Porto de Fortaleza.

As tentativas de controlar esse fluxo das areias que assoreavam o porto foram numerosas e sistemáticas. Entre as diversas sugestões e projetos para resolver o problema, é oportuno destacar o do engenheiro francês Pierre Florent Berthot, que sugeriu, entre outras intervenções, a construção de um paredão no Meireles e, posteriormente, o plantio de grama nas dunas.⁹⁸ O paredão visava fazer com que a areia acumulasse em um ponto anterior ao porto e a grama dificultaria a movimentação de sedimentos. Assim, utilizou-se da técnica para tentar acabar com a mobilidade das dunas. O muro foi construído e alguma grama foi plantada. No entanto, pouco tempo depois, o problema já voltava a atormentar os encarregados das melhorias no porto.⁹⁹

A ribeira oriental do Riacho Pajeú, composta pela Prainha, Meireles – vila de pescadores –, Outeiro e Aldeota, era habitada até o final do século XIX por pequenos sitiantes, pescadores, lancheiros, estivadores, lavadeiras e outros trabalhadores pobres.¹⁰⁰ Alguns autores não consideravam, sequer, essa região como parte da cidade.

Para João Brígido – no seu texto *A Fortaleza em 1810*, publicado pela primeira vez em 1882 –, o Riacho Pajeú dividia a cidade em duas zonas: uma à margem oriental do rio, ainda pouco habitada, e outra à margem ocidental, onde se localizava o comércio. Essa diferença na demografia das duas zonas da cidade é creditada, ainda segundo Brígido, à profundidade e pouca abundância das jazidas

⁹⁸ **O Cearense**. 15 Out. 1858, p.2. Em outras edições do periódico citado é possível acompanhar o desenrolar das ações para a “melhoria” do porto.

⁹⁹ No período, houve um intenso debate em que muita tinta foi gasta para justificar a ineficiência da ação. Uns acusavam o governo de não ter dado continuidade ao projeto, outros apontavam falhas na elaboração e execução do projeto; havia ainda os que consideravam o problema sem solução e que todo investimento seria dinheiro jogado fora.

¹⁰⁰ VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). **Arrolamento da população da cidade de Fortaleza**. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887. Na *Planta da Cidade de Fortaleza* elaborada por Antonio Simões Ferreira de Farias em 1850 é possível ver a representação de algumas dessas habitações.

de água daquele lado do rio.¹⁰¹ Isso não condiz com o que foi estudado por esta pesquisa.

O que João Brígido chama de “pouco habitada” era, por certo, razoavelmente povoada por pobres. Quando o assunto é a urbanização de Fortaleza, o “trabalho da citação” – tomando de empréstimo o título do livro de Antoine Compagnon¹⁰² – tem pregado peças a alguns pesquisadores, que acabam tomando a referência de alguns autores – principalmente memorialistas – sem realizar uma necessária crítica, perpetuando, assim, visões com sérios problemas analíticos.¹⁰³ Nos documentos pesquisados não há referência sobre escassez de água no lado oriental. Assim, não é possível concordar com a justificativa dada por João Brígido para o “pouco interesse”, entre os mais ricos, pelas terras do lado oriental do Pajeú.

Segundo Eustógio Wanderley C. Dantas, o deslocamento dos moradores do Centro para outros locais – iniciado anos depois, à margem oriental do Pajeú (Prainha, Outeiro e Aldeota) e ao Jacarecanga – se deu relacionado a três aspectos: à busca, por parte desses grupos, de novas regiões para a construção de habitações que se adequassem à nova economia da valorização dos espaços na cidade; à criação de novos espaços propícios à construção dessas habitações com a ampliação do plano urbanístico até essas regiões; e, por fim, devido à facilidade no deslocamento desses indivíduos ao Centro com os “adventos da tecnologia” – os carros e os bondes.¹⁰⁴

Além disso, não é difícil imaginar que os primeiros ocupantes da região, com suas plantas, ferramentas e construções tenham dificultado a ação dos ventos, diminuindo o nomadismo dos morros, possibilitando aos mais ricos segurança para seus investimentos em locais que estivessem ligados às novas noções de “conforto” e de “viver bem” nas décadas seguintes.

A *Planta Exacta* – 1859 – de Adolpho Herbster mostra outros espaços de ocupação da cidade: ao longo das estradas para Mecejana, Pacatuba, Soure e Jacarecanga, no Outeiro e próximo à lagoa do Garrote. A *planta* de Herbster indica a

¹⁰¹ BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912, p. 94-96.

¹⁰² COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

¹⁰³ Antonio Luiz M. e Silva Filho chama atenção para esse problema em: SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza Imagens da Cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004, p. 98-99.

¹⁰⁴ DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 50.

existência de “choupanas” – segundo legenda – nas vizinhanças de aguadas importantes da cidade: as da Estrada de Mecejana eram próximas da lagoa do Garrote e do Açude do Pajeú; as da Estrada de Jacarecanga vizinhas aos afluentes do Riacho homônimo e Cacimba da Lagoinha; as da Estrada de Soure ficavam próximas do Açude do Padre Pedro e do Riacho Jacarecanga – não representados na *Planta* –, as do Outeiro eram bem supridas pelas águas oriundas da Cacimba do Povo, do Açude do Pajeú e pelo riacho homônimo; e as da Estrada de Pacatuba, por afluentes do Riacho do Pajeú que corriam à lagoa do Garrote. Assim, se os ricos buscavam morar próximo ao comércio, Forte, Matriz e Palácio do Governo, os pobres habitavam próximos às aguadas. Além disso, a ocupação espaçada dessa região possibilitava o bom desenvolvimento de cajueiros, coqueiros, jenipapeiros, manipuçás, muricis, araticuns, murtas, guarabirabas e ameixas do mato, que eram utilizados tanto na alimentação como no tratamento de doenças.¹⁰⁵ Além de alimentar e curar, a madeira era utilizada como lenha, material de construção e matéria-prima para a elaboração de diversos produtos.

As matas, assim como as areias, possuíam uma estreita relação com as águas da cidade. Entre as principais medidas para evitar a extinção das aguadas estava à manutenção das matas próximas. João Ernesto Viriato de Medeiros¹⁰⁶ e Thomaz Pompeo de Sousa Brasil¹⁰⁷, por exemplo, discordavam em relação ao

¹⁰⁵ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 30.

¹⁰⁶ Nascido em Sobral no ano de 1823. Foi doutor em matemática pela Academia Militar e formado em engenharia, além de deputado e senador ligado ao partido liberal. Publicou estudos sobre estradas de ferro e sobre as “secas do norte” em jornais da província e da corte. STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-bibliographico Cearense** – volume primeiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor: 1910, p. 456-459.

¹⁰⁷ Thomaz Pompeo de Sousa Brasil – que ficou conhecido como Senador Pompeo – nasceu na freguesia de Santa Quitéria (CE) em 1818 e faleceu em 1877 em Fortaleza. Foi bacharel em direito, professor, autor de diversas obras, deputado, senador e diretor do Lyceu Cearense por vários anos. Cf.: STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-bibliographico Cearense** – volume terceiro. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915, p. 141-146. Conferir ainda: BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, Tempo e Técnica: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o Século XIX**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

tamanho da influência dos rios, lagos e açudes no clima¹⁰⁸, mas concordavam na importância das matas como forma de propiciar as chuvas.¹⁰⁹

Em 1877, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil escreveu que:

A influência, pois, das matas em qualquer região é de efeito incontestável para a umidade da atmosfera e, por conseguinte, para as chuvas. Logo, a conservação daquelas que Deus criou, e a plantação de outras pelos homens, deve ser um meio de melhorar o clima do Ceará.¹¹⁰

A grande mobilização do saber para a conservação das matas resultava de uma crescente devastação que vivia a província. Tomás Pompeo de Sousa Brasil apontou que a destruição das matas ganhou força a partir de 1810, com a gradativa derrubada de árvores para dar lugar à cultura do algodão.¹¹¹ Giacomo Raja Gabaglia – chefe da Seção de Astronomia e Geografia da Comissão Científica de Exploração – escreveu com estranhamento sobre a noção de “*ornato ou aformoseamento*” que muitos dos moradores do Ceará tinham em relação ao terreno sem plantas: “*limpo*”.¹¹²

Sobre isso, o autor descreveu um diálogo que travou com “um morador do sertão, pessoa abastada e bem-intencionada”. Eis o trecho:

[Disse o “abastado e bem-intencionado”:] “Veja, em poucos meses tenho feito bastante... como vê: tudo isto... tudo isto.” Olhei com curiosidade, perscrutando ao que se referia; mas em vão: era noite, e, diante de mim, divulgava a custo um amplo espaço que deixava der ao longe duvidosos limites da estrada. “O quê?” – perguntei de novo sem bem atinar ao que se aludia. “Não vê!! – retorquiu-me o interlocutor – pois não vê todo este *limpo*? Tudo isto era um *matão* e eu pus-lhe fogo que agora faz gosto ver”.¹¹³

O ato de definir o que é mata ou “mato” – “matão” – não é aleatório. Thomaz Pompeo de Sousa Brasil em “*Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*” separa a mata

¹⁰⁸ Segundo Maria Sylvia Porto Alegre, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil publicou dois artigos – Memórias sobre o clima e secas do Ceará e reflexão sobre as secas do Dr. Viriato – em 1877 que visavam refutar as ideias de Viriato de Medeiros, no que se referiam as causas das secas e aos meios para combatê-la. PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, Cultura e Política no Século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 332.

¹⁰⁹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará** [1859]. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, *passim*.

¹¹⁰ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. O Clima e as Secas do Ceará [1877]. In.: ROSADO, Vingt-un (org.). **Nono livros das Secas**. Mossoró / RN: Fundação Guimarães Duque, 1983, p. 58.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 54.

¹¹² GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará [1877]. In.: CAPANEMA, Guilherme Schurch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. **Estudos sobre a Seca**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 69-70.

¹¹³ *Ibid.*, p. 70.

como os “*vegetais vistos como os responsáveis pela unidade dos solos, manutenção da amenidade climática e sustentação dos morros*” e os “matos” como a “*vegetação encontrada nos campos do sertão*”.¹¹⁴

Keith Thomas observou em sua pesquisa uma distinção semelhante no que se referem as “ervas daninhas” – que deviam ser exterminadas – e a “cultura” – o que devia ser plantado – em que a primeira é tudo o que não é a segunda.¹¹⁵ O conceito de “mato”, ao que parece, era bem disseminado e se refere às plantas que deveriam sair ou que não deveriam ser levadas em consideração. Assim, era a “mata” que os homens de letras – apesar de divergirem entre si¹¹⁶ – buscavam valorizar e alastrar.

Como argumento para censurar a “limpeza” do “morador do sertão”, Raja Gabaglia lamentou o desperdício de “*muitas plantas de utilidade medicinal e industrial*” com a prática.¹¹⁷ A distinção entre “mata” e “mato” passava pelo juízo que se fazia da utilidade da vegetação de determinada área, sendo o primeiro, útil e o segundo inútil. Assim, classificar a vegetação do entorno de Fortaleza como “mato” é ignorar os usos que se faziam dela e relegá-la a inutilidade, perpetuando a ideia dos que desejavam derrubá-la.

As matas tinham ainda seu destino relacionado com o das areias. Gustavo Capanema – sob o pseudônimo de Manoel Francisco de Carvalho (“cabra esbelto, escurinho e lustroso”) – acusava “os fazedores de lenha” de serem os maiores responsáveis pelos descaminhos das dunas em Fortaleza, uma vez que cortavam “a cobertura protetora” composta por vegetais que mantinham as areias no lugar.¹¹⁸ Desta forma, a utilização das matas incorria na ventura das aguadas e das areias que – como se viu – não era fácil dissociá-las.

¹¹⁴ BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, tempo e técnica**: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o século XIX. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013, p. 22.

¹¹⁵ THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 381.

¹¹⁶ No que diz respeito à arborização, Kênia Sousa Rios aponta uma divergência entre Tomas Pompeu Brasil e Gustavo Capanema sobre o tamanho da influência das “matas” na incidência das precipitações pluviais. Enquanto o primeiro considerava que as matas eram determinantes para se evitar as secas, o segundo acreditava que a arborização influenciava, mas não impedia as secas. RIOS, Kênia Sousa. Apresentação. In.: CAPANEMA, Guilherme Schurch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. **Estudos sobre a Seca**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 39-41.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 71.

¹¹⁸ CAPANEMA, Guilherme. Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte [1860]. In.: PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**: Ciência, Cultura e Política no Século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 162-163.

O mesmo Gustavo Capanema escreveu que em “*Fortaleza queima-se quase exclusivamente lenha furtada*” e que “*próximo à praia fazia-lhe mais conta que em qualquer outra parte*”.¹¹⁹ Essa prática não era nova. Em 1835 foi publicado um artigo de Posturas que visava regular essa coleta: o artigo proibia – sob pena de multa ou prisão – cortar lenha ou furtar madeira em terra alheia.¹²⁰ Caso o autor fosse um escravo, o código facultava ao dono pagar a multa ou deixar o escravo preso por quatro dias.¹²¹

Não se sabe – por superar as intenções desta pesquisa – quando a demanda por lenha nos domicílios diminuiu em Fortaleza – sendo em grande parte substituída pelo gás –, nem o que isso representou para a devastação das matas próximas – cada vez mais distantes. No entanto, é possível afirmar que a troca não acontece antes do final do período pesquisado. Em 1939, existiam ainda dez depósitos de lenha em Fortaleza.¹²² A presença dos depósitos e a carência de opções são indícios da recorrência da prática. Assim, é possível pensar que à medida que a cidade crescia, maior tornava-se a demanda por lenha e mais rapidamente as matas que ficavam no entorno da cidade eram exploradas para atender a esse fim.

A coleta, o consumo e o comércio de lenha mobilizavam uma série de pessoas. Era extremamente significativo e crescia na medida em que aumentava a aglomeração na cidade. Os “papeis informais”, como escreveu Maria Odila Dias, não costumam ser valorizados, mas são extremamente significativos para o processo da vida cotidiana.¹²³

No romance *A Afilhada*, de Manuel de Oliveira Paiva, há referência à presença de crianças e idosos carregando achas de lenhas nas dunas do Meireles. Eis o trecho:

Quando voltavam, entretanto, a Das Dores, como lhe chamavam no colégio, quase chorou de dó, ao encontrar com uns pequenos que vinham da lenha.

¹¹⁹ CAPANEMA, Guilherme. Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte [1860]. In.: PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**: Ciência, Cultura e Política no Século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 162.

¹²⁰ CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: [s.n.], 1988, p. 96.

¹²¹ *Ibid.*, p. 96.

¹²² SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Entre o fio e a rede**: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945- 1965). 328f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 95.

¹²³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

As fêmeas com o cabelinho embaraçado e um pedaço de coberta encardida ao ombro, e os meninos, em camisa, com canelinhas ao vento. Atrás, uma já moça, com um enorme feixe de garranchos, que inclinou propositalmente para cima dos olhos. [...] Adiante as colegiais encontraram uma preta, sumida no molho de ramos com que ia remendar as paredes da sua tapera; a preta olhou para uma das meninas, de quem tinha sido escrava, com uma frase de satisfação, mostrando sua dentadura de hiena.¹²⁴

A lenha era o principal combustível utilizado na cidade. Sua coleta não demandava grandes investimentos ou longos períodos de aprendizado. Essas facilidades também apontam para uma grande oferta, o que reduzia os valores pagos aos coletores. Assim, era comum que esse serviço fosse prestado por crianças e adolescentes que precisavam contribuir para o sustento da casa.¹²⁵ Além disso, o trecho aponta outro aspecto: a utilização da madeira oriunda dessas matas para a construção.

No romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha, publicado poucos anos depois, há entre os personagens um casal formado por Mestre Cosme e Tia Joaquina (velhinha dos cajus) que vivia num sítio na Aldeota próximo a um veio de água cristalina. Ele vivia de cortar lenha nas “matas do Cocó” para vender em uma carroça puxada por um burro no Centro e ela do comércio de cajus.¹²⁶ A presença da carroça e a localização da mata explorada no Cocó já apontam um esgotamento da madeira próxima ao centro. O que demanda “novas” necessidades para se realizar o comércio. Afinal, não eram todos que tinham uma carroça.

Mesmo se tratando de trechos de ficção, não é difícil imaginar que a presença de indivíduos como a *Velhinha dos Cajus* e *Mestre Cosme* fosse corriqueira na cidade. Gustavo Barroso cita em suas Memórias o comerciante de lenha Polegada: “um sujeito pequenino e malcriadíssimo, sempre montado a cavalo”.¹²⁷ Contudo, é no seu “romance” *Mississippi* que ele melhor descreve o comerciante:

O capitão Polegada, um batoré quase anão, tico de gente montado num cavalicoque pedrez, dirigia a arrumação das achas de lenha de sabiá, pau-

¹²⁴ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada* [1989]. In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 169.

¹²⁵ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 – 1914). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 171-173.

¹²⁶ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 165-166.

¹²⁷ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 108.

pombo e jatobá, vermelhas, brancas e pretas, que fazia montões ao longo da linha, nas carroças que se levavam a vender pela cidade.¹²⁸

No início do Século XX, as matas ficavam cada vez mais longe e alguns indivíduos, como o Polegada, foram se apropriando desse comércio, que se mostrava minimamente promissor. Para isso desenvolveu-se um mercado, similar ao observado em São Paulo por Maria Inez Machado Borges Pinto, que empregava trabalhadores pobres, destruía as matas – as próximas e as nem tão próximas assim – e que foi adaptando-se às mudanças na paisagem e às “novas oportunidades” que surgiam.¹²⁹

Os quintais – por maiores que fossem – já não davam conta das necessidades de lenha, mas se prestavam a outras finalidades. Mesmo nos terreiros das casas localizadas no centro da cidade, não era raro encontrar pomares e hortas que supriam a demanda doméstica por frutas e verduras. Não raros são os relatos, como o de Robert Avé-Lallemant, que parece admirado com a grande quantidade de pés de ata e de graviola que existiam na cidade.¹³⁰

Gustavo Barroso escreveu que no quintal da casa em que morou – na respeitável Rua da Palma, atual Major Facundo – havia ateira, goiabeira e gravioleira.¹³¹ Além disso, ele assume que visitava furtivamente o quintal dos vizinhos onde devorava mangas, cajus e cajaranas.¹³² Essa prática já existia antes, segundo é possível observar lendo as atribuições dos “zeladores das árvores” do município de Fortaleza em 1861. No §3º do 11º artigo – que regula as atribuições desses zeladores – está: “*Impedir e dispersar os meninos que as quizerem trepar ou apedrejar para derribarem os fructos*”.¹³³

Além das frutas, muitos quintais produziam também outros vegetais, que eram consumidos e postos à venda em tabuleiros. Segundo Avé-Lallemant, essa facilidade em obter alimento fomentava a “preguiça” da “gente de cor” que passava

¹²⁸ BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961, p. 63.

¹²⁹ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 – 1914). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 128-140.

¹³⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p. 17.

¹³¹ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, *passim*.

¹³² *Ibid.*

¹³³ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso – ed. Fac-similada. Tomo 2. Fortaleza: INESP, 2009, p. 654.

“dias inteiro deitada na rede, sem nada fazer”.¹³⁴ Objetivamente, não é de preguiça que se trata. Muitos dos que moravam nos arredores do Centro e na região da praia – pontos visitados pelo viajante – trabalhavam em atividades que tinham início desde as primeiras horas do dia – pesca, estiva, agricultura, extrativismo, lavagem de roupa e outras. Assim, esses trabalhadores tinham uma relação diferente com as horas que não aquela do autor. A proximidade com reservas de alimentos – às vezes até nos seus quintais – tornava a vida um pouco menos dura – mesmo que a maior parte dessas plantas necessitasse de cuidados e exigisse esforços.

Essas culturas em alguns casos geravam um pequeno excedente que era importante na receita doméstica, movimentando um negócio de homens e mulheres pobres e ricos. No romance *A Afilhada*, a senhora Maria Fabiana – esposa do Desembargador Osório Pereira de Góis – fornece produtos oriundos do seu quintal e produzidos pelos seus escravos domésticos à liberta Mãe Zefa – vendedora de tabuleiro.¹³⁵ Gustavo Barroso, em seu romance/reminiscências *Missisipi*, também escreveu sobre o comércio de goiabas da liberta Chica Donga.¹³⁶ Assim como as fictícias mãe Zefa, Chica Donga e a Tia Joaquina – citada anteriormente –, havia em Fortaleza muitas pessoas que viviam da venda desses produtos nas ruas e feiras da cidade.

As *Posturas Municipais* trazem uma série de artigos que buscavam regular a venda desses produtos: lugares específicos, asseio e forma de apregoar, fazendo pensar em uma intensa movimentação na cidade, que, às vezes, pode ficar despercebida em meio ao que os cronistas chamam de “burburinho urbano”. Michel de Certeau, quando escreveu sobre os “relatos de lugares”, ponderou que os lugares vividos são “presença de ausência”: “o que se mostra designa aquilo que não é mais”.¹³⁷ Nas narrativas sobre Fortaleza, elaboradas no século XIX e primeiras décadas do século XX, encontram-se elementos que fazem pensar em uma relação de proximidade dos moradores com espaços difíceis de imaginar na atualidade. Fortaleza foi construída próxima – ou mesmo dentro – dos campos de dunas e matas, que são normalmente minimizados, esquecidos ou silenciados nos estudos sobre a cidade.

¹³⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961.

¹³⁵ PAIVA, Manoel de Oliveira. *A Afilhada* [1889]. In.: **Obra Completa**. Graphia Editorial, 1993, p. 256.

¹³⁶ BARROSO, Gustavo. **Missisipi**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.

¹³⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 189.

Dunas e plantas foram “domesticadas”, mas não sem cobrar o preço. As ausências das dunas demandavam insistentes investimentos para conter o avanço do mar – que era controlado pelo movimento das areias –; a destruição das matas provocou o aumento da temperatura e diminuição dos mananciais e as águas, impedidas de fluir durante a temporada de chuvas, passaram a acumular. Venturas intrincadas que convêm levar em consideração para pensar nas águas, nos sentidos dados aos mananciais e suas mudanças.

1.3. Outras cartografias...

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo com obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (...) o mapa é uma questão de performance.¹³⁸

Mesmo consciente da impossibilidade de encontrar e asseverar todos os lugares das águas da região onde atualmente se encontra Fortaleza buscar-se-á construir, a partir do que foi apresentado nos tópicos anteriores, uma cartografia – ou uma paisagem – desses locais na cidade. Contudo, todas as cartas elaboradas nesse item se encontram em aberto. Os desenhos foram elaborados a partir da vetorização de documentos de época em cruzamento com outras fontes. Porém, não se buscou elaborar versões definitivas. Todas as imagens podem e devem ser alteradas, acrescentadas, criticadas e deslocadas, em prol de novas cartografias e novos encontros com ideias.

Como se viu nos itens anteriores, ocorreram grandes intervenções no espaço da cidade. Nesse sentido, o palimpsesto oferece uma boa imagem para o desafio colocado aos historiadores que buscam pensar nos espaços urbanos.¹³⁹ Contudo, conforme Sandra Pesavento, muitos dos caracteres suprimidos deixam marcas no pergaminho, assim como as alterações na cidade deixam vestígios, nem

¹³⁸ DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 22.

¹³⁹ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboço** n° 11 – UFSC, p. 26-27.

sempre visíveis no espaço. Cabe ao historiador “ressuscitar o implícito e o invisível à superfície, desenterrando aquilo que não mais se vê: o sugerido, o intuído e pressuposto, o transformado, o desaparecido e o lacunar, o ausente”.¹⁴⁰

A cidade e os seus aparatos estavam em constante mudança. Mesmo os riachos – que consistiam nas aguadas de maiores volumes – foram canalizados, aterrados, barrados e desviados ao longo do tempo. Além disso, outras fontes foram abertas ou se tornaram próximas da “cidade” – através de dutos, canos e canais. Ao longo dos anos, novas aguadas públicas foram disponibilizadas e outras foram destruídas pelo tempo ou pelas novas normas de salubridade. Assim, faz-se necessário voltar a alguns aspectos discutidos nos itens anteriores para tentar localizar por onde fluíam as águas da cidade. Para tanto, optou-se por realizar mais um recuo no recorte, uma vez que muitas das águas que rolaram – ou cessaram de rolar – nesses anos, desaguaram – literalmente – nos anos seguintes.

O riacho Pajeú teve uma relação de grande proximidade com os moradores da cidade. A primeira *Planta* elaborada por Antonio Paulet em 1813 mostra uma concentração das grandes construções no espaço de quatro quarteirões – no máximo – de distância do riacho. Segundo Liberal de Castro, a Villa era organizada a partir de uma ocupação linear, margeando o Pajeú – em grandes lotes usados para lavoura e habitações.¹⁴¹ O arquiteto oferece ao leitor uma importante planta elaborada a partir dos seus estudos que mostra a “evolução urbana” de Fortaleza no século XIX. Apesar de se fazerem necessárias algumas ressalvas – em relação à ideia de “evolução” e por não levar em consideração as habitações de palha e taipa e seus moradores –, esse trabalho permite começar a pensar o quanto a proximidade com o rio – e outras aguadas – era valorizada na dinâmica dos espaços na cidade.

Durante as décadas de 1830 e 1840, Fortaleza passou por importantes mudanças. Nesse período, – tomando como referência o montante disponível para toda a província – cresceram os investimentos na capital. A população de Fortaleza – sem levar em consideração os distritos – passou de algo entre mil e duzentos e três mil habitantes no início da década de 1810 – estimativas de Henry Koster e Luiz Barba Alardo de Menezes, respectivamente – para mais de onze mil em 1848 –

¹⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboço** n° 11 – UFSC, p. 26-27.

¹⁴¹ CASTRO, José Liberal. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1994, p. 73.

segundo levantamento realizado pelo delegado de polícia Tristão de Alencar Araripe.¹⁴² Nas décadas seguintes, a população continuou a crescer. Em 1872, o Recenseamento Geral do Império contabilizou 21.372 pessoas em Fortaleza e em 1920 passou a 78.536.¹⁴³ Com o aumento da população, crescia a demanda por água, mas também por lenha, espaço físico e materiais utilizados na construção – barro, pedras, madeiras e outros.¹⁴⁴ Relacionadas ao fenômeno da urbanização, as noções de salubridade mudavam e demandavam intervenções nos focos de emanações miasmáticas – necrópoles, hospitais e, principalmente, os charcos (pântanos e mangues).¹⁴⁵ Contudo, as atenções serão concentradas nos espaços utilizados para abastecer a população.

O Chafariz do Largo do Palácio foi construído durante o primeiro governo do presidente da província José Martiniano de Alencar – 1834-1837 – como uma tentativa de propiciar meios de abastecimento público que acompanhasse a expansão pela qual passava a cidade. Em sua *Falla de abertura da segunda sessão ordinária da Assembleia Provincial*, apontou finalmente ter em mãos a obra de um “chafariz dentro da cidade”.¹⁴⁶ A construção desse novo manancial não era vista pelo presidente como apenas um acréscimo na quantidade de aguadas disponíveis a poluição, mas como a resposta a uma “nova” demanda.

Na *Falla* de Martiniano de Alencar, não se pode perder de vista o argumento utilizado por ele para a construção. Não se tratava de construir o primeiro chafariz, mas um dentro da “cidade”. É provável que a *Falla* de Alencar estivesse em consonância com os anseios dos que vivenciavam um deslocamento do perímetro de comércio, serviços e prédios públicos das proximidades da Igreja de São José e da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção em direção as circunvizinhanças do Palácio – que abrigava em seus entornos a Igreja do N. S. do Rosário (tomada como

¹⁴² KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** – Travels in Brazil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 165; MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória da Capitania do Ceará. In.: **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878, p. 261; *O Cearense*, 20 mar 1848, p. 4.

¹⁴³ Respectivamente; BRASIL / DGE. **Recenseamento do Brasil – Ceará**. 1872, p. 1-3. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872ce>; BRASIL / DGE. **Recenseamento do Brasil realizados em 1 de setembro de 1920**. Volume IV. Tomo I – População. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1928, p. 558. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1920pop2>.

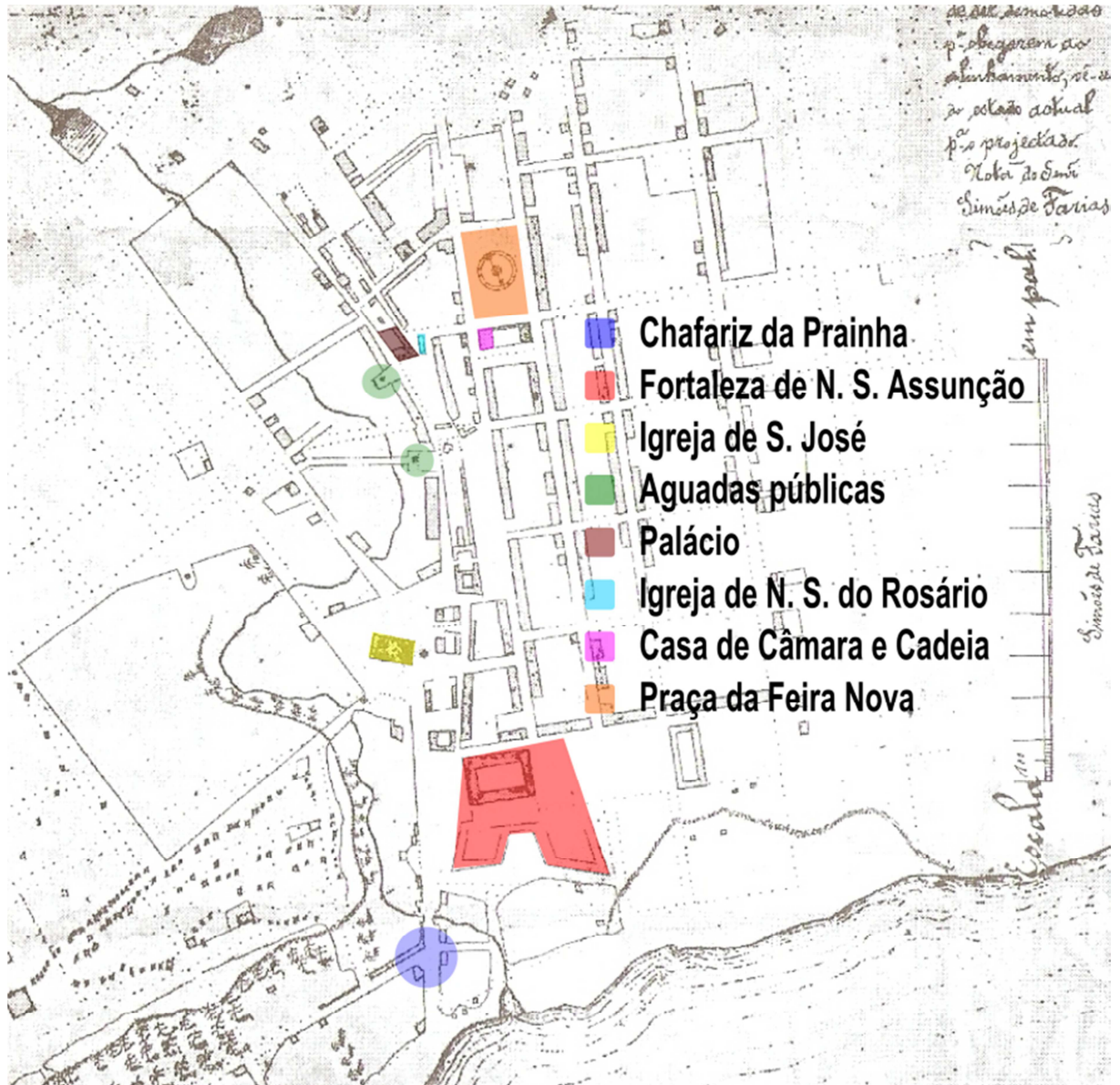
¹⁴⁴ Apesar de intrinsecamente ligadas, não será possível abordar todos esses aspectos neste trabalho – demandaria mais tempo de pesquisa e de escrita, financiamento e pessoal envolvido.

¹⁴⁵ Retomar-se-á essas questões nos capítulos dois e quatro.

¹⁴⁶ D’ ALENCAR, Jozé Martiniano. **Falla com que o exm.º presidente da provincia do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1.º de agosto de 1836**. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p.3.

matriz durante a reforma da Igreja de São José entre 1821 e 1854) e a Casa de Câmara e Cadeia (que passou a funcionar a partir de 1833, na Praça da Feira Nova).

Elaborou-se uma montagem que ajuda a visualizar esse deslocamento:



FONTE: Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883. In.: CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: 2005. **Destaque e edição:** Emy F. Maia Neto – 2013.

Mesmo que na prática consistisse em um “deslocamento” de poucos metros, é preciso levar em consideração que em uma cidade de “leito de areia” e em que o deslocamento da água se fazia manualmente ou, às vezes, com o auxílio de um animal, tratava-se de uma empreitada extremamente significativa. Além disso, apesar de ser impossível mensurar o volume utilizado de água por pessoa, a

demanda cotidiana por água para beber, cozinhar e lavar não é insignificante. É provável que os responsáveis por abastecer a casa com água se deslocassem corriqueiramente às aguadas. Desta forma, se este deslocamento, quando feito de vez em quando, não causava embaraços insuperáveis, o mesmo não se pode dizer da sua realização recorrente.

Apesar de ter funcionado entre 1837 e 1839 – uma brecha das representações cartográficas estudadas –, acredita-se que não o chafariz, mas a cacimba construída em seu lugar no Largo do Palácio foi representada em uma das plantas pesquisadas: *Planta da Cidade da Fortaleza (1850)* de Antonio Simões Ferreira de Farias: entre o Palácio e o riacho do Pajeú.

Segundo Guilherme Studart, assim como o Açude do Pajeú, este chafariz foi construído sob a direção do arquiteto francês Jean Seraine em terreno que havia pertencido ao boticário Bernardo Teixeira, na antiga Rua de Baixo – atual Rua Sena Madureira.¹⁴⁷ O Largo do Palácio, em uma cidade com quarteirões incompletos e ruas não calçadas, era bem mais largo que a atual Praça General Tibúrcio – Praça dos Leões – e correspondia a todo o entorno do Palácio – o paredão que acentua o desnível e demarca a extensão da praça em seu lado oriental foi construído anos depois. Mesmo o riacho do Pajeú – cuja água alimentava o chafariz – corria bem mais próximo do Palácio – antes de ser desviado o riacho passava no meio dos atuais quarteirões que ficam entre as ruas Sena Madureira e Governador Sampaio. Não há indicação precisa da localização do chafariz, mas com base nos dados coletados e dos “protocolos” observados na planta anterior, acredita-se que o Chafariz do largo do palácio, ou melhor, a cacimba construída em seu lugar, ficava onde há uma marca – destacada em verde da montagem – mais ao sul da Planta – parte superior.

No *Relatório* de 1837, Alencar lamentou não ter concluído a obra do chafariz em virtude da estação chuvosa, mas anunciou que planejava inaugurá-la em setembro daquele mesmo ano.¹⁴⁸ No ano seguinte, o chafariz já havia sido inaugurado e era amplamente utilizado. No entanto, com a saída de José Martiniano

¹⁴⁷ STUDART, Guilherme. Estrangeiros e Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918, p. 198.

¹⁴⁸ D' ALENCAR, Jozé Martiniano. **Relatório com que o excelentissimo presidente da provincia do Ceará abrio a terceira sessão ordinaria da Assembleia Legislativa da mesma provincia no dia 1º de agosto de 1837**. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1837, p. 3.

de Alencar da presidência da província, o chafariz tornou-se suspeito de ser responsável por algumas enfermidades que afligiam os moradores de Fortaleza.

Os embates travados na Assembleia, Câmara e periódicos locais sobre a sua utilidade – alguns documentos dão conta que secava no verão – e a qualidade da água fornecida eram recorrentes: era apontado como responsável pelas moléstias intermitentes que atingiam os moradores da cidade. Em sua *Falla* aos membros da Assembleia Provincial, o presidente Manoel Felisardo de Souza e Melo – sucessor de Alencar como presidente da província do Ceará – disse que para sanar suas dúvidas sobre a qualidade da água da fonte consultou seis “facultativos” e, que entre esses, cinco apontaram que a água era “perniciosa à saúde” e um que com algum controle do acesso ao reservatório o chafariz poderia ser utilizado.¹⁴⁹ No entanto, os números escondem que além da qualidade da água, outros elementos estavam envolvidos nessa questão. O chafariz e o açude tinham sua existência ligada à administração do senador José Martiniano de Alencar, chefe do Partido Liberal no Ceará e ex-presidente da província. Assim, mais do que distribuir e acumular água, respectivamente, eram monumentos que faziam lembrar o governo de Alencar. Por isso, não eram bem vistos pelos conservadores que em 1839 governavam a província. Este embate pode ser acompanhado relacionando os discursos, relatórios e falas dos presidentes de província com os periódicos da época. O impasse com o chafariz foi resolvido, mas isso não encerrou o debate.

Na madrugada de 26 para 27 de maio de 1839, durante um rigoroso inverno, quando caíra sobre a cidade uma intensa chuva, a barragem que estava sendo construída na lagoa do Garrote se rompeu. Com isso, a água fluiu com grande força ao antigo receptáculo: o açude do Pajeú. Com a iminência de um desastre decidiu-se arrombar o açude em alguns pontos escolhidos para impedir a destruição das construções existentes na Rua dos Mercadores. Contudo, isso não foi suficiente. A força das águas destruiu o chafariz do Largo do Palácio, parte do açude e arrastou plantações que eram abundantes naquela região. O novo presidente da província – João Antonio de Miranda – em seu discurso realizado na

¹⁴⁹ SOUZA E MELO, Manoel Felisardo de. **Falla que recitou o Exmo. Sr. Manoel Felzardo de Souza e Mello presidente desta Provincia na ocasião da Abertura da Assembleia Provincial no 1º de Agosto do corrente anno.** Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p. 5-6.

abertura da Assembleia Provincial classificou o episódio como uma “catástrofe”.¹⁵⁰ Segundo João Brígido, durante o “grande inverno de 1839” estabeleceram-se correntes de águas que permaneceram por várias semanas encharcando as ruas de Fortaleza, mesmo após as chuvas cessarem.¹⁵¹

As águas que caíam – ou não – propiciaram momentos importantes para a política local. Conservadores e Liberais aproveitavam esses momentos gastando tinta em seus periódicos com acusações sobre os culpados pelos transtornos e prejuízos. Infelizmente, entre os exemplares existentes, apenas *O Correio da Assembleia Provincial* – segundo Geraldo Nobre, folha impressa no prelo comprado pelo chefe liberal José Martiniano de Alencar quando presidente da província – trás referências à discussão.¹⁵² Existem números da folha conservadora *Dezesseis de Dezembro* na Biblioteca Nacional, no entanto, tratam de período posterior à enchente. Contudo, por meio das páginas do “Correio” é possível perceber um diálogo com o “Dezesseis” – este sendo constantemente citado naquele. Assim, apesar de ter lamentado os estragos ocorridos no seu discurso – por ocasião da abertura da Assembleia Provincial –, o presidente João Antonio de Miranda é acusado pelo “Correio” de celebrar a queda das duas construções. Segue o trecho:

Com o desastre do dia 27 de Maio [...] Estam satisfeitos os desejos dos detractores do Illustre Senador Alencar! Desde a administração do Sr. Manoel Felisardo, que trabalham por destruir a obra do Chafariz do largo do Palácio, já quebrando e entupindo as bicas, já escavando o paredão, já finalmente deteriorando as agoas com lavagens de cavallos, etc. etc. [...] Tendo nós ategora visto com quanto desprezo, ou antes com que proposito se tem trabalhado por se destruir uma obra que, por fazer mais querido o nome do Sr. Alencar, já por sua utilidade, já por muito concorrer para o aformoseamento da Cidade; passemos adiante.¹⁵³

Com a escolha do conservador Manoel Felisardo de Souza e Melo a presidência provincial, houve por parte do novo governo – segundo acusações dos liberais – uma movimentação em busca de desqualificar ou minimizar as obras realizadas no governo de Alencar. Anos depois (1847), o colunista do periódico liberal *O Cearense* ainda lembrava e culpava não a chuva, mas os governantes

150 MIRANDA, João Antonio de. **Discursos que recitou o Exm. Presidente desta provincia na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 37.

151 BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912, p. 95.

152 NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC / Arquivo Público do Ceará, 2006, p. 71.

153 **Correio da Assembleia Provincial**, 22 Jun 1839, p. 2.

conservadores pela queda do chafariz e do açude.¹⁵⁴ Em comum, os dois artigos apontavam que na incapacidade de demolir as construções, os conservadores preferiram deixar o chafariz ruir com o passar do tempo na esperança de que a memória de Alencar tomasse o mesmo destino. No entanto, faz-se necessário atentar que esse era um artifício – entre muitos outros – de que os dois partidos lançavam mão quando podiam.

Quando a barragem rompeu, os conservadores tentaram ressignificar os sentidos dos “monumentos de Alencar”. O açude e o chafariz que “davam de beber” e “aformoseava a cidade” – no discurso dos liberais – foram transformados em símbolos do descaso do ex-presidente com as obras públicas erigidas em seu governo. Mais tinta gastou-se nesse embate... No entanto, voltando às narrativas produzidas sobre a “grande chuva de 1839”, percebe-se uma relação entre as intervenções impostas ao espaço e as venturas trazidas pelas águas. Sem as barragens – a construída no governo dos conservadores (Garrote) e a construída no dos liberais (Pajeú) – possivelmente a água, que tanto estrago causou, teria corrido pelo riacho Pajeú e deste até o mar, exigindo, no máximo, maior espaço nas suas margens, fertilizando a região que era largamente utilizada para lavoura no período.

No mesmo ano em que a crítica do *O Cearense* foi publicada, o chafariz deu lugar a um cacimbão que não estava em funcionamento “*por não ter havido quantitativo para compra das bicas, e bomba que deverão vir da corte pelos melhores modelos que ali existem*”.¹⁵⁵ Na mesma *Falla* com que passava a administração da província, Ignácio de Vasconcellos – em seu segundo governo, antecedeu Alencar no seu primeiro – apontou que o chafariz da Praia também se encontrava em péssimo estado, carecendo de uma reforma, alegando os mesmos motivos para não tê-la empreendido.

Apesar da insistência com que remonta ao tema, o presidente Fausto Augusto de Aguiar não conseguiu autorização da câmara para dar prosseguimento às obras na Cacimba do Palácio.¹⁵⁶ Nos relatórios seguintes não foram encontradas

¹⁵⁴ *O Cearense*, 13 jan 1847, p. 2-3.

¹⁵⁵ VASCONCELLOS, Ignácio Correia de. *Falla* dirigida pelo Exm. Sr. Commendador Ignácio Correia de Vasconcellos ao entregar a administração da província ao Exm. Sr. Capitão João Chrisóstomo de Oliveira. In.: *O Cearense*, 5 Ago 1947, p. 2.

¹⁵⁶ AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará**. Fortaleza: Typ. de F. L. de Vasconcellos, 1848; AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da Província**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1849; AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório com que o Excelentíssimo**

referências sobre essa cacimba, o que indica que o projeto foi abandonado, apesar de todo o investimento empreendido até então. Na tentativa de responder às críticas no que dizia respeito ao prejuízo, o presidente da província obteve – conforme é possível observar na Lei n. 611 de 31 de Dezembro de 1853 (que delibera sobre a despesa provincial para o ano de 1854) – a autorização para que o governo provincial vendesse o terreno e os materiais que sobraram do chafariz do largo do palácio.¹⁵⁷

Outra obra realizada no primeiro governo de José Martiniano de Alencar e retomada em diferentes momentos foi o Açude do Pajeú – já citado anteriormente. O chafariz deu de beber aos moradores que começavam a se estabelecer nas circunvizinhanças do palácio e o açude inferiu de forma profunda nos caminhos das águas da cidade, pois barrava o riacho homônimo, tornando-o não perene. As águas do Pajeú eram formadas por fontes subterrâneas e pelas águas da chuva que escorriam de vários pontos da cidade – das duas margens – até o leito do rio. Assim, apesar de apresentar seu maior volume durante a estação chuvosa, o Pajeú corria durante todo o ano. Com a construção da barragem, passou a secar totalmente durante uma parte do ano.

O chafariz foi com o tempo esquecido, mesmo Raimundo de Menezes, afeito as evocações das peculiaridades dos tempos idos em seu programa radiofônico as “Coisas que o tempo levou”, não incluiu o Chafariz do Palácio quando o tema foi Chafarizes e Cacimbas.¹⁵⁸ Porém, o mesmo não pode ser dito do Açude do Pajeú que foi destruído e reconstruído ao longo dos anos.

A barragem, apesar de seu efeito colateral – secava um trecho do riacho Pajeú, deixando um charco apontado como insalubre – trazia, aos olhos dos seus contemporâneos duas vantagens: propiciava uma reserva de água que, apesar das dúvidas quanto à qualidade, poderia ser útil em um momento de escassez e facilitava o trânsito de pessoas entre a “cidade” e o Outeiro, separados pelo riacho. Assim, a barragem aproximou do centro a fonte de água que veio a se tornar a mais

Presidente da Província abriu a 1ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará. Fortaleza: Typ. Cearense, 1850.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais:** Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso – ed. Fac-similada. Tomo 2. Fortaleza: INESP, 2009, p. 413.

¹⁵⁸ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o Tempo Levou:** crônicas históricas da Fortaleza antiga. [1938] Fortaleza/São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 58 - 60.

importante aguada pública da cidade, pela quantidade e qualidade da água: a “cacimba do povo”.

Não é fácil espacializar essa aguada. Afinal, ela era o referencial para os endereços que ficavam em seu entorno e não o contrário. Na época em que os documentos foram produzidos, esses espaços eram amplamente conhecidos e serviam de referenciais para outros pontos. Assim, não fazia muito sentido especificar onde eles ficavam. Todos na cidade sabiam onde ficava a Cacimba do Povo. Essa dificuldade possibilita pensar que pode ter existido mais de uma “cacimba do povo”. Foram encontradas pelo menos duas localizações diferentes para a cacimba em Fortaleza.

A primeira delas sabe-se a partir da notícia da sua demolição. É possível ler na *Mensagem enviada à assembleia legislativa pelo presidente do estado*:

(...); demolição do pardieiro que existia na Praça Benjamin Constant, conhecido por cacimba do povo, em cujo local está sendo construído um artístico e amplo pavilhão destinado às autoridades, durante as paradas militares.¹⁵⁹

Na *Planta da Cidade de Fortaleza capital da província do Ceará* levantada por Adolpho Herbster em 1888, é possível ver na Praça Barão de Ibiapaba – que posteriormente foi chamada Benjamin Constant –, em frente ao Asilo da Mendicidade, a indicação de um poço. Atualmente, a praça é oficialmente batizada de “da bandeira”, mas é mais conhecida pelos epítetos de Cristo Rei ou do Colégio Militar – em referência ao templo ou ao estabelecimento de ensino que se localizam em seu entorno. No romance *A Normalista*, Adolpho Caminha também aponta a localização da “Cacimba do Povo” no meio da Praça do Asilo.¹⁶⁰ Porém, essa não é a única indicação.

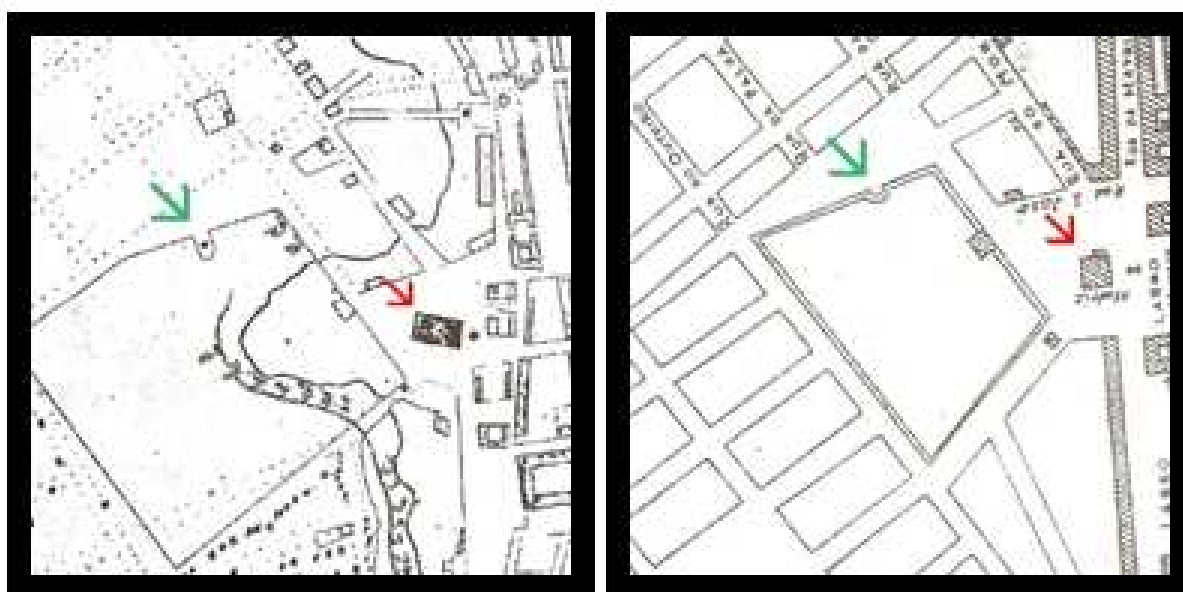
Há outra referência, um pouco mais antiga, indicando que ela já existia em 1838 sob essa denominação.¹⁶¹ Suspeita-se assim se tratar da cacimba autorizada na sessão de 12 de novembro de 1837 pela câmara da capital na travessa do Jacinto – citada por Raimundo de Menezes em “Coisas que o tempo

¹⁵⁹ ROCHA, José Moreira da. **Mensagem enviada á Assembléa legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha Presidente do Estado**. Fortaleza: Typ. Gadelha, 1926, p. 11.

¹⁶⁰ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p.168.

¹⁶¹ SOUZA E MELO, Manoel Felisardo de. **Falla que recitou o Exmo. Sr. Manoel Felzardo de Souza e Mello presidente desta Provincia na ocasião da Abertura da Assembleia Provincia no 1º de Agosto do corrente anno**. Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p. 5-6.

levou”.¹⁶² A Cacimba do Povo, segundo Paulino Nogueira, foi construída durante a presidência do padre Martiniano de Alencar nas proximidades do Colégio Imaculada Conceição, que foi primitivamente sede do Colégio dos Educandos e, antes disso, Enfermaria do Outeiro.¹⁶³ Não é possível precisar o local, mas por outras referências pode-se presumir que existira na rua que levava o seu nome – Rua do Sol (na planta de 1888), **Rua da Cacimba** (na de 1856) e, atualmente, Rua Sen. Almir Pinto / Rua Costa Barros. No entanto, não é possível deixar de pensar que ela se localizava exatamente no recuo existente nas plantas elaboradas pelo Padre Medeiros em 1856 e por Antonio S. F. de Farias em 1850.



Fonte: Destaque de FARIAS, Antonio Simões Ferreira de. *Planta da Cidade da Fortaleza*; MEDEIROS, Manoel do Rego. *Planta da Cidade de Fortaleza*. **Destaque e edição:** Emy F. Maia Neto – 2012.

Observação: Seta verde indica a cacimba e a vermelha indica a matriz – como ponto de referência para facilitar a visualização.

A Cacimba do Povo era afamada, durante as décadas de 1840 e 1850, como a aguada mais confiável da cidade. Carecia de pouca manutenção e com pequenos investimentos se obtinha água potável e não eram raros os elogios à qualidade da sua água. No *Relatório* de 1838, o presidente Manoel Felisardo de Souza e Melo afirmava que a cacimba do povo fornecia “agoa de excellente sabor e

¹⁶² MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o Tempo Levou:** crônicas históricas da Fortaleza antiga. [1938] Fortaleza/São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 59.

¹⁶³ NOGUEIRA, Paulino. *Presidentes do Ceará – Período Regencial – 7º Presidente Senador José Martiniano de Alencar*. In.: **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. 3º e 4º trimestres. Fortaleza: Typ Studart, 1899, p. 199.

muito limpa”.¹⁶⁴ Em 1840, foi o presidente Francisco de Sousa Martins que exaltou as qualidades da aguada. Segundo ele, após pequenos reparos, a cacimba oferecia ao público “água limpa e abundante”.¹⁶⁵ Em 1847, em artigo intitulado “o aformoseamento da capital”, o redator escreveu que a água oriunda da cacimba do povo era a única potável da cidade.¹⁶⁶ Durante a escassez do conhecido ano de 1877, quando as cacimbas do Bem-fica secaram, a água da Cacimba do Povo foi utilizada para abastecer os chafarizes de Fortaleza.¹⁶⁷

Segundo Paulino Nogueira, a cacimba foi construída com a intenção de servir aos usos da “população desvalida” que vivia naquela região da cidade, daí o nome.¹⁶⁸ No entanto, sua qualidade e perenidade não custaram a atrair os menos desvalidos. Assim, o que o autor aponta como motivação para a construção da aguada em 1838, tornou-se o seu maior “defeito”: a localização no Outeiro. Nos *Relatórios e Fallas* pesquisadas há uma recorrência em se construir cacimbas nos moldes da Cacimba do Povo em outros pontos da cidade – no largo da Carolina e do Pedro II (respectivamente, atuais praças dos Correios e do Ferreira).¹⁶⁹ A escolha desses locais mostra bem onde se concentravam as atenções da municipalidade. No entanto, não é possível saber sobre a ventura dessas duas cacimbas: se foram construídas ou não. Tomando as demandas por reparos criadas pelas outras aguadas com referência para a existência, a negativa parece mais provável, ao menos até a década de 1860. No entanto, esse desejo de instituir outras “cacimbas do povo” pode explicar ainda as referências que apontam duas localizações diferentes para a Cacimba do Povo. Pode ser que tenham existido duas ou até mais cacimbas com a mesma nomenclatura.¹⁷⁰

¹⁶⁴ SOUZA E MELO, Manoel Felisardo de. **Falla que recitou o Exmo. Sr. Manoel Felzardo de Souza e Mello presidente desta Província na ocasião da Abertura da Assembleia Província no 1º de Agosto do corrente anno.** Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p.6.

¹⁶⁵ MARTINS, Francisco de Sousa. **Relatório, Que Apresentou o Exm. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, Presidente desta província, na ocasião da abertura D’Assemblea Legislativa Provincial no dia 1º de Agosto de 1840.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1840, p. 15.

¹⁶⁶ **O Cearense**, 13 Jan 1847, p. 2.

¹⁶⁷ **Cearense**, 18 out 1877, p.2.

¹⁶⁸ NOGUEIRA, Paulino. *Presidentes do Ceará – Período Regencial – 7º Presidente Senador José Martiniano de Alencar.* In.: **Revista Trimensal do Instituto do Ceará.** 3º e 4º trimestres. Fortaleza: Typ Studart, 1899, p. 199.

¹⁶⁹ TAVARES, Joaquim Vilella de Castro. **Relatório que o excelentíssimo senhor Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, Presidente da Província do Ceará, Apresentou À Assembleia Legislativa Provincial, Na abertura da segunda sessão ordinária de sua 9.ª Legislatura, em 1.º de Setembro de 1853.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1983, p. 54.

¹⁷⁰ Em sua tese, Margarida Andrade localiza essa aguada em um terceiro ponto. Contudo, como ela não explicou como chegou a esta conclusão, nem foi encontrado qualquer documento que fizesse referência a essa localização. Optou-se por manter apenas as duas. ANDRADE, Margarida Julia

Havia ainda outras aguadas importantes que foram construídas – como os açudes – ou que foram se tornando mais próximas e inseridas no cotidiano da urbe. Contudo, optou-se por trazê-las ao debate à medida que forem aparecendo na narrativa. Além disso, elas possuem uma estreita relação com as obras públicas que se debaterá no próximo capítulo – seja na construção ou nos resultados de suas intervenções.

No período escolhido para o recorte deste trabalho, houve uma intensificação dessas obras – aterros, alinhamento, demolições e, principalmente, o calçamento das ruas. Com isso, o caminho das águas passou a ser cada vez mais controlado e levado em consideração nas intervenções urbanísticas. As águas pareciam estar à espreita, à procura de uma brecha para mostrar a inabilidade e imprevidência dos construtores e engenheiros. No movimento de “aformoseamento” da cidade, controlar o caminho das águas era uma demanda cada vez maior.

CAPÍTULO 2 – A (IN)CÔMODA PRESENÇA DA ÁGUA.

– Estas nuvens bêstas do Ceará [Fortaleza], falou Graciano, são impossíveis. A gente não pode acreditar em suas visagens. Vêm de onde não devem e vão para onde não devem. Não dão chuva no tempo e dão fora do tempo. Não há que as entenda. Há muitos anos que não me fio nelas.

A estas palavras, elas tinham tomando todo o céu e despejavam água em catadupas. As cordas do chuvaceiro repentino açoitavam os telhados e o chão rumorosamente, envolviam as fachadas das edificações. Violentamente. Viam-se pessoas correndo por entre elas em todas as direções. Outras procuravam abrigo nos portais. O bonde da estação, com tôdas as cortinas de oleado arriadas, passou lentamente, com um rumor de ferragens e um tinir de sinêtas, puxado por dois burrinhos tristes, molhados como pintos.

[...]

Um clarão rápido vibrou no espaço acompanhado dum trovão forte e longo. Seguiram-se outros, rolando pela imensidade. A água gorgolejava das biqueiras, dos algerozes e dos jacarés, enchia as sarjetas, deslizava em lençóis pela rua, escorria por todos os lados.¹

O trecho do romance/reminiscências “Mississipi” de Gustavo Barroso faz pensar em um aspecto óbvio para os moradores de Fortaleza, mas, estranhamente, pouco levando em consideração: na capital do Ceará chove! A cidade recebia queda pluviométrica anual igual ou às vezes superior às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, espalhada – em maior parte – no intervalo de apenas quatro meses.² No período de 1849 até 1922 choveu em Fortaleza uma média de 1455 milímetros, com anos superando os 2000 milímetros e alguns chegando a quase 3000 milímetros.³

Ademais, o sistema aquífero da região do Forte tinha um equilíbrio delicado, mas adequado ao estabelecimento da vila. O riacho Pajeú propiciava aos habitantes uma reserva de água necessária para sobrevivência. Além disso, não muito distante de onde se localizavam os prédios da administração pública havia outros riachos – Jacarecanga e Maceió – e as cacimbas cavadas nos quintais, dificilmente eram trabalho perdido ou dinheiro jogado fora, propiciando aos proprietários água em abundância. A comodidade em se obter água foi durante muitos anos um dos grandes atrativos da região. No entanto, a vila tornou-se cidade e, com a urbanização, a água tornou-se um incômodo.

¹ BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961, p. 48.

² CASTRO, José Liberal. **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977, p. 13.

³ STUDART, Guilherme. **Geografia do Ceará**. [1924] Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, p. 246.

Porém, antes de prosseguir, é importante afirmar que a escassez não era apenas uma nota na paisagem, pois estava presente na memória e na experiência de muitos dos que vieram fazer Fortaleza.⁴ A ribeira do Pajeú – em sua contínua relação com o “aglomerado humano do forte” – foi objeto de muitas intervenções e, acompanhando as obras públicas, não é difícil relacionar os inconvenientes causados pelas águas com o aumento dessas interferências que, na maior parte delas, tinham o intuito de acumular uma reserva de água para os moradores da cidade.

Neste capítulo pretende-se discutir alguns aspectos desse duplo: uma presença que pode é cômoda – indispensável para a vida – e incômoda.

2.1. As “obras públicas” e os (des)caminhos das águas.

Nossa capital, a exemplo de Roma, é uma cidade construída sobre colinas. Além de assentar-se sobre uma planície que varia de 15 a 20 metros acima do nível do mar, facilmente percebida em toda a orla marítima, do Mucuripe ao Pirambu, existem ainda hoje, não obstante o esforço de minimizá-las com o aplainamento das ruas, diversas elevações menores que então dividiam os cursos d’água que desembocavam no mar ou reforçavam o Pajeú e o Cocó.⁵

A Fortaleza de que fala Mozart Soriano Aderaldo é bem maior do que a trabalhada nesta tese, englobando regiões que, apesar de pertencerem aos limites da capital, eram distantes da sede. Nesse período, a região do Cocó – que era bem maior que o atual Parque do Cocó – tinha uma povoação rarefeita e o rio afetava os indivíduos no trânsito ao interior – esse aspecto será discutido no próximo item. Além disso, no tempo em que o memorialista viveu e escreveu, o Centro de Fortaleza já havia passado por um intenso processo de aterramento que visou nivelar alguns declives por onde escoavam as águas em períodos de chuvas. Alguns córregos já não existiam em seu tempo, restando apenas calçadas altas e batentes

⁴ Durante todo esse texto se fará a distinção entre escassez de chuvas e “seca”. O segundo é um fenômeno imagético-discursivo que surge a partir de 1877 – conforme estudos de Durval Muniz Albuquerque Junior – visando estabelecer um saber-poder “cuja invenção deve ser apagada, remetendo-o para o reino da natureza”. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2007, p. 229-231.

⁵ ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993, p. 47-48.

para darem conta dessa dinâmica das águas. Não é possível asseverar onde se localizavam todos, nem quantos eram. No entanto, com a pesquisa, tomou-se conhecimento de três.

O primeiro córrego tinha origem nas águas da Lagoinha – que se localizava na atual Praça Capistrano de Abreu – e corria por onde foram construídas as ruas Senador Pompeu, Formosa – atual Barão do Rio Branco – e Major Facundo até desaguar no riacho Pajeú, passando antes pelo Beco do Mercado – atual Travessa Crato.⁶ João Nogueira, indica a existência de outro riacho que se formava nos tempos de chuvas e vinha do Campo Amélia – atualmente, Praça da Estação (Praça Castro Carreira, oficialmente) –, entrando em confluência com as águas que corriam da Lagoinha até o Pajeú, passando antes, ainda, por um terreno que ficava vizinho ao local onde foi construído o sobrado do médico José Lourenço.⁷ Por fim, Gustavo Barroso escreveu que no seu Consulado da China – república de estudantes situada na Rua Major Facundo – a água da chuva passava por um esgoto no quintal e inundava a rua.⁸ Segundo Mozart Soriano Aderaldo, isso se devia a ter sido ali o leito de um riacho que saía da atual Praça Clovis Beviláqua até a lagoa do Garrote, indo desaguar no Pajeú.⁹ Parte desse riacho é possível observar na *Planta da Cidade de Fortaleza-Capital da província do Ceará – 1888* – de Adolpho Herbster. No entanto, a planta não aponta de onde a água é oriunda, fazendo crer que brotava antes da atual Rua Major Facundo.

Segundo João Brígido, era possível que em “um passado pré-histórico” esses córregos estivessem “*em absoluta continuidade, formando um só e extenso banhado, lagoas, ribeiros e colinas*”.¹⁰ Hipótese interessante, que faz pensar em outra configuração do espaço da cidade. A partir das narrativas, elaborou-se uma montagem em que é possível ter uma ideia da localização das aguadas citadas. Eis a planta:

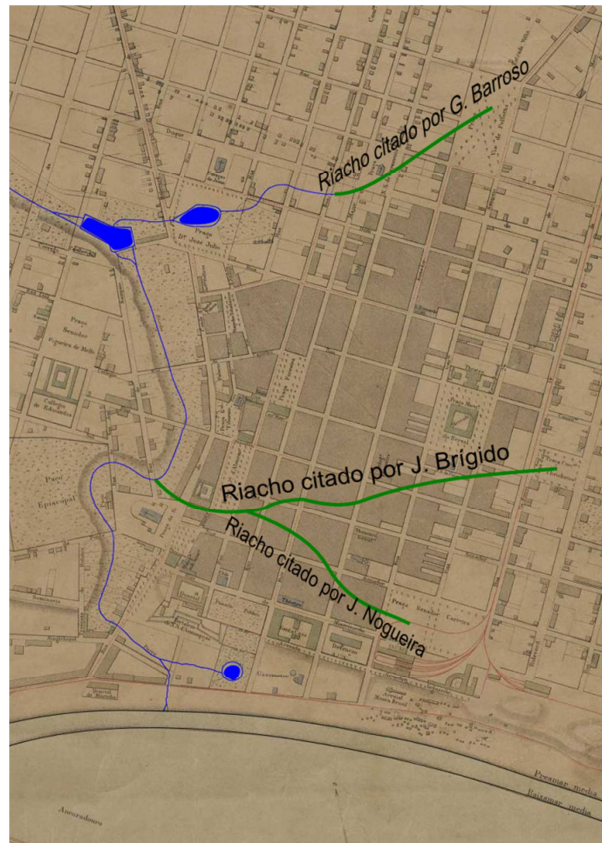
⁶ BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912, p. 95.

⁷ NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980, p. 123-124.

⁸ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 372.

⁹ ADERALDO, Mozart Soriano. Notas. In.: BARROSO, *ibid.*, p. 372.

¹⁰ BRÍGIDO, *op. cit.*, p. 95.



Fonte: HERBSTER, Adolpho. Planta da Cidade da Fortaleza – Capital da Província do Ceará. Mapoteca da Biblioteca Nacional. **Destaque:** Emy F. Maia Neto – 2012.

Não é possível garantir com exatidão o caminho ocupado pelas águas. Afinal, os documentos pesquisados indicam apenas os pontos por onde a água passava, sendo preciso um pouco de criatividade – e imaginação – do pesquisador para ligá-los. Porém, o que não é fruto da imaginação é que havia uma intensa circulação – ao menos nos períodos de chuvas – de águas no local onde foi construído o Centro de Fortaleza – os quadriculados acima indicam a existência de edificações.

Quando a planta anterior foi levantada – 1888 – as construções já haviam ocupado a área por onde corriam dois desses riachos. O arruamento parecia ter vencido. Argila, cal e pedra foram utilizadas para aterrar a região, construir prédios e abrir logradouros. No entanto, continuou chovendo em Fortaleza e as águas que escoavam para o Pajeú – e deste até o “meio do mar” – já não podiam seguir o antigo caminho. Com isso, não tardou para que essa parte da cidade carecesse de intervenções públicas. Afinal, as águas tinham que escoar para algum lugar.

As grandes chuvas não eram raras na capital. Apenas no período da pesquisa, choveu com status de enchente – quando houve reclamação ou demanda

por intervenções públicas – em 1855, 1856, 1858, 1865, 1866, 1668, 1870, 1872, 1873, 1875, 1876, 1899 e, com exceção de 1845, 1877, 1878, 1889, 1900 e 1915 – quando foram mais escassas –, em todos os outros anos choveu regularmente na cidade. Contudo, um grande volume de chuva não representa necessariamente enchente. Há de se levar em consideração que “*se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, as enchentes dizem respeito ao escoamento dessas chuvas*”.¹¹ Assim, a história das enchentes se relaciona de forma direta com as intervenções realizadas no espaço, principalmente, com a administração das “obras públicas”.

Segundo Janes Jorge – dialogando com as considerações do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (um dos mais importantes do seu tempo) –, as cheias por si só não eram prejudiciais aos intuítos humanos, sua propriedade fertilizante era conhecida pelo homem desde a antiguidade.¹² Elas tornaram-se problema com o estabelecimento de determinados aglomerados humanos, ou seja, as enchentes estão atreladas à vontade de domesticar as águas.

A ribeira do Pajeú foi escolhida para o assentamento humano justamente pela fertilidade e pelos seus mananciais aquíferos. Assim, não é de estranhar que nesse riacho tenha se realizado uma grande intervenção no caminho das águas da cidade: o Açude do Pajeú. A primeira de muitas alterações empreendidas que se relacionavam diretamente com a ventura das águas em Fortaleza. Acompanhando as obras públicas é possível observar o trabalho para tentar controlar essas águas. O primeiro grande “contratempo” encontrado se remete as “chuvas de 1839” e ao Açude do Pajeú. Porém, o “rigoroso” inverno de 1839, usando a expressão adotada pelo presidente da província, não foi o primeiro a destruir as obras públicas de Fortaleza.

Anos antes, em 1836, o presidente da província José Martiniano D’Alencar relatou ter mandando construir duas pontes sobre o rio Cocó – que segundo ele tornava a passagem “*não só cômoda, como agradável*” –, uma ponte de cal e pedra sobre o “*regato que divide a Cidade do Bairro da Prainha*”, um chafariz “*dentro da cidade*”, um sangrador no Garrote e a construção de estradas que

¹¹ SEDREZ, Lise. Fernanda; MAIA, Andrea Casa Nova. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral** (Rio de Janeiro), v. 2, p. 221-254, 2011, p. 226.

¹² JANES, Jorge. São Paulo das enchentes, 1890-1940. **Histórica** - revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Nº 47, Abr.2011, p. 2.

ligavam a capital às demais vilas da província.¹³ No ano seguinte, declarou que as chuvas haviam levado os aterros das pontes do Cocó e impedido a conclusão do chafariz.¹⁴ No relatório de 1838, há uma referência à conclusão da obra. Porém, em 1839, conforme citado anteriormente, o Chafariz do Largo do Palácio foi inutilizado pelas chuvas.

Observando, percebe-se uma relação entre as intervenções impostas ao espaço e as “respostas” trazidas pelas chuvas. Sem as barragens, possivelmente a água, que tanto estrago causou em 1839, teria corrido pelo riacho Pajeú até o mar, exigindo, no máximo, maior espaço nas suas margens, fertilizando a região que – conforme se viu no capítulo anterior – era vastamente utilizada para lavoura. Além disso, o rompimento da barragem – por mais catastrófico que tenha sido – não resultou em nenhum óbito, o que teria sido difícil evitar caso a parede do açude tivesse rompido 50 anos depois. Há uma mudança na dinâmica da ocupação em Fortaleza que se relaciona de forma franca com a água: o habitar próximo aos riachos transforma-se de “oportuno” para “de risco”.

Fabio Alexandre dos Santos observou que em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, a proximidade com a água era vista como um fator de desvalorização dos terrenos e a altitude um elemento de valorização.¹⁵ Em Fortaleza, a circulação de novos conceitos de morar bem e salubridade oportunizaram um deslocamento dos mais ricos à parte alta e, depois, calçada da cidade – “longe” do riacho Pajeú e seus “pântanos” que passaram a ser tidos como focos de emanações. No entanto, esse deslocamento não significou um abandono dessa ribeira. Sair dos arredores dos mananciais implicava, entre outros, encontrar outros meios para suprir a casa com água: construir ou mandar construir uma cacimba ou buscar, mandar buscar ou comprar água. Em resumo, observa-se que a proximidade com o Pajeú – um dos motivos que levou à escolha da região para a instalação do Forte que deu nome à cidade – foi tornando-se dispensável – e perigosa – aos que podiam pagar.

¹³ D’ALENCAR, José Martiniano. **Falla com que o exm.º presidente da província do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da Assembléa Legislativa.** Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p. 2-3.

¹⁴ D’ALENCAR, José Martiniano. **Falla com que o excelentíssimo presidente da província do Ceará abriu a terceira sessão ordinária da Assembléa Legislativa.** Fortaleza: Typ. Patriótica, 1837, p. 2-3.

¹⁵ SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas: Salubridade e ocupação o espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930.** São Paulo: Alameda, 2011, p. 129-130.

Dar fim as “áreas pantanosas” eram constantemente demandadas como necessárias para a salubridade nos Relatórios e Falas pesquisados. Eis um trecho da Falla com que abriu a Assembleia Provincial o presidente da província de Manoel Felisardo de Souza e Melo em 1838:

O aterro dos pantanos da prainha tão reclamado pela saúde pública teve princípio no mez ultimo, e continua; mas a quantia de hum conto de rs. votado no orçamento deste anno he insufficiente para levar ao fim obra de tanta importancia: e necessario he q' poder-se desde já applical-a a tão util fim.¹⁶

Em 1839, as obras do aterro do Pântano da Prainha foram destruídas pela chuva e prontamente retomadas assim que cessaram as precipitações – com a utilização de “oito juntas de bois”.¹⁷ Porém, em 1843, o aterro não havia sido concluído e os “pântanos, o açude do Pajeú e cia.” eram apontados como grandes causadores das “febres” que afligiam os moradores de Fortaleza.¹⁸

No ano seguinte, o presidente da província José Bitancourt retomou a questão, apontando o que, para ele, eram os causadores das “febres”:

O Solo Cearense he incontestavelmente sadio, e creio mesmo que a febre intermitente e a asma que se desenvolvem na estação pluvial, e que são por ventura devidas a primeiras as exalacções dos pantanos que existem nas proximidades do Porto e a segunda a umidade d'atmosfera, pouco resguardo de sua influencia e nenhuma cautela da transmissão do mal, (...) poderão desaparecer, empregando os meios aconselhados pela hygiene e fazendo entulhar esse pantanos, o que pode conseguir-se com facilidade.¹⁹

Para Bitancourt, resolver o problema das “febres” estava ao alcance das obras públicas: bastava concluir o aterro dos pântanos. Em 1846, dois anos depois, os casos de febre voltaram a ser registrados em grande número na cidade. Durante a epidemia, realizou-se uma reunião, convocada pelo médico Liberato de Castro Carreira com os cirurgiões Francisco José de Mattos, Silvério José da Cruz e José Joaquim Machado para discutir os aspectos dessa enfermidade. Como resultado,

¹⁶ SOUZA E MELO, Manoel Felisardo de. **Falla que recitou o ex.mo presidente desta província na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1838, p. 35-36.

¹⁷ MIRANDA, João Antonio de. **Discursos que recitou o exm. presidente desta provincia na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 45.

¹⁸ BITANCOURT, José Maria da Silva. **Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou na sessão ordinária, o exmo. Presidente e comandante de armas da mesma província**. Fortaleza: Typ. de José Pio Machado, 1843, p. 10.

¹⁹ BITANCOURT, José Maria da Silva. **Relatório do exmo. Presidente e comandante de armas da província do Ceará na Assembléa Legislativa Provincial**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1844, p. 12.

eles elaboraram um documento sobre as “febres” que foi enviado ao Presidente da Província.²⁰ No que dizia respeito às causas, chegaram as seguintes conclusões:

Sendo-a causa mais determinante destas febres a habitação em clima quente e humido, lugares pantanosos, a passagem rápida de uma estação a outra, a ingestão de substâncias irritantes e não nos devemos admirar do seu aparecimento; pois q’ a nossa cidade oferece todas as condições.²¹

Entre os itens listados, apenas por fim aos pântanos parecia possível naquele momento. No ano seguinte, o presidente Ignácio Correia de Vasconcellos relatou ter concluído o aterro da Prainha.²² Contudo, isto não resolveu o problema das “febres” na cidade. Segundo o presidente Fausto Augusto de Aguiar, havia a necessidade de:

extinguirem completamente os pequenos pântanos que no sítio desta cidade – denominado Prainha – se forma em parte pelas agoas do mar, que em certas épocas invadem e alagam os terrenos mais baixos, e em parte pelas das chuvas, que ahi se conservam constantemente estagnadas. A esses focos perenes de miasmas são sem dúvida devidos aos casos frequentes de febres intermitentes que, em certas quadras, se manifestam em suas vizinhanças.²³

O discurso que apontava os pântanos como uma ameaça à saúde das pessoas estava intrinsecamente relacionado com as práticas médicas do período estudado. Segundo Carla Silvino, em carta enviada ao presidente da província, o médico Liberato de Castro Carreira não tinha dúvida em apontar que as febres que atingiram a população de Aracati em 1846 eram as mesmas que atingiam a capital – febres gástrico-biliosas – e o tratamento era feito com eméticos que restabeleciam o equilíbrio do corpo.²⁴ Ainda segundo a historiadora, acreditava-se que para evitá-las era necessário intervir na “qualidade do ar” que tinha uma importante função nesse equilíbrio.²⁵ Em 1851 o presidente da província Joaquim Marcos de Almeida do

²⁰ OLIVEIRA, Carla Silvino. **Cidade (In)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza. (1838-1853) Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2007, p. 62.

²¹ Ofícios expedidos e recebidos pelas autoridades medicas para o Presidente da Província. Caixa não catalogada. Papeis avulsos. Algumas reflexões sobre as febres que ora graça nesta cidade. 21 abr 1846. Arquivo Público do Estado Do Ceará. *Apud.* OLIVEIRA, *Ibid.*

²² VASCONCELLOS, Ignacio Correia de. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província**. Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847, p. 20.

²³ AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório com que o excellentíssimo presidente da provincia abriu a 1ª sessão da assemblea legislativa provincial**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1850, p. 18-19.

²⁴ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 55.

²⁵ *Ibid.*, p. 58-59.

Rego, apontou que era necessário aterrar todos os pântanos “*em roda desta cidade e mesmo dentro dela*” como meio de ficar a salvo do “*flagelo das febres*”.²⁶

Porém, ironicamente, os relatos que defendiam o aterro dos pântanos na cidade, são os principais vestígios que possibilitam pensar neles – sabe-se por estes documentos que existiam pântanos na Prainha e no Pajeú. Apesar de não ter encontrado a expressão “mangue” ou “manguezal” – normalmente utilizava-se o primeiro para designar os vegetais do segundo – nos documentos utilizados, compreende-se que alguns desses “pântanos” eram formados por áreas alagadas compostas por águas do mar e repleta de peixes, camarões – canela e pitu – e outros crustáceos.²⁷

Fernanda Cordeiro de Almeida – em suas pesquisas sobre os manguezais durante o período imperial brasileiro em Sergipe, no Paraná e em Santa Catarina – chegou às mesmas considerações a partir de trechos semelhantes, encontrados por ela nos Relatórios e Fallas dos presidentes de província. A historiadora esclarece que, apesar de existirem as expressões mangue e manguezais no período, era comum que as áreas atualmente conhecidas como manguezais fossem citadas nesses documentos como “pântanos”.²⁸ Contudo, diferente do que aconteceu em Aracajú, onde muitos dos aterros não foram concluídos antes da década de 1970, em Fortaleza pouco se sabe sobre essas áreas no Centro da cidade.²⁹

Tomar essa região como Manguezal é importante, pois, além de corroborar com a reflexão sobre os espaços que a cidade perdeu com as intervenções realizadas e nos possíveis usos da área, faz pensar nas razões que colocavam essas regiões como foco de miasmas e exalações: “*os materiais*

²⁶ REGO, Joaquim Marcos de Almeida. **Relatório apresentado pelo excelentíssimo presidente da província do Ceará, na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura da Assembleia Legislativa da mesma província**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1851, p. 12-13.

²⁷ Respectivamente: AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório com que o excellentíssimo presidente da província abriu a 1ª sessão da assemblea legislativa provincial**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1850, p. 18-19; BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 33; GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979, p. 33.

²⁸ ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. (In) salubridade no reino das águas: notas sobre os aterros de manguezais no Brasil Império. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES**, 2., 2012, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Labimha, 2012. v. 1, p. 1245 - 1259.

²⁹ Para Fernanda de Almeida, outro indício interessante seria a presença – ou relatos – de sambaquis. ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **A história da devastação dos manguezais aracajuano**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008, p. 54 e 42, respectivamente.

orgânicos do manguezal estão sempre em decomposição, por esse motivo, esse ecossistema exala um odor forte e peculiar, que muitas vezes é confundido com mau cheiro".³⁰

Na França, no mesmo período, todas as áreas encharcadas, com água parada e elementos em decomposição, eram entendidas como uma ameaça, mas, os "pântanos" e, principalmente, os em que houvesse mistura de águas doces com salgadas, eram tidos como os mais funestos.³¹ Assim, nada mais perigoso que um manguezal para o pensamento "aerista" que teve longa vida em Fortaleza.

Em 1898, o Presidente do Estado Antonio Pinto Nogueira Accioly reclamava de não poder fazer muito

no sentido de melhorar o ar atmosférico viciado que se respira em muitos quarteirões em razão das exalações impuras que procedem do subsolo, húmido e carregado de materiais em constante decomposição. Em tais quarteirões permanecem por longo tempo, ainda depois da cessação das chuvas, verdadeiros pântanos – focos de miasmas paludosos, que ceifam grande numero de vidas, principalmente entre creanças.

O aterramento desses pântanos ou alagadiços, assim como a prolongação do calçamento às ruas que o estão reclamando pelas mesmas condições de humidade, são medidas que não podem ser aliadas, mesmo na crise que antolhamos, e por isso não hesito em propol-as pedindo-vos a precisa dotação orçamentaria.³²

Segundo Alain Corbin, as definições de "são" e "malsão", assim como a organização das normas de "salubridade" e "insalubridade" se formulam em relação ao pensamento "aerista".³³ São essas ideias que permeiam em Fortaleza o discurso das obras públicas durante toda a segunda metade do século XIX – com maior ou menor ênfase, como ou sem microscópio, antes ou depois de Pasteur.³⁴ Contudo, não se trata de uma imutabilidade das noções, dos discursos ou das práticas, mas de uma (re)apropriação dessas teorias, que ainda se mantinham potentes.

Atualmente não é possível perceber com facilidade a presença destes pântanos em Fortaleza. Gustavo Barroso escreveu em suas reminiscências que costumava pescar e nadar na foz do riacho Pajeú no início do século XX.³⁵ É

³⁰ ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. (In) salubridade no reino das águas: notas sobre os aterros de manguezais no Brasil Império. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES**, 2., 2012, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Labimha, 2012. v. 1, p. 1245 - 1259.

³¹ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos século XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 p. 49.

³² ACCIOLY, Antonio Pinto Nogueira. **Mensagem Apresentada a Assembléa Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado em 4 de Julho de 1898**. Fortaleza: Typ. Economica, 1898, p. 8.

³³ CORBIN, *op. cit.*, p. 22.

³⁴ Ver capítulo 4.

³⁵ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 33 e 69.

possível que, por esses idos, a diversidade das espécies animais e vegetais da área já estivesse drasticamente reduzida devido a grande quantidade de alterações realizadas. Porém, o riacho ainda era significativo para a vida na cidade. Pescadores tiravam o sustento – ou o complemento – dos lances de tarrafa realizados na foz do riacho, meninos nadavam e pescavam e lavadeiras ocupavam as margens batendo, esfregando e enxaguando a roupa.³⁶

Além das “emanações miasmáticas”, é provável que a recorrência de alagamentos influísse para essa mudança no conceito de bem morar.³⁷ Em 1855, do dia 15 para o dia 16 de abril:

Choveu 5 horas chuva forte, de modo que agoa allagou as ruas, entrou por quasi todas as casas terreas, deitou muros à baixo, e fazendo outros prejuisos. Foi a maior chuva que nestes 6 annos e tem cahido nesta cidade, medio canada e meia d’agua por palmo quadrado de superficie, ou 150 canadas por braça quadrada.³⁸

A nota não aponta onde ocorreram os alagamentos. No entanto, é de se imaginar que tenham se dado na Rua dos Mercadores – uma das mais antigas da cidade, chamada também de Rua de Baixo – que ficava às margens do riacho Pajeú. A ribeira do Pajeú ficava entre dois elevados, o Outeiro da Prainha e a “lombada” onde está atualmente o Centro da cidade. Segundo Raimundo Girão, o riacho recebia água de afluentes – atualmente inexistentes – que escorriam desses pontos mais altos alimentando o riacho – possivelmente, entre eles, os citados no início deste item.³⁹

Sobre a região, João Brígido escreveu que *“desde o fim do século passado [século XVIII] já existia, mais ou menos, casas de taipa, na ala oriental da rua dos mercadores, hoje Conde d’eu (...)”*.⁴⁰ Assim, apesar do silêncio dos periódicos – *O Pedro II* não noticiou esses alagamentos –, eram os moradores das casas de taipa os mais afetados com as cheias – uma vez que as “novas moradas elegantes” eram construídas na parte mais alta da cidade, reservando aos pobres a área baixa na ribeira leste do Pajeú, nas areias do Outeiro e do Croatá.

³⁶ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 91, 164 e 252.

³⁷ As questões que envolvem as noções de salubridade da água serão retomadas no último capítulo deste trabalho.

³⁸ **O Cearense**, 17 abr 1855, p. 4.

³⁹ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 24-35.

⁴⁰ BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. [1882] **Revista do Instituto Ceará**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1912, p. 88.

Com o aumento das construções na parte ocidental da cidade e a pavimentação das ruas – ocorridos na segunda metade do século XIX – as águas encontravam novas barreiras para fluir, gerando outros pontos de alagamento. Em 1859, *O Cearense* publicou nota sobre mais alagamentos na cidade:

O mal feito empedramento que se está fazendo na rua da Palma desta cidade, para consumir-se o dinheiro publico, vai já produzindo seos desastrosos effeitos. Na primeira chuva do dia 7 do corrente as agoas de enchorrada na rua, não achando exgoto, porque assim approuve á sciencia dos nossos engenheiros, estão á ponto de innundar as casas dos moradores visinhos, quando um dellles, o Sr. Dr. José Lourenço, mandou a sua custa abrir uma valla para dar-lhe saída. Em uma chuva qualquer mais forte teremos de ver as casas daquella rua innundadas, e talvez arruinar, e o tal empedramento revolido, tornando-se intransitável a rua.⁴¹

O medo confirmou-se quando vieram as chuvas de março. Acumulou “*grande porção d'agoa nas ruas da Palma, e Formosa*” e formou-se “*um charco na travessa do armazém do sr. Barateiro [Rua da Palma]*”.⁴² As construções e pavimentação elaborada na cidade não levaram em consideração o caminho das águas. À medida que aplainavam e calçavam as ruas, alteravam o fluxo das águas até o Pajeú, propiciando alagamentos onde antes não existiam.

Não é de se espantar o local onde a água acumulava, justamente no ponto em que entravam em confluência as águas que corriam da Lagoinha até o Pajeú com as que escoavam do Campo Amélia. Apesar de secar no período de estiagem, esses “riachos” – declives – eram importantes para que, quando houvesse um novo período de chuva, as águas voltassem a fluir. As construções que aplainavam a cidade também colaboravam para obstruir esses caminhos.⁴³

Oficialmente, o calçamento das ruas e travessas de Fortaleza começou em 1857, mas desde 1852, a discussão já transitava nas sessões da Assembleia Provincial – no entanto, naquela época, aplainar as ruas era prioridade em relação ao calçamento.⁴⁴ Em 1858, no mesmo ano em que *O Cearense* publicou suas críticas, o presidente da província João Silveira de Souza justificava o calçamento:

⁴¹ *O Cearense*, 09 fev 1858, p.1-2.

⁴² *O Cearense*, 7 maio 1858, p. 3.

⁴³ Costumemente afirma-se que Fortaleza é uma cidade plana. Para este trabalho optou-se pensar que Fortaleza – dependendo da escada adotada – é uma cidade aplainada. O levantamento histórico que se fez para este trabalho indicou uma grande movimentação de terras que visava extinguir alguns aclives e declives na região onde atualmente está o Centro da cidade. Além disso, ainda é possível observar alguns desníveis que são significativos para este trabalho.

⁴⁴ *Pedro II*, 28 set. 1852, p. 2.

Reconheço que este melhoramento é um tanto dispendioso, mas concordareis também que se em toda a parte, é elle reputado uma necessidade de primeira ordem, em uma cidade edificada como esta sobre comodoros de areia movediça, e causa de tantos incommodos, e até das enfermidades a quem transita pelas suas ruas, quer na estação chuvosa, quer sob o sol ardente dos seos verões, não pode deixar de sel-o com muito mais razão.⁴⁵

O calçamento das ruas é apresentado como uma solução para domar as areias e as águas. Acompanhando os relatórios dos presidentes de província e dos engenheiros é possível ter uma ideia do período em que cada trecho do centro da cidade foi pavimentado. O primeiro logradouro calçado da cidade, segundo essa documentação, foi a Travessa da Thesouraria – também chamada na época de do Erário, da Municipalidade e, depois, da Assembleia, atualmente, parte da Rua São Paulo.⁴⁶ No ano seguinte, a Rua da Palma, um trecho da Travessa das Flores e a Rua do Quartel foram objeto do trabalho dos calceteiros – profissionais especializados em calçar as ruas.

Em 1865, o presidente Lafayette Rodrigues Pereira, dava o calçamento da cidade por completo, mesmo declarando que os trabalhos continuariam na Prainha e no caminho do Outeiro – e prosseguiram por muito tempo. Nesse ano, estavam calçadas as ruas dentro do perímetro demarcado pela Rua Amélia, Travessa do Garrote (São Bernardo), Rua de Baixo (dos Mercadores) e Travessa do Quartel (do Hospital) – atualmente, Senador Pompeu, Pedro Pereira, Conde D’eu e Dr. João Moreira, respectivamente. Além dessas ruas, eram calçadas a Rua da Ponte, do Chafariz e da Alfândega – caminho que ligava a Alfândega ao Centro – e a Travessa da Prainha – que ligava a matriz à capela de N. S da Conceição. Além de outras travessas próximas à Alfândega.

À medida que os trabalhos dos calceteiros avançavam, novos pontos de alagamento surgiam. Em 1859, a água empoçava na Rua Amélia e na Travessa das Flores. O presidente da província em seu Relatório pedia verba à Assembleia Provincial para a instalação de um cano de esgoto na interseção desses logradouros

⁴⁵ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1858, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 14.

⁴⁶ BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao terceiro vice-presidente da mesma o Excellentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães em 25 de março de 1857.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1857, p. 12.

para dar vazão à água.⁴⁷ No mesmo ano, foi produzido um relatório apresentado pelo engenheiro Adolpho Herbster e destinado ao presidente da província. Nele, o engenheiro chama a atenção para o escoamento da água:

O plano geral do calçamento acha-se hoje dividido em duas bacias principaes que desagoão, uma para o mar e outra para o lado oposto, formando a lagoa do Garrote e a Lagoinha; sendo limitadas pela linha culminante do terreno que seguindo uma direcção paralela a costa, atravessa as praças, dos Educandos, Garrote, Municipalidade, Patrocínio, etc, etc.

A 1.^a d'estas bacias está sob dividida em 4 outras secundarias, duas das quaes despejão para o riacho do Pajeú, uma directamente para o mar e a ultima para a encruzilhada da rua Amelia com a travessa das Flores.

A 2.^a bacia geral está por ora subdividida em duas secundarias, tendo uma despejo para a lagoa do Garrote e outra para a Lagoinha. Com o augmento da edificação muitas outras bacias tem de serem criadas porem estas seis satisfazem hoje completamente a edificação existente, e são independentes de quaesquer outras que sejam preciso estabelecer-se.

Um unico cano d'esgoto é necessário para escoamento das agoas da bacia que tem fundo na encruzilhada da rua Amelia e da travessa das Flores, é porém esta obra de tanta necessidade que não é possível o proseguimento do calçamento d'aquella bacia sem a sua construcção primeiramente.⁴⁸

Mesmo sem explicitar, o autor dá a ler a existência de uma circulação de água no Centro que as construções e o calçamento influenciavam: mostrando uma complexidade que ia além de ações localizadas. Além disso, é possível perceber a importância do riacho do Pajeú permanecer desobstruído, uma vez que, as duas bacias desaguavam nele – o Garrote era tributário desse riacho. O escoamento das águas passou a ser levado em consideração: a técnica foi mobilizada para domar as águas. Em outro trecho, ele retoma o tema, explicando a importância e benefícios do melhoramento:

Este cano subterraneo que deve ter espaço suficiente para que um menino possa livremente andar no interior e de pé esta orçado em 8:000\$000 ou em 60\$000 por braça corrente: sendo sua embocadura no centro da encruzilhada da rua com a travessa, e o despejo na encosta do morro, entre o hospital da caridade e a cadeia. Escolhi esta não somente por serem escavações menores, como porque passando o cano no pateo interior do hospital (sendo completado o edificio) fica tambem servindo de cano de despejo do estabelecimento, o que não é de pequena vantagem.⁴⁹

⁴⁷ SOUSA, João Silveira de. **Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1859, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma província.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1859, p. 14.

⁴⁸ HERBSTER, Adolpho. **Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster.** Fortaleza: Typ Cearense, 1859, p. 5.

⁴⁹ HERBSTER, Adolpho. **Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster.** Fortaleza: Typ Cearense, 1859, p. 5.

Para compreender o que representava o valor que deveria ser empreendido e o tamanho do investimento que o engenheiro demandava, faz-se necessário uma comparação. Para o ano de 1860, a Câmara Municipal de Fortaleza estava autorizada a despender com toda a sua folha de pagamento, manutenção e outros gastos – durante todo o ano – a quantia de 15:278\$000 réis e toda a província dispôs de uma orçamento de 79:375\$944 réis, ou seja, o gasto com o cano representaria mais da metade dos gastos da municipalidade e um décimo dos gastos previstos para todo o Ceará.⁵⁰

O fim da bacia citada no cruzamento da Rua Amélia com a Travessa das Flores indica o volume das intervenções e aterramentos, que mudaram completamente o caminho das águas na cidade. À proporção que mais áreas eram calçadas mais intervenções se faziam necessárias. Com as ruas empedradas e aplainadas, a água das chuvas encontrava mais dificuldade para infiltrar no solo e não contava mais com a força da gravidade para auxiliar no escoamento. Assim, a não realização de novas obras poderia colocar todo o trabalho até ali a perder. As chuvas não tardariam!

Quando em 1856, Francisco Xavier Paes Barreto, então presidente da província do Ceará, buscou, a partir da contratação de Adolpho Herbster, trazer à cidade “*um corpo científico*” que fosse capaz de coordenar as ações estatais nas construções públicas, esta não era uma reivindicação nova.⁵¹ Ela ressurgiu com o falecimento do engenheiro da província, o 1º tenente de engenheiros Manoel Caetano de Gouveia – que se tem notícia por conta da publicação de seu obituário em 1852.⁵²

Como solução, instituiu-se, ainda durante o padecimento do engenheiro, o Conselho de Obras Públicas auxiliado pelo engenheiro civil Fernando Hitzschky que

⁵⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similar. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009, p. 361-362; MELLO E ALVIM, João da Souza. **Relatório com que o Ex.mo Senhor Tenente-coronel de engenheiros João da Souza Mello e Alvim, presidente da província do Ceará passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor 1.º Vice-presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867**. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1867.

⁵¹ BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatório com que o excellentíssimo senhor presidente da província passou a administração da província ao segundo vice-presidente na mesma**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1856, p. 11-12.

⁵² **O Cearense**, 29 jun 1852, p. 1.

estava na cidade a serviço do arrematante da ponte de desembarque do porto.⁵³ Com a extinção do Conselho em 1854 e a crescente demanda, o Presidente da Província do Ceará solicitou ao Presidente da Província de Pernambuco a indicação de um profissional.⁵⁴

Quando foi contratado pelo governo cearense, entre as atribuições de Herbster estava, num primeiro momento, controlar os caminhos das águas em Fortaleza. Apesar de ter sido contratado por toda a província, sua atuação se concentrou na capital – com poucas exceções –, no que por si só já constituía muito trabalho. O engenheiro da província não encontrou tarefa fácil. Além de acompanhar as obras públicas, que já estavam em execução quando chegou, teve ainda que pensar em como estas intervenções poderiam afetar outros pontos da cidade – levando em conta, inclusive, a dinâmica dos miasmas, das areias levadas pelos ventos e das bacias hidrográficas.

Em *Relatório* destinado ao seu sucessor, o presidente da província Francisco Xavier Paes Barreto escreveu:

Não havia nesta província, quando a ela cheguei, um só engenheiro. Todas as obras públicas eram feitas sem orçamento, e muitas vezes sem planta, sendo dirigidas por pessoas que pouco ou nada entendiam do serviço que se encarregavam. É fácil conjeturar os inconvenientes resultantes de um tal sistema. Para obviar-os, mandei contratar um engenheiro civil em Pernambuco. [...] Acha-se já na província o engenheiro civil Adolpho Herbter, ao qual tenho encarregado da direção de todas as obras públicas, assim gerais como provinciais.⁵⁵

⁵³ Sobre a criação da Comissão de Obras Públicas, *conferir*: Lei n. 566 de 3 de dezembro de 1851. *In.*: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso – ed. Fac-similada. Tomo 2. Fortaleza: INESP, 2009, p. 239. Sobre o engenheiro civil Fernando Hitzschky, *conferir*: REGO, Joaquim Marcos d’Almeida. **Relatório do excelentíssimo senhor doutor Joaquim Marcos D’Almeida Rego, presidente da província do Ceará, à respectiva Assembleia Legislativa na abertura da 1.ª sessão ordinária da sua 9.ª legislatura em o 1.º de setembro de 1852**. Fortaleza typ. Cearense, 1852, p. 25; REGO, Joaquim Marcos d’Almeida. **Relatório apresentado ao illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente d’esta província, pelo seu antecessor o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Joaquim Marcos D’Almeida Rego ao passar-lhe administração**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1853, p. 15; TAVARES, Joaquim Vilella de Castro. **Relatório que o excelentíssimo senhor doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da província do Ceará, apresentou à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinária de sua 9.ª legislatura, em 1.º de setembro de 1853**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1853, p. 54 e 57.

⁵⁴ Sobre a extinção da Comissão de Obras Públicas, *conferir*: Lei n. 669 de 4 de Outubro de 1854. OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso – ed. Fac-similada. Tomo 2. Fortaleza: INESP, 2009, p. 495.

⁵⁵ BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatório com que o excellentissimo senhor presidente da província passou a administração da província ao segundo vice-presidente da mesma**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1856, p. 12.

No mesmo relatório exemplifica a utilidade do engenheiro:

Pretendia logo que passasse a estação invernososa em que nos achamos, dar andamento a esta obra [cadeia]; fazendo no plano dela, que é cheio de imperfeições, algumas alterações. Neste sentido ordenei ao engenheiro, que preparasse os trabalhos necessários.⁵⁶

Herculano Cunha, sucessor de Francisco Barreto, em seu *Relatório à Assembleia Provincial*, retoma o argumento utilizado por seu antecessor para a contratação de Herbster.⁵⁷ Assim, além de organizar as construções, o engenheiro era responsável por projetar o crescimento da cidade. Afinal, em uma cidade que buscava erigir-se moderna e formosa, as obras públicas não poderiam ser feitas de qualquer maneira nem por qualquer pessoa. Herbster foi contratado para coordenar obras públicas isoladas e também para pensar a urbe. Não sem razão, dará prosseguimento ao plano enxadrezado – idealizado por Silva Paulet – que terá finalidade disciplinar à expansão da cidade.

No ano em que o engenheiro chegou em Fortaleza, estava em construção a Cadeia Pública, o Quartel Militar, o “novo Lazarento da Jacarecanga”, a Enfermaria – depois chamada de Hospital – do Outeiro e o Hospital da Misericórdia; em reforma o Palácio do Governo e em estudos a Casa da Assembleia – na Praça Carolina.⁵⁸ Além de Herbster, nos anos seguintes foram contratados outros engenheiros: Ernesto Augusto Amorim do Valle, Pierre Florent Berthot, Chrysolito Ferreira de Castro Chaves, José Eduardo Barbosa, Zózimo Bráulio Barroso, José Pompeu d’Albuquerque Cavalcante, Henrique Theberge, Zózimo Barroso do Amaral e outros. No entanto, a utilidade – ou habilidade – dos engenheiros não era unânime. No periódico *Correio Mercantil* – da Corte – Herbster é considerado inábil – por não possuir um “título científico” e “tendo sido feito engenheiro pelo Sr. Barreto [presidente responsável pela sua contratação]” – e do Valle – que era cunhado do então presidente – era acusado de fazer e desfazer o prédio dos Educandos.⁵⁹

Se as críticas procediam ou não, não é possível afirmar. Porém, nos periódicos de Fortaleza não foi encontrada nota semelhante. Liberal de Castro

⁵⁶ BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatório com que o excellentissimo senhor presidente da província passou a administração da província ao segundo vice-presidente da mesma.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1856, p. 14.

⁵⁷ CUNHA, Herculano Antonio Pereira da. **Relatório com que abriu a assembléa legislativa provincial do ceará o 1º vice-presidente da mesma.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1856, p. 16.

⁵⁸ BARRETO, *op. cit.*; CUNHA, *op. cit.*

⁵⁹ *Correio Mercantil*, 29 Mar. 1859, p. 1.

escreveu que os seus contemporâneos sempre exaltavam as “*qualidades morais e competências profissionais*” de Adolpho Herbster.⁶⁰ De qualquer forma, domar os caminhos das águas não era tarefa fácil. Assim, apesar do valor da obra e de algumas medidas que não surtiram o resultado esperado, teve início a instalação do cano, concluída em 1864. Contudo, mesmo com o investimento e o estudo do engenheiro da província, a água pluvial continuou se concentrando na Rua Amélia, agora no cruzamento com a Rua da Misericórdia, ameaçando o muro da cadeia. Sobre isso, escreveu o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello:

Por efeito das chuvas torrencias, que cahiram n'esta capital no mez de maio, dasabou uma parte do muro que cinge esse edifício. Este damno, que se calcula 4:000\$000, é devido em grande parte à má construcção de tijolo e barro e á existência de formigueiros no alicerces. A muralha está sendo reconstruída a tijolo e cal.⁶¹

Poucos anos depois, o muro voltou a cair, dessa vez não era possível colocar a culpa nas formigas. Sobre as providências para tentar manter o muro de pé, o presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque escreveu:

Mandei também construir um calçada em toda a frente do edifício da cadeia publica no prolongamento da rua da Misericórdia, obra urgente, principalmente pela necessidade de dar-se esgoto ás águas pluviais, que de diferentes pontos da cidade ali vão ter.⁶²

Mesmo após os consertos realizados, no ano seguinte o muro da cadeia voltou a cair.⁶³ Em 1873 o mesmo trecho ainda acumulava água.⁶⁴ Na noite de 13 de abril, choveu em grandes proporções na cidade, alagando diversas casas no mesmo logradouro. Com o título “Inundação” o jornal *Cearense* publicou:

A chuva torrencial que cahiu sobre esta cidade na noute de 13 do corrente, inundou muitas cazas das ruas Formosa, Amélia, Chafariz e outras.

⁶⁰ CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1994.

⁶¹ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello Na 1ª Sessão Da 22.ª Legislatura em 1.º de Julho de 1866**. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1866, p. 35-36.

⁶² ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcante de. **Relatório com que passou a administração da província o Exm. Sr. Presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque ao 2.º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Coronel Joaquim da Cunha Freire**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1969, p. 12.

⁶³ HENRIQUES, João Antonio de Araújo Freitas. **Falla com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª Sessão da 18ª Legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1º de Setembro de 1870**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1870, p. 31.

⁶⁴ *Cearense*, 16 Abr. 1873, p. 02.

Á grade do cano que dà esgoto as águas pluviaes das ruas das Flores e Formosa estava feichada, e então as águas não encontrando vazão, espraíram se invadiado grande parte das cazas adjacentes, cujas famílias despertaram com a inundação, que cauzou alguns prejuízos.

Ha pouco fisemos uma reclamação nesse sentido, como porem não se tratava de uma medida eleitoral, que convinha tomar-se, a câmara nenhuma atençaõ prestou, e eis que se realizarão nossas previsões.

Diz o annexim - o brasileiro só feicha a porta depois que é roubado - agora é provável que a câmara se *digne* tomar alguma providencia.⁶⁵

Em nota seguinte, o periódico aponta outros prejuízos:

Abateu uma das muralhas de revestimento do lado do sul, da fortaleza de N. S. da Assumpção e informam-nos que não ficará só n'isso, as outras muralhas ameaçam ruína.

—Grande parte da rampa da rua do General Sampaio, que ha pouco se tinha reparada, foi levada pelas águas.

Contam-se ainda outros desmoronamentos, mas sem significação.⁶⁶

Não bastava construir o cano, era preciso deixá-lo em boas condições de funcionamento ou, ao menos, aberto. No entanto, mesmo querendo trazer o problema para os meandros da política partidária, o jornal publicou que outros pontos – além dos que se relacionavam ao não funcionamento do esgoto – sofreram alagamento. João Nogueira escreveu que em 1938 era possível observar nas construções mais antigas a existência de calçadas altas e batentes nas portas das casas que remontavam aos alagamentos de outrora nesses logradouros.⁶⁷

Em 1874 a chuvas tardaram – todo o mês de janeiro acumulou apenas 35 mm – mas não faltaram.⁶⁸ Após um mês de fevereiro com boas chuvas e um começo de março desalentador, as grandes chuvas tiveram início no dia 24 de março – 94 mm.⁶⁹

A noute de 28 deste mez [março] cahiu sobre esta capital uma chuva torrencial, que causou bastantes estragos. Houve uma innundação quasi geral: casas houve onde água elevou-se a um palmo; Deram-se vários desabamentos de cazas e muros.

A rampa da estação da via férrea ficou inutilisada completamente, fazendo as aguas grandes escavações. Muitos edificios, ameaçam ruina; a muralha da cadeia publica não poderá, certamente, resistir a invernada.

As cazas próximas aos canos de esgoto foram as que mais soffreram, por que alem de não comportarem os canos o immenso volume das águas, acresceu que o lixo do calçamento levado pela corrente, amontoou-se todo ao redor da grade collocada sobre o cano da rua Formosa, vedando assim o escoamento.

⁶⁵ Inundação. **Cearense**, 16 abr 1873, p. 2.

⁶⁶ Desmoronamento. **Cearense**, 16 abr 1873, p. 2.

⁶⁷ NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. 2ª Ed. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980, p. 123-125.

⁶⁸ Trovoada. **Cearense**, 1 fev 1874, p. 2.

⁶⁹ Chuvas. **Cearense**, 26 mar 1874, p. 2.

O pluviômetro marcou 120 milímetros.⁷⁰

Além disso, as imagens da Igreja do Patrocínio foram retiradas às pressas e levadas para a Matriz pelo risco de desabamento.⁷¹

O inverno este anno tem sido rigorosíssimo, só comparável ao de 1866. Quasi toda provincia se resente mais ou menos dos enormes estragos produzidos pelas chuvas. [...] Todo este mez tem chovido compiosamente, quase sem interrupção. Se não houver um estio, pouco legume se aproveitará.⁷²

Anos antes, fazia-se necessário construir na Rua Amélia outro bueiro com cano, mais caro que o anterior, orçado em 20:000\$000 réis.⁷³ Para esse não houve acordo. Nada de cano e bueiro! Tentou-se dar um jeitinho caprichando na inclinação, nivelamento e levantando paredes. No entanto, o muro da cadeia – e de outras construções – continuou ameaçado a cada estação chuvosa. Em 1863, estava em construção um cano para dar esgoto as água estagnadas de 23 braças, orçado em 883\$380 réis.⁷⁴ Além de bueiros, a obra de calçamento da cidade demandou um constante deslocamento de areia, visando nivelar os logradouros: declives eram aterrados e desníveis eram suavizados. Em 1866, a Praça da Municipalidade e a Rua do Mercado receberam as areias que “abundavam” na Rua São Bernardo.⁷⁵

As obras em Fortaleza mudavam e alteravam toda a região próxima, extraindo materiais para as construções ou abrindo espaço para elas. No intervalo de poucos anos é possível perceber mudanças nas narrativas sobre a cidade. Robert Avé-Lallemant registrou no segundo volume do seu livro *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859* as seguintes impressões:

Ceará [Fortaleza], vista pelo mar, é realmente bonita. Seu ponto central é um forte imponente, motivo pelo qual era antigamente chamada de Villa do Forte. Ao lado desse forte, uma igreja branca, completamente nova, e do outro, um hospital novo, ainda não inteiramente acabado, cuja metade

⁷⁰ Inundação. **Cearense**, 31 mar 1874, p. 2.

⁷¹ Igreja do Patrocínio. **Cearense**, 19 abr 1874, p. 2.

⁷² Inverno. **Cearense**, 22 abr 1875, p. 2.

⁷³ AZEVEDO, Manoel Antonio de. **Relatório que a Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 o presidente da província Doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo**. Fortaleza: Typ. Brazileira de Paiva & Companhia, 1861, p. 17.

⁷⁴ FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 9 de Outubro de 1863**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1863, p. 39.

⁷⁵ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. **Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração da província ao Excelentíssimo Senhor João de Souza Mello e Alvim no dia 6 de Novembro de 1866**. Fortaleza: Typ. Brasileira de João Evangelista, 1867, p. 8.

deverá ser ocupada por um liceu. Na extremidade mesmo, fica ainda uma cadeia, casa de detenção. (...) As ruas são orientadas conforme os pontos cardeais, como traçadas por bússola, tendo, em parte, bonitas casas. Algumas de bom calçamento, que, contudo, em outras, não passam ainda de barricadas.⁷⁶

Avé-Lallemant dá conta da existência de uma cidade em construção, com obras públicas, belas casas e com a cidade apenas parcialmente calçada. Anos depois a cidade ganhara outros ares, conforme escreveram Louis e Elizabeth Agassiz – viajantes-naturalistas – em seu livro *Viagem ao Brasil 1865 - 1866*:

Gostei do aspecto da cidade do Ceará [Fortaleza]. Agrada-me as suas ruas largas, limpas e bem calçadas, ostentando toda sorte de cores, pois as casas que as ladeiam são pintadas nos mais variados tons. Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de moças com alegres toaletes, e os grupos masculinos enchem as calçadas, conversando e fumando. Ceará não tem esse ar triste, sonolento, de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade.⁷⁷

Quando Louis e Elizabeth Agassiz estiveram em Fortaleza, o calçamento na parte central da cidade já estava consolidado. No entanto, o olhar do viajante é marcado pelas finalidades das suas obras e viagens, estilos literários ou/e da escrita científica vigentes, preconceitos e conceitos.⁷⁸ Assim, ao descrever Fortaleza, os viajantes não poderiam separar o que viam das suas experiências anteriores e em relação a outras cidades. Contudo, faz-se oportuno discutir que esse “aformoseamento” – citado pelo casal Agassiz – era apenas para uma parte da cidade, usufruído por uma fração da população e consolidado através de exclusão.

Sobre o embelezamento da cidade, Frederico de Castro Neves escreveu:

A beleza da cidade foi construída pelas “múmias famintas” e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877, apresentados, nos relatórios, como simples “melhoramentos publicos, resultantes da sêcca”.⁷⁹

No final da década de 1870 o calçamento da capital ganhou novo impulso com o emprego dos trabalhadores que migraram para Fortaleza por conta da Seca

⁷⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p.17.

⁷⁷ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865–1866)*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 408.

⁷⁸ Para Mary Pratt quando se estuda um relato de viagem – principalmente os produzidos por naturalistas – se faz necessário “descolonizar o conhecimento”. Ou seja, levar em consideração as funções – normalmente, colonizadora e imperialista – e as redes que dialogam com essas publicações. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, *passim*.

⁷⁹ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 31.

de 1877-78. Empregaram os que perderam quase tudo com a falta de água no interior para controlar as águas na capital: principalmente carregando e calcando pedras.

As análises em torno das construções discursivas envolvendo a seca de 1877 já são conhecidas pelos historiadores. As “elites do norte” – a partir de “*um tema que sensibiliza nacionalmente*” – passaram a utilizar a seca como argumento para solicitar recursos e investimentos.⁸⁰ Não há dúvida de que alguma coisa precisava ser feita! Contudo, conforme aponta Durval Muniz Albuquerque Junior, a partir desse momento “*a seca torna-se ‘o problema do Norte’ e a explicação para todos os demais problemas*”.⁸¹ Para a consolidação desse objetivo, fazia-se necessário uma história homogênea centrada nas dificuldades naturais vigentes. Daí, talvez, se origine o pouco interesse pela história das enchentes no Ceará.⁸²

Todavia, acompanhando as obras públicas e os embates na imprensa local entorno delas, observou-se que as “catástrofes naturais” – especificamente, as enchentes e os alagamentos – também propiciavam momentos oportunos para as negociações políticas, principalmente em âmbito local. Assim, em 1839, quando o “Chafariz do Alencar” foi levando pelas chuvas, o presidente João Antonio de Miranda encerrou seu discurso, após lamentar os estragos ocasionados às obras públicas, pedindo para os deputados recursos para empreender as “melhorias necessárias a província”.⁸³

O *Cearense*, além de atribuir a “inundação” na Rua da Palma de 1858 ao “*mal feito empedramento que se está fazendo na rua*” – já citado neste texto⁸⁴ –, publicou um editorial intitulado “Melhoramentos materiaes”:

⁸⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2007, p. 242.

⁸¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, *ibid.*, p. 242.

⁸² Durante a pesquisa encontrou-se nos periódicos publicados em Fortaleza registros de enchentes em diversas cidades do Ceará, além da capital. Para estudos sobre as enchentes em Jaguaruana e Aracati, ver, respectivamente: SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Nos Caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe**: Memórias das enchentes em Jaguaruana – CE (1960, 1974, 1985). 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006; DINIZ, José Nilo Bezerra. **Paisagens marginais**: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914). 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

⁸³ MIRANDA, João Antonio de. **Discursos que recitou o Exm. Presidente desta provincia na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial**. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 50.

⁸⁴ *O Cearense*, 09 fev 1858, p.1-2.

Há alguns anno à esta parte que mais de um terço de nossa receita provincial é aprlcada a um cousa que se chama na linguagem official – *obras públicas*.

Mas essas chamadas obras públicas, em que se tem gato centenas de contos, são aquellas que o interrese real da província, e necessidade publica reclamão?

Essas mesmas obras necessárias ou não, que se tem feito, ou que se estão fazendo, correspondem aos sacrificios que a província há feito por ellas?

Na primeira questão indagaríamos, si com efeito vale mais para a província, ou si é uma de suas primeira necessidade o calçamento de ruas, e praças nesta cidade, a edificação de theatro, de palácios d'assemblea &, antes do que a abertura de vias de communicação, o melhoramento de nosso solo, a protecção e animação as industrias agricula, e creadora.

No exame da segunda, indagaríamos o que ha de exacto na fama da dilapidação horrorosa, que por ahi corre relativamente a este ramo de serviço: ou si em verdade o dinheiro publico tem sido gasto com a devida economia nessas obras.⁸⁵

Muita tinta foi gasta nos periódicos com críticas às obras de “aformoseamos” erigidas no governo – da província ou da municipalidade – de adversários políticos. Não é de estranhar que em outros momentos o próprio *Cearense* tenha demandado calçamento e outras obras. Assim, não se deve desprezar o significado de obras “emergenciais” e de “primeira ordem”. Não se duvida, nem essa é a intenção deste texto, que muitas dessas construções fossem realmente “urgentes”. Contudo, também não se ignora que os “descaminhos” da água em Fortaleza tinham sérios desdobramentos nos debates na Assembleia e nos periódicos da época.

As obras públicas, assim como as “dotações orçamentárias” necessárias para sua execução, se realizaram evocando salubridade, aformoseamento, civilização, emergência e outros: as “secas” e as “enchentes” se mostraram importantes motores para as obras públicas na província/estado e na capital.

2.2. Pinguelas, pontilhões e outras pontes.

Não passava pela cabeça de ninguém que pudesse haver importância em partir com a diferença de dias, semanas ou até meses. Os comedores de lótus, no “país em que é sempre tarde” não poderiam ser mais indiferentes à marcha do tempo. Mas essa calma imperturbável que se coloca acima das leis a que está sujeito o resto da pobre humanidade, essa ignorância da grande máxima *tempus fugit* são simplesmente exasperantes para um homem que dispõe apenas de quinze dias entre duas passagens de navio

⁸⁵ Melhoramentos Materiaes. **O Cearense**, 2 Jul 1858, p. 1-2.

para realizar a sua viagem, e que sabe, outrossim, que o tempo é sempre curto demais para o que tem em vista fazer.⁸⁶

Transpor os caminhos das águas no período de chuvas não era uma tarefa “cômoda” nas estradas que ligavam Fortaleza a outros pontos da província. No trecho citado, Louiz e Elizabeth Agassiz se mostravam frustrados com o adiamento da viagem que buscavam realizar de Fortaleza a Serra de Aratanha por conta das chuvas. O casal chegou à Fortaleza no mês de abril, um dos meses mais inoportunos – devido às precipitações pluviais – para realizar esse tipo de viagem. Além disso, 1866 foi um ano em que as águas tardaram, mas caíram em grande volume – o pluviômetro da capital mediu um volume de chuva que até então não havia registrado, 2.453 mm.⁸⁷ Não à toa, muitos dos que lhes visitaram tentaram convencer-lhes a adiar a viagem “na esperança de melhorar o tempo” – o que motivou a queixa citada.⁸⁸ Os visitados não estavam presos ao esquecimento como os lotófagos da Odisseia, ao contrário, sabiam das dificuldades e tentaram prevenir os viajantes dos contratempos que encontrariam na estrada. O que não cabia na visão do *tempus fugit* dos Agassiz. Estavam em choque diferentes experiências, ligadas a uma complexa relação entre técnica, ciência e cultura em diferentes arranjos entre o espaço e o tempo.⁸⁹

Empreendida a viagem, eles relataram em seu Diário alguns dos entraves encontrados na estrada que ligava aqueles dois pontos. Entre os inconvenientes da travessia – com o engenheiro da província José Pompeu d’Albuquerque Cavalcante entre os acompanhantes – eles narraram a mudança que se efetuou nas estradas com a intensificação das chuvas.⁹⁰ Uma ida difícil e uma volta nada agradável: atravessando diversos riachos que não existiam antes. Em uma das passagens Elizabeth quase caiu no riacho e um dos seus criados não teve a mesma sorte, dando, literalmente, com o burro na água.

⁸⁶ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865–1866)**. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 410-411.

⁸⁷ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. O Clima e as Secas do Ceará [1877]. In.: ROSADO, Vingt-un (org.). **Nono livros das Secas**. Mossoró / RN: Fundação Guimarães Duque, 1983, p. 39.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 410.

⁸⁹ Para Reinhart Koselleck tanto o espaço quanto o tempo pertencem a condições de possibilidade da história, ao mesmo tempo essas categorias também possuem uma história. No caso do espaço, “es algo que hay que presuponer metahistóricamente para toda historia posible y, a la vez, algo historiable porque se modifica social, económica y politicamente”. KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la história**. Barcelona: Ediciones Paidós / Universidad Autónoma de Barcelona, 2001, p. 107-108.

⁹⁰ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865–1866)**. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 410-421.

Na volta a capital, todos com quem conversaram trataram de esclarecer que o estado da estrada era “excepcional”, ocasionado por um inverno acima da média. Contudo, apesar do grande volume das chuvas que caíram naquele ano, esses estragos não tinham nada de extraordinário. A cada novo relatório observou-se a edificação de novas pontes, reformas, mudanças e mesclas nos materiais, cabeceiras maiores, pontes cada vez mais caras e diversas outras tentativas para manter as pontes nos lugares. Nos meses de chuvas, as águas tomavam de volta parte do seu espaço e para transitar de um lugar a outro se fazia necessário transpô-la. Além disso, dentro dos limites do município e nos caminhos que ligavam a capital ao restante da província havia muitos outros rios, riachos e lagoas que por conta dos recortes da pesquisa não foram analisados, mas que impunham aos passantes grandes inconvenientes.

Para Maria Auxiliador Lemenhe, o crescimento de Fortaleza se relacionou diretamente com a efetivação das políticas do Governo Imperial de centralização em torno das capitais.⁹¹ Uma boa rede viária centralizada na capital consolidaria a cidade como centro político, administrativo e econômico da província, reduziria as distâncias levando a presença do governo provincial às localidades por onde as estradas passassem, facilitando a fiscalização e melhorando a arrecadação.⁹² Assim, ligar a capital às demais vilas da província por meio de estradas era uma demanda urgente e crescente no decorrer de todo o período estudado. Contudo, durante grande parte do século XIX a capital do Ceará ficava, pelo menos nos meses de chuva, quase que literalmente ilhada, incomunicável com muitas das demais localidades. Para entender a localização de Fortaleza e os caminhos que ligavam a capital às demais vilas, faz-se necessário compreender como e por onde se davam esses deslocamentos pela província.

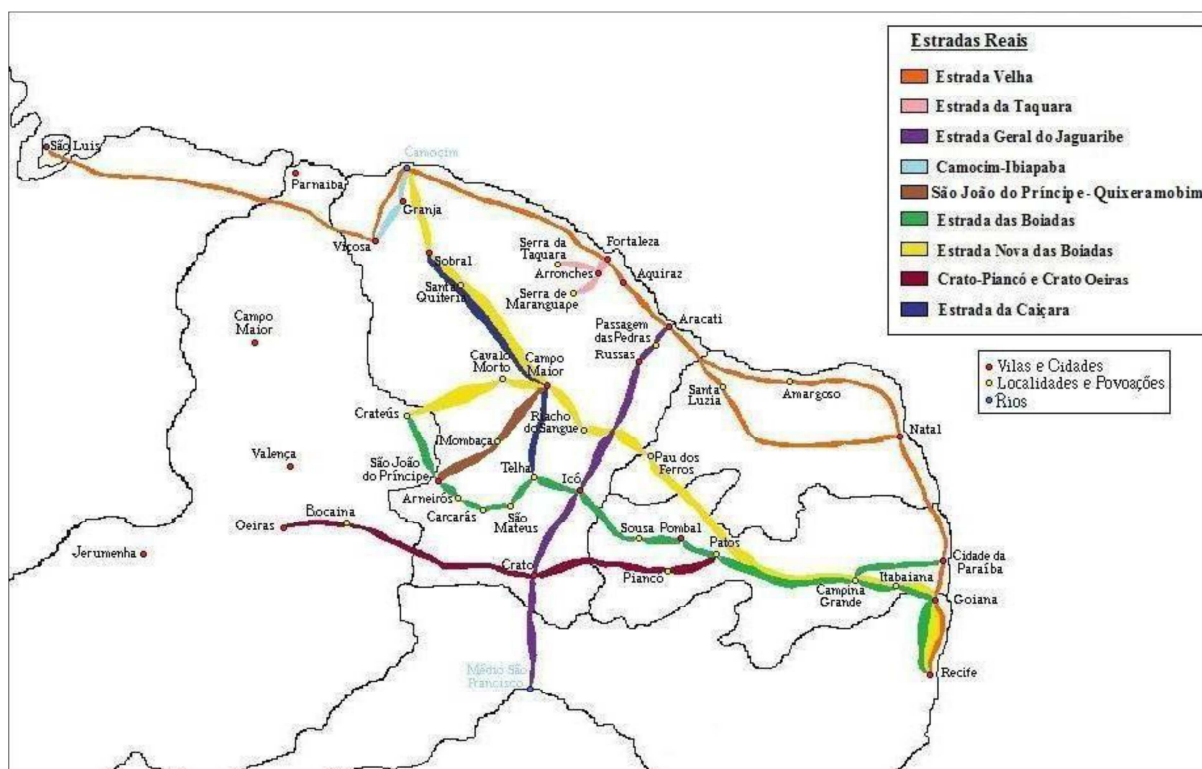
No Ceará, o trânsito fluvial para o interior da província era praticamente inexistente. As melhores estradas da província durante muitos anos foram o leito seco dos rios não perenes – durante o século XVIII, a principal entrada ao interior do

⁹¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, passim.

⁹² ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 24, nº 39, p. 161.

“Siará Grande” se dava a partir da ribeira do rio Jaguaribe, a Estrada Geral do Aracati foi a principal rota do gado do interior da província ao litoral.⁹³

Gabriel Parente Nogueira elaborou – a partir do texto de Carlos Studart Filho – uma montagem onde aponta a localização dessas estradas:



Fonte: Estradas Reais da capitania do Siará Grande. NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império:** Práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). 2010. 358 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010, p. 71.

Ainda durante a presidência de Alencar, buscou-se realizar a construção de estradas que ligassem a cidade de Fortaleza às Vilas de Aracati – passando antes por Aquiraz –, de Soure e de Ipú. Observando as estradas existentes na província do Ceará, é possível perceber que a rota tirada para alguns destinos era conhecida – e utilizada – enquanto outras eram completamente novas. As estradas do Soure e do Aracati estavam dentro do traçado da chamada Estrada Velha – ou Geral de Pernambuco – que “ligava” São Luís à Recife, passando pelas três localidades – Soure, Fortaleza e Aracati. Como se observa na montagem, as principais estradas não passavam por Fortaleza: a Estrada Velha, como o nome

⁹³ SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça:** terra, família e poder (Século XVIII). 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

sugere, era uma estrada em desuso e a Estrada da Taguara ligava às serras próximas – de onde vinha muito do que era exportado no porto da Capital.

As narrativas das travessias não são abundantes, mas permitem compreender um pouco mais essa relação com as águas. A partir de livros de memórias ou diários de viagens é possível ter uma ideia do juízo feito sobre as estradas que passavam pela capital. Nesse sentido, O Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão produziu uma valiosa narrativa sobre seu deslocamento de Fortaleza à Aracati – no período de 16 a 23 de agosto de 1859 – com um comboio de mais de 30 animais.⁹⁴ Eis um trecho:

Era o sol bastante forte e a estrada toda de areia, passamos o rio Cauçu por duas pontes, o rio Tipuíú por uma ponte; neste lugar é a terra arenosa e denegrada [...] E à uma hora chegamos ao vale do Pacoti. É uma larga vargem, mui plana de barro denegrado, agro-seco e rachado, pelo meio da qual se espreguiça fazendo geos e dividindo em dois ramos o rio Pacoti – destes ramos só um, que passa perto do morro de Aquiraz, é que tinha água; no lugar onde passamos teria de largura umas cinco ou seis braças e água até dois palmos, e só na ribeira oposta o barro negro fazia atoleiros, que ofereciam alguma dificuldade ao passar. [...] Há feito um aterrado que o corta em linha reta do Aquiraz à entrada do vale, e que havia ponte na passagem do rio, mas o rio a levou e hoje se não passa por esse aterrado, ficando a passagem tomada no tempo das cheias ou passando-se com muitos riscos, ou em balsas.⁹⁵

A narrativa da viagem continua nas páginas seguintes do Diário. Contudo, no trecho citado é possível observar certa recorrência em construções – pontes e aterros – que visavam facilitar a travessia de rios e alagados, entendidos como inibidores desse deslocamento.

O viajante Henry Koster realizou deslocamento semelhante, pela mesma “Estrada Velha” de Aracati à Fortaleza – entre 12 e 16 de dezembro de 1810 –, mas em sentido oposto, quase cinquenta anos antes e narrou um trajeto bem distinto.⁹⁶ A viagem de Koster foi feita durante um período em que a maioria dos rios estava seca. O único que a travessia valeu nota – o que deve significar que representou um obstáculo ao viajante – foi o Jaguaribe, na saída de Aracati, o qual atravessou

⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão** (1859-1861). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 37-51.

⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão** (1859-1861). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 38-39.

⁹⁶ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** – Travels in Brazil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942; ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão** (1859-1861). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

embarcado. Além disso, ele mencionou o mato alto, as várzeas e riachos secos tendo demorado quatro dias para completar todo o trecho.⁹⁷

A travessia da Expedição de Freire Alemão foi em um ritmo diferente. Eles pararam em diversas localidades para dormir, conversar e fazer as refeições. Assim, a maior demora na realização do trajeto – em comparação com de Koster – não é indicativa de uma viagem mais difícil. Os membros da expedição interagiram com as pessoas no trajeto e se demoravam mais na viagem, enquanto Koster desejava, apenas, chegar à Fortaleza. Além disso, é necessário lembrar que Alemão narrou uma paisagem marcada pela presença da água – solo alagado, rios e chuvas recorrentes – enquanto Koster realizou a viagem em uma época mais seca – em que as chuvas estavam começando ou por começar.

Viajar à ou a partir de Fortaleza durante ou logo após o período de chuvas era uma tarefa laboriosa. Visando incentivar e facilitar essas travessias, diversas pontes foram construídas no intervalo entre a viagem de Koster e a de Freire Alemão. Contudo, conforme se acompanhou nas Falas e Relatórios dos presidentes, essas construções não tinham vida longa.

Em 1836 foram encomendadas pontes de madeira – Pau d'arco – para a travessia dos rios Cocó, Ceará e Cauaçu.⁹⁸ Quando proferiu sua Falla à Assembleia Provincial em 1º de Agosto, o presidente José Martiniano de Alencar declarou que a ponte do Cocó já estava construída, a do Cauaçu em andamento e a do Ceará encomendada.⁹⁹ No ano seguinte, a ponte do rio Cocó já carecia de reforma e a do Cauaçu estava concluída.¹⁰⁰ No entanto, já havia a demanda por mais três pontes para colocar sobre o rio Pacoty – e para isso já havia comprado 300 linhas de Pau d'arco.¹⁰¹ Em 1839, as chuvas levaram também essas pontes.

Nos Relatórios e Falas a demanda por estradas e pontes era recorrente. Em 1840, o Presidente Francisco de Sousa Martins declarou que:

⁹⁷ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** – Travels in Brazil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 163-164.

⁹⁸ D' ALENCAR, Jozé Martiniano. **Falla com que o Exm.º presidente da provincia do Ceará abriu a segunda sessao' ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1.º de agosto de 1836**. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p. 3.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 3.

¹⁰⁰ D' ALENCAR, Jozé Martiniano. **Relatorio com que o excelentissimo presidente da provincia do Ceará abriu a terceira sessão ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1º de agosto de 1837**. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1837, p. 3.

¹⁰¹ D' ALENCAR, Jozé Martiniano. **Relatorio com que o excelentissimo presidente da provincia do Ceará abriu a terceira sessão ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1º de agosto de 1837**. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1837, p. 3.

Todavia, Srs., nenhum paiz pode prosperar, sem se melhorarem suas vias de comunicação, tornando-as mais faceis e rapidas, e forçoso he que neste empenho se dispendão annualmente quantias consideráveis. Por fortuna as estradas desta Provincia, com fáceis consertos, se tornão transitáveis para carros, cavaleiros, e pedestres; mas os reparos devem se repetir quasi todos os annos; por que os rebentos dos troncos das arvores e as escavacações das chuvas, cauzão deteriorações frequentes e periódicas. As estradas, que partem da Capital ao Icó, à Baturité, e à Imperatriz, requerem principalmente a preferencia; por serem auellas por onde se transportão a máxima parte dos productos do interior à Capital; ou se levão os da Capital ao centro.¹⁰²

Além disso, conforme é possível observar no trecho, era crescente a necessidade de que essas estradas dessem passagem não apenas a cavaleiros, mas a carros – puxados por animais – e pedestres de forma fácil e rápida. Observa-se uma mudança: uma estrada não bastava somente dar passagem, mas propiciar trânsito.¹⁰³ Contudo, as estradas abertas durante a estação seca sofriam grandes e recorrentes degradações a cada nova temporada de chuvas: com o pouco uso das estradas no inverno, as matas retomavam o seu lugar, e as chuvas mais fortes e cheias levavam ou avariavam as pontes.

A ausência de aguadas no período seco era outro elemento que dificultavam os deslocamentos que partiam ou chegavam a Fortaleza por terra. O presidente Manoel Felizardo Sousa e Melo escreveu em seu relatório, que o rumo tirado para a estrada de Fortaleza à Icó passava por “grandes espaços sem a menor porção d’agoa que refrigere os caminhantes” – as pessoas davam a esses trechos o nome de “grande travessia”.¹⁰⁴ Os homens e os animais poderiam até se valer dos “poços vegetais” – frutas e árvores ricas em água como melancias e melões (que alguns sitiantes plantavam e vendiam) e alguns cactos – comuns nas narrativas.¹⁰⁵

¹⁰² MARTINS, Francisco de Sousa. **Relatório, Que Apresentou o Exm. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, Presidente desta provincia, na ocasião da abertura D’Assemblea Legislativa Provincial no dia 1º de Agosto de 1840.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1840, p. 14.

¹⁰³ Mais sobre as estradas no Ceará, conferir: CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. **Revista Latino-americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n. 8, p.141-160, out. 2013. Bianaual.

¹⁰⁴ SOUZA E MELO, Manoel Felizardo de. **Falla que recitou o Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello presidente desta provincia na ocasião da abertura da assemblea provincia no 1º de agosto do corrente anno.** Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p. 39.

¹⁰⁵ Henry Koster cita em diferentes momentos de sua narrativa a compra de melancias para matar a sede no trajeto. Além dele, Freire Alemão também cita a venda de melancias realizada por umas meninas na estrada. Respectivamente, ver: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 157, 195 e 213; ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861).** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 49.

Entretanto, ainda não eram suficientes para suprir as necessidades ou tornar a travessia “cômoda”.

As águas não impediam apenas o deslocamento partindo ou deixando a cidade, mesmo dentro dela as pontes se faziam necessárias. As “duas partes” separadas pelo Pajeú ficavam mais distantes por quase metade do ano – nos primeiros meses, quando tinham início as chuvas. Durante muito tempo, a ligação do Porto com o Centro se deu por meio de uma ponte de madeira, construída na atual Avenida Alberto Nepomuceno – na época chamada, de Rua da Ponte. A ponte de madeira foi trocada durante o governo de Jozé Martiniano de Alencar em 1836 por uma “ponte de pedra e cal”. O presidente em sua *Fala à Assembleia Provincial* justificou a troca:

Fiz construir huma ponte de pedra e cal no regato, que devida a Cidade do Bairro da Prainha, tirando d’ali a velha ponte de Madeira tao’ arruinada, que fasia d’quelle lugar, **alias d’entro da Cidade, o mais terrivel mao passo para os Carros**, com notavel incommodo do Commercio, que da Prainha, onde se acha a Alfandega, conduz todos os seos generos em Carros, como sabeis.¹⁰⁶

Em sua justificativa, Alencar argumentou que a velha ponte já não servia para o trânsito. Não se tratava de qualquer trânsito, mas do vai e vem de carros puxados por animais que transportavam mercadorias e pessoas entre o Porto e o Centro. A mesma preocupação foi vista na escolha das prioridades do calçamento mais de vinte anos depois e estava atrelada ao “deslocamento” da cidade discutido no tópico anterior. O trânsito de carros pela ponte foi interrompido em 1839, quando ela foi levada pelas águas da “grande chuva” – foi construída em seu lugar uma “ponte ligeira”, enquanto não havia meios de levantar outra.¹⁰⁷ A nova ponte foi construída em 1841 e reformada em 1844.¹⁰⁸

Após consertos recorrentes, em 1859, a ponte passou por uma nova reforma. Todavia, já não se tratava mais de problemas na sua estrutura. Ela passou

¹⁰⁶ Grifou-se. D’ ALENCAR, Jozé Martiniano. **Falla com que o Exm.º presidente da provincia do Ceará abrio a segunda sessao’ ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1.º de agosto de 1836.** Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p. 2.

¹⁰⁷ MIRANDA, João Antonio. **Discurso que recitou o Exm. Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente desta província, na occasião da abertura da assemblea legislativa provincial no dia 1.º de agosto do corrente anno.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 57-58.

¹⁰⁸ COELHO, José Joaquim. **Discurso recitado pelo Ex. senhor brigadeiro José Joaquim Coelho, presidente e commandante das armas da provincia do Ceará na abertura da assembléa legislativa provincial no dia 10 de setembro de 1841.** Recife: Typ. De Santos & Cia, 1842, p. 27; BITANCOURT, José Maria da Silva. **Relatório do Exmo. presidente e comandante das armas da provincia do Ceará o brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt na abertura da assembléa legislativa provincial – 1º de julho de 1844.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1844, p. 14.

a ser vista como a “entrada da cidade” pelo mar – por onde chegavam os visitantes estrangeiros e de outras províncias. Eis o trecho:

Ponte do Chafariz — esta obra que apesar de se não poder considerar de primeira importância, era tão necessária para o aformoseamento e regularidade de uma das ruas principais da cidade, e única que da estrada da praia da mesma, teve principio por minha ordem em dezembro do anno findo e tendo parado por algum tempo por falta de materiaes com a força do inverno, acha-se hoje de novo em andamento.

Os trabalhos que ahi tem feito consistem na construcção da fachado do chafariz ali existente, e no alargamento da ponte, cujo parapeito velho e arruinado entrava até ao meio da rua, sahindo muito fora do alinhamento e formando um estreitamento ou garganta incommoda aos passantes, e de aspecto desagradável.

Contruirão-se no novo parapeito assentos, sobre as costas destes um gradeamento de tijolo, e o mesmo se deverá fazer no muro fronteiro. [...]

Aquele ponto, já hoje embelezado pelo calçamento, virá a ser um dos mais aprazíveis da cidade, apesar de não estarem esses melhoramento de todo acabados.¹⁰⁹

Levando muito a sério o ditado que dizia que a primeira impressão é a que fica, dobraram a largura e “aformosearam” – foram colocados bancos nas laterais da ponte e gradeamento de tijolos.¹¹⁰ Os bancos apontam para uma nova possibilidade de uso: parar e esperar sentado sobre a ponte. Não se sabe o que levou as pessoas a almejar esses assentos, se um descanso no trajeto entre o Centro e Prainha ou para aproveitar alguma vista e/ou brisa ou se algo ligado ao chafariz – que ficava próximo – ou todos os anteriores ou outros usos que se perderam no tempo. Independe disso – uma vez que não se sabe –, essa ponte marcou uma alteração nos sentidos dessas obras, ligar duas margens já não era o suficiente; também deveria ser bonita na cidade que se almejava “civilizada”.¹¹¹

Os diferentes nomes – pontes, pontilhões, “pontes rápidas” e outros –, modos de construção e materiais utilizados “*evocam diferentes modos de organizar a travessia de rios e riachos*”.¹¹² Dão indicações dos usos e discursos aos quais estavam atrelados. A ponte velha – mesmo que de pedra e cal – já não harmonizava com a Fortaleza calçada. Além de reformada, a ponte ganhara um sobrenome – do

¹⁰⁹ SOUSA, João Silveira de. **Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1859, o excelentíssimo senhor Dr. João Silveira de Sousa, Presidente da mesma província**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1859, p. 14.

¹¹⁰ HERBSTER, Adolpho. **Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster**. Fortaleza: Typ Cearense, 1859.

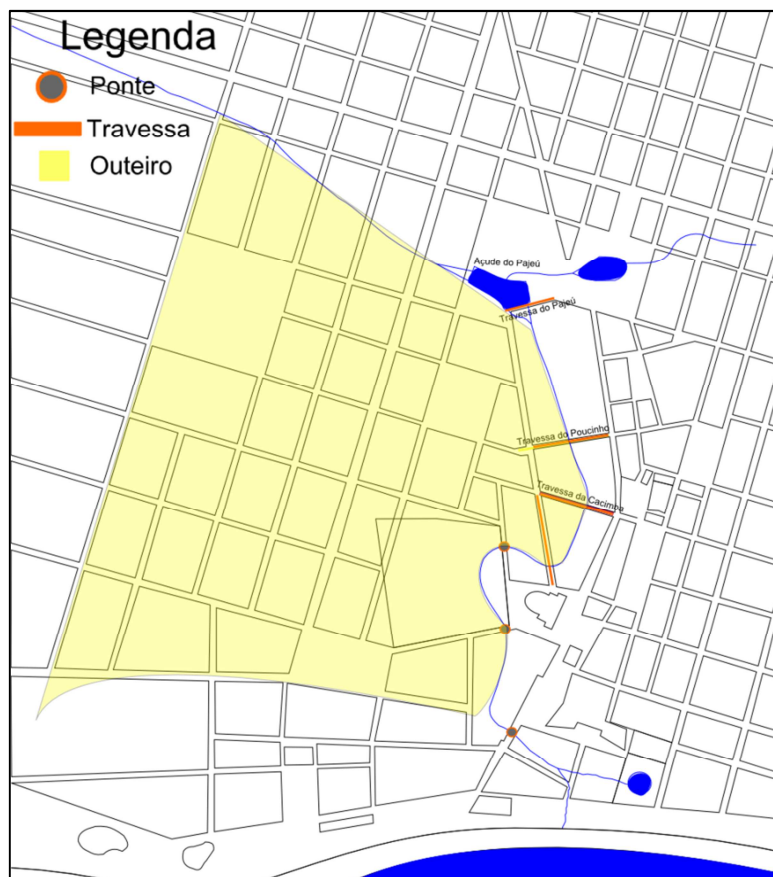
¹¹¹ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza Imagens da Cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004, p. 118.

¹¹² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 38.

Chafariz. Afinal, nesse intervalo passaram a existir outras dentro da cidade, inclusive sobre o mesmo riacho.

Se essa ponte foi feita para o trânsito de carros que deixavam e chegavam a Alfândega, por onde passavam os moradores do Outeiro que se deslocavam em direção ao Centro? Durante muitos anos, a travessia se dava dando a volta para atravessar sobre a ponte, na barragem do Pajeú ou de pés descalços e calças arregaçadas nos trechos secos do Pajeú com o auxílio de pinguelas.¹¹³ A barragem do Açude do Pajeú, apesar de seu efeito colateral – secava um trecho do riacho do Pajeú, deixando um charco apontado como insalubre – trazia, aos olhos dos seus contemporâneos duas vantagens: propiciava uma reserva de água que – apesar das dúvidas quanto à qualidade – poderia ser útil em um momento de escassez e facilitava o fluxo de pessoas entre o “Centro” e o bairro do Outeiro – que eram separados pelo riacho. Seco, propiciava passagem ao Outeiro durante grande parte do ano.

¹¹³ O açude foi construído em 1837, destruído em 1839 e reconstruído em 1847. MIRANDA, João Antonio. **Discurso que recitou o Exm. Sr. Doutor João Antônio de Miranda, presidente desta província, na ocasião da abertura da assemblea legislativa provincial no dia 1.º de agosto do corrente anno.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 57-58; VASCONCELLOS, Ignácio Correia de. **Relatório apresentado a assemblea legislativa provincial do Ceará pelo presidente da mesma província o coronel graduado Ignácio Correia de Vasconcellos em 1º de julho de 1847.** Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847, p. 18-19. Além disso, Gustavo Barroso cita o uso de pinguelas pelos pescadores (e demais moradores dessa região) para atravessar trechos do Riacho Pajeú. Cf.: BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso - Coração de Menino** [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 91.



FONTE: HERBSTER, Adolpho. Planta da Cidade da Fortaleza – Capital da Província do Ceará [1888]. Mapoteca da Biblioteca Nacional. **Destaque e vetorização:** Emy F. Maia Neto – 2011.

Acima é possível ver o trajeto do riacho do Pajeú após o Açude. Em 1858, foram construídos os dois pontilhões que aparecem na montagem – na Travessa da Bica ou da Biquinha e na Rua da Apertada Hora.¹¹⁴ Era uma tentativa de atar a aproximação com o Outeiro, interrompido com o Pajeú fluindo. O pontilhão da Apertada Hora, segundo o Presidente João Silveira de Sousa, foi “*feito com toda a solides sobre largos e profundos alicerces de pedra, cimento e grade*” o que indica que a parte superior foi feita de madeira.¹¹⁵

Integrar Centro e Outeiro, só se tornou uma preocupação para as obras públicas quando isso foi uma necessidade do Centro. Além dos pontilhões citados, o presidente da província pediu à Assembleia em 1858 que destinasse verba para a construção de outros dois – na Travessas da Cacimba ou do Cacimbão e do

¹¹⁴ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que á assemblea legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1858, o excelentíssimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 13-14.

¹¹⁵ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que á assemblea legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1858, o excelentíssimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p.14.

Poucinho – para dar passagem da rua de baixo ao Outeiro.¹¹⁶ Isso indica que a passagem nas travessas citadas se dava com os pés molhados. Contudo, o empedramento das ruas que se seguiam aos pontilhões citados, só foi iniciado na década de 1870.¹¹⁷

O grande desafio para “vencer” ou “domar” as águas – como escreveram, respectivamente, Gilmar Arruda e Fabio Alexandre dos Santos – estava na durabilidade das construções.¹¹⁸ Afinal, era preciso tornar as comunicações com as demais localidades viáveis durante todo o ano. Assim, aos olhos dos governantes, se fazia necessário aplicar o conhecimento técnico disponível investindo em materiais e procedimentos.

Nesse quesito o ferro foi bastante utilizado. No mesmo período em que Adolpho Herbster foi contratado como engenheiro responsável pelas obras públicas, houve um aumento na utilização desse material nas construções da cidade. Conforme se observam nas Falas e Relatórios de Presidentes de Província, todos os artefatos de ferro utilizados pelo governo provincial eram encomendados na Corte ou em Recife e chegavam a Fortaleza com um custo elevado – somando a produção e o transporte. Muitos comerciantes da província e estrangeiros acumularam capitais intermediando essas transações.

Não é por acaso que nos Relatórios de 1852 e 1853, aparecem dois pedidos por verba para esses artefatos. No primeiro, grades para a cadeia que se estava construindo na cidade e no segundo, mais grades, um portão para a cadeia – encomendados em Pernambuco – e um cano de ferro para o chafariz da Prainha.¹¹⁹ Sobre os canos, segue o trecho do relatório do presidente Joaquim Tavares:

¹¹⁶ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que á assemblea legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1858, o excelentíssimo senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 13-14.

¹¹⁷ MACIEL, Franciso d’Assis Oliveira. **Fala com que o excellentissimo senhor doutor Francisco d’Assis Oliveira Maciel abriu a 2.^a sessão da 21.^a legislatura da Assembléa provincial do Ceará no dia 7 de julho de 1873.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1873, p. 18.

¹¹⁸ ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens. **Varia História.** Belo Horizonte, vol. 24, nº 39; SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas: Salubridade e ocupação o espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930.** São Paulo: Alameda, 2011.

¹¹⁹ REGO, Joaquim Marcos d’Almeida. **Relatório do excelentíssimo senhor doutor joaquim Marcos d’Almeida Rego, presidente da província do Ceará, à respectiva assemblea legislativa na abertura da 1.^a sessão ordinária da sua 9.^a legislatura em o 1.^o de setembro de 1852.** Fortaleza typ. Cearense, 1852, p. 24; TAVARES, Joaquim Vilella de Castro. **Relatório que o excelentíssimo senhor doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da província do Ceará, apresentou à assemblea legislativa provincial, na abertura da segunda sessão ordinária de sua 9.^a legislatura, em 1.^o de setembro de 1853.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1853, p. 53.

Tanto a Camara Municipal como o Conselho julgam indispensável essa obra [da Cacimba do Povo], assim como a do concerto do chafariz da ponte da Prainha, que tambem já forneceo excellente agoa ao publico: mas á respeito desta ultima cumpre que vos previna das dificuldades, que ha, e que sam expostas pelo artista, que aqui dirige as obras publicas Fernando Hilzschky. Eis o que elle diz:

“Tenho a informar que examinei o chafariz da Prainha desta cidade, achei a casa d'agoa em estado de não admittir reparo, e entendendo que a edificação de similhante chafariz não pôde servir de utilidade publica em consequencia da pouca agoa, que tem a unica vertente que para elle tem de afluir, e juntamente attendendo á enorme despesa, que se tem de fazer, porque só de canos de ferro sam necessários 1200 palmos, além de outras muitas despesas que sam necessarias para aquella obra, deixo de apresentar orçamento para ella, salvo se quizerem-na fazer por mero luxo ou aformoseamento da cidade.”¹²⁰

No ano seguinte, o Presidente relatou ter chegado parte dos canos encomendados no Recife.¹²¹ No periódico *Pedro II*, há uma nota em que o autor afirma que a obra de reforma do Chafariz – com canos de ferro, transporte e mão de obra – teria custado 3:376\$520 réis para os cofres públicos, quantia significativa para as gastos com obras públicas na época.¹²²

A reforma foi concluída em agosto 1855 e o Chafariz da Prainha foi entregue em setembro aos cuidados da Câmara Municipal.¹²³ Nos anos seguintes, mesmo com alguma relutância, as tubulações de ferro passaram a ser utilizadas com mais frequência pelas obras públicas, principalmente para dar esgoto às águas pluviais.

O ferro foi cada vez mais utilizado para trazer para perto a água desejada e levar para longe a indesejada. Nas grades da Cadeia Pública – em construção – e canos, quando se buscou intensificar o controle sobre as práticas e as águas, o ferro pareceu um bom aliado. Porém, assim como alguns indivíduos que habitavam a cidade não se deixavam entortar pelas grades e se tornaram frequentadores recorrentes das instalações da cadeia pública¹²⁴, a água também era teimosa. Ela

¹²⁰ TAVARES, Joaquim Vilella de Castro. **Relatório que o excelentíssimo senhor doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da província do Ceará, apresentou à assemblea legislativa provincial, na abertura da segunda sessão ordinária de sua 9.ª legislatura, em 1.º de setembro de 1853.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1853, p. 53.

¹²¹ MOTTA, Vicente Pires da. **Relatório do presidente o excelentíssimo Sr. Conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta na abertura da 20.ª sessão da 10 legislatura da assemblea legislativa provincial no dia 1.º de setembro de 1854.** Fortaleza: Typ. Brasiliense, 1854, p. 11.

¹²² *Pedro II*, 11 Jul. 1855, p. 1.

¹²³ *Pedro II*, 6 Set. 1855, p. 2.

¹²⁴ Alguns se tornaram – foram feitos – célebres. Um dos mais famosos na cidade foi Raimundo Ferreira Maciel – vulgo Meia-Noite – que teve suas tentativas – algumas bem sucedidas – de fuga da cadeia pública estampadas nos periódicos da cidade. GONÇALVES, Daniel da Costa. **A insuficiência da ordem: discursos e reformas policiais (Fortaleza,1930-1945).** 2011. 169 f.

costuma obedecer ao formato da vasilha em que se encontra, mas, esta não sendo suficiente para o seu volume, ela transborda.

A partir de 1854 houve um crescimento nas verbas destinadas para as obras públicas chegando a valores nunca alcançados até então, conforme é possível observar na tabela seguinte:

Tabela com as quantias despendidas com obras públicas					
Ano	Quantia	Ano	Quantia	Ano	Quantia
1835	995\$040	1846	426\$000	1857	122:258\$421
1836	32:518\$198	1847	3:480\$601	1858	158:607\$384
1837	38:018\$148	1848	10:561\$684	1859	117:198\$754
1838	43:852\$373	1849	4:698\$800	1960	79:375\$944
1839	8:485\$083	1850	10:969\$810	1861	86:137\$134
1840	10:904\$983	1851	8:594\$000	1862	70:847\$303
1841	10:430\$094	1852	22:859\$837	1863	78:855\$555
1842	7:025\$126	1853	17:641\$000	1864	107:040\$614
1843	12:046\$028	1854	64:854\$966	1865	119:811\$763
1844	13:946\$138	1855	82:602\$718	1866	138:667\$626
1845	7:883\$320	1856	91:663\$863	-	-

Fonte: Tabela organizada a partir das informações constantes no Relatório de João da Souza Melo e Alvim de 1867.¹²⁵

Os valores presentes no quadro são consonantes com os números obtidos a partir da análise da balança comercial do Ceará no período. Segundo Denise Monteiro Takeya, na década de 1850, o Ceará contrabalançava suas exportações e importações graças à diversificação da pauta de produtos vendidos – borracha de maniçoba e mangabeira, cera de carnaúba, cana de açúcar, café, algodão entre outros produtos – e a partir dos anos 1860, com a queda da produção estadunidense de algodão – devido a Guerra Civil Americana – passou a ter saldos positivos, contrariando as previsões e à tendência observada em outras províncias do Norte, como Pernambuco e Bahia.¹²⁶ Com o maior volume de exportações, maior a arrecadação, o que não implicava necessariamente em maior investimento em obras públicas, mas permitia essa possibilidade, principalmente com um prognóstico alentador para as próximas arrecadações em uma província que “precisa de

Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 72-74.

¹²⁵ Conferir: Quadro das quantias despendidas com obras públicas nos annos de 1835 a 1866. In.: MELLO E ALVIM, João da Souza. **Relatório com que o ex.mo senhor tenente-coronel de engenheiros João da Souza Mello e Alvim, presidente da província do Ceará passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor 1.º vice-presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867.** Fortaleza: Typ. Brasileira, 1867.

¹²⁶ TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil.** Natal: Ed. Universitária / UFRN, 1995, p. 103-106.

tudo”.¹²⁷ Assim, observando a tabela anterior, percebe-se que houve um aumento nos valores gastos em obras públicas.

Com mais dinheiro disponível, houve uma crescente utilização do ferro na cidade e nas estradas que pretensamente deviam ligá-la ao restante da província. Além de inspirar maior durabilidade e resistência, de quebra, o ferro propiciava bons lucros a comerciantes que estavam envolvidos das compras – emprestando dinheiro, intermediando negociações, vendendo, transportando e instalando esses artefatos.

Contudo, a ânsia pelo vigor e lucro do ferro vez ou outra gerou alguns inconvenientes difíceis de explicar. Em 1855, encomendou-se uma ponte de ferro de 40 palmos para o aterro da estrada que ligava Fortaleza ao Soure. Com as chuvas de 1856, observou-se que a ponte precisaria do dobro do comprimento – 80 palmos – para alcançar as duas margens em período de águas.¹²⁸ Assim, foi encomendada uma nova ponte de madeira para o local. A ponte “curta” – que foi fundida no Rio de Janeiro e custou 4:200\$00 réis, com fabricação e transporte – seria aproveitada no rio Maranguapinho ou no rio Maranguape.¹²⁹

No final da década, as pontes de ferro passaram a ser utilizadas e demandadas com mais recorrência. O engenheiro da província José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, em seu relatório de 1865, chegou a sugerir que paulatinamente as pontes de madeira fossem trocadas por pontes de ferro – que representavam maior durabilidade e menor custo.¹³⁰ No entanto, dependiam de empréstimos para serem adquiridas e da mediação realizada por representantes das empresas estrangeiras. Em 1867, foram encomendadas na Inglaterra seis pontes e um viaduto de ferro à empresa Lishman & Comp.^a, que tinha como procurador na

¹²⁷ VASCONCELLOS, Ignácio Correia de. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa provincial do Ceará pelo presidente da mesma Província o coronel Graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em 1º de Julho de 1847**. Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847, p. 17.

¹²⁸ BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao segundo vice-presidente da mesma o excelentíssimo senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de abril de 1856**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1856, p. 18.

¹²⁹ *O Cearense*, 3 Ago, 1855, p. 3; BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao segundo vice-presidente da mesma o excelentíssimo senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de abril de 1856**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1856, p. 18.

¹³⁰ CAVALCANTE, José Pompeu de Albuquerque. Relatório do Engenheiro das Obras públicas da província do Ceará. *In.*: PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório com que foi entregue a administração da província ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo excelentíssimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865**. Fortaleza: Typ. Brasileira de J. Evangelista, 1865, p. VIII.

cidade John James Foster – o mesmo responsável pela construção do sistema de abastecimento do Benfica.¹³¹

Não é impossível que pesasse na escolha dos materiais elementos que eram bem pouco ligados à qualidade técnica, mas que ajudavam a construir as alianças na província. Reconstruir essas redes será um trabalho oportuno e necessário. Uma vez que, apesar de não ter acesso a documentos que permitam uma análise mais respaldada, há a recorrência de alguns nomes e empresas nos negócios com o governo provincial, que dão a entender outras motivações nessas transações.

As pontes de ferro encomendadas chegaram durante o ano seguinte, duas foram encaminhadas para os locais devidos – Maranguapinho e Acarape – e as demais ficaram armazenadas no Benfica até depois de 1871. O viaduto que foi colocado sobre o Rio Pacoty, foi arrasado já na primeira chuva.¹³²

Com o fim da repartição de obras públicas em 1876, as narrativas em torno das construções se tornaram mais raras nos documentos pesquisados. Contudo, pontes continuaram sendo construídas, reformadas e, eventualmente, caindo a cada nova temporada de chuvas, acompanhando – possibilitando e influenciado – o crescimento horizontal da cidade. Mais tarde, com a destruição de muitos dos tributários dos principais riachos que serpenteavam pela cidade, muitas dessas pontes foram trocadas por bueiros e sumidouros – quando acumulavam água da chuva – ou simplesmente aterros, nas que já ordinariamente não acumulavam água. Assim, não é de estranhar que grandes chuvas em Fortaleza venham acompanhadas de grandes alagamentos na atualidade. Desta forma, é possível pensar que, talvez, muitas das enchentes contemporâneas sejam monumentos aos caminhos das águas de outrora e das pontes que já não mais existem.

¹³¹ MELLO E ALVIM, João de Souza. **Relatório com que o ex.mo senhor tenente-coronel de engenheiros, João de Souza Mello e Alvim, presidente da província do Ceará passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor 1.º vice-presidente dr. Sebastião Gonçalves da Silva no dia 6 de maio de 1867.** Fortaleza: Typ. Brasileira, 1867, p. 39.

¹³² PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior passou a administração da província do Ceará ao Exm. Sr. 2.º vice-presidente coronel Joaquim da Cunha Freire no dia 26 de abril de 1871.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1871, p. 23.

2.3. Entre a aguada e a casa: abastecimentos.

A cidade hoje, com os seus trezentos mil habitantes, já não conta mais com os deliciosos sinetes locais da falta de progresso de então, como os seus quiosques para a venda de café, refrescos de pega-pinto e caldo de cana; os seus jumentinhos bíblicos carregando ancoretas d'água para as casas de família; até mesmo os seus cata-ventos de metal branco girando no alto dos quintais, de que há tão raros atualmente, com a água canalizada do Acarape.¹³³

Quando, no final da década de 1950 aos 62 anos de idade, Herman Lima publicou o primeiro volume de suas memórias¹³⁴ as mudanças na cidade – sob a égide do progresso – eram sentidas e significativas. As *Imagens do Ceará* – título do livro em que conta o trecho citado – que o autor buscava construir eram da cidade em que passou a infância e que ameaçava sumir. Dois elementos presentes no trecho acima são importantes para o debate que se pretende empreender: os jumentinhos dos aguadeiros e os cata-ventos, ambos empregados em suprir a casa de água. O primeiro, trazendo água dos mananciais aos domicílios e o segundo, das cacimbas e poços localizados nos quintais, às caixas de água. O primeiro atrela-se a barris, potes, cuias e outros, o segundo, a torneiras e canos.

Atualmente, quando se fala de abastecimento de água, vêm à mente uma imensa rede invisível de dutos que trazem o líquido de um reservatório distante até as casas.¹³⁵ Essa imagem é tão forte que pode afetar e dificultar a sensibilidade para uma história do abastecimento de água em que o líquido não fluía por canos em direção às torneiras. Entre o manancial e o consumo doméstico, havia uma série de práticas – coleta, transporte e distribuição – que são oportunas para a compreensão das redes de abastecimento de água – com ou sem canos.¹³⁶ Assim, a história do abastecimento não se reduz a dos canos e bombas; inclui, principalmente, as dinâmicas cotidianas de acesso à água, em que esses artefatos são importantes, mas não determinantes.

¹³³ LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de Jose de Alencar / UFC, 1997, p. 48.

¹³⁴ Nesta pesquisa utilizou-se a segunda edição de 1997, contudo a primeira foi publicada em 1959.

¹³⁵ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 11.

¹³⁶ MARTINEZ, Paulo Henrique. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In.: _____ (org.) **História ambiental paulista**: Temas, Fontes, Métodos. São Paulo: SENAC, 2007, p. 75.

Não é difícil imaginar que com a inauguração do primeiro sistema de distribuição de água por canos de Fortaleza – administrado pela Ceará Water Company – em 1867, as sensibilidades em relação à água começaram a mudar, mas como isso se dava em um tempo em que essa “rede invisível” – composta por canos, bombas e conexões – não existia? Como compreender os sentidos do abastecimento por canos se não se conhece o que havia antes? Para onde essa água jorrou? Além disso, o fornecimento de água encanada pela companhia durou apenas dez anos – o contrato previa cinquenta anos. O que isso significou para o abastecimento da cidade? Afinal, a água encanada criou novas demandas que não sumiram com o término da água dos poços do Benfica (1877) e não esperaram pelas águas encanadas oriundas do Açude Acarape do Meio (1926).

As práticas ligadas ao abastecimento de água não se sobrepõem, simplesmente. Mesmo após o girar da manivela na inauguração da Companhia, muitos continuaram puxando água na cacimba, comprando e vendendo água em burros e aguardando, conversando e brigando nas filas das aguadas públicas. Além disso, o gesto de girar de uma torneira para liberar a água não foi visto apenas nos intervalos em que as águas que vinham de “longe” – do Benfica (1867-1877) e depois do Açude Acarape (1926) – fluíam por canos. “Novos objetos” e técnicas – ou não tão novos assim – foram vendidos e utilizados na cidade para garantir a manutenção da água nas torneiras dos que podiam pagar.

Durante muitos anos, a água utilizada na região de Fortaleza procedia dos riachos próximos, principalmente do Pajeú, que passavam, literalmente, nos quintais. Contudo, à medida que crescia a demanda por água na capital, contraditoriamente, ascendia, em proporção similar, o descaso com essas aguadas que abasteciam a cidade. Talvez se trate do “poluir para se apropriar” de que escreveu Michel Serres – uma vez que com a aguada inutilizada menos seriam os que se incomodariam com a sua posterior supressão.¹³⁷

Não à toa, a água do Riacho do Pajeú foi considerada imprópria para o consumo, na década de 1830.¹³⁸ Todavia, não se sabe como ou em que medida esses debates chegaram aos usuários dessas águas. Observou-se que ainda por

¹³⁷ Michel Serres, através da análise de uma série de meios – duros e macios – observou que os homens, assim como outros animais, utilizam o “sujo” para tomar – e garantir a – posse dos espaços. SERRES, Michel. **O mal limpo: poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

¹³⁸ SOUZA E MELO, Manoel Felizardo de. **Falla que recitou o exmo. Sr. Manoel Felizardo de SOUZA e MELLO presidente desta provincia na ocasião da abertura da Assembleia Provincia no 1º de agosto do corrente anno.** Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p. 6.

esses idos, mesmo utilizando as águas do Pajeú para algumas atividades – principalmente, as que demandavam uma grande quantidade de água como tomar banhos, lavar os cavalos e as roupas¹³⁹ – raramente se utilizava dessa água para beber, preferindo a do chafariz da Prainha, do riacho Jacarecanga – mais distante do Centro – e a da cacimba do povo.

Em 1838, o presidente da província Manoel Felizardo de Souza e Melo descrevia assim as aguadas da cidade:

Huma das primeiras necessidades da espécie humana he a de agoas potaveis, e ate março do corrente anno [1838] estava a Cidade muito mal provida deste gênero. Existiao pequenos poços forrados de barris, que havião servido de deposito de vinhos, ou azeitonas, e d'elle todos os habitantes se servião: só vendo-se se poderá fazer idea da falta de acceio que em tais poços havia. Além de serem abertos, e nelles lavarem de noite diferentes pessoas, os pretos exaurião por meio de cuias já rotas a agoa, que escorrendo pelos pés, hia ter no deposito d'onde de novo era levada aos potes.¹⁴⁰

Nas páginas seguintes, Souza e Melo dá a solução encontrada para o problema: a reforma que empreendeu no “chafariz da Praia” – com o emprego de uma bomba e uma tina de metal – e a contratação de um zelador para a “cacimba do povo”. Além disso, na Falla encontram-se elementos sobre o funcionamento das cacimbas, sua construção e seus frequentadores. Como estes elementos serão retomados nos próximos capítulos, chama-se a atenção para a circulação da água na cidade. Durante toda a primeira metade do século XIX não foi construído nenhum grande sistema para o deslocamento de água potável além do Chafariz do Largo do Palácio e a razão está relacionada com a facilidade de se obter água em cacimbas e “olhos d’água” que se mostravam bem mais eficientes e confiáveis que os grandes reservatórios – açudes – em que as águas rapidamente evaporavam durante os meses de poucas chuvas. Assim, os presidentes de província concentram suas atenções em demandar “melhorias” materiais para essas aguadas e normatizar as práticas na coleta da água.

Em 1861 foi elaborado e aprovado O *Regulamento dos empregados da câmara municipal da capital* que estabelecia as atribuições dos funcionários, entre elas as dos zeladores das aguadas. Eis um trecho:

¹³⁹ Estes usos serão retomados nos próximos capítulos.

¹⁴⁰ SOUZA E MELO, Manoel Felizardo de. **Falla que recitou o Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello presidente desta Provincia na ocasião da Abertura da Assembleia Provincia no 1º de Agosto do corrente anno**. Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p. 34.

Art. 10. Aos zeladores das aguadas cumpre:

§ 1. Assistir nos lugares das aguadas, desde às cinco horas até às nove da manhã, e das quatro da tarde às nove da noite, impedindo que se faça nellas damno e porcaria.

§ 2. Evitar que hajão rixas e disputas entre as pessoas que forem buscar água, por quererem preferencia, dando-a a quem primeiro chegar, e designando entre as que chegarem ao mesmo tempo, quem primeiro deva aviar-se.

§ 3. Dispersar as reuniões de escravos que se demorarem em discussões e conversas, fazendo prender e levar a seus senhores os que desobedecerem, e recolherá policia os que os insultarem.

§ 4. Reclamar da camara, ou do presidente durante os intervallos das sessões, as providencias de que as mesmas aguadas carecerem, e denunciar o damno que qualquer pessoa tenha feito.

§ 5. Cumprir as ordens da camara, do presidente, dos fiscaes, e do vereador especialmente encarregado da inspecção do bairro em que as aguadas se acharem.¹⁴¹

Nas atribuições dos zeladores é possível observar aspectos do cotidiano das aguadas. No primeiro parágrafo, observa-se ou o horário de funcionamento ou de maior movimento nas aguadas – que deveria ser o mesmo da jornada dos zeladores. Além disso, o segundo aponta a existência de conflitos pela primazia em servir-se da água e o terceiro se relaciona com uma provável permanência de um grande número de escravos nesses locais. Sobre isso é importante ler com um pouco mais de atenção as intenções presentes nos parágrafos 2º e 3º. O 2º parágrafo visa manter a sequência de chegada como critério para a ordem de usufruto, ou seja, ninguém – no desejo de ser logo atendido – poderia passar na frente dos outros – o que provavelmente acontecia, daí o conflito. O parágrafo visava normatizar os que tinham pressa, ou seja, os que queriam sair logo daquele lugar. Já o 3º parágrafo visava justamente o contrário: evitar que algumas pessoas – escravas – demorassem e, conseqüentemente, se aglomerassem no local.

Segundo Eurípedes Funes, a atividade de alugar escravos para ganhos nas cidades era importante na composição da renda dos proprietários, mas também possibilitava aos escravos espaços para sociabilidades mais perceptíveis.¹⁴² Assim, os trabalhos com as águas possibilitavam encontros nos mananciais, como nas cacimbas. Incumbidos de buscar água ou alugados para o mesmo fim, é possível que esses trabalhadores se demorassem nas aguadas públicas, conversando ou

¹⁴¹ Ceará. Lei n. 1013 de 6 de Outubro de 1861. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009, p. 653-654.

¹⁴² FUNES, Eurípedes Antônio Funes. Negros no Ceará. In.: SOUSA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 115.

discutindo: sociabilidade conquistada – às vezes refrescante, a revelia dos olhares normatizadores – em meio às jornadas de trabalho.

Conforme indicam os Códigos de Posturas, essas reuniões aconteciam em outros espaços da cidade e eram igualmente objetos de intervenção. O “Código de Posturas da Câmara Municipal desta Capital [Fortaleza]”, aprovado em 1870, proibia “a reunião de escravos, filhos família, fâmulos ou creados nas lojas, tavernas e calçadas, por mais de quinze minutos, para qualquer fim; sob pena de 20\$000 rs. de multa ao dono da casa, em que se fizer a reunião”.¹⁴³ A publicação da postura indica que nesses locais esses encontros e reuniões eram recorrentes, caso contrário, não seria necessário o artigo. As formas de resistência encontradas pelos cativos ao controle do senhor na exploração do seu trabalho se davam em diferentes frentes, entre elas, nos uso singular do tempo durante suas atribuições e nas sociabilidades nas ruas da cidade.¹⁴⁴ Além disso, as multas destinadas ao dono da casa apontam que estes eram considerados responsáveis pelo “prejuízo” dos senhores, pais, tutores ou patrões.

Em carta de 31 de maio de 1844, publicada na Revista do Instituto do Ceará e trabalhada pelo historiador Janote Pires, encontrou-se o relato do senhor Joaquim da Silva Santiago ao amigo e compadre José Martiniano de Alencar, no qual é possível perceber alguns aspectos do abastecimento de água em Fortaleza:

Como a sorte continua à perseguir-me, além das minhas continuadas moléstias, e das de sua comadre, por via de um malvado escravo (o Gonçalo) que apanhando-me sem ter mais em casa por quem o mandasse cossar todas as vezes que merecia, que era todos os instantes, danou-se a embebedar-se de maneira, que em saindo a rua vinha bêbado que nada mais fazia a todo aquele dia. Além desta boa prenda a que se pegou passou mais ao atrevimento de arranjar 2 chaves e com elas abria todas as noites uma porta e um portão, e punha-se na rua em convivência, ou metia dentro a quem bem parecia, ficando a minha casa todas as noites aberta pelos fundos, e eu bem descansado julgando-me todo feixado e muito seguro; de tudo isto vim ao conhecimento no dia 21 deste, e por causa da continuada bebedeira em que vivia; como na noite desta madrugada bebesse, e ao toque d'alvorada o butassem para buscar água de beber, como é de costume esqueceu-se de guardar as chaves antes de sair que as tinha posto em cima da banca em que trabalhava; felizmente eu me levantei também cedo naquele dia, e dirigi-me a passeiar ao quintal, e indo até ao fim entrei no último quarto, que era o da tenda, e nele contrei as tais chaves, que as mandei guardar, e mais um vidro em que conduz a todos os dias aguardente para beber enquanto não saia para os seus divertimentos;

¹⁴³ CEARÁ. **Collecção das Leis da Província do Ceará de 1870**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1870.

¹⁴⁴ MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza**: Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 50.

chegado que foi com o balde de água, e vendo um moleque a lavar o tal vidro, conheceu que eu tinha andado na tenda, apressa-se a ver as chaves, e como não as encontrasse mais deitou a correr para safar-se pela porta da rua (...).¹⁴⁵

Janote Pires interessou-se pela carta, devido as brechas e sociabilidades exploradas pelo cativo, a mesma epístola chamou a atenção para os interesses deste trabalho por outro aspecto: a tarefa diária do escravo Gonçalo de catar água todos os dias ao toque do alvorecer – que trabalhava ainda em uma tenda em ofício não relatado por Joaquim. No dia em que ele atrasou essa tarefa aconteceram os eventos explorados na carta.

Tomando a epístola, imagina-se uma intensa circulação de pessoas em busca de água pelas ruas de Fortaleza desde as primeiras horas do dia. O início do expediente dos zeladores das aguadas às 5 da manhã – citado anteriormente – reforça essa ideia. Além disso, é preciso lembrar que os moradores da cidade não eram divididos apenas entre escravos e proprietários de escravos. Havia outros homens e mulheres que precisavam de água, mas não podiam (ou queriam) ir buscar eles mesmos, assim como existiam pessoas que se alugavam – ou eram alugadas – para transportar o líquido. Os trabalhadores que viviam exclusivamente do transporte de água eram conhecidos em Fortaleza como aguadeiros – atividade retomada no próximo capítulo. Todavia, é importante considerar que havia uma rede, sem canos, mas com muitas conexões, em que a água potável circulava pela cidade em potes e barris equilibrados no ombro e na cabeça das pessoas e/ou no lombo de jumentos e burros. Não se sabe muito sobre os custos desse serviço. Porém, acredita-se que com o passar do tempo e ampliação das formas de abastecimento, o serviço dos aguadeiros tenha se concentrado em fornecer água apenas para o consumo humano.¹⁴⁶ Era comum, entre as pessoas que podiam e queriam pagar, comprar a água de determinado aguadeiro pela fonte de procedência do líquido. Assim, muitos aguadeiros foram vistos circulando pela cidade até depois da década de 1940.¹⁴⁷ Contudo, não era apenas dos mananciais “distantes” que provinha a água consumida na cidade.

¹⁴⁵ Carta de Joaquim da Silva Santiago remetida a José Martiniano de Alencar – Ciará, 31 maio 1844. In.: ALVES, Guarino. “Elementos para o estudo da escravidão no Ceará”. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo Especial, 1984, p. 94-96.

¹⁴⁶ Durante o período em que funcionou a Ceará Water Company, a água era vendida em carroças ao custo de 40 réis o caneco de vinte litros.

¹⁴⁷ Marciano Lopes que chegou a Fortaleza em 1945, narrou em seu livro de reminiscências Royal Briar: “O sol já começa a esquentar e os ‘aguadeiros’ começam a surgir. Vêm da Floresta, da Pirocaia

Para construir o “*ruído matinal de cidade grande que desperta*” no romance *A Normalista*, Adolfo Caminha escreveu:

Lá fora recomeçava a labuta quotidiana. A criada puxava água da cacimba; o cargueiro d'água potável enchia os potes; cegos cantavam, na rua uma lenga-lenga massante, pedindo esmolas numa voz chorada; vendedores ambulantes ofereciam cajus... Havia um ruído matinal de cidade grande que desperta.¹⁴⁸

O autor elenca os sons produzidos por dois gestos ligados à preocupação diária com o abastecimento: puxar água na cacimba e encher os potes com a água trazida pelos vendedores de água potável. Além disso, estão presentes na citação dois trabalhadores ligados ao abastecimento – a criada e o vendedor de água.¹⁴⁹

No romance *A Afilhada* também é possível ler diversos trechos em que a cacimba do quintal era utilizada pelos moradores do sobrado do desembarcador Osório Pereira de Góis. Eis um desses trechos:

Diferencia-se na areia a faixa irregular do caminho da cacimba, pepinado e socado, e luzem os braços negros da Honorata puxando água, ao ganir moroso do carretel.¹⁵⁰

Adolfo Caminha e Manuel de Oliveira Paiva revelam rastros de gestos e sensibilidades que existiam no âmbito doméstico, difíceis de encontrar em documentos oficiais. Os romancistas buscaram dar a ler esses elementos que, afinal, eram significativos da “paisagem urbana” que se buscava construir. A presença da cacimba com a água puxada pelas criadas – escravas (em *A Afilhada*) e livres/agregadas (em *A Normalista*) – era importante para a Fortaleza dada a ler nos romances. Além disso, as narrativas se passam em períodos diferentes – *A Afilhada* se desenrola presumidamente no final da década de 1860 (antes da lei do Rio Branco e do período de instalação dos canos de abastecimento de água) e *A Normalista* nos últimos anos da década de 1880 e primeiros da de 1890 –, assim a presença da escravidão no primeiro é marcante, enquanto no segundo, é a presença dos agregados que marca o trabalho doméstico.

e da fonte do Zuca Aciolly. Conduzem o ‘preciosos líquido’ em grande pipas de madeira, sobre carroças. Em ancoretas, a água é levada aos potes no interior da casa.” LOPES, Marciano. **Royal Briar**: a Fortaleza dos anos 40. Fortaleza: Tipoprogresso, 1988, p. 188.

¹⁴⁸ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 47.

¹⁴⁹ Os “trabalhadores da água” serão retomados no próximo capítulo.

¹⁵⁰ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada*. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 241.

No livro de Manuel de Oliveira Paiva os principais acontecimentos domésticos se passam em um sobrado pertencente ao desembargador, enquanto no de Adolfo Caminha se passam em uma casa “*de porta e janela, cor d’açafreão com a frente encardida pela fuligem das locomotivas*” pertencente ao amanuense João da Mata. Contudo, apesar das distinções, tratavam-se de casas erigidas de tijolos e cobertas com telhas – a minoria das construções existentes na cidade. Imagina-se que construir uma cacimba não custava pouco, pois por conta do solo arenoso da cidade, era imprescindível o forro interno para evitar desmoronamento e assoreamento.¹⁵¹

Além disso, encontraram-se indícios – principalmente quando as Posturas passaram a ser mais rígidas em relação a essas construções – de que, para minimizar os custos, era possível a construção de cacimbas nas interseções dos terrenos para ser compartilhadas entre vizinhos. Sobre isso Gustavo Barroso escreveu nas suas Memórias que havia no quintal do seu Consulado da China – no final da década de 1900 – uma cacimba que os moradores da casa dividiam com os habitantes da moradia ao lado.¹⁵² Narrativa similar é encontrada nas reminiscências de Eduardo Campos que na casa em que viveu a sua infância na década de 1930 a sua família compartilhava – como muitas outras famílias – uma cacimba no quintal com os vizinhos. Ainda segundo Campos, em algumas casas elas podiam ser compartilhadas por até quatro vizinhos – construídas nas interseções dos terrenos.¹⁵³

As cacimbas tiveram um papel importante para o acesso à água durante todo o período pesquisado – e até depois, na década de 1980 ainda eram comuns em Fortaleza, principalmente no subúrbio¹⁵⁴. No romance Ponta de Rua, Fran

¹⁵¹ Sobre o material utilizado nas construções, cf.: CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 1994, p. 66.

¹⁵² BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** – Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 366.

¹⁵³ CAMPOS, Eduardo. **O Inquilino do Passado** – memórias urbanas e artigos de afeição. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1996, p. 67; CAMPOS, Eduardo. **A Volta do Inquilino do Passado** – segunda locação. Fortaleza: Casa José de Alencar/ Programa Editorial, 1998, p. 24.

¹⁵⁴ Segundo Marise Magalhães Olímpio, nas décadas de 1970 e 1980 ainda era muito comum a construção de cacimbas e poços nos quintais para dar solução ao abastecimento intermitente de água no conjunto José Walter. OLÍMPIO, Marise Magalhães. **A sétima cidade: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 55-56.

Martins escreveu que toda a população do Alto da Balança se abastecia de água na década de 1930 em uma cacimba que ficava em um terreno particular.¹⁵⁵

Para tentar mensurar a quantidade e o alcance desses mananciais em Fortaleza, realizou-se uma pesquisa em anúncios de imóveis publicados no jornal “(O) Cearense”. Não raro encontrou-se a indicação de cacimba – algumas até precedidas ou sucedidas pelos adjetivos “boa” ou “excelente”.¹⁵⁶ Em 1848 foi publicado no “O Cearense” o seguinte:

VENDE-SE

Uma morada de cazas edificadas de tijollo, cobertas de telha, e mui bem construidas, sitas na rua Amélia, com uma porta e uma janella na frente virada para o nascente, oitenta e cinco palmos de fundo, e com com modos para uma família ainda mesmo numeroza, por ter um grande sotão: tem alpendre atraz. cozinha, e dous quartos separados da caza: tem o quintal bem murado, excellent cacimba. Além disso, pertence-lhe o terreno correspondente aos fundos até onde tem de edificar-se a nova rua ao poente da Amélia. Quem a pretender dirija-se a Antônio Joaquim de Oliveira, que nas mesmas cazas actualmente mora, ou a Antônio Gonçalves da Justa. Vendem-se até a prasos mensaes.¹⁵⁷

No mesmo ano em que o anúncio foi publicado, segundo levantamento realizado pelo delegado de polícia Tristão de Alencar Araripe, a capital – sem levar em consideração os distritos – contava com 571 casas de telha e 847 de palha.¹⁵⁸ A casa anunciada pelo o escriturário da tesouraria provincial Antônio Joaquim de Oliveira e pelo comerciante Antônio Gonçalves da Justa não era destinada a todos os bolsos. Além da cacimba, a localização – entre a Rua Amélia e o que viria a ser depois a Rua do Patrocínio –, o tamanho do terreno, os materiais utilizados – tijolo e telha –, os quartos separados e o lote de frente e fundo indicam que eram destinadas a pessoas que podiam pagar mais e, assim, exigiam melhores moradias.

Apesar de não representar o tipo de moradia da maioria, os anúncios apontam para uma possibilidade que deve ser levada em consideração para se compreender os abastecimentos de água em Fortaleza: a presença de cacimbas no quintal, principalmente nos imóveis recém-construídos. Nas décadas seguintes, se suprimem os adjetivos das cacimbas dos anúncios, mas, essas construções continuaram a ser corriqueiras nos quintais por muito tempo: são anunciadas casas

¹⁵⁵ Martins, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, passim.

¹⁵⁶ Foi pesquisado [O] Cearense de 1846 a 1891.

¹⁵⁷ Annuncio, **O Cearense**, 2 Fev. 1848, p. 4.

¹⁵⁸ **O Cearense**, 20 Mar 1848, p.4.

com cacimba para alugar na Rua Quartel¹⁵⁹, na Rua da Amélia¹⁶⁰, na Rua da Cadeia¹⁶¹ e para vender, uma casa inacabada com cacimba no Largo do Patrocínio¹⁶² e casa de porta e janela com cacimba na Rua Amélia. Eis um anúncio publicado em 5 de Setembro de 1868:

Vende-se a casa de porta e janella na rua Amélia, n.º 93, com quintal murado e bôa cacimba, a tratar de negocio em casa de Raymundo Theodorico do Castro, na mesma rua n.º 136.¹⁶³

Esses textos eram publicados normalmente nas últimas páginas do jornal em meio a outros anúncios – de remédios, de compra e venda de escravos e casas comerciais –, alguns com fontes em destaques – negrito ou maiúsculo – e outros não. Observando o formato e o texto, conforme sugere Ulpiano Bezerra de Meneses, é possível perceber quais os elementos eram valorizados para a economia do morar no período – a ponto de serem enunciados para atrair interessados nos produtos postos ao público.¹⁶⁴ Apesar de não ter trazido ao texto todos os anúncios publicados no período, observa-se uma valorização de alguns elementos em detrimento de outros com o passar do tempo. No primeiro anúncio citado, de 1848 – e nos imediatamente seguintes – nota-se que o texto busca precisar a configuração das residências apregoadas: a cacimba aparece como mais um elemento importante, sem nenhum destaque – gráfico ou de outro tipo –, junto com descrição dos cômodos, extensão do terreno e outros. Já no de 1868, uma casa posta a venda na mesma Rua Amélia com as mesmas configurações¹⁶⁵,

¹⁵⁹ “Aluga-se uma casa na rua do Quartel, com os commodos seguintes: salla na frente, dous quartos, corredor, salla de jantar, varanda, cosinha, e cacimba no quintal. A quem convier, dirija se a Manoel Antonio da Rocha Júnior.” Anuncios. **O Cearense**, 8 abr 1851, p. 4.

¹⁶⁰ “Manoel Nunes de Mello compra escravos: o mesmo tem para alugar por preços módicos duas moradas de casas muito boas e bem construídas, bons commodos, quintal amurado com algumas fruteiras e boa cacimba, à rua da Amélia.” Anuncios. **O Cearense**, 7 Nov 1851, p. 4.

¹⁶¹ “Aluga-se uma casa na rua da Cadeia com commodos e cacimba, para uma pequena família a tratar com Francisco José Ribeiro Curinga.” Anuncios, **Cearense**, 5 Jan 1866, p. 4.

¹⁶² “Vende se no largo do Patrocínio um caixão de caza com 30 palmos de frente e 85 de fundo, com fundo correspondente para o lado da Lagoinha e cacimba no quintal; quem pretender comprar dirija-se á esta Typ. que achará com quem tratar.” Anuncio. **O Cearense**, 15 Abr 1862, p. 4.

¹⁶³ Destaque no original. Anuncios. **Cearense**, 5 Set. 1868, p. 3.

¹⁶⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O fogão da *Société Anonyme du Gaz*: sugestões para uma leitura histórica de um imagem publicitária. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.105-119, nov. 2000. Semestral.

¹⁶⁵ A casa de “duas portas” ou de “porta e janela” contava, aproximadamente, com 20 palmos (4,40m) de largura; a de três portas com 30 palmos (6,60m); com 40 palmos (8,80m); e assim sucessivamente. Inicialmente as casas contavam como um quarteirão de fundo com a frente virada para o leste (nascente, chamado na cidade de “lado da sombra”). Com a valorização dos espaços no Centro da cidade, as casas passaram a ser construídas dos dois lados – com meio quarteirão de fundo. Além disso, as casas que ficavam nas esquinas passaram a subdividir os quintais para

apenas a fachada, o muro do quintal e a cacimba bastavam para definir a residência e, pretensamente, atrair interessados. Imagina-se que essa casa possuía quartos, sala e cozinha – assim como terreno com os fundos para a rua de trás –, todavia, já não eram necessários no texto. Não é que a configuração da casa ou a qualidade da construção não fossem importantes, mas que outros elementos tornaram-se indispensáveis. Talvez essas mudanças estivessem ligadas às alterações oriundas da oferta de água na cidade.

Em 1862, o presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Junior assinou com o empresário José Paulino Hoonholtz um contrato que permitia o encanamento da água potável do seu sítio Bem-fica (Benfica) para Fortaleza.¹⁶⁶ Entre as obrigações do empresário estava instalar e distribuir água em quatro chafarizes em locais indicados pelo governo, vender água em carros por toda a cidade, não suspender o fornecimento de água – exceto por motivo de força maior –, concluir as instalações em 36 meses e vender a água a 20 réis o caneco de vinte litros no chafariz e por 40 réis em aguadeiros licenciados pela empresa.¹⁶⁷ Em contrapartida, o governo garantiria o privilégio de exclusividade da venda de água por 50 anos e o fechamento de todas as aguadas públicas.¹⁶⁸

No ano seguinte, o privilégio foi repassado a uma Companhia que se formou em Londres para realizar o abastecimento da cidade. Em 1864, o projeto foi elaborado e as praças que receberiam os chafarizes foram escolhidas – Municipalidade, Garrote, Carolina e Patrocínio (atualmente, Ferreira, Parque da Criança, dos Correios e José de Alencar, respectivamente) –, mas as obras de construção não se iniciaram.¹⁶⁹ Depois, a Praça do Patrocínio foi preterida em favor da Praça da Misericórdia.

negociar o aluguel de quatinhos ou pequenas casas nas travessas – o que não existia inicialmente. ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 85.

¹⁶⁶ FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excelentíssimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 9 de outubro de 1863**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1863, p. 19.

¹⁶⁷ CEARÁ. Resolução nº 1032 – de 21 de setembro de 1862. In.: **Collecção de leis da província do Ceará**. Fortaleza: Typographia Cearense, 1863.

¹⁶⁸ CEARÁ. *ibid.*

¹⁶⁹ PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira por ocasião da instalação da mesma assembléa no 1º de outubro de 1864**. Fortaleza: Typ. Brazileira de Paiva & Companhia, 1864, p. 38.

A empresa constituída na Inglaterra iniciou a construção em 1865 e em 26 de março de 1867 principiou o fornecimento de água aos chafarizes.¹⁷⁰ Com o título de “O Progresso” o jornal *A Constituição* publicou uma nota comentando a inauguração:

O progresso vâa, como apregoando que virá esta cidade a ser uma das primeiras do Brasil. O movimento extraordinario que se nota no particular, se observa igualmente no publico. A 25 deste mez [março] installou-se ou abriu-se uma bibliotheca publica, entre numerozo concurso de povo, que concorria a ver este grande impulso da instrucção e civilisação de um paiz. A 26 benzeu o Exm. Sr. bispo desta diocese a fonte e obra da canalisação das águas do Bemfica para esta cidade, e apresentaram os membros da associação desta empresa, uma rica e lauta meza de diversas iguarias e bebidas para inumeros convidados. Concorreu a cidade em peso a ver este grande acto, e essa obra magnífica.

A obra com effeito é digna de ver-se; porque atesta a solidez do saber e o [mutilado] execução. Não há segunda no [mutilado] e poucas acharão superiores no Brazil. A obra merecia a festa que lhe fez todo o povo da cidade, e aos seus executores são dignos dos maiores louvores.

Eram 5 horas da tarde e o povo em movimento [mutilado] uma immensa parada desde a cidade até o Bem-fica distancia de um quarto de legua. Homens, mulheres e meninos, a pé, a cavallo e em carros apresentavam um dos mais bellos espectaculos que temos visto. Nesta mesma noite soltaram-se as águas nos chafarizes illuminados e ao som de musica e foguetes.

O Ceará sentia-se desta necessidade urgente, e a câmara municipal de 61 empenhou-se em remedial-a pedindo aos engenheiros Bastos, Barbosa e Herbster um plano e orçamento para encananal-a de Jacaracanga para esta cidade.

Abortou este projecto por ser o orçamento superior as forças da municipalidade, e não encontrar ella recursos para realisal-a. Então vingou a idéa no Sr. José Paulino Hoonholtz que obteve da assembléa a concessão e privilegio para este fim que acaba de realiar e por que o felicitamos, assim como a todos aquelles que o auxiliaram associando-se.

Uma bibliotheca e um encanamento d'agua já é muito para esta cidade, mas não será somente isto, breve e muito breve teremos a illuminação a gaz, porque a obra corre com muita rapidez. E que nos restará fazer depois d'isto? Um porto? Ainda parece cedo, mas já é cousa prevista para que se sollicita uma associação. Quando aqui aportarem estrangeiros instruídos já terão que admirar a nossa terra e a nossa civilisação por este lado.¹⁷¹

Muitos dos que foram assistir a festa de inauguração não gozaram do “progresso” trazido pela *Ceará North Brazil Company Water Works Limited* e sofreram com a falta de abastecimento. Apesar de longa, a citação é significativa para as questões que estavam envolvidas no estabelecimento do abastecimento de Fortaleza. O aformoseamento e a civilidade acima de tudo e, principalmente, de todos.

¹⁷⁰ MELLO E ALVIN, João de Souza. Relatório com que o ex.mo senhor tenente-coronel de engenheiros João de Souza Mello e Alvim, presidente da província do Ceará, passou a administração da mesma ao excellentíssimo senhor 1.º vice-presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva no dia 6 de maio de 1867. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1867, p. 31.

¹⁷¹ “O Progresso”. *A Constituição*, 28 Mar de 1867, p. 1-2.

Durante o período de 1867 até 1877, foi possível dispor do sistema que bombeava água de poços profundos cavados no Benfica até chafarizes – onde os usuários pagavam pela água.¹⁷² Com a instalação dos chafarizes, as fontes públicas foram fechadas e os vendedores de água – aguadeiros – foram proibidos de trabalhar. No entanto, como se verá no próximo capítulo, o serviço dos aguadeiros e de trabalhadores domésticos – livres e escravos – não acabou com a inauguração do serviço de chafariz da *Ceará North Brazil Company Water Works Limited*.

Em 1889, Manuel de Oliveira Paiva escreveu no romance *A Afilhada*, uma cena no chafariz da Praça da Feira Nova – atual, do Ferreira:

Os moleques e as crioulas agrupavam-se em torno ao liso cacimbão de pedra lioz, no meio da área, e enchiam os potes e canecões no chafariz da *Water Company*, um quiosque de ferro, miudinho e bem acabado.¹⁷³

A narrativa lembra a da Falla de Manoel Felizardo de Souza e Melo em 1838, citada no início deste tópico. Separadas por mais de 50 anos, os objetos envolvidos com o abastecimento mudaram. No segundo, a “ordem” e o “asseio” parecem estabelecidos. Em São Paulo, eram espaços de sociabilidades e tensões, não sendo incomuns os conflitos, bate-bocas e gritarias.¹⁷⁴ Entre as duas narrativas parece que muito mudou, porém os frequentadores eram (quase) os mesmos. A presença de negros e mestiços – cativos e livres – nos locais de coleta de água em Fortaleza era marcante, principalmente de mulheres, jovens, crianças e velhos.

Aparentemente antecipando as questões com que iria se deparar, o presidente da província do Ceará em 1864 – Lafayette Rodrigues Pereira – lamentou o negócio realizado pelo seu antecessor:

Quatro chafarizes, embora colocados nos pontos mais convenientes da cidade não são suficientes para abastecer-a d'agoa. No ajuste do contracto suplementar, a que allude a clausula segunda do contracto principal, o governo procurará obter a construcção de mais alguns. Embora o contracto seja hoje um facto consumado, não posso deixar de por diante de vossos olhos a clausula nona, reprodução fiel do art. 5º da citada resolução, a qual estabelece, logo estabelece que serão feixadas todas as cacimbas de uso publico nos limites da cidade, logo que começar a correr agoa nos chafarizes.

¹⁷² VELLOZO, Pedro Leão. **Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Pedro Leão Vellozo passou a administração da província ao excellentíssimo senhor 1º vice-presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior**. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1868, p. 15.

¹⁷³ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada*. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 183.

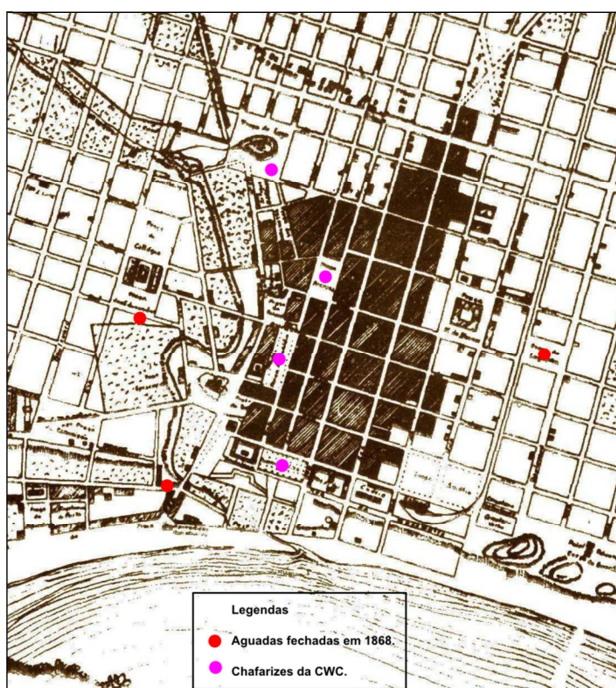
¹⁷⁴ MARTINEZ, Paulo Henrique. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In.: _____. (org.) **História ambiental paulista**: Temas, Fontes, Métodos. São Paulo: SENAC, 2007, p. 78-79.

Esta clausula vai agravar fortemente a triste posição da classe desvalida que ver-se-há obrigada a comprar um elemento de primeira necessidade que até então tinha de graça.

Abastece-se, é verdade, a cidade, d'agoa mas a condição da pobreza fica empeiorada.¹⁷⁵

A água era tida como um bem público e, apesar de não ter encontrado nenhuma nota sobre resistências à venda de água – encontraram-se reclamações sobre a qualidade do serviço prestado –, não se acredita que o monopólio tenha se dado sem conflitos. Afinal, passou a haver a necessidade de pagar por algo que até pouco tempo atrás poderia se obter de graça. É verdade que alguns já pagavam pela água para beber trazida pelo aguadeiro e esses continuaram pagando. Enquanto outros utilizavam para as demandas gerais as águas oriundas do quintal e para beber a da Companhia. Porém, a grande maioria da população dependia exclusivamente das aguadas públicas – para beber e todo o resto – e esses foram os que mais sentiram as mudanças.

Além disso, a localização dos “novos chafarizes” não acompanhava a das antigas aguadas. Sobre isso se elaborou uma montagem:



FONTE: HERBSTER, Adolpho. Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios. Acervo do Museu do Ceará. **Destaques:** Emy F. Maia Neto – 2014.

¹⁷⁵ PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira por ocasião da instalação da mesma assembléa no 1º de outubro de 1864.** Fortaleza: Typ. Brazileira de Paiva & Companhia, 1864, p. 38.

Os moradores das areias tinham que se deslocar até os chafarizes para abastecer suas casas com água, que passaram a funcionar em apenas um turno a partir de 1870.¹⁷⁶ Antes disso, no ano anterior, a empresa tinha tentando alugar os chafarizes, mas ao que parece não apareceu uma boa proposta.¹⁷⁷ Ao que indica, a Ceará Water estava disposta a concentrar sua atuação no abastecimento domiciliar – por carros ou canos – sendo os chafarizes um estorvo que lhes obrigava o contrato firmado.¹⁷⁸ Não é impossível imaginar a qualidade do serviço prestado nesses locais. Além disso, a disponibilização de um serviço ou produto não implica necessariamente em consumo. Assim, apesar da C.W.C. – a partir de 1869 – anunciar nos periódicos o oferecimento do abastecimento domiciliar, não se sabe em que quantidade se deu as adesões.¹⁷⁹

Acompanhando os periódicos, encontraram-se anúncios de casas com encanamentos de água instalados.

Casa para alugar-se

Aluga-se a casa da rua Amélia fazendo esquina na rua das Flores, de 3 portas de frente com muitos commodos e encanamentos d'agua e gaz: quem a pretender, entenda-se com o proprietário.

Luiz Ribeiro da Cunha.¹⁸⁰

CAZA

Aluga-se a casa n° 16 na rua Formosa, com grandes commodos para família; com agoa e gaz, e a de n° 27 na rua Amélia, a tratar com Luiz Ribeiro da Cunha.¹⁸¹

Além da água, o gás encanado era citado nos anúncios como atrativos a pretensos interessados. É provável que a inclusão da oferta e anúncio desses serviços estivesse ligada às novas demandas do bem morar.¹⁸² Todavia, isso não significou uma supressão das outras formas de abastecimento. Encontraram-se também anúncios de casa que dispunham de água encanada e cacimba.¹⁸³ Além disso, não se ignora que o custo da água da Companhia do Benfica – de 20 réis o

¹⁷⁶ **Cearense**, 21 dez 1870, p. 3; e segs.

¹⁷⁷ **Cearense**, 26 out 1869, p. 4; e segs.

¹⁷⁸ Resolução n.º 1032 – de 27 de novembro de 1862. **Collecção de Leis das Provincia do Ceará**. Fortaleza: Typographia Cearense, 1863.

¹⁷⁹ **Cearense**, 10 Dez 1869, p. 3; e segs.

¹⁸⁰ Anuncios. **Cearense**, 13 Dez 1871, p. 4.

¹⁸¹ Anuncios. **Cearense**, 4 out 1876, p. 4.

¹⁸² Outros elementos começam a aparecer nos anúncios como a proximidade com o trilho e a existência de banheiros, espaço para criação de animais domésticos e outros nos quintais.

¹⁸³ “**CASA** - Aluga-se a da rua Amelia n.º 88. Está muito aceiada, tem cacimba, agua do Bem-fica e gaz encanados – Tem também plantando de flores, caramanchão – etc. A tratar com Gualter R. Silva”; “**SOBBADO** - Vende-se um na rua Formosa n. 154, com bons commodos para uma grande familia, illuminado a gaz, água encannada, com banheiro coberto, cacimba e quintal: quem o pretender dirijasse ao mesmo que achará com quem tratar, ou com o Exm. Barão de Ibiapaba”. Respectivamente: Anuncios. **Cearense**, 22 Mar 1874, p. 4; Anuncios. **Cearense**, 18 Abr 1875, p. 4.

caneco de vinte litros no chafariz e 40 réis com os aguadeiros – possa ter motivado a conservação das cacimbas nos quintais.

Contudo, o abastecimento de água pela Companhia do Benfica não teve longevidade. Em 18 de outubro de 1877, entre as notas do noticiário, o periódico *Cearense* publicou:

Benfica. – O manancial do Benfica seccou de todo e nem era possível resistir por mais tempo, a vista do desaparecimento das aguas que se tem operado de um modo rápido e extraordinário. A Capital está sendo abastecida d'agua da antiga *cacimba do povo*, Jacarecanga, Trindade e Lagoinha.¹⁸⁴

Para os leitores do *Cearense*, o fim das reservas no Benfica era até esperado. Muitos foram os artigos publicados que tratavam desse tema. É possível que o primeiro texto – publicado em 1º de abril daquele ano – não tivesse despertado muita confiança quando anunciava que “os córregos e quase todas as cacimbas nesta capital secaram completamente” e sentenciava que “não há mais duvida de que o anno de 1877 será calamitoso para o Ceará”.¹⁸⁵ Talvez, dada à desoladora conclusão, muitos tenham levado o artigo como obra das comemorações do dia da mentira. Não obstante, um número maior de leitores deve ter considerado a questão com um pouco mais de seriedade quando o jornal publicou as considerações alarmantes da comissão enviada pela câmara municipal aos poços da Companhia do Benfica que observou que ali se dispunha de água para apenas mais 60 dias.¹⁸⁶ No exemplar seguinte, o mesmo periódico publicou:

Aguadas publicas. – É tempo da camara municipal despertar. A secca prossegue ameaçadora; segundo o exame que se procedeu nos tanques do Benfica so teremos água para 60 dias; cumpre, pois, que a camara trate da limpeza dos poços públicos e do Pajehú. Não deixemos para amanhã o que podemos fazer hoje!¹⁸⁷

Assim, entre abril e outubro – superando a estimativa dos 60 dias devido às chuvas que caíram em maio¹⁸⁸ –, sucederam-se artigos em que o objeto era o decrescente nível de água na capital. Não é de estranhar a recorrência do tema nas edições do *Cearense* dada a sua premência. Todavia, a providência constantemente demandada pelos redatores para solucionar o desabastecimento não deixa de ser

¹⁸⁴ Benfica. *Cearense*, 18 out 1877, p. 3.

¹⁸⁵ Chuvas. *Cearense*, 1 Abr 1877, p. 2-3.

¹⁸⁶ Água do Benfica. *Cearense*, 12 Abr 1877, p. 2;

¹⁸⁷ Aguadas publicas. *Cearense*, 15 abr 1877, p. 3.

¹⁸⁸ “Ante-hontem e hontem tivemos boas chuvas nesta capital, as maiores que cahiram este anno, recolhendo o pluviômetro no dia 1.º 14,40 milímetros e hontem 11,40. Foram recebidas pelo povo com um praser indizível. De vários pontos da cidade subiram Foguetes.” Chuvas. *Cearense*, 3 Maio 1877, p. 3.

curiosa: a reabertura das antigas aguadas – principalmente da “Cacimba do Povo”. Até mesmo a Lagoa do Garrote, que muitas vezes foi objeto de artigos que demandavam seu aterramento¹⁸⁹, passou a ser considerada “*uma das servidões públicas da cidade, que mais utilidade prestão, e se vai arrasando pela queda das areias*”. O redator sugeria converter a lagoa “*em um grande açude, cavando-a e alargando-a para construir um grosso aterro do lado leste*”.¹⁹⁰ A escassez ou abundância na oferta da água, influenciavam de forma significativa as considerações que se tinham sobre os “caminhos das águas na cidade”.

A “seca de 1877” não decretou o fim da Ceará Water Company. Mesmo com o término das águas nos poços do Bemfica e suspenso o monopólio a pedido da própria Companhia – impossibilitada de contemplar o fornecimento firmado em contrato com o governo provincial –, ela continuou as atividades nos chafarizes e não parou com a venda em carroças da água oriunda da Cacimba do Povo, Lagoinha, Pajeú, Jacareacanga e outras.

Apesar de efêmero, o abastecimento de água encanada dos poços do Bemfica não deixou ileso o âmbito das práticas relacionadas às água em Fortaleza. Objetos ligados a esse abastecimento como bombas, torneiras e ventoinhas (cata-ventos), passaram a se tornar cada vez mais comuns na cidade – estes objetos serão retomados no quarto capítulo. Além disso, fomentou uma pretensa distância de parte da população com as serventias próximas do centro da cidade.

Os aterros realizados na cidade cobraram seu preço no período em que as chuvas escassearam, uma vez que muitas dessas aguadas não dispunham mais dos antigos volumes, sendo necessária a coleta de água em pontos cada vez mais distantes da área central de Fortaleza. Desta forma, os “limites orçamentários”, lamentados pelos presidentes da província – citados nas páginas anteriores –, de alguma maneira, acabaram limitando que mais aterros fossem realizados na capital.

Apesar do empenho da câmara municipal de Fortaleza, demorou mais de 30 anos para se efetivar um novo projeto de abastecimento por canos. Sobre isso, o padre José Alves Quinderé escreveu em suas memórias:

Os canos, que deviam trazer a água a Fortaleza, dormiram estirados à margem da estrada de ferro até a parede do reservatório em Redenção,

¹⁸⁹ Em 1866, por exemplo, J. P. H. – que se presume tratar de José Paulino Hoonholtz – descrevia a Lagoa do Garrote como “*uma poça formada pelas águas pluvias, que na estação sêcca se transforma n’um charco imundo*”. Com o artigo ele demandava o aterro da lagoa com a areia que abundava na Rua S. Bernardo. J. P. H. “Lagoa do Garrote”. **Cearense**, 11 Mar 1866, p. 3.

¹⁹⁰ Lagoa do garrote. **Cearense**, 20 maio 1877, p. 2.

pelo espaço de treze anos, expostos à chuva, ao sol, à rapinagem e ao tempo, que tudo destrói, desafiando a boa vontade de três governos, três interinidades e um interventoria. Foi, afinal, o Presidente Desembargador Moreira da Rocha quem, em 1925 ou 1926, realizou o milagre da inauguração do suspirado serviço de água e esgoto em nossa Capital. E foi um autêntico milagre, pois o Dr. Moreirinha, como lhe chamavam, o praticou com os recursos normais do Estado, cujo orçamento anual, já àquela época, não ia além de 10.000:000\$000.¹⁹¹

O projeto de abastecimento de água da capital foi elaborado em 1911 pelo engenheiro João Felipe Pereira – “lente cathedratico de Hydraulica, Abastecimento d'agua e Exgottos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro” – que disputou e ganhou a concorrência pública.¹⁹² Contudo, o intervalo entre a elaboração do projeto e a inauguração do serviço de abastecimento foi marcado por inúmeras paralisações das obras e dúvidas quanto a sua viabilidade financeira e operacional.¹⁹³ Acompanhando as Mensagens enviadas pelos presidentes do estado à Assembleia Estadual é possível observar que o atraso da obra não foi devido, especificamente, a deposição do presidente Nogueira Accioly – conforme escreveu o padre Quinderé em outro trecho de suas *Reminiscências*¹⁹⁴ – mas, principalmente, às dificuldades financeiras vividas no estado na segunda metade da década de 1910 – devido à seca – e no fornecimento de materiais – em decorrência da guerra deflagrada na Europa (1914-1918). As obras foram paralisadas em 1914 e, após diversas tentativas de viabilizar financiamento para sua conclusão, retomadas em 1922 com um empréstimo americano até nova paralisação em 1924, quando as obras foram encampadas por administração direta do Estado.¹⁹⁵

Nesse ínterim, surgiram outras possibilidades de captação da água, sendo solicitado parecer ao engenheiro Saturnino de Brito, que ponderou que, apesar de alguns inconvenientes, o Açude Acarape do Meio – construído, em

¹⁹¹ QUINDERÉ, [Monsenhor] José Alves. **Reminiscências**. 2ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1979, p. 63.

¹⁹² ACCIOLY, Antonio Pinto Nogueira. **Mensagem dirigida a Assembléa legislativa do Ceará em 1.º de julho de 1911 pelo presidente do estado**. Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1911, p. 31-32.

¹⁹³ Segundo relato contido no “Parecer” de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Cf.: BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Saneamento de Fortaleza (1923)”. In.: _____. **Obra Completa de Saturnino de Brito: Pareceres - Primeira Parte**. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

¹⁹⁴ QUINDERÉ, *op. cit.*, p. 164.

¹⁹⁵ BARROSO, Benjamin Liberato. **Mensagem dirigida a Assembléa Legislativa do Ceará em 1.º de julho de 1914 pelo presidente do estado coronel Benjamin Liberato Barroso**. Fortaleza: Typogravura A. C. Mendes, 1914, p. 9; ROCHA, José Moreira da. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Ceará em 1.º de julho de 1925, pelo desembargador José Moreira da Rocha**. Fortaleza: [s.n.], 1925, p. 58; ROCHA, José Moreira da. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926, p. 55.

grande parte, pelos retirantes arregimentados pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) – era o melhor ponto para captação da água no volume que a cidade precisava desde que fossem tomadas “providencias rigorosas que evitem o desperdício”.¹⁹⁶ Entre a elaboração do projeto e a realização do parecer, a cidade crescera e o projeto original não dava conta desse aumento na demanda por abastecimento. A água encanada que passou a fluir quando o Presidente Moreira da Rocha girou a manivela – em 3 de maio de 1926 – abastecia apenas uma parte muito reduzida da cidade e não decretou o fim das cacimbas, poços, ventoinhas, aguadeiros e outras formas de abastecimento que se mantiveram importantes na cidade.¹⁹⁷ Assim, não é essa “rede invisível” que permeia as narrativas sobre Fortaleza no período pesquisado, mas uma rede visível formada por aguadeiros e cacimbas – com ou sem ventoinhas e bombas – em que a água fluía fora dos canos.

¹⁹⁶ BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Saneamento de Fortaleza (1923)”. In.: _____. **Obra Completa de Saturnino de Brito: Pareceres - Primeira Parte.** Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 170.

¹⁹⁷ ROCHA, José Moreira da. **MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PELO DESEMBARGADOR JOSÉ MOREIRA DA ROCHA.** Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926, p. 55.

CAPÍTULO 3 – A ÁGUA QUE VEM E VAI: TRABALHO E TRABALHADORES.

Voltei para casa, estava já a cidade quase deserta; era a lua lindíssima, e o ar fresco, e eu só, e pensativo? É aqui lugar de notar quanto esta linda cidadezinha vai melhorando, e como há de vir a ser uma pérola do Brasil. Quando chegamos aqui em fevereiro de 1859 eram suas ruas todas de areia limpa, fina, alva, e profunda; apenas se começava a calçar a rua que sobe do mar e passa pela frente do Palácio [Rua da ponte, atual Av. Alberto Nepomuceno e R. Conde D'Eu]. Hoje quase todas as ruas estão calçadas, de pedrinhas irregulares do Mucuripe; as ruas são todas largas, tiradas a cordel, e se cortam em ângulo reto, as casas são bordadas de calçadas, ou passeios, largos, de oito a doze palmos, de tijolos artisticamente assentados, algumas vezes de pedras em lascas, e de pedras calcareas serradas vindas da Europa: há praças largas – a de Pedro II é plantada de arvoredos, e outras se estão agora arvorando. (...) Não se vê pelas ruas e cantos as imundícies, e os charcos de urinas, como no Rio. Não se encontram nas ruas negros, se não raros; não se vê despejos.¹

No diário de Francisco Freire Alemão é possível perceber a velocidade com que a cidade mudava – a narrativa acima foi escrita em 25 de março de 1860, pouco mais de um ano da chegada dos membros da Comissão Científica de Exploração ao Ceará. Contudo, que labor se insere no bojo de tantas mudanças?

As construções se remetem aos presidentes de província e aos engenheiros, mas – pensando a partir das perguntas realizadas por Berthold Brecht no poema “Perguntas de um operário que lê” – foram eles os responsáveis por carregar as pedras do Mucuripe até o centro? Foram eles que colocaram as pedras no lugar e as calcaram? As construções que visavam domar as águas eram erigidas a partir do labor de homens e mulheres empregados nas obras públicas. A narrativa de Freire Alemão mostra a mudança, mas, além disso, possibilita que se pense na presença de calceteiros, carregadores, pedreiros, carpinas e outros obreiros. Assim, no primeiro item desse capítulo buscou-se discutir aspectos dos trabalhadores responsáveis por transformar os caminhos das águas na cidade.

Entretanto, a discussão não se encerra aí. Com a instalação do sistema de fornecimento de água encanada, foram necessários novos trabalhadores: operários responsáveis pela instalação dos canos e aguadeiros – empregados em vender água aonde os canos não chegavam². Não é absurdo estabelecer, como fez

¹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 475.

² Os vendedores de água – aguadeiros – são anteriores a instalação dos canos para o abastecimento de água potável. Contudo, no contrato firmado entre o governo provincial e a Companhia de água

Marc Bloch, uma relação entre a oferta de trabalhadores e a utilização das “novidades técnicas”.³ Indagação oportuna, mas pouco investigada atualmente. Dessa forma, é possível imaginar que a necessidade pelo abastecimento de água estivesse ligada diretamente a algumas mudanças nas próprias relações de trabalho observadas em Fortaleza. Todavia, não se busca com isso criar uma relação do tipo causa e efeito, mas pensar que na cidade as novas experiências ligadas ao trabalho e à técnica estão intrinsecamente relacionadas.

Não é a toa que os engenheiros ingleses chegados em Fortaleza na década de 1860 para a instalação do sistema de abastecimento de água desejassem contar prioritariamente com trabalhadores escravos em suas obras. Saindo das obras públicas, mas continuando com o abastecimento, é preciso entender como a água andava – e com quais pernas – em momentos e em lugares que a água encanada e os sistemas de esgoto não estavam disponíveis. Entre a aguada e o consumo doméstico – assim como entre o consumo doméstico e o local de descarte das águas servidas – há uma série de trabalhadores que se empenhavam no deslocamento.⁴ Conhecer a dinâmica desse trabalho é de grande importância para se compreender os significados da água na cidade. Vendedores de água (chamados de aguadeiros) e quimoeiros (cumoeiros ou tigres), além de afilhados e trabalhadores domésticos – livres e escravos – tratavam de manter a casa com o pote sempre cheio e a quimoa⁵ sempre vazia.

Em Fortaleza, a recorrência dessa presença na escrita de memorialistas e literatos, possibilita pensar num intenso fluxo desses sujeitos. Todavia, o lugar relegado aos trabalhadores nesses escritos era como “tipos populares” ou parte da paisagem visual ou sonora da cidade. Nesse bojo, lavadeiras e pescadores, igualmente importantes para a dinâmica da cidade, são constantemente citados, mas pouco atrelados à existência da urbe. Assim, além de alguns nomes e do som

estabeleceu-se um monopólio para a venda do líquido. Assim, uma atividade que era realizada por diversos trabalhadores de ganho passa a ser realizada apenas pelos “funcionários” da companhia.

³ BLOCH, Marc. Advento e conquistas do moinho d'água. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da técnica e da tecnologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985, p. 59-87.

⁴ MARTINEZ, Paulo Henrique. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In: _____ (org.) **História ambiental paulista: Temas, Fontes, Métodos**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 75.

⁵ Nome que se dava a barricas de madeiras que acumulavam os excrementos residenciais em um período em que não havia fossas ou serviço de esgoto. Segundo Gustavo Barroso, eram também chamadas de “cartolas, cumoas ou cambrones” e quando cheias, eram esvaziadas no mar. BARROSO, Gustavo. **Memórias – Coração de Menino** [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 110.

das rodas das carroças no calçamento da cidade, pouco se sabe sobre o lugar que esses trabalhadores ocupavam no cotidiano. Que elementos estão presentes nesse deslocamento do cotidiano para a paisagem? Além disso, pouco se sabe sobre os meandros desse comércio – as tensões e as disputas que estavam envolvidas. Questões atreladas ao trabalho que estão também intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da própria cidade.

3.1. “Operários” da água.

Na capital largamente conhecida pela historiografia por sua relação com as secas, só foi com muito custo que os “operários da província” conseguiram fazer com que a água que descia em todo o período de chuva “*de diferentes pontos da cidade*” até a “*continuação da Rua da Misericórdia*”, contornasse o muro da Cadeia Pública.⁶ A peleja dos homens com as águas, já não é novidade aos leitores deste trabalho. No entanto, quem eram os “operários da província” empregados nas construções que visavam “domesticar” as águas?

Em 1836, o presidente da província Jozé Martiniano de Alencar se queixava à Assembleia Provincial: “*grandes embaraços que tenho encontrado no trabalho das obras publicas por falta de braços*”. Segundo ele, a companhia criada por lei em 1835 não surtiu o efeito desejado e se não fosse o trabalho de 30 africanos, nada poderia ter sido feito.⁷

O Relatório não dá mais informações sobre esses africanos, se eram trabalhadores livres, escravos ou “africanos livres” – trabalhadores juridicamente livres e tutelados pelo Estado que, na prática, representavam mais um tipo de “*trabalhador não livre*” existente no período.⁸ Contudo, em correspondência de 1834,

⁶ ALBUQUERQUE, Diogo. V. de Cavalcante. **Relatório com que passou a administração da província o Exm. Sr. Presidente Dr. Diogo Velho de Cavalcante Albuquerque ao 2º vice-presidente, o Exm. Sr. Coronel Joaquim da Cunha Freire, em 24 de Abril de 1869.** Fortaleza: Typographia Constitucional, 1869, p.12.

⁷ D'ALENCAR, Jozé Martiniano. **Falla com que o exm.º presidente da provincia do Ceará abriu a segunda sessão ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1.º de agosto de 1836.** Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p. 3.

⁸ No país existia um sistema – garantido por tratados internacionais – em que os escravos envolvidos em tráfico ilegal eram emancipados e postos sob custódia para servirem de “criados ou trabalhadores livres” pelo prazo de 14 anos. A historiadora propõe pensar o período de “transição para o trabalho livre” a partir das práticas de expansão do trabalho não livre. Ainda segundo Mamigonian, entre os

analisada por José Hilário Ferreira Sobrinho, enviada pelo presidente da província José Martiniano de Alencar ao ministro da justiça Manoel Alves Branco consta a apreensão de duas embarcações que eram empregadas no tráfico de escravos com a presença de africanos a bordo.⁹ Na carta, Alencar explica as providencias que tomou:

Como os Africanos apreendidos em numero de cento e sessenta causasse muito peso a fazenda publica, e alem disso estiveram a ponto de morrer apinhados em hua caza, e sempre com maus tratos, tomei a deliberação de habilitar [habilitar] em coisas particulares excitando para a filantropia e caridade dos habitantes da cidade, depois de escolher trinta dos mais robustos para se ocuparem nas obras públicas [...].¹⁰

Não é difícil ligar a carta de Alencar ao seu Relatório. Afinal, o número de trabalhadores é exatamente o mesmo. Assim, é provável que na província do Ceará – dada a sua demanda – muitos desses africanos tenham sido responsáveis pelas obras públicas, mas não apenas por elas. Todavia, essa não foi a única tentativa de se estabelecer trabalho compulsório a homens livres.

Nesse momento surgiram os projetos das Companhias de Trabalhadores.

Eis a lei que criou a Companhia:

Lei n. 12 de 24 de Maio de 1835.

Sanccionada pelo presidente José Martiniano de Alencar.

Art. 1. O presidente da provincia fica autorisado a assalariar cincoenta trabalhadores para serem effectivamente empregados na abertura das estradas e mais obras publicas, que se houverem de fazer na provincia por administração, vencendo cada um trezentos e vinte réis diários pelo seu trabalho, e não havendo serviço de obras publicas, o presidente da provincia os licenciará pelo tempo, que achar necessário, sem vencimento de ordenado.

Art. 2. O presidente preferirá sempre assalariar aquelles que voluntariamente se quizerem engajar, e a estes se darão mais quarenta réis diários de gratificação, e servindo seis mezes não serão mais obrigados a servir.

Art. 3. Não havendo voluntários o presidente chamará ao serviço pessoas, que costumem trabalhar pelo seu braço, estando na idade entre dezoito e trinta e seis annos, e sendo solteiros, exceptuando sempre os alistados na guarda nacional, e os filhos únicos, que servem de companhia a suas mães viúvas.

Art. 4. Estes trabalhadores serão commandados e dirigidos por um primeiro e segundo capataz, nomeados pelo governo, vencendo o primeiro o

anos de 1821 e 1856 “aproximadamente 11 mil africanos foram emancipados e postos sob a custódia do governo brasileiro”. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In.: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 391-411.

⁹ FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina, minha nêga, tão querendo te vende...”**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do Século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011, p. 69-71.

¹⁰ APEC – livro: 32B – 1835 / 1843 – registro de Correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Justiça. 1º de Outubro de 1835. Fls. 20v. – 21. *apud*. FERREIRA SOBRINHO, *ibid.*, p. 70-71.

ordenado de oitocentos réis, e o segundo de seiscentos réis diários; e servirão enquanto gozarem da confiança do mesmo governo.

Art. 5. A deserção será punida com dois meses de prisão, e na reincidência além da prisão seguir-se-ha a demissão.

Art. 6. A omissão, insubordinação, e qualquer outra falta cometida no serviço será punida com prisão até um mez, e demissão conforme fôr a gravidade da falta. A prisão não privará ao trabalhador de comparecer no serviço.

Art. 7. Estas penas serão impostas pelo primeiro capataz, com recurso para o presidente, excepto nas penas de prisão até quatro dias.

Art. 8. Os trabalhadores se empregarão no serviço todos os dias, que não fôrem domingos, de festa nacional, e dias santos de guarda, com exclusão dos dispensados, e vencerão o seu salario em todos os dias do anno.

Art. 9. O governo dará os regulamentos necessários para a boa execução da presente lei.

Art. 10. Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.¹¹

A divisão rígida entre trabalho livre e escravo em uma sociedade escravista, pouco ajuda a perceber os “laços escravistas” que vigoravam em todas as relações de trabalho.¹² Apesar de fazer jus a um salário, os arrematados eram submetidos a condições não condizentes com o que se pode chamar de trabalho livre. O recrutado, por exemplo, não podia desistir e abandonar o canteiro. Deixar a companhia era tido como deserção, passível de punição. Além disso, os desertores eram colocados à margem, uma vez que eram foragidos. Destarte todas essas penalidades, muitos trabalhadores desertavam. Assim, a fuga era uma forma de resistência – mas não a única – em meio à tentativa de normatizar o trabalho.

Mesmo com a criação da Companhia, o presidente Alencar manteve-se queixoso do reduzido número de trabalhadores disponíveis. Como resposta, a Assembleia Provincial revisou a lei, endurecendo as penas para os desertores:

Lei n. 57 de 26 de Setembro de 1836

Sanccionada pelo presidente Jose Martiniano de Alencar.

Art. 1. O tempo de serviço para os voluntarios marcado na lei de 24 de Maio de 1835, que creou a companhia de trabalhadores, sera de hora em diante de um anno.

Alt. 2. A desercao sera punida com prisao ate seis mezes, e com a privacao de uma terca parte do salario, e na reincidência com mais um terco da pena de prisao.

Art. 3. O governo fica autorizado para admittir na companhia estrangeiros, quando a nao possa preencher com Brasileiros, inclusive o primeiro e segundo capataz.

Art. 4. A diaria do primeiro capataz fica elevada a mil e duzentos reis, e a do segundo a novecentos reis.

¹¹ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 1. Fortaleza, INESP, 2009, P. 54-55

¹² LINHARES, Juliana. **Entre a Casa e a Rua: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2011, p. 54.

Art. 5. Fica nesta parte alterada a citada lei de 24 de Maio de 1835, e qualquer disposicao em contrario.¹³

Apesar das alterações na regra, nos anos que se seguiram as deserções continuaram. Em 1838 a Companhia contava com apenas 8 praças, ou seja, os trabalhadores – apesar da ampliação das punições – continuaram fugindo (resistindo?).¹⁴ Além da ampliação das penas, a revisão da lei indica que a Companhia estava tendo trabalho para contratar até os capatazes – o aumento nos vencimentos desses profissionais é uma clara tentativa de atrair esses trabalhadores. Assim, é presumível que a Companhia de Trabalhadores já estivesse em desuso quando a lei que a criou foi revogada em 1840.¹⁵

Sobre os alistamentos, Xislei Ramos escreveu que representavam um elemento importante na barganha entre ricos e pobres da província. Segundo a historiadora, a capacidade de livrar dos alistamentos era uma atribuição dos patrões esperada pelos trabalhadores: um “bom” patrão não deixava a “sua gente” ser alistada, mas utilizava o alistamento para enfraquecer os rivais políticos.¹⁶ Daí a constante utilização desse tipo de mecanismo, destarte o descontentamento que ele causava.

Não se ignora que as Companhias de Trabalhadores atuassem com mecanismos semelhantes. Afinal, a lógica “senhorial” era (quase) a mesma. Assim, não demorou muito para que uma tentativa similar voltasse à pauta das discussões da Assembleia Provincial. Em 1857, dezessete anos depois do fim da Companhia, o vice-presidente da província Joaquim Mendes da Cruz Guimarães sugeriu a criação de uma nova companhia de trabalhadores.¹⁷ No ano anterior, o mesmo vice-presidente culpou o avanço da agricultura do café e da cana na região de Baturité – que pagava melhor – como responsável pela falta de trabalhadores para as obras

¹³ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 1. Fortaleza, INESP, 2009, p. 100.

¹⁴ SOUZA E MELO, Manoel Felisardo de. **Falla que recitou o Exmo. Sr. Manoel Felzardo de Souza e Mello presidente desta Provincia na ocasião da Abertura da Assembleia Provincia no 1º de Agosto do corrente anno**. Fortaleza: Typ Constitucional, 1838, p. 40.

¹⁵ OLIVEIRA; BARBOSA, *op. cit.*

¹⁶ RAMOS, Xislei Araújo. **“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”**: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2003.

¹⁷ GUIMARÃES, Joaquim Mendes da Cruz. **Relatório com que á Assembleia Legislativa provincial do Ceará Apresentou no dia da Abertura da sessão Ordinária de 1857, o excelentíssimo Senhor Coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 3.º Vice-Presidente da mesma Provincia**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1857, p. 20.

públicas.¹⁸ Os governantes – como grande parte da elite do período – não estavam dispostos a tratar os trabalhadores braçais (entre eles os africanos) como pessoas livres.

A nova Companhia – com o nome de “Companhia Auxiliadora da Agricultura e Obras Públicas”¹⁹ – foi criada pela lei n. 834 de 20 de Setembro de 1857, mas só foi implantada a partir da publicação do regulamento em 2 de janeiro de 1858.²⁰ Com um regulamento extenso – 45 artigos – e, em alguns pontos, confuso, a Companhia buscava arregimentar “os trabalhadores (...) de dezoito a cinquenta annos de idade, tirados da classe dos cidadãos mais desoccupados, e que vivem geralmente assalariados” através de uma hierarquia militar – de comandantes, capitães, alferes, sargentos e cabos.²¹

Apesar de constar em diferentes momentos a expressão “voluntária”, na descrição da arregimentação não parecia que os trabalhadores pudessem escolher. Eis os artigos:

Art. 5. O pessoal das companhias de trabalhadores será composto de homens livres que não tenham nenhuma das isenções seguintes:

§ 1. Ser menor de 18 annos ou maior de 50, ou soffrer molestia ou aleijão que o inhabilite para o trabalho.

§ 2. Ter propriedade, emprego ou industria de que tire meios de decente subsistência.

§ 3. Ser mestre, official, ou aprendiz de qualquer officio mecanico.

§ 4. Ser patrão, mestre, ou remeiro de canoa, ou embarcação de qualquer espécie.

§ 5. Ser feitor de estabelecimento agrícola, ou de fazenda de gado.

§ 6. Ser pescador encorporado a alguma companhia, ou associação de pescaria.

§ 7. Achar-se engajado por contracto escripto como famulo, ou para qualquer outro serviço util.

Art. 6. Para que aproveitem as isenções acima referidas é necessário que os indivíduos que as allegarem, se achem empregados ou se occupem effectiva e habitualmente nos diversos misteres ou serviços ahi mencionados.

¹⁸ GUIMARÃES, Joaquim Mendes da Cruz. **Relatório com que o excelentíssimo Senhor Vice-presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, entregou a administração da Provincia ao excelentíssimo senhor doutor João Silveira de Souza, Presidente da Mesma, no dia 27 de julho de 1857.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1857, p. 05.

¹⁹ As questões que envolvem as “Companhias Auxiliadoras” e a agricultura não serão objeto desse trabalho. Para uma discussão realizada sobre esse aspecto ver: REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX.** 2014. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

²⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861).** Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009, p. 148 e p. 300.

²¹ OLIVEIRA; BARBOSA, *ibid.*, p.148.

Art. 7. Todos os mais individuos que não estiverem em alguma daquellas circunstancias serão alistados em cada districto, ou lugares delles em que o devão ser, na forma deste Regulamento.²²

Em novembro do mesmo ano ao parágrafo 1º do 5º artigo foi incluído:

Ficão comprehendidos também os menores de 18 até 14 annos que estiverem em estado de trabalhar, sejam orphãos ou não, e cujos pais, tutores ou curadores não possuem dar-lhes educação regular ou occupação util e decente.²³

O 7º artigo deixava claro que todos os que não estivessem incluídos nas atividades passíveis de isenção seriam recrutados. O “novo” Regulamento tenta rever pontos considerados responsáveis pelo fracasso da antiga Companhia. Diferente do anterior, não há referência a “deserção”. Ao que parece, a ideia era esconder ou minimizar a semelhança com a antiga companhia, suas punições e tratamento dispensado ao trabalhador. Todavia, a punição com prisão e multa aos trabalhadores foi mantida. É nesse aspecto que a legislação é de difícil entendimento, pois ela constrói uma sequência de referências para relacionar as “infrações” com as punições passíveis. Acredita-se que essa era a intenção, dificultar a compreensão e fazer valer pelo uso. A prisão ou multa era devida quando era solicitada a substituição do trabalhador por “injúria” – ao contratante ou a sua família – ou por “embriagues habitual”.²⁴

O novo Regulamento trazia algumas garantias – que possivelmente diziam respeito a prováveis demandas – ao trabalhador alistado, como o direito de não ser obrigado a trabalhar fora do seu município, de passar no máximo dois meses trabalhando em obras públicas (ou por três meses em obras de “manifesta utilidade pública”), de receber um salário no valor do que se costumava pagar nos lugares em que servirem e de não serem obrigados a usar “uniforme algum”.²⁵ Diferente dos demais artigos, o uniforme tem um sentido mais sutil. A história das roupas está relacionada com as transformações sociais, o que Daniel Roche chamou de “batalha das aparências”.²⁶ O uniforme era, para os homens pobres

²² OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009, p. 301-302.

²³ OLIVEIRA; BARBOSA, *ibid.*

²⁴ OLIVEIRA; BARBOSA, *ibid.*, p. 316.

²⁵ *Idem.* **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 1. Fortaleza, INESP, 2009.

²⁶ Sem percorrer o longo programa de pesquisa sugerido pelo historiador – que envolve pesquisas dos critérios de produção, dos meios de obtenção de tecidos, dos tipos de costura e outros –, buscou-se problematizar os significados dos uniformes, assim, como de sua ausência. ROCHE, Daniel. **A**

livres, ligado à imagem do recruta, ou seja, extremamente negativa e desonrosa.²⁷ Assim, era preferível usar suas roupas ao uniforme que estigmatizava.

Nas legislações pesquisadas não se encontrou revogação da lei que criou a Companhia, o que indica que ela deve ter funcionado, pelo menos no que diz respeito às obras públicas, até 1873 – quando passaram a se realizar apenas por arrematação. Assim, esses trabalhadores, além dos escravos e “africanos livres”, foram responsáveis por grande parte das obras públicas de Fortaleza durante todo o período em que a Companhia existiu.

Todavia, no momento em que as Companhias Auxiliadoras foram criadas, os presidentes da província alardeavam que a capital passava por (mais uma) crise do trabalho e o incentivo à migração estrangeira foi (mais uma vez) utilizado para tentar resolver. O Ceará ficava em uma das origens do vetor do tráfico interprovincial que existia de longa data e que, após períodos de aferimento, foi retomado em 1830 (com o crescimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro) e ampliado a partir de 1850 (com a abolição do tráfico interatlântico).²⁸ No período entre 1850 e 1880 segundo dados oficiais, 16.480 escravos deixaram o Ceará com destino a outras províncias.²⁹ Além disso, a província do Ceará e sua capital perdiam grande contingente com sua “contribuição de sangue” – alistamento de recrutas – para as guerras nas décadas de 1850 e 1860.³⁰

Na impossibilidade de novos recrutamentos de trabalhadores e alegando que os operários locais não conseguiam executar tarefas que exigiam especialização, o governo empreendeu tentativas para engajar trabalhadores estrangeiros. Nessa discussão, são significativos os trabalhos para o calçamento das ruas da cidade.

Iniciado em 1857 com o emprego de trabalhadores “locais”, o calçamento da cidade passou a ser construído no ano seguinte pelos calceteiros vindos de Lisboa que, segundo o presidente, executavam a obra “*com rapidez, perfeição, e por*

Cultura das Aparências: uma história da indumentária (Século XVII-XVIII). São Paulo: Ed. Senac, 2007.

²⁷ RAMOS, Xislei Araújo. “**Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime**”: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2003, p. 100.

²⁸ MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

²⁹ PINHEIRO, Francisco José. A organização do mercado de trabalho no Ceará. 1850-1880. Dissertação de Mestrado, CFCH - UFPE, Recife, 1990. *Apud.* RAMOS, *op. cit.*, p. 30.

³⁰ Guerra do Prata – também conhecida como Guerra de Rosas – e Guerra do Paraguai, respectivamente. MELO, *op.cit.*

preço relativamente menor".³¹ Além disso, o presidente afirmou que mandou engajar outros trabalhadores na Alemanha – calceteiros³² e canteiros³³ – e autorizou a empresa Pacheco & Mendes a engajar mestres carpinteiros.³⁴

Em 1860 novos trabalhadores chegavam à cidade, agora engajados pela firma maranhense Viúva de João da Rocha Santos & Filhos que recebeu, pelos seis trabalhadores engajados em Portugal, 1:328\$215 réis, quantia de grande vulto para a época.³⁵ Entretanto, ao que indica a manutenção da encomenda de pedras ao comerciante Francisco Luiz de Vasconcellos, os desejados canteiros não foram contratados.

Sobre a extração de pedras no Meireles utilizadas no calçamento da cidade, o presidente João Silveira de Souza escreveu, em 1858:

Deste lugar [Meireles] à meia legoa desta cidade, para o lado do Mocuripe tem sido tiradas, e ali mesmo preparadas as pedras para as obras publicas, de que acabo de fallar-vos. Para este fim estavam ahi empregados alguns presos, e poucos trabalhadores, sem conhecimento algum daquele officio. Além da grande lentidão com que esse serviço era feito, as ditas pedras chegavão a esta capital por um preço muito superior ao que terião se viessem da Europa já promptas, Estas rasões determinarão-me não só a faser a encommenda acima referida, mas também mandar engajar na Allemanha, alguns canteiros: por quanto a boa qualidade de pedra que se extrae daquelle lugar, e da que existe em abundancia em outros próximos a esta cidade, e a grande necessidade que ha dellas nas suas construcções, tornavao esta medida de muita vantagem e economia.³⁶

As pedras eram retiradas e preparadas no Meireles e seguiam ao centro em jangadas, não é difícil imaginar os inconvenientes.³⁷ No Relatório do presidente a “competência técnica” e a economia para os cofres provinciais eram sempre evocadas para justificar o emprego de trabalhadores estrangeiros.

³¹ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da Sessão ordinário de 1858, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Mesma Província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 14.

³² Trabalhador que realiza o calçamento de ruas e travessas.

³³ Artífice que lavra pedra.

³⁴ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da Sessão ordinário de 1858, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Mesma Província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 14-16.

³⁵ **Pedro II**, 18 de Jan 1860, p. 2; **Pedro II**, 6 Ago 1860, p. 1.

³⁶ SOUZA, João Silveira de. **Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da Sessão ordinário de 1858, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Mesma Província.** Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 15.

³⁷ CAVALCANTE, José Pompeu de Albuquerque. Relatório do engenheiro das obras públicas provinciais. *In.*: PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório com que foi entregue a administração da província ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo Excelentíssimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865.** Fortaleza: Typ. Brazileira de J. Evangelista, 1865, p. VIII.

Bruno Antônio Coelho foi um dos primeiros mestres calceteiros a chegar à cidade, ainda na década de 1850 – nos periódicos locais é possível encontrar ordens de pagamento em seu nome que datam a partir de 1858.³⁸ Coelho celebrou diversos contratos com as obras públicas da província, sendo o responsável – junto com a sua equipe – pelo empedramento de grande parte do Centro. Além dele, Agostinho Antônio da Silva também liderava uma equipe de calceteiros. Possivelmente um dos engajados em 1860, Agostinho viveu na cidade até a sua morte em 1882 – vítima de afogamento durante um banho no mar aos 58 anos. Quando do seu falecimento possuía casas de aluguel e uma “boa quantia em libras esterlinas” – conforme sugere uma nota de jornal relatando seu óbito.³⁹ Tomando as ordens de pagamento como indicativo, foram mestres de grupos distintos que dividiram as obras de calçamento até 1876, quando se ofereceram conjuntamente para serviços nas obras públicas da cidade.

Sob o argumento dos “melhoramentos materiais”, grandes capitais foram movimentados e negócios realizados na cidade. Evaldo Cabral de Melo, quando escreveu sobre a instalação de engenhos centrais do Governo imperial em Pernambuco, indicou que os “interessados” pelos melhoramentos materiais não eram os membros da “açucarcracia nortista”, mas o capital estrangeiro e os envolvidos em intermediar os negócios.⁴⁰ Em Fortaleza, os maiores interessados nos “melhoramentos materiais” eram os envolvidos no fornecimento de insumos para as construções e na intermediação de negócios. Sem alongar ainda mais esse debate, já realizado em parte do capítulo anterior, faz-se necessário apontar que os membros das Assembleias Provinciais eram ligados a casas comerciais ou comerciantes. Assim, muitos se enfrentavam na tribuna em busca de benefícios econômicos, para si e para os seus.⁴¹ Engajar trabalhadores na Europa e vender produtos para as obras públicas eram negócios lucrativos e disputados.⁴² Por outro lado, essas obras públicas de “aformoseamento” pouco ou nada serviam – e em

³⁸ **Pedro II**, 10 Nov 1858, p. 1.

³⁹ **Cearense**, 28 Mar 1882, p. 3; **Cearense**, 30 maio 1882 p. 3; **Constituição**, 30 Mar 1882, p. 2.

⁴⁰ MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 158.

⁴¹ É possível observar nos jornais **Pedro II** e **Cearense** nos meses de abril e maio de 1872 uma intricada troca de acusações sobre o fornecimento de pedras para o calçamento da cidade que escancara muitas dessas questões. Mais sobre a relação entre política e obras públicas, conferir: MAIA NETO, Emy F. “Tanta chuva e nenhum legume”: Alagamentos, política e imprensa em Fortaleza. (1839-1876). **Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

⁴² MELO, *op. cit.*

alguns casos até prejudicavam, como se verá – para os trabalhadores empregados e seus familiares.

Em 1858 foi publicado o Regulamento da Repartição de Obras Públicas⁴³, que, além de reestruturar o quadro pessoal da repartição, tinha o intuito de centralizar a administração e a fiscalização das obras públicas na cidade de Fortaleza.⁴⁴ Essa repartição funcionou até 1873, quando foi extinta, decretaram-se também o fim das obras administradas diretamente pela província.⁴⁵ Com isso todos os trabalhos passaram a ser feitos somente por arrematação, o que mudou a configuração do trabalho em relação às obras públicas. Pois, se para o cofre da província essa alteração significava uma perspectiva de diminuição dos custos, ocasionada pela concorrência, para os trabalhadores significava uma quebra nos sentidos dados ao “trabalho bem feito”, colocando em questão suas condições de artífices.⁴⁶

Nas obras administradas, não havia propriamente uma concorrência: os trabalhadores eram contratados de acordo com suas “capacidades de bem realizar o que lhe era encomendado” – se eram rápidos e habilidosos – e de bom comportamento.⁴⁷ Assim, com o fim das administrações, a contratação de

⁴³ Transformada em Repartição de Engenharia e Direção de Obras Públicas em 1867.

⁴⁴ Esse regulamento dividia as “obras e trabalhos públicos” em arrematação, contrato ou administração. No primeiro, a tesouraria provincial publicava o edital nos periódicos e os interessados – previamente habilitados e apresentando dois fiadores idôneos – arrematavam a obra como em um leilão – arrematava quem fizesse por menos. No segundo, muito utilizado na capital, o governo provincial celebrava um contrato com um empresário ou mestre para a realização de determinada obra ou estabelecimento de serviço público. No último, a repartição contratava os trabalhadores ou grupos de trabalhadores e se encarregava de administrar a obra. Entre os dois últimos, ficava o sistema conhecido como empreita em que para cada tarefa se estabelecia previamente um valor a ser pago pela obra com o grupo dos trabalhadores, supervisionado pelos engenheiros da província. Os trabalhadores se concentravam em torno de um mestre que organizava os trabalhos, supervisionava a realização, tratava das negociações e encomendas e recebia e distribuía o pagamento. Esse sistema dava aos trabalhadores maior autonomia no tempo trabalhado, organização das jornadas e negociações monetárias. SOUSA, João Silveira de. **Relatório que á Assembleia legislativa Provincial do Ceará Apresentou no dia da Abertura da Sessão Ordinária de 1859, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Sousa, Presidente da mesma província.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1859, p. 14.

⁴⁵ LEI N.º 1.540 de 23 de Agosto de 1873. In.: CEARÁ. **Collecção dos Actos Legislativos da Província do Ceará Promulgados pela respectiva Assembleia, no anno de 1873.** Fortaleza: Typ. Constitucional, 1874, p. 54. BPGMP / Microfilme.

⁴⁶ Para Richard Sennett as “ciências humanas” precisam ir além da visão que utiliza a “cultura material” como um “espelho” das normas sociais e atentar para a possibilidade de se pensar nos sentidos que atuam no processo de elaboração dos objetos. SENNETT, Richard. **O Artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 18.

⁴⁷ O presidente João Silveira de Sousa escreveu que demitiu três calceteiros alemães, que havia engajado recentemente, por mau comportamento. Infelizmente a documentação não aponta que comportamento foi esse. SOUSA, João Silveira de. **Relatório que á Assembleia legislativa Provincial do Ceará Apresentou no dia da Abertura da Sessão Ordinária de 1859, o**

trabalhadores passou à iniciativa privada, transformando alguns mestres, aprendizes e oficiais em jornaleiros.

Os mestres calceteiros portugueses Bruno Coelho e Agostinho da Silva, antes concorrentes, passaram a tentar arrematar obras de calçamento, aterro e remoção de terras juntos. Além deles, outros indivíduos arremataram construções públicas, como o engenheiro Adolpho Herbster⁴⁸, o escriturário da tesouraria provincial Antônio Joaquim de Oliveira⁴⁹ e outros menos conhecidos das páginas dos documentos oficiais. Assim, muitos trabalhadores passaram a ser empregados – em jornadas – dos arrematadores das obras.

A relação entre o mestre e sua equipe – oficiais e aprendizes – não é a mesma entre um arrematador e os jornaleiros.⁵⁰ Os mestres calceteiros não apenas delegavam tarefas, mas trabalhavam juntos e explicavam como determinadas tarefas deveriam ser feitas. É possível que os mestres se empregassem em trabalhos que exigissem menos esforço físico, mas é importante levar em consideração que ele era detentor de um conhecimento de que sua equipe dependia. Além disso, ele era responsável pelo resultado final, detentor dos contatos e das encomendas de trabalho. Aos mestres cabia ainda, lidar com engenheiros, fiscais e tesoureiros – uma relação que não era propriamente tranquila.

Em 1876, o engenheiro Henrique Theberge – então inspetor de obras públicas – em seu relatório encaminhado ao presidente da província apontou diversos contratemplos resultantes da extinção da Repartição em 1873. No que diz respeito às arrematações, o engenheiro foi enfático: “*nada de mais prejudicial, n’esta província, aos interesses públicos, do que o tal systema de obras feitas por arrematação*”.⁵¹ Em outro trecho o engenheiro explica sua opinião:

O artista convenientemente remunerado, trabalhando sob ordens e direção de quem entende, tem gosto em trabalhar e capricha no trabalho que executa.

Servindo ao esperto que não entende, a não ser o passar e desfructar a vida à custa do suor dos outros – o seu trabalho é muito diverso: faz apenas

Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Sousa, Presidente da mesma província. Fortaleza: Typ. Cearense, 1859, p. 14.

⁴⁸ **Cearense**, 1874 p. 2.

⁴⁹ Obras públicas. **Cearense**, 30 Abr 1874, p. 1.

⁵⁰ Segundo Richard Sennet, a primeira se constituía em uma relação que envolvia autoridade, mas também ensino. SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 18.

⁵¹ THEBERGE, Henrique. Relatório do Engenheiro das Obras Provinciais. In.: LEMOS, Francisco de Farias. **Falla com que o excelentíssimo senhor desembargador Francisco de Farias Lemos, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1876**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1876, p. 5.

aquillo que é preciso para lhe dar jus ao mesquinho salario que lhe marca o empreiteiro.⁵²

Além disso, Theberge apontou o despreparo dos arrematadores e seus conchavos “imorais” com os fiadores – normalmente comerciantes – como daninhos para o interesse público.⁵³ A lei que extinguiu a Repartição de Obras Pública não estabeleceu as regras para proceder as novas arrematações. Porém, segundo regras publicadas em edital posterior, consistia na entrega de um envelope lacrado com o valor do serviço em um dia e hora marcados previamente. A necessidade de que os arrematantes fossem “previamente habilitados” não foi suprimida, o que indica a manutenção da exigência dos “dois fiadores idôneos”. Apesar de aparentemente menos “pessoal”, esse sistema não impedia que as arrematações fossem recorrentemente objeto de críticas e acusações de favorecimentos. As novas regras na contratação das obras valorizavam o menor custo e fiadores. Assim, os mestres saíam em clara desvantagem, sendo obrigados a se unirem a comerciantes que em troca de comissões lhe servissem de fiadores.

Apesar da observação do presidente Francisco Lemos em sua Fala solicitando aos deputados provinciais que dessem toda a atenção ao relatório do engenheiro, nada mudou.⁵⁴ Em 1877 o presidente da província Caetano Estelita, com um fatalismo pouco alentador, apontava “a insignificância do algarismo despendido com obras públicas no ano anterior” e a resolução de “nada construir” durante o seu governo apesar das “urgentes necessidades”.⁵⁵ Eis que a escassez de chuvas – já praticamente esquecida depois de mais 32 anos de invernos regulares – trouxe milhares de pessoas à Fortaleza.

Nos jornais da capital não demorou a serem publicadas colunas relacionando a necessidade por “melhoramentos materiais” com o “trabalho dos retirantes” recém-chegados. A noção que regia grande parte dos textos impressos

⁵² THEBERGE, Henrique. Relatório do Engenheiro das Obras Provinciais. In.: LEMOS, Francisco de Farias. **Falla com que o excelentíssimo senhor desembargador Francisco de Farias Lemos, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1876.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1876, p. 5.

⁵³ THEBERGE, *ibid.*, p. 6.

⁵⁴ LEMOS, Francisco de Farias. **Falla com que o excelentíssimo senhor desembargador Francisco de Farias Lemos, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1876.** Fortaleza: Typ. Cearense, 1876.

⁵⁵ LEMOS, *ibid.*, p. 22-23.

pode ser resumida pelo título do editorial do “Cearense” de 7 de junho de 1877: “Trabalho e não esmola”.⁵⁶ Afinal, concluía o editor:

O benefício que se pretende conseguir por meio da caridade ou da esmola, redundará em males futuros, contribuindo desde já á cimentar os hábitos imprevidentes e aventureiros de nossa população.⁵⁷

Assim, não faltou trabalho! Açudes, aterros, remoção de terras, empedramentos e mesmo trabalhos particulares foram utilizados para “cimentar” “previdência” nesses homens e mulheres. Novas demandas para o trabalho dos retirantes surgiam a cada nova edição dos periódicos. Os moradores da estrada de Mecejana se organizaram para enviar um abaixo assinado ao presidente da província solicitando o empedramento da rua para dar emprego “*ao povo urgido pela fome em razão da secca*”.⁵⁸ Em Fortaleza, tomando em consideração o discurso sobre a utilização do trabalho dos retirantes ou dos africanos livres, filantropia se fazia explorando a força de trabalho.

A “escassez” de chuvas – fenômeno natural – deixou de ser um problema dos “despossuídos” para adentrar “o mundo do poder constituído” em 1877.⁵⁹ No mesmo ano em que a escassez virou seca – um objeto “imagético-discursivo”⁶⁰ –, a seca virou solução para as obras públicas. Não se ignora o medo que essa concentração de pessoas causava na cidade.⁶¹ Porém, além de medo, a “seca” costumava deixar na capital melhoramentos materiais.⁶²

Um dos trabalhos que mais exigia esforço físico nas obras públicas na capital – se é que é possível esse tipo de escala – era o deslocamento de pedras do Mucuripe para o Centro. Rodolpho Teófilo narrou que essa tarefa – que antes era realizada com a ajuda de uma jangada – passou a ser realizada pelos retirantes – homens, mulheres e crianças – a pé com as pedras sobre a cabeça durante a seca

⁵⁶ Trabalho e não esmola. **Cearense**, 7 jun. 1877, p. 1. Um mês depois F. de Paula Pessoa Filho enviou ao jornal um artigo com o mesmo título e conteúdo similar. Trabalho e não esmola. **Cearense**, 12 jul. 1877, p. 1.

⁵⁷ **Cearense**, 7 jun. 1877, p. 1.

⁵⁸ Empedramento. **Cearense**, 3 maio 1877, p. 3; Melhoramentos materiais. **Cearense**, 6 maio 1877, p. 2,

⁵⁹ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 25.

⁶⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteiras: história, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 230.

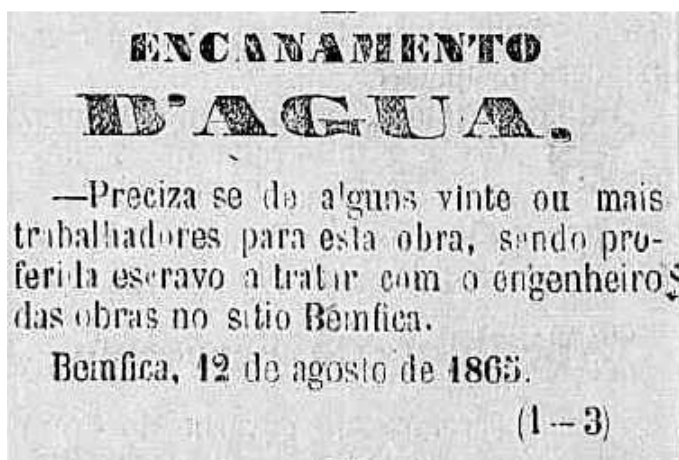
⁶¹ Ver.: NEVES, *op. cit.*

⁶² BEZERRA, José Tanísio Vieira. **Quando a ambição vira projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846/1879)**. 2000. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 25 e 173.

de 1915.⁶³ Assim, não é de estranhar que, ao primeiro sinal de chuvas, muitos trabalhadores deixassem os canteiros e voltassem ao interior, para o desespero dos que estavam usufruindo dessas intervenções.⁶⁴

Mesmo o açude Acarape do Meio que abasteceria anos depois a cidade de Fortaleza – a partir de 1926 – teve sua construção iniciada durante a seca de 1900. Ganhando novo impulso a cada nova seca a ponto de, durante a seca de 1915, muitos sertanejos, cientes da postura do governo em relação aos “socorros” se dirigiram direto para o açude em construção.⁶⁵ O açude foi “concluído” em 1924, apesar de ter demandado novas intervenções para corrigir “erros” na construção nos anos seguintes.⁶⁶

A história dos “melhoramentos urbanos” da cidade remete ao trabalho realizado por retirantes, imigrantes estrangeiros, recrutados, “tutelados” e escravos. Relações de trabalho similar as que o engenheiro John James Foster – responsável pela obra de instalação dos canos de água da Ceará Water Company (Nort Brazil Water Company) – esperava encontrar na cidade. Eis o primeiro anúncio, publicado no jornal Cearense:



Fonte: Cearense, 13 Ago 1865, p. 4.

Na impossibilidade de ter acesso a outros documentos da Companhia, os anúncios ajudam a problematizar o funcionamento no que diz respeito ao trabalho na Companhia. Porém, como nos anúncios se pagava por linha publicada, esses

⁶³ THEÓPHILO, Rodolpho. **A seca de 1915**. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1980.

⁶⁴ FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Avalanches de flagelados no sertão cearense**: retirantes, operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

⁶⁵ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 186.

⁶⁶ ROCHA, José Moreira da. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha Presidente do Estado**. Fortaleza: Typ. Gadelha, 1926, p. 58-61.

textos normalmente tendiam a ser sucintos. Assim, as indicações tipográficas ajudam a dizer um pouco mais. No anúncio, no canto inferior direito, a marca “(1-3)” significava que esta foi a primeira vez que o reclame foi publicado de três encomendadas, ou seja, o anunciante não imaginava que precisaria de muitas repetições para arregimentar trabalhadores. Além de preferir o trabalhador escravo, o contratante não imaginava que encontraria dificuldade em cumprir o seu intento, dado o pequeno número de repetições do anúncio.

Não se busca criar regras rígidas das relações das empresas inglesas com o trabalho escravo, mas apontar que em alguns lugares havia práticas que não são possíveis inferir aprioristicamente. Mesmo com a abolição do tráfico negreiro no império britânico em 1807 e a promulgação da Bill Aberdeen em 1845, a Ceará Water Company não estava disposta a abrir mão de usufruir do trabalho escravo no Brasil.

Na mesma página em que foi publicado o anúncio da CWC, foi publicado outro do proprietário do Hotel de França – Pedro Hyppolito – com intento similar. Porém, no texto observa-se que este “prefere livre a escravo”.⁶⁷ Talvez isso se dê pela especificidade da tarefa – criado para cozinha – ou que estivesse ligado à dinâmica do trabalho na cidade. Colabora com essa segunda hipótese o comentário contido no Relatório do presidente Homem de Melo. Eis o trecho:

No Ceará está realizado o grande problema do trabalho livre. E esse resultado tem sido espontaneamente obtido pelas tendências e hábitos da população, e pelo character laborioso e perseverante que a distingue. E quando mais ou menos todas as províncias teem soffrido embaraços em suas finanças, as rendas do Ceará teem ultimamente augmentado de uma maneira progressiva e altamente lisongeira. É a recompensa conferida ao trabalho livre, cuja larga retribuição está na razão inversa do trabalho escravo.⁶⁸

Diferente do que escreveu o presidente, não se trata de “tendências e hábitos da população” e sim de um longo processo de intervenções que visavam explorar a força de trabalho, normatizar as práticas e disciplinar os corpos dos trabalhadores da província para bem exercerem tarefas oportunas a interesses que lhe eram alheios. Além disso, no Recenciamento Provincial realizado no ano de 1865 – publicado no mesmo Relatório e imediatamente anterior ao trecho citado – os

⁶⁷ **Cearense**, 13 Ago 1865, p. 4.

⁶⁸ **HOMEM DE MELLO**, Francisco Ignacio Marcondes. **Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello na 1ª Sessão da 22.ª legislatura em 1.º de Julho de 1866**. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1866.

dois distritos da capital⁶⁹ contavam com 1129 escravos em um total de 19246 pessoas.⁷⁰ Números similares aos obtidos no Recenseamento de 1872, na Paróquia de São José⁷¹ – que compreendia basicamente a mesma região – havia 1183 escravos para um total de 21255 pessoas.⁷² A mesma estatística aponta que entre os escravos apenas 20 eram empregados como “criados e jornaleiros” que, segundo o próprio censo, significavam trabalhadores assalariados.

Esse número deveria ser um pouco maior, levando em consideração o contingente apontado como “sem profissão” no recenseamento. Eurípedes Antônio Funes aponta que atribuições genéricas – como no caso “sem profissão” – poderiam indicar que esses trabalhadores desempenhavam mais de uma função.⁷³ Entre os trabalhadores escravos listados, 134 homens e 128 mulheres estavam nessa condição. Contudo, o grosso da população escrava da cidade, segundo o mesmo recenseamento, estava exercendo serviços domésticos: 307 homens e 507 mulheres.

Não é possível simplesmente aplicar as proporções obtidas no segundo ao primeiro. Porém, esses números podem ajudar a pensar no universo do trabalho na cidade no espaço entre os dois recenseamentos. Acompanhando as edições do “Cearense”, observa-se que a empresa não conseguiu empregar apenas escravos nas suas obras. Pois, como se verá, novos anúncios foram publicados.

Assim, passada as três repetições, um novo texto foi estampado na última página do jornal:

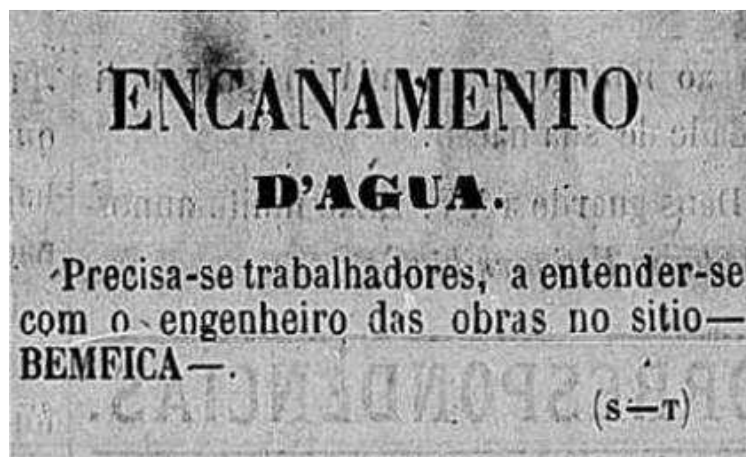
⁶⁹ Excluindo os distritos de Soure, Paraizinho, Trahiry, Siupé, Mecejana, Arronches, Maranguape, Pacatuba, Jubaia e Tubatinga que faziam parte da comarca de Fortaleza, mas não são diretamente objetos dessa pesquisa.

⁷⁰ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. **Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na 1ª Sessão da 22.ª legislatura em 1.º de Julho de 1866.** Fortaleza: Typ. Brasileira, 1866, p. 31

⁷¹ No período em que esse recenseamento foi realizado o município de Fortaleza era dividido em três freguesias – S. José da Fortaleza, N. S. da Conceição de Mecejana e N. S. dos Prazeres de Soure. Utilizaram-se apenas os dados referentes à Freguesia de São José da Fortaleza, por contemplar a região pesquisada e abordada no censo anterior.

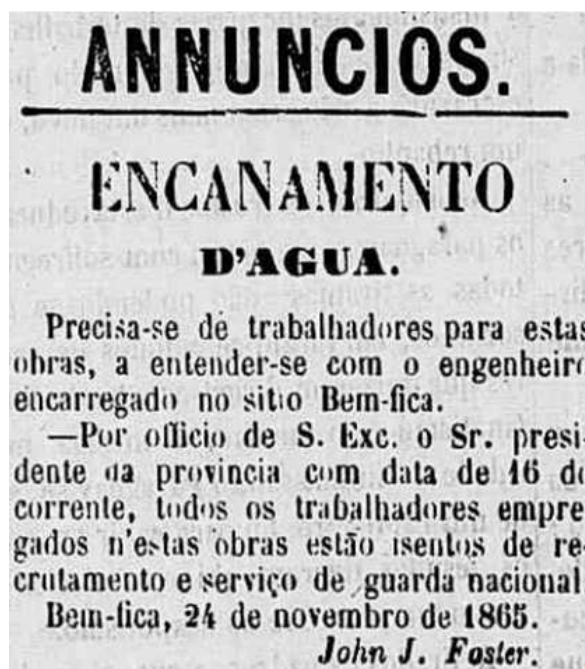
⁷² BRASIL / DGE. **Recenseamento do Brasil – Ceará.** 1872, p. 1-3. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872ce>

⁷³ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In.: SOUZA, Simone (org.) **Uma nova história do Ceará.** 2ª Ed. Fortaleza: Demócrito Rocha: 2002, p. 113.



Fonte: Cearense, 11 Out 1865, p. 4.

Nesse anúncio é possível observar algumas diferenças em relação ao anterior. Além de ter retirado a preferência pelos escravos, o anúncio não pré-estabeleceu um período de duração – indicando pelo “S-T”. O que faz crer que já se imaginava que seria necessário mantê-lo por tempo imprevisível. De fato, o texto foi publicado em praticamente todas as edições de 11 de outubro até 25 de novembro de 1865. Todavia, ao que indicam os anúncios, a empresa manteve a dificuldade em obter trabalhadores. Assim, a CWC elaborou um novo texto:



Fonte: Cearense, 26 Nov 1865, p. 4.

Não deixa de ser significativo o uso do recrutamento nas negociações com os trabalhadores – mesmo se tratando de uma companhia privada. Assim, o medo do recrutamento foi utilizado pelo presidente da província e os representantes da CWC para barganhar com os trabalhadores que, por ventura, poderiam ver no

trabalho de construção do encanamento uma escapatória ao recrutamento eminente. Esta foi uma estratégia que se tornou recorrente durante grande parte do período pesquisado – como se verá no decorrer do texto.

Após um período publicando o anúncio anterior, outros foram publicados seguindo o modelo do segundo. Não se sabe se a isenção havia sido suprimida à medida que a Guerra se prolongou ou se ela não obteve o sucesso esperado. Contudo, é significativo que em 18 de maio de 1866 o redator do *Cearense* escreveu que as obras “*progrediam admiravelmente*”, com “*regularidade e boa distribuição do serviço*”, até sua inauguração em 26 de março de 1867.⁷⁴

Porém, a inauguração dos chafarizes não representa o fim das relações de trabalho que envolve a CWC. Afinal, entre as vantagens do contrato estava o monopólio da água e a exclusividade no abastecimento de água feita por carroças: por trabalhadores chamados de aguadeiros – vendedores de água.

3.2. Entre a aguada e as casas: os aguadeiros.

Água da Jacarecanga
Tainha do Cocó
Cunhãs de Parangaba
Farinha do Tipuí.⁷⁵

Segundo Freire Alemão, no período em que esteve em Fortaleza, era muito popular essa quadrinha que evocava os gêneros de qualidade da província relacionando-os com o seu local de origem. A água consumida em Fortaleza era oriunda de diversos mananciais – cacimbas, riachos, olhos d’água e chafarizes – e transportada até a residência das mais variadas formas. Assim, o verso citado por Freire Alemão em que água da Jacarecanga era exaltada entre outros produtos de qualidade na cidade pode indicar uma hipótese.⁷⁶ Freire Alemão narrou ainda em seu Diário, contendas em rodas de calçada sobre as diferenças presentes nas águas obtidas em determinados mananciais. Apesar de ser difícil apontar essas origens e os valores a elas atribuídos faz-se oportuno considerar que havia uma

⁷⁴ Encanamento do Bemfica. *Cearense*, 18 Maio 1866, p. 1.

⁷⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 38.

⁷⁶ ALEMÃO, *loc. cit.*

hierarquia – coletiva, mas também, é possível supor, subjetiva – entre as águas, o que pressupõe que era comum, entre as pessoas que podiam e queriam pagar, a compra da água de determinado aguadeiro pela procedência do líquido. Guilherme de Capanema, também membro da Comissão Científica, mencionou que no Ceará as águas de diferentes épocas eram tratadas como “artigo de luxo”.⁷⁷ Assim, algumas casas mesmo dotadas de cacimba adquiriam a água vendida pelos aguadeiros para consumo.

Além da obrigatoriedade de uma licença anual que custava três mil réis para cada carroça empregada na venda de água em 1852⁷⁸, não se encontrou outra legislação municipal sobre o comércio de água até o início do monopólio exercido pela Ceará Water Company – que passou a ser responsável pela venda. Assim, é difícil apontar mais elementos dessa atividade nesse intervalo afora sua própria existência. Há de se ressaltar que apesar da cidade se espalhar por uma área cada vez maior, boas aguadas se tornavam cada vez mais distantes.

O contrato celebrado entre o governo provincial e o empresário José Paulino Hoonantz em 1862, além da exclusividade na venda da água, estabelecia que a empresa fosse obrigada a vender água em carroças por toda a cidade – sendo 40 réis o caneco de 20 litros, bem mais caro que no chafariz (20 réis a mesma medida).⁷⁹ O monopólio foi efetivado no final de 1868 com a publicação de uma postura adicional restringindo a venda de água à Companhia.⁸⁰ Contudo, é a partir do estabelecimento do privilégio, e das tensões dele decorrentes, que as documentações sobre essa prática tornam-se mais fartas. Assim, é possível acompanhar nas páginas dos periódicos alguns detalhes desse comércio.

Com o fim da concorrência, a qualidade do serviço oferecido parece ter diminuído ou, no mínimo, causado alguns “estranhamentos”. No jornal Cearense, Pedro Hyppolito Girard (proprietário do Hotel de France) – reclamava:

Consumindo eu em meu estabelecimento, hotel de France, água do Bemfica, e como esta em certo tempo fosse de péssima qualidade, tive de queixar-me ao Sr. J. Foster, agente da companhia; mas este Sr. em vez de tomar medidas para melhorar o serviço da condução d'agua em carroças,

⁷⁷ CAPANEMA, Guilherme S. de. Apontamento sobre secas do Ceará [1978]. In.: _____. **Estudos Sobre Seca**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 159.

⁷⁸ Lei n. 604 de 5 de Novembro de 1852. [p. 329]

⁷⁹ CEARÁ. Resolução nº 1032 – de 21 de setembro de 1862. In.: _____. **Collecção de leis da província do Ceará**. Fortaleza: Typographia Cearense, 1863, p. 43. BPGMP / Setor de microfilmes.

⁸⁰ CEARÁ. Resolução n 1936 de 22 de dezembro de 1868. In.: _____. **Collecção das leis da província do Ceará de 1868**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1869, p. 23. BPGMP / Setor de microfilmes.

insultou-me em minha própria casa, e agora leva sua audácia a ponto de proibir aos carroceiros d'água que não m'a vendam!

Assim pois n'estas condições eu peço ao poder competente que dê suas providencias no sentido de ser-me fornecida água pela companhia— Bemfica,— visto como não tenho outro recurso, e ser a isto obrigada a referida companhia que se impoz a fornecer agui potável a população d'esta cidade.

Eu e pessoas de minha casa tem chamado os carroceiros d'agua para fornecerm'a, e estes declaram francamente que tem ordem para não vendere-me!

Essa ordem só pôde vir do Sr. Foster, que é aqui o agente da companhia.

No caso de ser-me negada absolutamente a venda d'agua do Bemfica, eu protestarei contra essa violência e irei procurar água n'outra qualquer parte sem tambem importar-me com esse privilegio concedido a companhia Bemfica, pois não devo morrer á cede com minha familia, nem feichar as portas de meu estabelecimento por falta d'agua potável.⁸¹

Segundo Marcel Roncayolo, nesse período, a introdução de “novidades específicas da idade industrial” – na qual se incluem ainda o fornecimento de iluminação artificial – era comum, desejada pelas municipalidades e obtida a partir de uma ampla negociação envolvendo o governo e as companhias, construção de “redes”, concessões e privilégios.⁸² O contrato estabelecido pela província com Paulino Hoonholtz colocava o abastecimento da capital em uma situação perigosa, possibilitando a Companhia de Água um amplo espaço de manobra para fazer valer os seus interesses. Não se tratava mais de escolher a água fornecida por um determinado aguadeiro, todos vendiam – a priori – a oriunda do mesmo local – poços do Benfica.

Ainda em 1868, as reclamações do serviço prestado pela companhia continuaram. Em julho desse ano foi publicado no jornal Cearense:

Os moradores da praça do Patrocínio, e todos os outros, onde não há calçamento, circunvisinhos a esta capital, desde que se prohibio a venda d'agua potável pelas carroças que o faziam, estão expostos a morrerem à sede, visto como as carroças da companhia Bemfica, não vão vender água a ditos lugares, e nós, porque tambem bebemos, rogamos ao gerente da mesma companhia se digne dar suas ordens no sentido de, as referidas carroças, passarem por esses lugares a vender água, pois não podemos estar, comprehendidos, e menos comnosco se pode entender a celebre adivinhação que diz: Garça parda com o bico n'água, morrendo á sede. Esperamos ser attendidos.⁸³

Além dos moradores das circunvizinhanças da Praça do Patrocínio, os moradores da Rua do Quartel⁸⁴ e da Rua do Chafariz⁸⁵ publicaram reclamações

⁸¹ Publicações solicitadas: Água Potável. **Cearense**, 8 Jul. 1868, p. 3.

⁸² RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. **Projeto História**, São Paulo, v. 18, p.97-101, Mai 1999, p. 98.

⁸³ Publicações Sollicitadas: Nós também bebemos. **Cearense**, 10 Jul. 1868, p. 3.

⁸⁴ “Água do Bemfica / D'este manancial não goso eu, e mais habitantes d'esta rua do Quartel.” Publicações Solicitadas: águas do Bemfica. **Cearense**, 25 Nov. 1868, p. 4.

parecidas sobre o não fornecimento de água – em periódicos diferentes. Com o estabelecimento da Companhia, além do monopólio da venda de água – todas as aguadas públicas foram fechadas –, a geografia da água mudara. Os chafarizes da CWC não acompanharam a localização dos antigos mananciais – que se encontravam nas “areias”. Foram instalados os chafarizes da Companhia nas praças da Municipalidade, do Garrote, da Carolina e da Misericórdia – já vistos no capítulo anterior.

Devido às novas distâncias, as regiões que costumavam ficar próximas às aguadas ficaram à mercê do abastecimento realizado pelos, aparentemente, diminutos carroceiros da Companhia. Essas divergências entre a população e a Companhia também possibilitam pensar que algumas das reclamações estavam ligadas às antigas ofertas de água. Na comparação do “novo” com o “velho” é possível ter uma ideia de como o serviço se dava antes da CWC. Era possível que a oferta fosse maior – diversos aguadeiros deveriam passar pela mesma rua disputando os clientes (concorrência que se encerrou com o estabelecimento do monopólio) – e as visitas mais recorrentes, possibilitando ao consumidor uma maior margem de negociação e um suprimento regular.

Além disso, outros elementos como a reclamação pela falta da venda a prazo – “fiado” – indicam que “no tempo dos aguadeiros” era possível pagar o consumo de um período de uma única vez. O responsável pela Companhia John J. Foster tratou de não deixar dúvida em relação às novas regras: “*Ihe tiver deitado os canecos d’agua que precisa, haja de puxar os cobres*”.⁸⁶

Durante todo o período em que funcionou, a relação dos moradores com a companhia, principalmente no que diz respeito ao trabalho dos aguadeiros, foi tumultuada. Porém, em alguns momentos, as reclamações na imprensa tornaram-se mais constantes. Tomando a recorrência como indício da prática, parece que em 1871 o serviço prestado pelos aguadeiros da Ceará Water Company tornou-se ainda mais deficitário.

⁸⁵ “Pergunta-se ao Illm. Sr. gerente da Companhia Bemfica qual a razão porque os moradores da rua do Chafariz deixão de ter água comprada desta Companhia. A Illm. Câmara prohibio aos particulares a venda d’agua, porque? Porque há uma companhia d’agua para abastecer a cidade. Naquella malfadada rua desde o dia 17 do corrente [mês] não aparece a tal carroça com agua, se os conductores não sabem cumprir com suas obrigações, os despeção, e empreguem pessoa que saibão cumpril-as, visto que a agua é um dos alimentos bem necessário a humanidade.” À Pedidos. **Pedro II**, 22 Out. 1868, p. 3-4.

⁸⁶ O texto é a resposta a uma solicitação publicada no **Pedro II**. Contudo, a melhor edição disponível está mutilada. Publicações Sollicitadas: Resposta. **Cearense**, 23 de Out. 1868, p.3.

É geral o clamor contra a companhia Bemfica. A 3 dias as carroças d'agua não passam pelas ruas Formosa e da Palma. Se não podem mais abastecer a capital, declarem no porque os particulares farão esse serviço com regularidade e pontualidade como faziam dantes. Isto assim vae muito mal.⁸⁷

Em outro trecho, o redator do jornal tomou a escrita – até então publicava reclamações em nome de terceiros – e elaborou um texto criticando o abastecimento realizado pelos aguadeiros:

Agua! agua! é o que se houve gritar de todos os ângulos da capital. A população lucta com espantosas difficuldades afim de conseguir agua sufficiente para o consummo.

Não pretendemos discutir as causas que tem produzido a falta de agua, apenas diremos que ha ruas inteiras onde não passa uma só carroça.

Dizem uns que as fontes são insufficientes para produzir a agua precisa para o supprimento desta capital, em quanto que outros affirmão ser devido unicamente a nem uma consideração que o Sr. gerente da companhia liga ao bom desempenho da commissão de que está encarregado.

Seja como for o facto é que temos grande necessidade d'agua e pedimos á quem competir que empregue enérgicas providencias afim de remediar esse terrível mal que tanto nos afilige.

Seria prudente que a presidência da província mandasse syndicar a cerca do q'expndemos, obrigando a companhia ao fiel cumprimento de seus deveres, estipulados no contracto ou então mandar que a camara municipal faça abrir as cacimbas publicas, afim de o povo abastecer se d'agua precisa.

Neste estado de conzas são inadmissíveis as considerações pessoases, primeiro que tudo o bem publico.⁸⁸

Em resposta às críticas, o diretor da companhia – Dr. Ribeiro – escreveu: *“Quem, pois, quiser ser melhor servido e tiver meios mande encanar agua...”*.⁸⁹ Diante da resposta enviada ao jornal, o redator novamente pede pelo fim do monopólio, acusando a empresa de não cumprir a cláusula que a obriga a fornecer água em todas as casas.⁹⁰

Destaca-se que o fornecimento de água às residências passou a ser disponibilizado pela CWC em dezembro de 1870, pouco tempo antes da reclamação e pelo preço cobrado nos chafarizes, metade do cobrado pelos aguadeiros.⁹¹ Apesar de já haver tratado desse aspecto no capítulo anterior, aqui é possível relacionar que o desserviço dos aguadeiros estava ligado aos planos da empresa que buscava centrar sua atuação no fornecimento residencial, sem abrir mão de rendimentos oriundos do seu privilégio.⁹²

⁸⁷ Companhia Bemfica. **Cearense**, 11 Jan 1871, p. 2.

⁸⁸ Companhia Bemfica. **Cearense**, 15 Jan 1871, p. 2.

⁸⁹ Bemfica, **Cearense**. 18 jan 1871, p. 3.

⁹⁰ Bemfica, **Cearense**. 18 jan 1871, p. 3.

⁹¹ **Cearense**, 10 Dez. 1870, p. 3; e segs.

⁹² **Cearense**, 26 Out. 1870, p. 4; e segs.

Quando o contrato foi suspenso em 1877 – por conta da estiagem que secou os poços do Benfica – muitos aguadeiros voltaram à ativa – até serem proibidos novamente em 1879 e liberados com o fim da Companhia. Porém, nesse interim, o consumo de água mudou. Determinados artefatos – como cata-ventos e bombas – e novas noções foram introduzidos em algumas residências o que alterava a relação com a água oriunda das cacimbas nos quintais e dos aguadeiros. Assim, no tempo das reminiscências aqui estudadas, a presença do aguadeiro se relaciona ainda mais com outras demandas.

Gustavo Barroso, em seus livros de memória, contou que arranjou na Praça do Livramento – atual do Carmo – com um velho que vendia água, dois jumentos para rebocar até a garagem o primeiro automóvel de Fortaleza enguiçado.⁹³ Porém, não é dada a “curiosidade histórica” que o trecho é relevante, mas o local onde Barroso afirma ter encontrado o aguadeiro. A praça citada, na última década do século XIX, ficava “fora” da cidade, no máximo, na borda, o que faz crer que nesse momento os aguadeiros se ocupavam com outras demandas.

Eduardo Campos, mesmo tendo vivido a Fortaleza imediatamente após o recorte proposto – em 1926 tinha apenas três anos – aponta que no seu tempo de menino os aguadeiros ainda eram importantes. Contudo, demarca bem que a água comprada do aguadeiro era utilizada para beber, depois de depositada no pote e em quartinhas para esfriar.⁹⁴ Em suas memórias Campos cita que as melhores águas – ou mais puras – eram as oriundas da fonte (poço) de Zuca Acioli.⁹⁵

Mesmo durante o funcionamento do monopólio, as críticas à qualidade da água eram marcantes. Quando a exclusividade chegou ao fim, muitos voltaram a consumir a água trazida pelos aguadeiros, oriunda de fontes várias ou coletadas nas antigas – e “boas” – aguadas. Assim, se os aguadeiros “deitavam” a água na porta das casas, quem levava as “águas servidas” para longe?

⁹³ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino, Liceu do Ceará e Consulado da China. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 337.

⁹⁴ CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Quotidiano**: Breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 53.

⁹⁵ CAMPOS, Eduardo. **A Volta do Inquilino do Passado** – segunda locação. Fortaleza: Casa José de Alencar/ Programa Editorial, 1998, p. 45.

3.3. “Os infelizes carregadores dos fétidos camburões”⁹⁶: os quimoeiros.

Ora, uma das poucas características gerais dos fenômenos urbanos é que, por algum motivo – ou, normalmente, por vários –, as pessoas decidem morar próximos um dos outros.⁹⁷ Se nos lotes de uso semi-rural as pessoas costumavam utilizar parte do terreno para despejar as “águas servidas” e outros detritos, além de realizar evacuações, nos lotes urbanos começam a surgir alguns contratempos nessas atividades. Os costumes de jogar a água que sobrou pela janela ou mesmo de esvaziar o urinol – ou o intestino – no quintal passaram de banais a reprováveis. Mudanças nas sensibilidades e nos saberes que não estão postas a todos, nem aconteceram sem tensão. Esse processo que busca enquadrar os costumes em prol de “novas regras de convivência” foi, em suma, o que Norbert Elias chamou de “processo civilizador”.⁹⁸ A força desse processo pode ser observada, inclusive, no uso recorrente do termo “águas servidas” – quando se quer dizer, quase sempre, excrementos – em alguns momentos desse trabalho. Esse “mal estar” sentido em discutir abertamente as funções corpóreas é marca, justamente, do exitoso processo que perpassa todo esse tópico e diz respeito ao trabalho dos quimoeiros que, assim como os contemporâneos caminhões limpa-fossa, surgem para suprir uma mudança nas sensibilidades que é mais rápida que a mudança nas estruturas físicas – Fortaleza, como outras cidades do Brasil, não era (e ainda não é) servida inteiramente com rede de esgoto.

Contudo, como se disse, esse não é um processo que acontece sem entraves. Nesse sentido, os Códigos de Posturas são importantes documentos para se perceber essas alterações. No que diz respeito ao descarte das águas, em 1852 foi publicado um artigo de postura que proibia “*lançar-se aguas das casas para as ruas: os contraventores serão multados em quatro mil reis, ou sofrerão quatro dias de prisão*”.⁹⁹ A pena dura indica a recorrência da prática que, segundo artigo

⁹⁶ BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961

⁹⁷ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (dir). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

⁹⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma historia dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 69-73.

⁹⁹ **Lei n. 583 de Outubro de 1852** Approvando arts. de posturas da camara municipal da cidade da Fortaleza, ns. I a 4. OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os

publicado no jornal “Pedro II” em 1874, ainda gerava atritos mais de vinte anos depois, destarte os “*inconvenientes que resultam desse modo de fazer despejo dessas águas*”.¹⁰⁰

Por quanto muitas vezes ellas alcançam algumas pessoas que passam pelas calçadas e as deixam em estado deplorável e com as roupas estragadas, alem de poderem ocasionar moléstias.¹⁰¹

O estabelecimento de calçadas e sua utilização foram propiciando práticas que entram em conflito com antigos costumes. A publicação da reclamação, ao que parece só aumentou a animosidade entre os(as) proprietários(as) da residência e o(a) caminhante. Dias depois, o mesmo periódico publicou uma nova nota afirmando que, após a denúncia, a situação tinha piorado e que se dirigiria a “autoridade competente” para remediar o caso.¹⁰²

Anos antes, em 1865, foi sancionado um Código de Posturas com 144 artigos, entre eles quatro artigos relevantes para a discussão:

Art. 36. É prohibido o esgoto ou despejo d’agoas immundas nas ruas, pelos canos, ou lançadas das casas.

O infractor incorrerá na multa de 2\$000 réis, e o mesmo nas reincidências.

Art. 37. É prohibido lançar-se dos sobrados, ou casas térreas para as ruas, agoa ainda mesmo limpa; ate as dez horas da noite.

O infractor incorrerá na multa de 2\$000 réis, e o mesmo nas reincidências.

(...)

Art. 54. Ninguem poderá ter cloacas e monturos nos quintaes das casas desta cidade.

O infractor incorrerá na multa 5\$000 réis, e mesmo nas reincidências.

Art. 55. O despejo de matérias fecaes será feito em vasilhas tapadas das 9 horas da noute em diante, nos logares que designados pela camara.

O infractor incorrerá na multa de 5\$000 réis, e o mesmo das reincidências.¹⁰³

Este código pontuava bem alguns elementos que passaram a ser considerados no que diz respeito ao esgoto: primeiro, ele não podia ser mais jogado no quintal; segundo, se ele não ia ser jogado na rua ou no quintal, há de se arrumar um lugar para o despejo; terceiro, esse “material” ia ter que transitar pela cidade; e, por último, alguém teria que levar.

Em período próximo a publicação das posturas, o empresário José Paulino Hoonholtz publicou um artigo no jornal Cearense em que pedia:

anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009, p. 297.

¹⁰⁰ Aguas servidas. **Pedro II**, 7 jun 1874, p. 1.

¹⁰¹ Aguas servidas. **Pedro II**, 7 jun 1874, p. 1.

¹⁰² Aguas servidas. **Pedro II**, 28 jun 1874, p. 2.

¹⁰³ Resolução n. 1162 de 3 de agosto de 1865. **Collecção das Leis da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1865, p. 62-83.
Resolução n. 1162 de 3 de agosto de 1865.

Multas pezadas á aqueles que continuarem no estúpido costume de enterrar as matérias fecaes nos quintaes, d'onde, em nossa humilde opinião, nascem grande parte dos males que sofre a população d'esta cidade.

Os particulares pagarão uma indemnização razoável, para a limpeza de suas casas e quintaes, e os que a isso se não quiserem sujeitar, serão obrigados fazel-os por meio de seus escravos ou fâmulos.¹⁰⁴

Na primeira metade da década de 1860, eram comuns reclamações publicadas em jornais sobre “resíduos” mantidos nos quintais. Esses esterquilínios eram vistos como propagadores de miasmas e responsáveis pelas doenças que afligiam a população – além dos pântanos, do riacho do Pajeú, do Garrote e outros, já discutidos anteriormente. Dada à necessidade de remover, o autor sugere os encarregados dessas tarefas: escravos e fâmulos.

Conforme se viu, no ano de 1865 os dois distritos da capital contavam com 1129 escravos em um total de 19246 pessoas e no Recenseamento de 1872, na Paróquia de São José havia 1183 escravos para um total de 21255 pessoas.¹⁰⁵ Ainda segundo o Recenseamento, entre a população de escravos 816 trabalhavam em serviços domésticos. Além do contingente de escravos, vivia na cidade grande número de trabalhadores livres empregados em serviços domésticos: 4719. Assim, é possível imaginar que algumas casas – principalmente as mais ricas – dispusessem de escravos ou criados que tinham a tarefa de esvaziar as quimoas. Além disso, alguns trabalhadores se alugavam ou eram alugados para exercer esse trabalho.

Contudo, isso não significa que tudo saiu conforme previam as posturas. Durante toda a segunda metade do século XIX, encontrou-se publicada nos periódicos da cidade uma série de reclamações sobre despejos irregulares de detritos. Para citar alguns se faz oportuno o trecho de 1861:

Repugna a decência publica, **aos brios de uma população civilizada** o asqueroso aspecto que apresentação algumas travessas, e mesmo ruas cheias de monturos, principalmente a rua d'Amélia, onde se faz publicamente despejos de dia, e de noite, de ciscos, animaes mortos, esterco de cavalos, e até matérias fecaes!

(...)

Esses monturos vergonhosos, **erguidos pela selvageria dos nossos escravos, e creados**, como para deporem perante o estrangeiro, que visita nosso cidade, de nossa barbaria, e porcaria, não só encommoão os moradores visinhos, como contribuem pelos gazes, que resultão de sua

¹⁰⁴ J. P. H. Comunicado: Limpeza da cidade, **Cearense**, 17 dez 1865, p. 2.

¹⁰⁵ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. **Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello na 1ª Sessão da 22.ª legislatura em 1.º de Julho de 1866**. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1866, p. 31

decomposição rápida pela acção activa do calor, e humidade, para intoxicar o ar atmosférico que respiramos, já por outras causa viciado.¹⁰⁶

Porém, é possível pensar além do olhar “civilizado” do redator. Afinal, não é de “selvageria” que se trata. Ora, incumbido de tarefa tida como pouco lisonjeira – desgastante e degradante – de forma arbitrária, presume-se que alguns se aproveitavam dos logradouros pouco movimentados (que não eram raros após as nove horas da noite) para alijar a carga que deveria ser jogada ao mar – após 1870 deveria ser efetuada da “*praia do porto das jangadas para baixo e da ponte do desembarque para cima*” e a partir de uma hora mais tarde (depois das dez da noite).¹⁰⁷

Além de estipular o mar como ponto de descarga das quimoas, o Código de Posturas de 1870 apresentou poucas novidades em relação ao anterior no que diz respeito ao descarte de “águas servidas”. Manteve a proibição de “*Despejar ou lançar das casas nas ruas por qualquer motivo, aguas imundas*” e “*Lançar dos sobrados ou casas térreas para as ruas, agua, embora limpa, pela porta ou janela*”. Contudo aplicou um horário mais rígido – de dez horas da noite às seis horas da manhã – e aumenta o valor da multa para 5\$000 réis. Além disso, conservou o impedimento às “cloacas e monturo nos quintaes das casas”, estipulando uma multa de 10\$000 réis aos infratores.¹⁰⁸

Mesmo havendo um medo das moléstias que poderiam resultar do contato das “águas servidas” com o corpo, ninguém se preocupava muito com a saúde dos carregadores de quimoas. Eis uma imagem – inserida por Raimundo Girão em seu livro “Geografia estética de Fortaleza” – em que é possível ter uma ideia dessa proximidade.

¹⁰⁶ [Editorial], **O Cearense**, 15 Jan. 1861, p. 1.

¹⁰⁷ CEARÁ. Resolução n. 1,365 de 30 de novembro de 1870. **Collecção das Leis da Província do Ceará de 1870**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1870.

¹⁰⁸ **Resolução n. 1,365 de 30 de novembro de 1870**. CEARÁ. **Collecção das Leis da Província do Ceará de 1870**. Fortaleza: Typ. Cearense, 1870.



Autor desconhecido¹⁰⁹

Para compreender melhor o trabalho desses profissionais, um trecho de Gustavo Barroso é interessante:

Não há esgotos nem fossas. As dejeções das moradias acumulam-se semanas e quinzenas em barris especiais, de forma cônica, chamados cartolas, cumoas ou cambrones, em memória do herói do derradeiro quadrado da Guarda Imperial em Waterloo, que são retirado e lançados ao mar pelo Romão e o Sabão-Mole. O Romão é um antigo escravo bestializado pela miséria. Imundo, fedorento e sórdido, anda meio curvo, arrimado a um varapau, rosnando sempre nomes feios. Sustenta-se de cachaça e come vísceras cruas que compra ou lhe dão na Feira, misturadas com farinha de mandioca no fundo do seu fêdito chapéu de palha e carnaúba. Quando ferra no sono em um vão de porta, a mulher e as filhas, que o seguem à distancia como chacais ao leão, com medo do seu cacete, três negras magras e sujíssimas, vasculham-lhe os bolsos atrás dos níqueis e cobres que sobram da aguardente.

(...)

O concorrente do Romão no sórdido officio é o Sabão-Mole, mestiço alto e escavado, cuja face a amarelidão tornou semelhante ao sabão amolecido na água. Anda em companhia duma velha, de cara espantada, que parece sua sombra. A velha acaba abandonando-o. Vagueia solitário, a indagar pelas portas das casas:

- Tem limpeza hoje, freguesa?¹¹⁰

Sobre o mesmo tema Otacílio de Azevedo – que chegou a Fortaleza no ano em que Barroso a deixou (1910) – escreveu:

¹⁰⁹ In.: GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979, p. 228.

¹¹⁰ BARROSO, Gustavo. **Memórias** – Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 110 – 111.

Antigamente, quando Fortaleza não tinha esgoto e quase não tinha calçamento, a não ser nas proximidades da Praça do Ferreira, era costume de quase todas as residências encher de detritos fecais enormes barris de madeira (cuja exclusividade de fabricação parecia pertencer a Samuel Carão) e mandarem atirar o malcheiroso conteúdo na Praia. Eram levados à cabeça por homens acostumados a esse anti-higiênico mister.

E lá saíra, ruas afora, os carregadores de quimoas (era o nome que se dava ao depósito), enchendo da maior fedentina os lugares por onde passavam. Aquele horrendo vasilhame era uma séria ameaça não só a saúde, mas também aos **brios de uma província que se dizia civilizada**.¹¹¹

Além dos memorialistas, é possível encontrar aspectos desse trabalho nos romances: *Mississipi* de Gustavo Barroso e *A Normalista* de Adolfo Caminha. Em *A Normalista*, o Romão tem um lugar importante na trama: ele aparece nos pesadelos da protagonista Maria do Carmo. Eis um desses sonhos:

Que ia sozinha por um caminho deserto e interminável onde havia urzes e flores em profusão. Estava perdida, sem saber o rumo que devia tomar, caminhando, caminhando sem olhar para trás.

De repente — *Arre cornol!* ouviu a voz aguardentada do Romão, o mesmo que fazia a limpeza da cidade, e logo surgiu-lhe em frente a figura nauseabunda e miserável do negro. Era um Romão colossal, grosso e musculoso como um Hércules, nu da cintura para cima, as espáduas largas e reluzentes de suor, calças arregaçadas até os joelhos, preto como carvão, as pernas curvas formando um grande O, os braços levantados, segurando na cabeça chata um barril enorme transbordando imundícias! — *Arre cornol!* gania o negro no silêncio da noite clara, cambaleando muito bêbado, perseguido por uma cáfila de cães que ladravam desesperadamente. Fazia um luar esplêndido...

Assim que deu com os olhos nela, o negro atirou ao chão o barril de porcarias, que se despedaçou empestando o ar. E o Romão, cambaleando sempre, muito fedorento, atirou-se a ela, rilhando os dentes num frenesi estúpido, beijando-a, besuntando-a.

Que horror! Ela, mais que depressa, cobrindo o rosto com as mãos, quis fugir, sentindo toda a hediondez daquele corpo imundo, mas o negro deitoua no chão com força e... E Maria do Carmo acordou quase sem sentidos, sentando-se na rede, com um grande peso no coração, aflita, sufocada, sem poder falar, porque tinha a língua presa...

— Virgem Maria! suspirou logo que pôde voltar a si.¹¹²

Existem algumas interpretações possíveis para o sonho de Maria do Carmo com o Negro Romão. Essa aparição, segundo Benigna Soares Lessa Neta, poderia estar relacionada às desgraças que ocorreriam no destino da personagem, como uma forma do autor avisar ao leitor que algo ruim estava prestes a acontecer – na próxima vez que Maria sonha com Romão ela é deflorada pelo padrinho João da Mata.¹¹³ Além disso, é possível imaginar que a presença do Romão foi a forma do autor dar a ler as contradições da cidade, mostrar o que se gostaria de esconder.

¹¹¹ AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Edições UFC, p. 129.

¹¹² CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 98.

¹¹³ LESSA NETA, Benigna Soares. **A menina e a província**: a espera do progresso no romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p.65-68.

Para Sânzio de Azevedo é possível observar em *A Normalista* uma tentativa de mostrar todas as “baixeiras” e a “podridão moral” da sociedade de Fortaleza.¹¹⁴ Já Zilda Lima aponta que Caminha tenta construir um sentimento, que para ele era reinante na cidade: de uma população “a espera do progresso”.¹¹⁵ Assim, a presença do Romão no romance ajuda a compor essa crítica, em uma cidade que dá muita importância às aparências e à “modernidade” que carece.

Relacionando o editorial de *O Cearense* de 1861 com os trechos de Otacílio de Azevedo e Adolfo Caminha, vislumbra-se que os quimoeiros representavam o que não se queria dá a ver na (sobre) a capital do Ceará. Há inclusive um trecho (quase) idêntico – sobre os brios de uma cidade civilizada – escrito nos dois textos separados no tempo por mais de cem anos. Assim os quimoeiros eram apresentados como desqualificados, nas palavras de Gustavo Barroso, “bestializado pela miséria”. Segundo Otacílio de Azevedo:

À passagem dos quimoeiros havia grandes correrias, de homens, mulheres e crianças agarradas e arrastadas pelos pais. Porta e janelas fechavam-se com estrépito.¹¹⁶

Transportar excrementos – seus miasmas e “animaizinhos microscópicos” – em recipientes pesados, em paços cambaleantes não era uma cena para ser vista; a maioria preferia pensar que não existiam. Seu fluxo pela cidade era “utilíssimo” como escreve G. Barroso, contudo não deveriam ser vistos, traziam sobre as cabeças a sujeira e as doenças. Na sequência Azevedo continua:

Certa ocasião, o “Pisa-Macio”, um dos mais populares quimoeiros, sujeito baixo e entroncado, amarelo, com profundas olheiras arroxeadas, passando com um quimoa frente Santa Casa de Misericórdia, quase morreu asfixiados; é que o vasilhame, muito velho e cheio demais, deslocou o seu fundo. A cabeça da vítima mergulhou completamente na matéria fétida. Diante daquela terrível situação, o infeliz corria, caía e levantava-se às tontas com a cabeça coberta pela barrica. Uma freira da Santa Casa, apiedada, arranhou dois trabalhadores que tiraram da cabeça do desgraçado, aos pedaços, a barrica arreventada. A feira levou a vítima e mandou dar-lhe uma lavagem na cabeça. Três dias depois, o “Pisa-Macio” era cadáver.¹¹⁷

Em suas Memórias Gustavo Barroso narra história similar:

Uma tarde, estou no meu rendoso velocípede no Passeio Público, quando ele passa de cartola à cabeça em frente a Santa Casa, rumo à rampa do

¹¹⁴ AZEVEDO, Sânzio de. *A Normalista*, romance cearense [introdução]. In.: CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

¹¹⁵ LIMA, Zilda Maria de Menezes. A cidade de Fortaleza na literatura do século XIX. In.: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone de (orgs.). **Comportamentos**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 44.

¹¹⁶ AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Edições UFC, p. 129-130.

¹¹⁷ AZEVEDO, *loc. cit.*

gasômetro, que leva à praia. De súbito, o apodrecido fundo do barril de imundícies cede e afunda, enterrando-se-lhe este pela cabeça até os ombros. A massa horrenda sufoca-o, cobre-o todo e derrama-se pelo chão, empestando a rua. O desgraçado braceja como um cego, enquanto toda a gente foge, sem coragem para socorrê-lo. As irmãs de caridade do hospital mandam os jardineiros lhe atirarem alguns baldes de água que o salvam daquela ignóbil situação.¹¹⁸

Azevedo escreve se referindo ao passado. Todavia, não é possível, nesse trecho especificamente, afirmar a que período ele se refere, diferente de Gustavo Barroso que se coloca como “testemunha ocular” do trabalho dos quimoeiros. Entretanto, independente de tratar-se da mesma história escutada – ou lida – e recontada por Azevedo, é possível afirmar que acidentes como esse eram possíveis e devem ter acontecido. Além disso, a recorrência do local do acidente não é coincidência ou prova da “circularidade dos textos”, mas marcas de um caminho percorrido por esses trabalhadores muitas vezes por dia.

Em seu romance *Mississipi*, o personagem principal João Mississipi encontra-se com os quimoeiros no mesmo espaço:

Mississipi refez o caminho percorrido, no qual conhecia todos os dormentes do ramal ferroviário da praia, todas as pedras do enrocamento do maceió e todos os beijos de tijolo que sustinham a ladeira do Gasômetro, onde cruzou com os infelizes carregadores dos fétidos camburões, que iam despejar e lavar no mar. Já se não via mais esse espetáculo deprimente duma cidade sem esgotos em Belém e no Recife.¹¹⁹

Otacílio de Azevedo também escreveu sobre esse trajeto:

De onde que que partissem, os quimoeiro passavam obrigatoriamente pela frente da Santa Casa, descendo o calçamento que lhe dava no velho Gasômetro, rumo à praia. Ali chegando, o fétido carregamento era atirado ao mar, a barrica lavada e o homem voltava, passando pela antiga Rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco.¹²⁰

Não era qualquer lugar que poderia receber as descargas. O mar nesse período não era percebido pelos legisladores como local de sociabilidade, assim não é propriamente estranho ele ter sido escolhido como lugar de destino dos detritos. Inclusive, códigos posteriores – como o de 1879 – ampliaram a gama de materiais a ser despejados nos mar – em diversos artigos há essa indicação como o lugar correto para o descarte de detritos, águas imundas e coisas em estado de

¹¹⁸ BARROSO, Gustavo. **Memórias** – Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 110-111.

¹¹⁹ BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961, p. 113.

¹²⁰ AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Edições UFC, p. 130.

putrefação.¹²¹ Com a inserção da praia nos espaços destinados à sociabilidade das elites, há uma alteração, conforme foi discutido anteriormente, apesar de que, de alguma forma, o esgoto continua sendo jogado no mar.

Além disso, no trecho do romance de Barroso, é possível perceber uma comparação de Fortaleza com os outros grandes centros do “norte” – Belém e Recife. Para o autor, os quimoeiros marcavam o lugar ocupado pela cidade de Fortaleza na “hierarquia do progresso” – onde abastecimento, iluminação e esgoto eram itens avaliados.

Infelizmente a documentação estudada, não permite que se saiba quantos eram ou quando deixaram de perambular levando a “limpeza” das freguesas. Contudo, foram marcantes no cotidiano de Fortaleza. Além das atividades que se relacionavam ao transporte de água – potável ou servida – havia os trabalhadores que exerciam suas atividades nas aguadas e nas margens, como os pescadores e as lavadeiras.

3.4. Os pescadores e o comércio de peixe.

A facilidade de obter-se peixe do mar faz a vida aqui incomparavelmente mais fácil.¹²²

A frase do viajante Henry Koster sobre a região em que estava localizada a vila de Fortaleza oportuniza uma boa discussão. Pode parecer estranho, mas, como escreveu Maria Odila Dias, não se costuma valorizar os “papéis informais” no processo da vida cotidiana, apesar de sua importância latente.¹²³ Muitos são os motivos que favorecem essa desvalorização: a documentação dispersa, as informações em migalhas e os interesses de pesquisa.¹²⁴ Contudo, esse silêncio não é acidental. A cidade de Fortaleza erigiu-se moderna a partir da exclusão, o

¹²¹ O *Código de Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza de 1879* – resolução N° 1818 de 1° de Fevereiro de 1879 In.; **Actos Legislativos da Província do Ceará**: promulgado pela respectiva Assembleia no ano de 1878. Fortaleza: Typographia do Mercantil, 1879, p.103-126.

¹²² KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** – Travels in Brazil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 164. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil/> Acesso em: 10 jul. 2014.

¹²³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, passim.

¹²⁴ DIAS, *Ibid.*, p. 17.

aformoseamento dos fins do século XIX e primeiras décadas do XX foram consolidados na cidade através de segregação. Quando se tornou impossível e inoportuno esconder a exclusão – principalmente após a seca de 1877 –, surgiu o discurso das “duas cidades”: a Fortaleza europeia e a Fortaleza dos pobres – composta por arraiais e areias. Os cronistas que deram essas duas cidades a ler, trataram de naturalizar essa segregação.

Porém, eram nas areias e nos arraiais que viviam os pescadores de Fortaleza e, partindo do trecho de Koster, eram eles que possibilitavam uma vida “mais fácil” para os demais moradores. Nesse sentido, escrever sobre a pesca, os pescadores e a venda de peixe em Fortaleza é discutir a cidade partindo de fora do centro, ou seja, de uma parte que os produtores dos principais documentos trabalhados procuram esconder. Assim, faz-se necessário buscar nesses documentos vestígios dessa presença, para isso privilegiou-se os códigos de posturas, as fontes de origem censitária e os livros de memórias a fim de construir essa trama.

A epígrafe aponta ainda para uma relação com as águas pouco estudada, mas de grande importância. Os caminhos que ligavam a capital ao sertão, como se viu no capítulo anterior, não propiciavam um deslocamento tranquilo durante todo o ano. É possível imaginar que pelo porto chegassem alguns alimentos, mas não sem dificuldade. Assim, não é difícil perceber que seria muito complicado para o abastecimento da vila, caso fosse dependente de produtos oriundos de outros locais. Levando isso em consideração é possível afirmar que quase a totalidade dos alimentos era produzida localmente – ou transportados por suas próprias pernas, como os gados – e que o peixe fresco tinha uma grande importância na dieta local.

Assim, buscou-se debater alguns aspectos da pesca, da comercialização de peixe e do lugar dos pescadores, como forma de pensar nas conexões entre os moradores das diversas “partes” da cidade e desses com as aguadas. No entanto, a partir da documentação disponível, não é possível separar sempre o pescador da água doce – diretamente ligado com as intenções deste trabalho – do pescador do mar. Desta forma, optou-se por trazer os dois, mas sempre que possível, realizar as ressalvas no que diz respeito ao lugar e às especificidades da pesca.

Para encontrar esses papéis informais, dos quais falou Maria Odila, “é preciso estar alerta [...] saber onde buscar e como olhar.”¹²⁵ Apesar da história não se limitar apenas às fontes escritas, estas continuam sendo seu porto seguro, principalmente quando se debruça sobre determinados períodos. Nesse sentido, mudanças ocorridas dentro do campo, como a circularidade de documentos e fontes – com edições fac-similares ou disponibilizada na rede mundial de computadores – possibilitam um acesso pouco imaginado anos atrás e que permitem avançar em alguns temas até então nebulosos para o historiador. Sendo assim, os códigos que buscavam normatizar determinadas atividades são os principais vestígios de algumas práticas, entre elas a pesca – principalmente no período pesquisado. Assim, a ordenança de 26 de outubro de 1811, é oportuna para se conhecer alguns aspectos da pesca em Fortaleza:

§1 que todos os jangadeiros serão obrigados todos os dias a ir pescar com suas jangadas ao mar e isto a horas competentes, salva quando o tempo for tal, que eles de força não possam ir ao mar; debaixo das penas de 30 dias de cadeia, cada um dos jangadeiros;

§2 que para execução deste artigo primeiro, elegem e determinam que um dos jangadeiros de mais porte e capacidade seja cabo, a quem todos os outros jangadeiros respeitarão e obdecarão, como oficial de justiça, ficando este cabo obrigado a fazer sobreditos jangadeiros irem pescar no mar, assim como pertence também a este cabo decidir se os ventos e o tempo são favoráveis ou não à dita pescaria, para que a Camara lhe mandará passar o seu alvará e gozará de todos os privilégios e imunidades de que gozam os meirinhos, com declaração porém que toda omissão que tiver sobredito cabo no seu ofício será castigado com 30 dias de prisão e desde já nomeia para cabo dos jangadeiros Antonio Raimundo do Nascimento etc.¹²⁶

A tentativa de normatizar o trabalho dos pescadores, obrigando-os a cumprir uma rotina diária, não era adequada aos seus interesses (que não estavam centrados no suprimento do mercado da capital) nem condizente com as características do seu trabalho. Segundo Gerson de Oliveira Júnior, há uma grande dependência do êxito da pescaria com “os ciclos naturais” – maré, fases da lua, período de reprodução do peixe e época oportuna para cada espécie (que demandava certo tipo de isca).¹²⁷ Saberes que só eram adquiridos no convívio com a pesca, ao longo de diversos anos, ignorados pelos que não conheciam as peculiaridades do trabalho.

¹²⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 51.

¹²⁶ Ordenança de 26 Out. 1811 Apud. DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 23-24.

¹²⁷ OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto. **O Encanto das Águas**: a relação dos Tremembé com a natureza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 47-51.

Infelizmente, não se encontrou documentação sobre como a legislação citada foi efetivamente posta em prática – se alguém foi preso – ou sobre os debates que lhe antecederam. Ainda assim, é possível perceber uma necessidade da oferta recorrente do pescado. Além disso, é oportuno acrescentar que a pesca marinha em Fortaleza – mesmo embarcada – não era realizada com redes, mas sim com anzol – mesmo no final do período estudado, o que significa uma oferta mais restrita de pescado.¹²⁸ Nesse sentido, outro trecho da ordenança já anteriormente citada trás outras feições das relações com a pesca:

§3 que, primeiro que se sirva na repartição do pescado a todo o público, se tirará com preferência para o governador da capitania, para o ouvidor estando na vila, para os vereadores e procurador do conselho e almotacés, para os deputados das juntas, para o vigário da freguesia e capitão-mor e todos os mais empregados em ofícios de fazenda ou justiça e igualmente para todos os oficiais de tropa de linha.¹²⁹

O pescado é altamente perecível e, no período estudado, era transportado em bolsas de palha ou cestos de cipó.¹³⁰ Isso talvez se relacione com a imposição da prioridade dos membros da administração pública na escolha do peixe – os vendidos por último certamente estariam em pior estado de conservação. Além disso, não é impossível supor que também poderia se tratar de uma busca por tipos específicos do pescado. Em seu “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil apontou que a cavala era o peixe mais estimado.¹³¹ Além da cavala, Blanchard Girão e Eduardo Campos apontam, em seus livros de reminiscências, que nos seus tempos de menino (décadas de 1930 e 1940) a biquara, o ariacó e a cioba também faziam muito sucesso; os dois primeiros fritos e o último cozido acompanhado de pirão.¹³² Assim, entre as preferências e as dificuldades de abastecimento, vislumbra-se a quem interessava o trabalho diário dos pescadores.

¹²⁸ O pescador Jacaré – conhecido pelo *raid* realizado de Jangada de Fortaleza ao Rio de Janeiro – apontava essa peculiaridade da pesca no litoral da cidade. Entrevista concedida por Jacaré ao jornal A Manhã. *Apud.* ABREU, Berenice. **O raid da Jangada São Pedro**: pescadores, Estado Novo e luta por direitos. Niterói, 2007. 256 f. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. (Universidade Federal Fluminense), p. 41.

¹²⁹ Ordenança de 26 Out. 1811 *Apud.* DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 24.

¹³⁰ Não se obteve registros de técnicas – além da salga – de conservação do pescado na cidade.

¹³¹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. V1. Fortaleza: Typ. de B. de Mattos, 1863, p. 215.

¹³² GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe**: de Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1998. CAMPOS, Eduardo. **O inquieto do Passado**: Memória urbana e artigos de afeição. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998.

Nesse sentido, as mudanças na legislação trazem novos elementos para se discutir a pesca na cidade. Em 1º de agosto de 1828 foi promulgada a lei de organização das câmaras municipais, que regulava o funcionamento dessas instituições e os objetos cabíveis de postura.¹³³ Assim, mesmo com uma clara intenção de reduzir a “autonomia” das municipalidades, a partir daí as câmaras passaram a deter uma ferramenta importante de intervenção na vida dos munícipes e na constituição das territorialidades urbanas.

Na primeira *Postura Municipal de Fortaleza*, de 1835, a pesca e venda do pescado aparecem como importantes objetos de intervenção:

26 – Sendo muito damnozo ao publico o atravessamento de gêneros de primeira necessidade, o que já pelas Posturas presentes se tem providenciado, restando o peixe fresco, sobre a qual ordena a memas Camara, que da publicação desta em diante todo o pescador, e donos de jangadas, ou procuradores, que chegar à praia com o seu peixe, serão obrigados a tocar búzio, demorando-se huma hora com venda aberta do mesmo peixe ao povo, sem que possam vender aos vendelhões, o que farão depois de passada a hora; e os que assim o não cumprirem serão condemnados a dous mil reis para as despesa do Conselho, e no duplo pela reincidência, ou quatro dias de prisão.¹³⁴

Nas *Posturas Municipais* de 1835 são comuns os artigos que buscavam inibir a prática dos atravessadores e possibilitar acesso dos mais pobres aos alimentos de primeira necessidade. Aos pescadores era imposto, quando chegavam com peixe fresco, “*tocar búzios*” e esperar por uma hora com a venda aberta ao povo, só depois era permitido comercializar com os “*vendelhões*”. A carestia dos gêneros era uma constante; a cidade de Fortaleza sofria crônicos problemas de abastecimento apesar da produção local.¹³⁵ Mesmo sem citar especificamente a pesca marinha, todos os elementos expostos apontavam para ela. Em outros artigos do mesmo código, a pesca na água doce apareceu em meio a uma proibição:

49 – Prohibe-se absolutamente as tinguijadas em lagoas e possos de rios por serem inteiramente nocivas ao Público, não só por matar a semente do peixe, como por infeccionar as agoas; pelo que todo aquelle, que usar de tinguijadas, será condemnado em vinte mil reis para as despesas do Conselho, ou oito dias de prisão.¹³⁶

¹³³ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Parte 1. Rio de Janeiro: Typ Nacional, 1878, p. 54-65. In.: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. 3ª Edição. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 866 – 878.

¹³⁴ Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial em 5 de junho de 1835. Apud. CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana** (introdução ao estudo dos códigos de postura de 1835, 1865, 1870 e 1879). Fortaleza: Secretaria de Turismo Cultura e Desporto, 1988.

¹³⁵ QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza**, no final do XIX e início do século XX. Fortaleza, 2011. passim.

¹³⁶ Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial em 5 de junho de 1835. Apud. CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana**

A tinguijada consiste em uma modalidade de pescaria com o uso do tingui (Jacquinia tingui), um arbusto que tem a propriedade de embebedar o peixe, sem contaminar a carne. Além disso, é mortífero – se não tratado rapidamente – ao gado.¹³⁷ Essa prática propiciava a mortandade de todo o peixe de uma determinada poça ou pequeno lago e do gado que por ventura tomasse daquela água. A pesca com tingui, como o nome de origem tupi sugere, era utilizado pelas populações indígenas que habitavam a região – costume que continuou ao longo dos anos.

Assim como observado por Janes Jorge em São Paulo, não é exagerado apontar que em Fortaleza ocorria “uma mistura de práticas e saberes”.¹³⁸ Em seu artigo sobre a pesca, o historiador aponta que diferentemente dos indígenas que consumiam todo o peixe afetado pelo tingui, os usuários da técnica na segunda metade do século XIX, com ou sem intenções comerciais, costumavam desprezar um grande número de peixe entre o total intoxicado – principalmente os pequenos e de espécies pouco apreciadas.¹³⁹ Além disso, eles não conheciam as técnicas de conservação do peixe “empregadas pelos nativos”.¹⁴⁰

Assim, a pesca em Fortaleza se construiu nessa relação conflituosa. Conforme escreveu Eustógio Dantas, era resultante do encontro de grupos indígenas que habitavam o litoral com os domínios técnicos trazidos pelo colonizador, reforçada – em diversos momentos – pela agregação de migrantes saídos do sertão.¹⁴¹ Contudo, não se trata de tentar perceber as “colaborações” de cada grupo na constituição da atividade, mas nas implicações dessa “mistura”. Assim, é preciso cuidado para tratar os elementos que estão atrelados a esse discurso. Ele funciona, em alguns momentos, para apontar as práticas “desviantes” do ponto de vista civilizatório como práticas sertanejas ou indígenas. Faz-se aparente que nessa discussão existe a tentativa de silenciar, esquecer e/ou minimizar a ocupação no litoral cearense – especificamente de Fortaleza. Assim, em

(introdução ao estudo dos códigos de postura de 1835, 1865, 1870 e 1879). Fortaleza: Secretaria de Turismo Cultura e Desporto, 1988.

¹³⁷ NOGUEIRA, Paulino. Vocabulário indígena em uso na província do Ceará, com explicações etymologicas, orthographicas, topographicas, históricas, terapêuticas, etc. In.: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1887, p. 418 - 419.

¹³⁸ JORGE, Janes. A pesca na cidade de São Paulo, 1890-1940. **Histórica** (Online), São Paulo, v. 47, 2006, p. 1.

¹³⁹ JORGE, *ibid.*, p. 5.

¹⁴⁰ Janes Jorge cita que em São Paulo se elaborava uma farinha de peixe.

¹⁴¹ DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 18-19.

meio a essa construção singular – como todas as experiências urbanas –, é possível perceber os significados dados à pesca, mas também ao mar e a zona costeira da cidade, antes da valorização desses espaços para vilegiatura e habitação dos mais ricos.¹⁴²

Além de proibir o uso do tingui, as mesmas posturas delimitavam outras modalidades de pescaria. A pesca de rede ou tarrafa passa a ser proibida “*do mez de Agosto em diante, até principio do inverno, nas ipoeiras, alagoas, ou posso de rios d’agua doce, que não seccão de hum a outro anno*”.¹⁴³ Ora, a tinguijada, a pesca com redes em águas rasas e a com redes de arrastos eram métodos que propiciavam uma diminuição na população de peixes que possivelmente estava sendo observada. Pode até parecer contraditório que em uma cidade com constantes problemas de abastecimento se evitasse a produção de pescado excedente. Porém, matando a “*semente do peixe*” tinha-se o receio que ocasionasse uma diminuição da quantidade de pescado disponível à venda, favorecendo uma carestia do produto. Em relação ao último artigo, é importante ressaltar que o segundo semestre do ano é marcado em Fortaleza pela diminuição das precipitações. Assim, com o volume de água reduzido, os peixes ficavam concentrados, o que facilitava a pesca predatória. A pesca nesses locais levava a redução da população de pescado disponível no decorrer dos anos. As alterações que se empreendiam nos caminhos das águas na cidade – como a barragem do Pajeú, aterros e devastação das matas e dunas – devem ter também influenciado na diminuição na oferta de peixe de água doce.

A redução na oferta deve ter se mantido, pois a pesca nos rios e lagoas da capital continuou alvo de novas medidas. Não à toa, em 1844, foi incluído um novo artigo às *Posturas* que proibia “*pescar nas lagoas e rios de água doce deste município com redes de arrastos*”.¹⁴⁴ Ampliando a parte da proibição para todos os meses, a postura faz crer que o intuito almejado não foi alcançado. Com a

¹⁴² DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

¹⁴³ Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial em 5 de junho de 1835. Apud CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial**: rural e urbana (introdução ao estudo dos códigos de postura de 1835, 1865, 1870 e 1879). Fortaleza: Secretaria de Turismo Cultura e Desporto, 1988.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009.

recorrência, tem-se uma ideia de que a quantidade de peixes nas lagoas e rios de águas doces da cidade estava diminuindo drasticamente.

Em seus livros de reminiscências, Gustavo Barroso dedicou várias páginas às pescarias e ao convívio com pescadores. Porém, quando se tratava de água doce, registrou apenas a pesca de camarões – pitus e canelas – nos riachos da cidade – Pajeú e Maceió.¹⁴⁵ É possível que os usos que os cidadãos faziam dessas aguadas tenham ocasionado a drástica diminuição da oferta de peixes a ponto de ter se tornado irrelevante já no final do século XIX.¹⁴⁶

Em 1852 foi sancionada uma lei que criava as “companhias de pescadores”. Eis a legislação:

Art. 1. O governo fica autorizado a criar oito companhias de pescadores, que serão exclusivamente destinadas á pesca nos lugares: Prainha desta cidade, Mucuripe, Iguape, Canôa-quebrada, Aquiraz, Parazinho, Pessem e Mundahú.

Art. 2. Para cada uma das companhias o governo nomeará um commandante, que entenda de pescarias, devendo este residir o mais proximo que for possivel do porto das jangadas.

Art. 3. Estas companhias serão compostas dos actuaes pescadores, e dos individuos que nellas se quizerem matricular, comtanto que não exceda do numero que abaixo se declara.

Art. 4. A primeira companhia, que será a da Prainha desta cidade, se comporá de cento e trinta a cento e quarenta pessoas, a segunda de sessenta a oitenta, a terceira de cincoenta a sessenta, a quarta de sessenta a oitenta, a quinta de cincoenta, a sexta de quarenta, a setima de cincoenta, e a oitava de setenta.

(...)

Art. 8. O governo fica autorizado a dar um regulamento para as companhias, afim de que se torno effectiva e regular a pesca.

Art. 9. Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.¹⁴⁷

Essa lei não foi posta em prática – pelo menos até 1859.¹⁴⁸ Contudo, não apenas os projetos efetivados são objetos da História. Os projetos não realizados são igualmente importantes, pois são a “*inscrição de uma vontade e de um pensamento*”, assim, “*fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo*”.¹⁴⁹ Desta forma, é possível perceber que a exploração da atividade dos

¹⁴⁵ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 33.

¹⁴⁶ Há atualmente aguadas piscosas dentro de Fortaleza. Contudo, no período estudado, eram consideradas distantes. Além disso, houve como parte das políticas de combate a seca o repovoamento de algumas lagoas da cidade. Sobre isso, seria necessária pesquisa específica que foge ao recorte e as intenções iniciais desse trabalho.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009.

¹⁴⁸ **Pedro II**, 20 Ago. 1859, p. 1.

¹⁴⁹ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.27, n.53, Jan./Jun. 2007, p. 17.

pescadores era recorrentemente envolvida nos planos para o “desenvolvimento da província”.

Defendida pelo deputado provincial Manuel Franklin do Amaral, a criação das Companhias dava ao poder provincial uma ferramenta para intervir na pesca através dos regulamentos, sem passar por resoluções da assembleia. Diferente da ordenança de 1811, os pescadores não eram obrigados a aderirem à companhia e nisso residiam as maiores críticas ao projeto. Porém, Amaral defendia que a isenção reservada aos pescadores do alistamento seria motivo de sobra para proporcionar uma grande demanda. O apontamento não é arbitrário. No período, o receio do alistamento era apontado como o responsável pelas falhas dos recenseamentos, reservas às vacinações e revoltas populares.¹⁵⁰ Além disso, a legislação aponta o tamanho do contingente aproximado de pescadores no período. O limite de cento e trinta a cento e quarenta pessoas para a Prainha e de sessenta a oitenta para o Mucuripe dá uma ideia do grande número de pescadores existentes na cidade.

Segundo o Recenseamento de 1872, a Paróquia de São José da Fortaleza (com 21372 pessoas) possuía 502 pescadores entre 6703 homens livres maiores de 15 anos, aproximadamente 7,5%.¹⁵¹ Número significativo levando em consideração que era uma das profissões mais exercidas na cidade (entre as apontadas no recenseamento), superada apenas pelos: militares (918); comerciantes, guarda-livros e caixeiros (981); lavradores (1757); criados e jornaleiros (715) e serviço doméstico (5585); o primeiro, realizado apenas por homens livres; o segundo, realizado por homens e mulheres livres e os demais realizados por homens e mulheres livres e escravos.¹⁵² Entre o total dos pescadores apresentados, 324 eram casados e 27 viúvos, o que não significa que o pescado era a única ou a principal fonte de alimentação ou renda do domicílio ou que os solteiros não pudessem ser responsáveis pelo fogo de suas casas, mas denota alguma importância da atividade para muitas famílias.¹⁵³

Outra fonte censitária – o arrolamento populacional para a cidade de Fortaleza, realizado em 1887 – permite alguns esclarecimentos sobre a organização

¹⁵⁰ Sobre o temor da população em relação aos recrutamentos ver: SECRETO, Maria Verônica. **(Des)medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: Maud X: Faperj, 2011.

¹⁵¹ BRASIL / DGE. **Recenseamento do Brasil – Ceará**. 1872, p. 1-3. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872ce>

¹⁵² BRASIL / DGE. **Recenseamento do Brasil – Ceará**. 1872, p. 1-3. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872ce>

¹⁵³ Idem.

familiar dos pescadores.¹⁵⁴ O censo foi realizado pessoalmente pelo chefe de polícia, delegado, subdelegados e intendente do 2º distrito nos meses de junho, julho e agosto.¹⁵⁵ A realização do arrolamento foi demandada na imprensa que atribuía a uma “lei policial” a execução da pesquisa como forma de fomentar as ações na província, principalmente no que diz respeito ao trabalho doméstico.¹⁵⁶

Apesar de não contemplar as regiões fora do arruamento (excluindo completamente o Arraial dos Pescadores, Mucuripe e parte do Arraial Moura Brasil) e, com isso, grande parte dos pescadores existentes na cidade, além de não ter sido conservado na íntegra (a partir do resumo dos dados publicados na época nos periódicos locais é possível perceber um número maior de pessoas arroladas), é significativo para se compreender um pouco mais o lugar que essas pessoas ocupavam na cidade.¹⁵⁷

Entre os arrolados, há quinze pescadores e oito jangadeiros. Não é possível precisar o motivo da distinção – há ainda os lancheiros, mas esse se acredita tratar dos empregados no embarque e desembarque no porto – contudo, formularam-se duas hipóteses. A primeira é que o jangadeiro seria o proprietário da embarcação, podendo ser ou não, também pescador. Outra possibilidade seria que os pescadores fossem os de água doce e os jangadeiros os do mar.¹⁵⁸

Entre os jangadeiros arrolados, três moravam na Rua da Praia – no lado poente – e cinco na Travessa da Rua do Chafariz. Todos próximos à praia. Já os pescadores citados no arrolamento, cinco moravam na Rua da Praia – do lado poente –, dois na Rua do Chafariz, cinco na Rua do Sampaio (três na mesma casa), dois no Arraial de Aldeiota, um no Caminho do Cocó e um na Estrada da Mecejana. Essas ruas e travessas ficavam próximas ao litoral e às aguadas do Pajeú – Açude, Garrote e Riacho. Porém, não é possível asseverar que esses eram os locais de

¹⁵⁴ VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). **Arrolamento da população da cidade de Fortaleza**. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887.

¹⁵⁵ Notícias. **Gazeta do Norte**, 27 jun 1887, p. 1.

¹⁵⁶ Arrolamento da população. **Gazeta do Norte**, 03 Mar. 1887, p. 1; **Pedro II**, 7 abr 1887, p. 1.

¹⁵⁷ Além do número da população de Fortaleza, o censo aponta onde residia, tipo do imóvel (casa, sobrado, choupanas), posição que detinha no fogo (filho, esposa, agregado, criado, sogra e outros), idade, estado civil (solteiro, casado ou viúvo), sexo, alfabetização, se tinha profissão (qual) e observações.

¹⁵⁸ . Porém, levando em consideração os custos da embarcação, elaborada de piúba (Apeiba tibournou), chamada também pau-de-jangada, importada do Pará, acredita-se que a primeira proposição esteja mais próxima do significado. ABREU, Berenice. **O raid da Jangada São Pedro**: pescadores, Estado Novo e luta por direitos. Niterói, 2007. 256 f. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. (Universidade Federal Fluminense), p. 36.

suas pescarias. Para compreender a localização dos pescadores e jangadeiros, faz-se necessário conhecer um pouco das divisões e fronteiras existentes dentro da cidade. A região que ficava do lado oriental – nascente – do riacho do Pajeú era habitada pela população mais pobre de Fortaleza.

A cidade crescia em população e extensão. Passara de entre mil e duzentas a três mil pessoas no início da década de 1810 para mais de vinte e seis mil novecentos e quarenta e sete pessoas em 1887.¹⁵⁹ O reflexo desse crescimento para as diretrizes urbanas pode ser observado nas posturas da segunda metade do século XIX. As *Posturas da Cidade de Fortaleza de 2 de setembro de 1875*, proibiam as casas “de parede singela” dentro do “quadro limitado pelas ruas do Pajehú, Livramento e Boulevard do Imperador”.¹⁶⁰ Como casa de “parede singela” entendam-se choupanas – maior parte das construções, segundo o arrolamento de 1887. Elas demarcam essa tentativa de regular as construções dentro da “zona urbana”, empurrando os pobres para cada vez mais longe.

O plano urbano que é vislumbrado a partir da constituição da legalidade pública não era para ser desfrutado pelos mais pobres. Na visão dos estabelecidos, os pescadores deveriam ficar na praia e não circular pela cidade.

3.5. “Ensaboa, mulata, ensaboa”: lavadeiras.

Lavar roupa na Fortaleza oitocentista não significava apenas uma sequência de gestos – molhar, ensaboar, bater, por para corar, enxaguar e estender para secar –, mas ligava-se às dinâmicas presentes no cotidiano da cidade. Segundo Michelle Perrot, na Paris do século XIX, se encontravam três categorias de lavadeiras: as profissionais – que exerciam a atividade como fonte de recursos monetários –, as que lavavam a roupa da sua família e as que, além da roupa da sua família, ocasionalmente, lavavam a de mais alguém para obter algum recurso

¹⁵⁹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil* – Travels in Brazil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 165; MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória da Capitania do Ceará. In.: *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878, p. 261; *O Cearense*, 20 mar 1848, p. 4.

¹⁶⁰ CEARÁ. Resolução N° 1682, de 2 de setembro de 1875. In.: *Collecção dos Actos Legislativos da Província do Ceará Promulgados pela respectiva Assembléa no anno de 1875*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1875. Microfilme / BPGMP.

extra.¹⁶¹ Em Fortaleza – e no Brasil, de uma forma geral – essas relações mostraram-se ainda mais complexas, uma vez que é preciso levar em consideração a perpetuação do trabalho compulsório e as redes de agregados.

No Arrolamento de 1887 encontraram-se listadas 144 lavadeiras em Fortaleza, dando um panorama social extremamente diverso e complexo. Há casos em que elas aparecem como agregadas, cabeça de fogo, casadas, solteiras, viúvas, meretrizes, mães, esposas, filhas e sogras – em uma série de combinações entre os itens. Habitavam casas, sobrados, palhoças e choupanas localizadas em ruas e travessas, no Centro e nos Arrabaldes. Essa complexidade se relaciona com as constantes ondas migratórias à Fortaleza – pelas secas, pelos alistamentos, mas também por outros motivos – e diversificação das relações de trabalho.

Para compreender um pouco melhor essa diversidade, se utilizou dos anúncios publicados nos periódicos locais. No recorte empreendido neste trabalho, todos os anúncios de lavadeiras encontrados envolviam escravas – para alugar, comprar ou vender.¹⁶² Isso não causou propriamente uma surpresa, tendo em vista que poucas mulheres pobres teriam acesso aos anúncios de jornais do período. Além disso, é importante comentar que as escravas detentoras de algum ofício eram anunciadas, em sua enorme maioria, como “aptas ao serviço de uma casa” ou “cozinha” ou “cozinha e engoma”. Entre os que destacavam a atividade de lavar encontrou-se anúncios de venda¹⁶³, de compra¹⁶⁴, que alugavam¹⁶⁵ e um em que o anunciante se oferecia para alugar¹⁶⁶. Entre os anúncios, chamou atenção o fato que a partir das décadas de 1860 houve um aumento significativo nos que escondiam o nome ou o endereço dos envolvidos nesse comércio – quando não se tratavam de firmas.

Aluga-se uma negra, boa lavadeira que sabe alguma cousa de cozinhar, faz serviço de casa e está accustomed a trabalhar em sitio; tratar n'esta typographia.¹⁶⁷

Compra-se uma escrava de

¹⁶¹ PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 227.

¹⁶² Foi encontrado três anúncios de oferecimento de serviço de engomadeira.

¹⁶³ **Pedro II**, 15 Nov 1859, p. 4; **Pedro II**, 3 Jan 1861, p. 4; **Cearense**, 19 Nov. 1869, p. 4; **Cearense**, 17 Dez. 1872, p. 3; **Cearense**, 17 Maio 1876, p. 4.

¹⁶⁴ **O Cearense**, 2 Fev. 1847, p. 4; **Cearense**, 14 Fev. 1871, p. 4.

¹⁶⁵ **Cearense**, 15 Out. 1865, p. 3; **Cearense**, 20 Set. 1871, p. 3; **Cearense**, 11 Maio 1873, p. 6.

¹⁶⁶ **Cearense**, 9 Jul. 1869, p. 3.

¹⁶⁷ Anuncios. **Cearense**, 15 Out. 1865, p. 3.

bons costumes, moça, boa figura que saiba lavar e engomar, ou que seja boa cozinheira; quem quizer vender dirija-se á esta typographia, que se dirá quem quer.¹⁶⁸

Para Alugar.

Nesta typographia se dirá quem tem para alugar boas escravas, cosinheiras, engomadeiras, lavadeiras e de boa conducta.¹⁶⁹

Essa supressão pode indicar que esse comércio passou a ser mal visto e que as pessoas interessadas prefeririam não ter o nome publicado nos jornais, mas continuavam utilizando o serviço de lavadeiras escravas – além de cozinheiras, engomadeiras e outros serviços domésticos – mas também de livres.

Entre os setenta e dois sobrados listados no Arrolamento de 1887, em apenas um se declarava residir uma lavadeira, na condição de agregada, de nome Júlia.¹⁷⁰ No sobrado localizado na Rua Formosa vivia o negociante Joaquim Álvares Garcia, sua esposa Adelaide Coelho da Fonseca e Garcia, seus sete filhos (com idades entre 6 e 18 anos), três parentes (com idades de 20, 16 e 10 anos), quatro agregados (Luzia com 10 anos, José com 12 anos e Raimunda com 20 e **Júlia** com 45, o três primeiros com a profissão de serviços domésticos) e o caixeiro José Lino de Arruda (25 anos).¹⁷¹

Maria Sylvia de Carvalho Franco, aponta que a relação dos patrões com os agregados se constituíam – no final do período imperial – a partir de um forte caráter pessoal, construídos por intermédio de laços de dependência.¹⁷² Contudo, a condição de agregado possibilitava uma mobilidade para prestar serviços para outros patrões.¹⁷³ Tese problematizada por Hebe Mattos de Castro, para quem essa mobilidade merece ser mais diretamente questionada.¹⁷⁴

No caso citado, é preciso levar em consideração que, entre os agregados, Júlia era a única que possuía uma especialização: lavadeira. A lavagem de roupa também era um “serviço doméstico” (que poderia ser realizado dentro ou fora das

¹⁶⁸ Anúncios. **Cearense**, 14 Fev. 1871, p. 4.

¹⁶⁹ Anúncios. **Cearense**, 11 Maio 1873, P. 6.

¹⁷⁰ VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). **Arrolamento da população da cidade de Fortaleza**. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887.

¹⁷¹ VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). **Arrolamento da população da cidade de Fortaleza**. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887, p. 20.

¹⁷² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 100.

¹⁷³ FRANCO, *Ibid*, p. 100.

¹⁷⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: os lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 61.

casas, sendo o segundo mais usual). Assim, presume-se que a distinção era obtida pela especialização e essa particularização é que lhe possibilitava fazer jus a alguma mobilidade, alugando o seus trabalhos (o que, possivelmente, Luiza, José e Raimunda não tinham). Júlia deveria ser a responsável pela roupa dos moradores do sobrado, mas também a de outras casas.

Além de Júlia, o Arrolamento apontou outras lavadeiras que viviam na condição de agregadas. Outras tinham agregados – como era o caso de Maria de Nazaré do Espírito Santo (42 anos), lavadeira, que vivia em uma casa na Rua da Praia com seu cônjuge Antônio (56 anos, cego e mendigo), seu agregado Francisco (10 anos) e Maria Luiza da Conceição (23 anos apontada como meretriz).¹⁷⁵ Utilizando mais um pouco da imaginação histórica é plausível pensar que Francisco servisse de guia a Antônio em sua mendicância. Todavia, não há qualquer referência à relação de Maria Luiza com os demais moradores da casa.

Já Cândida Maria da Conceição (50 anos) vivia como agregada na casa de Josepha Maria Assunção (22 anos), solteira, mãe de José (7 anos), apontada como Meretriz.¹⁷⁶ Além de Josepha e Maria Luiza outras mulheres eram classificadas como meretrizes pelos arroladores, algumas delas lavadeiras, mas também costureiras, tecedeiras e outras ocupações.

Conforme já se discutiu, o Arrolamento de 1887 foi organizado pelo chefe de polícia e seus subordinados mais próximos com o intuito de fornecer subsídios às políticas públicas. Assim, ele foi elaborado para ser utilizado como uma ferramenta na administração. Nos meses posteriores a publicação do Arrolamento, encontrou-se nos periódicos pesquisados relatos de cidadãos que perderam o direito ao voto por ter sido listado como agregado, de filhos que foram tirados do convívio das mães “meretrizes” e muitas reclamações sobre os dados referentes ao trabalho doméstico. No arrolamento tem lugar a opinião e a moral de diversos sujeitos: dos chefes de fogo – responsáveis pelas respostas –, mas também dos recenseadores.

Em 1865 um correspondente do jornal Cearense escreveu:

O não consentimento de pessoas moças venderem peixe.
Ha muitos velhos que se põem á margem; e até essas muitas mulheres,
vindas do centro acompanhando praças para o exercito expedicionário.
Porque não se lhes dá a preferencia, arredando esses moços que podiam
entregar-se a outros misteres?

¹⁷⁵ VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). **Arrolamento da população da cidade de Fortaleza**. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887.

¹⁷⁶ VITAL, *ibid.*

Ao menos, faça-se seguir para Maranguape, Pacatuba e Baturité essa pobre gente, que aqui ficou por não poderem acompanhar seus maridos. Podem também ser algumas obrigadas a prestarem seus serviços em casas particulares.

Mas, para que tudo tenha bom êxito, é preciso que intervenha com seu poder e actividade quem bem pôde lhes fazer tão grande bem, evitando assim a prostituição.¹⁷⁷

O cronista do artigo intitulado “Lembranças que não ofendem” chamava a atenção da municipalidade para direcionar o trabalho destinado aos jovens, às mulheres recém-chegadas e aos velhos. Centrando as atenções às mulheres, observa-se que a venda de peixe – mas também de legumes, arroz e outros gêneros – e os trabalhos domésticos, aparecem como solução para livrá-las da “prostituição”.

Dada recorrência da atribuição à prostituição ou ao meretrício, faz-se necessário problematizar os significados dessa profissão – ou adjetivo – em Fortaleza. Gustavo Barroso em um trecho do seu romance *Mississipi* escreveu que, diferente de uma região de meretrício em Cabedelo, em Fortaleza não havia esse “mulherio desbragado”.¹⁷⁸ Assim, se tem documentos aparentemente divergentes. No entanto, não se trata de apontar em qual está o discurso correto, mas em problematizar o discurso presente neles.

Segundo Marta de Abreu Esteves, no Rio de Janeiro nesse mesmo período, houve uma crescente intervenção nos “comportamentos amorosos populares” por parte das autoridades, juristas e imprensa.¹⁷⁹ Concubinas, mães solteiras, mulheres abandonadas em um novo relacionamento, namoradas de homens casados e outras ligações amorosas eram apontadas na cidade com sinônimo de prostituição. Assim, a observação “meretriz” no Arrolamento deve ter sido empregada para as profissionais do sexo, mas também, para mulheres com comportamentos sexuais “desviantes”, “objeto de intervenção”. Como a lavagem de roupa é uma atividade realizada na maior parte dos casos no ambiente externo a casa – demandava grande quantidade de água e espaço para secar – e exigia um longo tempo – para lavar e secar – é provável que essas mulheres fossem alvo de falatórios e juízos “maldosos”. Além disso, o trabalho das lavadeiras poderia remeter a alguma sensualidade. Em trecho escrito por Herman Lima lê-se:

(...) as lavadeiras que batem roupa cantando, à beira do riachinho da Volta da Jurema, e o olhar do rapazinho pertubado buscando manhosamente ao

¹⁷⁷ Lembranças que não ofendem. **Cearense**. 1 Dez. 1865, p. 3.

¹⁷⁸ BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961, p. 98.

¹⁷⁹ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 37.

fundo do cabeção de renda a floração dos seios morenos; o momento imortal do primeiro olhar, do primeiro sorriso, daquele enleio em que alma e coração se diluíam bem perto do êxtase, a sempre viva permanência emocional da que ficou desejada inatingível, imutável na sua graça menina dos quinze anos, idade em que o amor a resguardaria para sempre no doce calendário dos dias pretéritos.¹⁸⁰

Em outro trecho:

Marcelina, que era tão faceira e vem com a filha mais velha bater roupa ao pé do poço lá de baixo – não duvido mais de que estou nos meus quinze anos, nos meus dezoito anos, o coração batendo mais ligeiro à visão das moreninhas bonitas dos arredores, como essa que agora estende a roupa no coradouro, o jeito leve e o passo gracioso, ou, os braços no ar, levando-a às cordas de secar, num todo que tem muito de ballet.¹⁸¹

As lavadeiras procuravam, para o exercício das suas atividades, locais que apresentassem uma grande quantidade de água limpa e gratuita – margens de rios, açudes, lagoas, córregos ou arroios.¹⁸² Além disso, o constante contato com a água – para molhar, bater e depois enxaguar a roupa – lhes demandavam roupas leves, com os braços e as pernas livres, que poderiam ser entendidas por alguns como sensual. As roupas de algodão, sem tingimento, permitiam ainda uma “certa” transparência quando molhada, o que deixava em êxtase os moços.

Eduardo Campos, que viveu sua infância na Fortaleza dos anos 1930, tem outras lembranças das lavadeiras:

A lavadeira vinha semanalmente, anunciando-se: “É **ninguém** não, sou eu...”

la entrando, a avançar pelo corredor, se curvando para poder passar por baixo das bandeiras das portas (em nossa casa, praticadas em madeira pintadas antes de branco e depois de amarelo), e, a andar andando até a cozinha, onde com um “Que há de novo, cumadre Raquel?”, aguardava que a dona da casa viesse fazer a conferência das peças que levava na semana anterior.

A trouxa de roupa lavada (as peças acomodadas em lençol grande ou cobertor), ia então desfeita, e com graciosa destreza ou magia, ou ambas as coisas, a lavadeira desentranhava do monte de vestidos, sungas, bluzinhas e califons, as calcinhas (na verdade calções), e cuecas do João, além de pijamas, toalhas de rosto e banho, e anáguas... De pé minha mãe empunhava caderno tipo “avante”, no qual anotara a saída e entrada do material entregue às artes da lavanderia. Um ou outro comentário, coisa assim de bastante intimidade doméstica: “esse vestido está dando adeus, se despedindo mesmo, nem esfreguei muito se não rasgava...” – “O cinto azul larga tinta... Não me lembrasse de reparar, ia estragando as anáguas da senhora...”

(...)

Depois a mulher cobrava: “Tem muita coisa pra levar?”

¹⁸⁰ LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p.12-13.

¹⁸¹ LIMA, *ibid.*, 1997, p.29.

¹⁸² JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: o Tietê em São Paulo 1890 – 1940. São Paulo: Alameda, 2006, p. 120.

“Está tudo aí” – retrucava a Isabelzinha (...) ¹⁸³

Apesar de adiante escrever sobre “o vestido arrepanhado, a porção carnuda das coxas revelada” da lavadeira, Eduardo Campos que nasceu em 1923, não escreveu sobre as lavadeiras fora do âmbito doméstico. Todavia, indica uma prática que devia ser comum: o deslocamento da lavadeira e das roupas das casas às aguadas. Lavar roupa não era uma atividade que se realizava no âmbito doméstico. Dadas as origens da água consumida nas residências em Fortaleza – de cacimba, de poço, do açude, da Companhia, comprada ao aguadeiro ou obtida (ou comprada) no chafariz – dispor desse líquido para lavar roupa em casa era inviável. Além de custoso, demandava uma quantidade de água que só uma manancial com oferta em abundância poderia suprir.

Além disso, observa-se uma descrição dos gestos, como se baixar para não bater na bandeirola, que indica a trouxa de roupa equilibrada sobre a cabeça, e os saberes adquiridos com a experiência – roupas que soltam tinta e mancham as outras. O trecho mostra ainda uma mudança muito sutil em relação à intimidade com as roupas e com a economia doméstica. Roupas “íntimas” e que envelheciam e se desfaziam nas mãos da lavadeira demonstram uma abertura significativa do ambiente doméstico que aparece na primeira frase (“não é ninguém, sou eu...”) que significa que não era alguém estranho à casa.

No trecho seguinte a lavadeira tece alguns comentários sobre o estado das roupas da dona da casa, gerando uma pequena querela:

“Essa calça está dando adeus... Um furinho desse não aguenta esfregado... Ninguém pode bater roupa dessa na pedra!”

Minha mãe acudia, atenta: “Você bate muito! Já lhe disse mais uma vez... Em roupa minha nada de arrochar o pau, nem malhar em pedra... Pode vir no natural mesmo. O ano passado, meu prejuízo de roupa foi grande!”

Indiferente, como um muxoxo, a mulher dizia baixo: “Até a gente se acaba, dona...”

Mais tarde, depois de o sol esfriar (a mesma desculpa de sempre para demorar e repetir o caneco de café) ia-se embora a mulher, outra vez abaixa aqui, abaixa ali, mais adiante, caminhando pelo corredor, e minha mãe atrás comandando: “Olha a bandeirola, não vá me bater nela...” ¹⁸⁴

No ambiente da economia doméstica esses elementos são significativos, demarcam as técnicas de lavagem, as negociações e os usos da cidade – e até do sol. A conferência da roupa levada e trazida era algo importante no que diz respeito

¹⁸³ CAMPOS, Eduardo. **A Volta do Inquilino do Passado**. Fortaleza: Edições UFC / Casa de José de Alencar, 1998, p. 34-35.

¹⁸⁴ CAMPOS, *ibid.*, p. 35-36.

ao trabalho das lavadeiras. Como as lavadeiras atendiam a mais de uma casa era possível que algumas roupas, eventualmente, fossem trocadas, gerando alguma confusão. Além disso, as roupas eram passíveis de furtos.

Anos antes se publicou dois anúncios envolvendo furtos de roupas. Em 1867:

Domingo 27 de outubro entre as 7 e 8 horas da tarde foi roubado do abaixo assignado uma porção de roupa dos seus filhos de 6, 7, 9 e 11 annos sendo cada uma peça marcada com os nomes de Max, Otto, e Adolfou Georg ou as iniciaes d'elles, roupa de homem sendo camisas com a marca H. K. paletó e colete de baetilha branca como se usa em Pernambuco, colete cor de cinza sem botões, um vestido de seda encorpada de côr roxo fino, um dito de seda lavrada côr de café, um chalé de garça branco e rouxo, um chalé de seda da China branco bordado de seda uma manta de bicos de Bruxellas e muitos outros objectos de roupa.

(...)

Qualquer noticiado roubo será generosamente recompensada e por cada um dos ladrões entregues a policia paga-se uma gratificação de cincoenta mil reis.

Ceará, 13 do novembro de 1867.

Henrique Kalkmann.¹⁸⁵

No ano seguinte:

GRATIFICAÇÃO DE 50\$000.

Furtaram do poder de uma lavadeira no Tauápe na noite de 24 para 25 do passado, uma porção de roupa branca de senhora e de homem, marcada da segunda maneira – M. B. – Henry Brocklehurst, e Ellen Hutchings. Dá se a gratificação acima a quem descobrir.

Ceará, 2 de maio de 1868.

Henrique Brocklehurst.¹⁸⁶

Os dois reclamantes era estrangeiros e negociantes. Nas notas, além do registro do furto e das roupas levadas, é significativa a indicação dos nomes e iniciais gravadas nas roupas. É possível que essa fosse uma prática corriqueira e atrelada ao serviço das lavadeiras, que evitava que roupas fossem trocadas entre diferentes fregueses ou entre as lavadeiras. Levando em consideração o grande número das profissionais na cidade é provável que as melhores aguadas fossem disputadas por um considerável número de mulheres.

Além disso, aponta como local utilizado para a lavagem de roupa a lagoa do Tauape. Não deixa de ser surpreendente como lagoas importantes foram aterradas em Fortaleza – a lagoa do Tauape é uma daquelas que não existe mais. Contudo, esse não era o único lugar utilizado para essa prática. Em trecho anterior, Herman Lima citou o Maceió – que ficava depois do Outeiro (em alguns documentos

¹⁸⁵ Roubo. **Cearense**, 20 Nov. 1867, p. 4.

¹⁸⁶ Anuncios. **Cearense**, 31 Maio 1868, p. 4.

e textos o Pajeú também é chamado por esse nome). Em artigo publicado no Cearense é possível encontrar mais um relato:

Em vão tem bradado a imprensa contra as immoralidades que se praticam na rua do Poço.

No pequeno regalo que corta essa rua banham se homens e mulheres durante a noite e dia. **Esse regato teem convertido em logradouro publico, onde todo o dia lava-se roupa.**

A par desses quadros vivos de imoralidade ouvemsse impropérios, palavras obscenas que altamente offendem a moralidade publica.

As famílias estam privadas de por aquelle pandemonium, afim de evitar essas scenas que tão tristemente [atestam] contra nossa civilisação.

O que é para admirar é que desse lugar onde tantas immoralidade se praticam, poucos passos diste da secretaria de policia e do palácio da presidência, onde ha um corpo de guarda.

Bostasse se ali uma sentinella e estava tudo remediado.¹⁸⁷

A aguada da Rua do Poço – como já se discutiu – era o riacho Pajeú. Apesar disso, o artigo – a partir da crítica à “incivilidade” dos frequentadores – dá a ler mais alguns aspectos do trabalho das lavadeiras. O falatório, impropério e palavras obscenas que chocavam o redator, eram, possivelmente, comuns nas conversas. No período em que a reclamação foi publicada, não vigorava em Fortaleza legislação que proibia lavar roupa nessa aguada.¹⁸⁸ O mesmo não se pode dizer sobre os banhos (que violava o artigo 65 das Posturas de 1870), mas sobre isso se discutirá no próximo capítulo.

Em um trecho do romance *Mississipi* de Gustavo Barroso, Chica Donga – que apesar de liberta continuou trabalhando para sua antiga senhora – mais velha, conversava com as outras lavadeiras:

Junto ao portão, grulhava um pequeno braço do Pajeú a que o inverno farto dera muita água. De um lado e do outro, algumas caboclas de cócoras lavavam roupa. Ouvia-se o chocho bater das peças ensaboadas sobre as táboas e o granizar das lavadeiras. Entre elas, Chica Donga, reclamando contra o preço do sabão que subia todas as semanas, um despropósito! Ou ensinado as outras a terem mais cuidado com o trabalho que faziam. Às vêzes, uma se punha a cantar qualquer modinha em voga.”¹⁸⁹

No texto, o autor escreveu alguns aspectos do que ele viu e ouviu, mas também, possivelmente, imaginou sobre a conversa das lavadeiras. Porém, esses aspectos também são domínios passíveis de interesse do historiador. Assim, a

¹⁸⁷ Grifou-se. *Moralidade Pública. Cearense*, 2 Abr. 1871, p. 1-2.

¹⁸⁸ Segundo o artigo 74 das Posturas de 1844 era proibido a lavagem de roupa “nos lugares que não tem esgotadouros que offereção uma corrente perene”, do de 1867 era proibida lavar roupa de pessoas “accommettidas de bexigas, ou de qualquer outra moléstias epidêmica, e em todos os ribeiros de Jacarecanga, excepto em sua foz” e no de 1870, mantido nas posturas seguintes, proibia “lavar roupa de pessoas accommettidas de moléstias contagiosas em outro lugar, que não seja a foz do ribeiro denominado – Jacarecanga”.

¹⁸⁹ BARROSO, Gustavo. *Mississipi*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961, p. 74.

narrativa do autor não é improvável, muito pelo contrário. E não apenas pela "advertência" que abre o livro: "os personagens deste romance saíram da vida real, de modo que semelhança de qualquer um deles com personagens de ficção não passa de mera coincidência acidental."¹⁹⁰ Mas, pela configuração da própria cidade naqueles idos. É provável que as modinhas – também citadas por Herman Lima – fizessem parte da paisagem sonora da cidade, cantada pelas lavadeiras, e que em encontros diários a beira das aguadas para lavar roupa elas trocassem confidências e dicas, reclamassem da carestia, do preço do sabão e dos patrões.

3.6. "Trabalho de menino é pouco, mas quem dispensa é louco": Outros trabalhadores das águas.

No romance *A Afilhada*, Manoel de Oliveira Paiva dá a ler – e a imaginar – uma casa repleta de escravos – adultos e crianças – que se empregavam nas mais diversas tarefas. Alguns, como a escrava Benedita, exclusiva do fogão, e outras como Honorata e Ângela, que se reversavam na limpeza e no suprimento de água da cozinha. Já tio Raimundo era responsável pelas verduras do quintal vendidas pelos filhos da Benedita – os molequinhos sem nome – em tabuleiros. Contudo, dada as intenções desse trabalho, irá se centralizar na discursão das atividades que envolviam o movimento das águas.

Em um trecho escreveu:

Ângela atravessava o quintal, carregando águam com o pote aprumado na cabeça. (...) E a cabrocha, com os seus braços ainda não recheados pela puberdade, puxava a corda, ao ganir intermitente do carretel.¹⁹¹

O romance se passa na cidade de Fortaleza – pelos elementos elencados na paisagem e construções em andamento – nos últimos anos da década de 1860. Nas casas mais abastadas a água circulava carregada pelos escravos e fâmulos, que puxavam das cacimbas ou iam buscar nos chafarizes. O livro é repleto desses pequenos trechos que apontam detalhes dessa relação.

¹⁹⁰ BARROSO, *Ibid.*, p. 7.

¹⁹¹ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada* [1989]. In.: _____. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 201.

O Arrolamento de 1887 permite também avançar nessa discussão. Porém, não por conta de uma presença, mas de uma ausência. A partir do Arrolamento é possível pensar que nos sobrados e casas, entre os agregados e criados apontados como trabalhadores do “serviço doméstico” existissem alguém responsável por fazer a água fluir dentro das casas.

Nos jornais da época era possível encontrar alguns anúncios que tinham como intuito “alugar” um menino.

Preciza-se alugar um menino

forro, ou cativo, de 12 annos de idade, pouco mais ou menos, para o serviço interno de uma casa com pouca família, a tratar com Manoel José Salgado Couto.¹⁹²

Infelizmente, a maior parte dos anúncios não dá mais detalhes do serviço do qual o menino seria incumbido. Porém, é muito provável que crianças recolhidas a essas casas – alugados ou na condição de agregados – acabassem empregados em puxar água, buscar água em fontes externas, encher e lavar potes, arrumar, levar recados e outras.

Eduardo Campos escreve em seu livro de reminiscências:

“Menino de recado” de oito a dez annos (...) usado para puxar água à cacimba ao fundo do quintal, (...) Em nossa casa o menino de recado veio acompanhando o carneirinho que o filho querido da casa recebeu de presente. Chamava-se Raimundo (...)¹⁹³

Relacionando esses trechos com o arrolamento de 1887, percebe-se uma grande quantidade de meninos e meninas que, indiferente de parentescos, viviam nas casas sob a condição de criado, agregados e fâmulos empregados, normalmente, em serviços domésticos. Além desses, é presente nesse censo algumas pessoas sem especificação de atividade de trabalho; é possível que por trás do “sem profissão” houvesse uma série de “pequenos” – miúdos – serviços relacionados às águas.

¹⁹² Cearense, 12 Dez. 1867, p. 3.

¹⁹³ CAMPOS, Eduardo. **A Volta do Inquilino do Passado**. Fortaleza: Edições UFC / Casa de José de Alencar, 1998, p. 47.

CAPÍTULO 4 – A ÁGUA QUE LIMPA E LEVA.

É preciso arte para encenar nas páginas da história o sentido que têm as primeiras gotas de chuva para um homem do semi-árido nordestino, a alegria de que é tomado ao escutar as bategas caindo do telhado da sua casa, a primavera que inicia em seu coração ao ver as vacas a fazerem escaramuças diante do pasto verde que vem nascendo, ser capaz de avaliar a preciosa sinfonia que é para os ouvidos destes homens o coaxar em uníssono dos sapos nos açudes, o zurrar distante de um jumento numa noite sertaneja, a beleza inigualável de uma céu carregado de nuvens escuras, a emoção provocada pela visão de uma campo amarelecido pelos pendões loiros do milho.¹

Como trazer para a história, não apenas as sensações das chuvas, mas a relação dos moradores de Fortaleza com a água durante o período pesquisado? A arte que se faz necessária para escrever com sensibilidade, também é importante para mediar o contado com o tempo pesquisado. No final do século XIX, em Fortaleza, além do coaxar dos sapos e do zurrar dos jumentos e de uma série de outros animais – galináceos, suínos, caprinos, bovinos – era possível escutar outros sons que remetiam ao contato com a água. Muitos desses objetos propiciavam aos moradores novas sensações que demandavam a laboração de toda uma nova cultura sensível.

No livro *O quinze*, Raquel de Queiroz descreveu os sentimentos ligados à primeira chuva após um ano de escassez. Apesar de extenso o fragmento é significativo para o problema que será abordado neste capítulo. Eis o trecho:

Enfim caiu a primeira chuva de dezembro. Dona Inácia, agarrada ao rosário, de mãos postas, suplicava a todos os santos que aquilo fosse “um bom começo”.

Conceição, comovida, pálida, de lábios apertados, a testa encostada ao vidro da janela, acompanhava a queda da água no calçamento empoeirado, o lento gotejar das biqueiras e de um jacaré da casa defronte, que deixava escorrer pequenos riachos por entre os dentes de zinco.

Na solenidade do momento, ninguém se movia nem falava.

Só a Maria, a preta velha da cozinha, irrompeu pelo corredor, acocorou-se a um canto e engulhando lágrimas e mastigando rezas, resmungava:

– O inverno! Senhor São José, o inverno! Benza-o Deus!

Foi estranha a impressão de Vicente, acordando de madrugada, com um barulho desacostumado no telhado.

- Chuva? Possível?!

Meteu os pés da rede, correu ao alpendre:

- Chuva!

Chuva fresca e alegre que tamborilava cantando na velha telha, e corria nas biqueiras empoeiradas, e se embebia depressa no barro absorvente do terreiro!

¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2007, p. 88.

Vicente, correndo ainda, foi à sala de jantar, escancarou a janela que dava para o curral.

(...)

Sofregamente, o rapaz estendeu a cabeça fora da janela. Entreabriu os lábios, recebendo no rosto, na boca, a umidade bendita que chegava.

E longamente ali ficou, sorvendo o cheiro forte que vinha da terra, impregnado dum calor de fecundação e renascimento (...).²

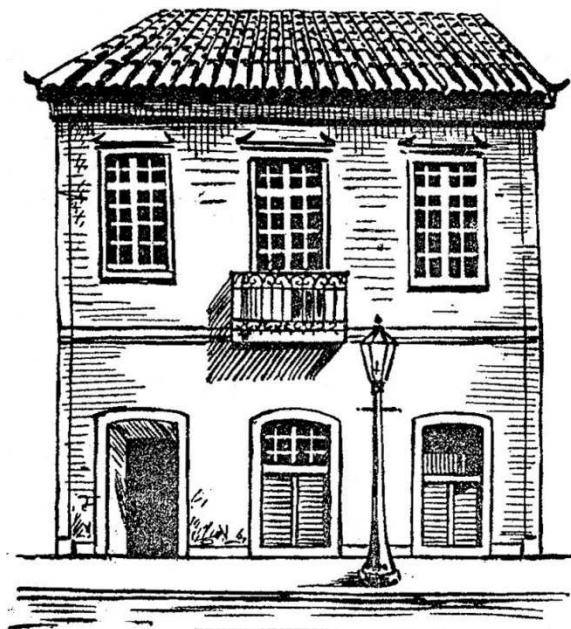
Raquel de Queiroz buscou trazer ao texto os sentidos da chuva em dois locais: Fortaleza e Quixadá. Para a autora, o lugar – capital ou sertão – marcava a influência nos significados dados às precipitações. Em Fortaleza a chuva acontece fora, é importante para a vida das pessoas, mas há certo distanciamento. Sabe-se do sofrimento, das rezes magras e da fome, é lamentável e triste. Dona Inácia, Conceição e Maria, apesar de moradoras do Quixadá (interior do Ceará, onde ficou Vicente), veem e ouvem a chuva com esperança e alegria, mas pela janela. No entanto, para o personagem Vicente era inconcebível, um sacrilégio, ignorar a chuva. Não apenas o corpo, a terra e os animais careciam de água, mas a morada deveria ser aguada. Enquanto Dona Inácia se apega a todos os santos pedindo para que aquela chuva seja um bom começo, Maria agradecia a São José pelo inverno. Contudo, não se trata de hierarquizar a fé das personagens, mas trazer ao texto esses sentidos das águas. A água que leva e que lava é também a que trás alento e/ou apreensão.

Percebe-se que no trecho citado há objetos que tem a função de marcar a distinção da vida na cidade e da no campo: o vidro, o calçamento e a biqueira em formato de jacaré. No entanto, essa distinção rígida é o primeiro ponto que carece de desconfiança. Como escreveu Raymond Williams, “*o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações*”.³ E Fortaleza na segunda metade do século XIX é um lugar oportuno para esses encontros. Os saberes e experiências trazidas pelos migrantes – vindos do interior da província, mas também de outros países (França e Inglaterra, principalmente) e de outras províncias – se chocavam e se reinventavam na cidade. Mesmo com embates culturais travados por forças desiguais, a pluralidade de trajetórias não pode ser ignorada na constituição das experiências em Fortaleza.

² QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 92. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2011, p. 139.

³ WILLIAMNS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 471.

4.1. *Bombas, potes e moringas*: água e o morar.



O velho sobrado da rua Major Facundo nº 32, depois nº 70, onde fui criado. Nasci numa casa térrea da rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco, pegada ao antigo Teatro São Luiz. É atualmente a terceira casa da rua, do lado direito de quem venha do Passeio Público.

(duma fotografia)

A imagem acima é a reprodução do sobrado em que viveu durante a infância o escritor Gustavo Barroso – desenhada pelo próprio a partir de uma fotografia. A casa que ele descrevia como “*antiga no aspecto, nos moradores e nos usos (...) de paredes de fortaleza e soalhos de taboões*”, foi construída na primeira metade do século XIX na Rua da Palma – atual Major Facundo – e era habitada por Gustavo, sua avó – proprietária –, suas tias “solteironas”, suas primas, a cozinheira Maria – apelidada de Jararaca – e o “caboclo Tomás”.⁴

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, o “sobradão” já era tido como “velho”. As alterações na cidade e nos usos lhe deixaram marcas. Quando a rua foi calçada, a construção ficou abaixo do nível do pavimento. Assim, para remediar o declive foi construído um degrau que, ao passar da porta, quem adentrava no casarão descia. A fachada do sobrado não obedecia às posturas que obrigava o uso de calhas – nos dias de chuva a água escorria pelo

⁴ Gustavo Barroso era órfão de mãe – falecida sete dias após o seu nascimento – e seu pai almoçava no sobrado, mas vivia em um sítio de sua propriedade nos arrabaldes da cidade. BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, *passim*.

telhado caindo sobre o passeio. Contudo, esse não é o único aspecto ligado às águas no “sobradão”.

Nos anos rememorados por Barroso, o casarão já possuía, seguramente, mais de cinquenta anos.⁵ Assim, como a maioria das casas da cidade, não havia sido construído para uma movimentação da água em canos. Casas, aliás, bem diferentes entre si, por mais que a municipalidade buscasse com suas posturas homogeneizar as construções.

Antônio Bezerra de Menezes, em sua “Descrição da Cidade de Fortaleza” publicada originalmente em 1895 na Revista do Instituto do Ceará, apontou que existia na cidade “6.154 prédios de tijolos alinhados e, entre eles poucos sobrados”.⁶ Anos antes, Tomás Pompeu de Sousa Brasil escreveu no segundo tomo de seu “Ensaio Estatístico da província do Ceará” (publicado em 1864) que Fortaleza contava “960 casas de tijolo alinhadas, e entre estas uns oitenta sobrados, e fora do alinhamento para cima de 7.200 casas cobertas de palha”.⁷ Entre um e outro, no Arrolamento realizado em 1887, foram contabilizados 72 sobrados, 4389 casas e 1178 choupanas.⁸ Apesar de seus limites, o Arrolamento de 1887 e o “Ensaio Estatístico” chamam a atenção para as habitações situadas fora do arruamento e do alinhamento, nas “pontas das ruas” e nas “areias”.

Neste caso, a serialização simples poderia indicar um arrefecimento ou até uma supressão no número de habitações “modestas”. Porém, não foi isso o que aconteceu. Segundo a arquiteta Margarida Andrade, apoiada em pesquisa documental (principalmente, nas décimas urbanas e nos inventários *post-mortem*) e na escrita de José Liberal de Castro, a ocupação da região em que atualmente está o centro de Fortaleza teve início

nas ruas de sentido norte-sul, nos lotes do lado da sombra, isto é, na testada leste [...]. Estes lotes, no primeiro momento, iam de um extremo a outro da quadra, tendo frente para uma das ruas e fundo para outra. Mais tarde ocorreu a ocupação das testadas do “lado do sol”, também de rua a rua, e, em seguida, “à medida que a cidade crescia os vazios urbanos iam-

⁵ Segundo o autor, o casarão foi demolido, por obras da “picareta das modernizações”, em 1934. BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 95.

⁶ MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 1992, p. 37.

⁷ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Typ. de B. de Mattos, 1864, p. 22.

⁸ Resumo do Arrolamento da população da cidade da Fortaleza, capital da província do Ceará, procedido em Agosto de 1887. **O Cearense**, 06 nov 1887, p. 2.

*se preenchendo. Assim as casas de esquina começaram a subdividir o quintal, [...] cujo muro se voltava para as ‘travessas’ construindo quatinhos ou pequenas casas de aluguel’.*⁹

Quando Antônio Bezerra de Menezes publicou seus textos, muitos dos moradores de Fortaleza viviam em casas de taipa e palha, além de quatinhos abertos nas travessas. Assim, havia uma grande diversidade das habitações, sem levar isso em consideração há o perigo de generalizar e tomar a parte pelo todo, ou seja, considerar que os usos da cidade de uma parte da população são os usos da totalidade. Não é porque o aguadeiro passava à porta que todos podiam comprar a água ou porque foi instalada uma funilaria na cidade que todos passaram a possuir bombas, canos e outros apetrechos de ferro e bronze. O consumo dos artefatos produzidos pelas funilarias, assim como a circulação da água era – e, infelizmente, ainda é – desigual. Ter essas dissimetrias do consumo em consideração é importante para se compreender essas singularidades. Isso não quer dizer que a disponibilização desses serviços não tenha influenciado a circulação da água ou dos artefatos utilizados no transporte de água na cidade. Sabe-se da impossibilidade de trazer todas as peculiaridades desses consumos – afinal se inventam em mil maneiras de caça não autorizada, como escreveu Michel de Certeau¹⁰ –, mas pluralizar esses usos, dentro dos limites impostos pela pesquisa, é um objetivo bem mais honesto de aproximar-se do objeto desse estudo. Afinal, os sentidos dados a bicas, bombas, potes e outros são discutidos na tentativa de se problematizar essas relações e de buscar compreender as “*redes de abstrações e sensibilidades essenciais à compreensão dos fatos sociais*”.¹¹

No período em que Gustavo Barroso viveu no casarão, já era possível encontrar em Fortaleza bombas, cata-ventos e outros utensílios utilizados para deslocar a água.¹² Em 1861, foi publicado um anúncio de uma bomba usada posta a venda.¹³ Essa propaganda indica, no mínimo, que essas bombas não eram

⁹ ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 83.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹¹ ROCHE, Daniel. **História das coisas Banais: nascimento do consumo do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 13.

¹² Em suas memórias, Gustavo Barroso cita a existência de caixa de água e cata-vento na “Praça da Lagoinha”. BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso - Coração de Menino** [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 177.

¹³ Não se encontrou outro anúncio nesse intervalo. **Cearense**, 6 Dez. 1861, p. 4.

ordinárias e nem baratas por esses idos – a ponto de valer a pena o trabalho. Possivelmente as bombas tinham uso restrito às casas de alguns abastados e a prédios públicos – como a Santa Casa e o Palácio da Presidência.¹⁴

Segundo Raimundo Girão, no início do século XIX:

Continuava a cidade a suprir-se do precioso liquido retirando-o de *cacimbas* escavadas nos quintais das casas e elevado por moinhos de vento a rodarem desesperadamente dia e noite. Pelo seu crescido número, às centenas, ofereciam esses cataventos sugestivo aspecto a quem observasse a cidade de qualquer ponto mais saliente. Em geral, eram de fabricação norte-americana, quase todos dos tipos Dandy e IXL. A água potável, de mais confiança do povo, a água de beber era distribuída pelas residências em cargas de quatro ancoretas ou *canecos*, transportadas por jumentos, o que dava ao turista singular impressão, fazendo-os por em usos as suas codaques para os *flashes* mais interessantes.¹⁵

A cidade de práticas homogêneas e pitorescas descrita por Raimundo Girão contrasta com a Fortaleza heterogênea e desigual de Fran Martins, no seu romance *Ponta de Rua* – que consta ter sido escrito no período em que Raimundo Girão foi prefeito da cidade (1934). Para pluralizar as narrativas sobre a cidade em busca das práticas, eis dois trechos do romance citado:

lam escolher o terreno para a construção do bangalô. Um local onde houvesse muitas árvores e a terra fosse boa. Onde se pudesse cavar uma cacimba, localizar uma caixa d'água, colocar um cata-vento, o melhor terreno dos domínios do Clementino, aquele que fosse mais agradável. O melhor terreno, de todos, os que foram espoliados aos companheiros pobres que ele humilhava.¹⁶

Todos sabiam que, no Alto, o cacimbão era a fonte dos pobres. Era de lá que eles tiravam água para beber, para cozinhar o feijão, para aguar os canteiros. (...) E justamente naquele dia Clementino achou de mandar aterrar o cacimbão. Estava em terras dele, ele era o dono, podia fazer o que quisesse. Nem se lembrou que esse seu gesto seria o maior martírio imposto aos antigos companheiros, porque era de lá que todos bebiam, o cacimbão era tão necessário que eles nunca pensaram que isso acontecesse.¹⁷

O romance “*Ponta de Rua*”, escrito em 1934 e publicado em 1937, narra o enriquecimento de Zé Clementino através da exploração dos moradores – suas amantes e amigos de infância – do Alto da Balança.¹⁸ À medida que o bodegueiro

¹⁴ O Hospital contava como três poços, bombas e cata-vento – que custou 20:000\$000. MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da Cidade de Fortaleza** [1895]. Fortaleza: Edições UFC, 1992, p. 78.

¹⁵ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 227.

¹⁶ MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, p. 121-122.

¹⁷ MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, p. 146.

¹⁸ MACEDO, Dimas. Prefácio. In.: MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, p. 8.

Zé Clementino – depois José Clementino da Silva (Importador) – acumula capital, a distância entre ele e seus antigos colegas aumentava a ponto de não parecer algo de grande importância mandar aterrar a cacimba que supria de água os pobres do Alto do Açude.

O bangalô com caixa d'água e cata-vento de Clementino contrasta com as demais “Casinhas antigas, esburacadas e sujas (...)”, que compunham o bairro afastado do Centro da cidade – no livro, os moradores do Alto sempre se referem ao Centro como a “cidade”.¹⁹ Em Fortaleza, no período em que o romance foi escrito, algumas pessoas utilizavam a água encanada do Acarape saindo das torneiras a poucos metros de pessoas que usavam a “imunda do cacimbão”.²⁰ Sem entrar agora na questão do limpo e do sujo, observam-se aspectos da economia do morar sob a égide do conforto. Enriquecer era também consumir “novos” artefatos: bangalôs, cata-ventos, automóveis...

A história do consumo dos objetos tem dessas coisas. Alguns objetos, apesar de existirem de longas datas e serem amplamente consumidos em outras localidades, não eram consumidos em Fortaleza na mesma medida. Quando não eram fabricados na cidade, esses objetos tinham que percorrer um longo caminho – trazido por encomendas de Recife, Rio de Janeiro, Paris, Londres ou alhures – até a capital cearense. Quando chegava, o comprador pagava pela mercadoria, frete, comissões e, dependendo do produto, instalação. Um negócio lucrativo para os empresários envolvidos. Não à toa, muitos negociantes se ofereciam nos periódicos locais como agentes para intermediar essas aquisições – em Fortaleza John W. Studart intermediava em 1856 a compra de artefatos (principalmente engenhos de ferro e peças) com a Funilaria do Engenheiro David Bowman, localizada na capital pernambucana.²¹ Esses preços eram tão comuns que quando José Paulino Hoonholtz abriu sua fundição em Fortaleza, mandou anunciar que cobraria pelos serviços usando a tabela de Recife.²² Provavelmente, esses anúncios devem ter atraído pretensos clientes, pois representavam uma grande economia.

A Funilaria Cearense a vapor instalou-se na cidade em 1868. No primeiro anúncio de trinta encomendados (1-30), os proprietários mandaram informar:

¹⁹ MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, p. 18.

²⁰ MARTINS, *ibid.*, p. 18.

²¹ **Pedro II**, 2 Set. 1856, p. 4.

²² **Cearense**, 14 Jul 1869, p. 3.

Os proprietários d'este estabelecimento [Spears e Marsden] reconhecendo a falta de uma fundição n'esta provincia, onde com rapidez se possa fundir qualquer peça de engenho ou de machina a vapor, evitando a grande demora de fundição fora da provincia, e os prejuízos resultantes d'essa demora; tem aberto sua fabrica de machinismo à vapor e fundição de ferro e outros metaes, na estrada empedrada de Arronches em meio caminho do sitio Bemfica.

N'este estabelecimento se fabricam todos os pertences para engenhos e machinas á vapor e fazem-se taxas de ferro, moendas, portas de fornalha, grades e varandas, etc. etc. o que tudo é fundido de superior ferro e fabricado com a maior perfeição pelos melhores e mais modernos systemas.²³

Pelo anúncio é possível perceber que o público alvo da fundição não era formado pelos que almejavam facilitar o deslocamento das águas, mas pelos interessados na mecanização dos seus negócios. Não se ignora que, no momento em que a fundição foi instalada, a Ceará Water Company estava em pleno funcionamento e que os pretensos consumidores para bombas e canos de ferro fundido eram os mesmos que podiam pagar pela água encanada da companhia.

Tempo depois, Marsden saiu da sociedade e José Paulino Hoonholtz entrou em seu lugar – foi aí que a Funilaria Cearense, passou a vender de acordo com os preços cobrados em Pernambuco. Além do novo sócio, a funilaria mudou de endereço e ampliou seus serviços – foi para a Rua do Chafariz e passou a aceitar também trabalhos de carpintaria. Contudo, sem nenhuma indicação relacionada à movimentação de água. Os anúncios continuaram centrando-se na construção e instalação de engenhos, máquinas a vapor, grades e varandas.

A sociedade de Hoonholtz e James Spears não durou muito e foi desfeita no final de 1869. Em 1871 eles eram concorrentes – o primeiro era proprietário da Funilaria Cearense e o segundo da Funilaria Aurora – e, conforme indica o embate travado nos anúncios dos periódicos, a relação entre os dois não era das melhores. Em uma nota contrariando um anúncio publicado em 4 de julho de 1871 no jornal Pedro II – infelizmente, não localizado – James Spears acusou José Paulino Hoonholtz de anunciar serviços que não poderia cumprir e produtos que não possuía qualificação para elaborar.²⁴ No número seguinte, Hoonholtz acusou o ex-sócio de ser responsável pela morte de seis operários em uma explosão de uma caldeira em uma funilaria no Recife, de imperícia na construção de engenhos e de importar as peças que dizia fabricar localmente.²⁵

²³ **Cearense**, 10 Maio 1868, p. 4.

²⁴ **Cearense**, 9 de jul 1871, p. 4.

²⁵ **Cearense**, 11 Jul 1871, p. 2-3.

Não se sabe quais os produtos anunciados pelo concorrente foram responsáveis pela zanga de Spears. Contudo, imagina-se que o anúncio publicado em 11 de julho de 1871 (mas datado de 1º de Julho) no *Cearense* não seja muito diferente do publicado em 4 de julho de 1871 no *Pedro II*. Nele, a principal novidade anunciada foi: “bombas para cacimba garantidas por um ano”.²⁶ Não se tratava mais de um produto importado, com os custos, riscos e instalação ao cargo do comprador. A venda “garantida” colocava em cena um novo elemento: a “certeza” do bom funcionamento do produto adquirido, mesmo que por um espaço de tempo pré-determinado.

Em parte, as bombas supriram uma necessidade importante: tirar a água da cacimba. Prática que envolvia um gesto pouco confortável e perigoso. Durante o período pesquisado, foram encontrados alguns relatos de acidentes envolvendo cacimba e poços, uns no momento em que elas eram construídas e outros durante sua utilização.²⁷

Em 1873, o jornal *Cearense* publicou uma nota sobre um afogamento de uma jovem. Eis o texto:

Uma escrava do Sr. João Siqueira Souto, de 18 annos de idade, na occasião em que tirava água de um poço no quintal da mesma casa, não se sabe de que maneira desequilibrou-se, cahindo no mesmo poço. Quando tiraram-na já era cadáver.²⁸

Os gestos que envolviam o abastecimento de água poderiam ser perigosos, envolvia um sério risco de acidente, um movimento errado ou um desgaste inesperado da borda ou mesmo um esbarrão poderia levar alguém ao óbito. Esse trabalho era normalmente delegado aos empregados, escravos e agregados. No romance *A Afilhada*, a água na casa do desembargador Osório Pereira de Góis era retirada da cacimba pelos escravos Tio Raimundo, Ângela e Honorata; no *A Normalista*, pela agregada Mariana; nas *Memórias* de Eduardo Campos, pelo moleque Raimundo; no romance *Mississippi* de Gustavo Barroso, pela liberta Chica Donga e nas *Memórias* do mesmo autor, pelo agregado Tomás. A borda da cacimba não era lugar para os “filhos [da] família”, muito menos para senhoras e senhores.

²⁶ *Cearense*, 11 Jul 1871, p. 4.

²⁷ Em pesquisa mais ampla, encontrou-se ainda: Jovem morreu afogado num poço. *O Nordeste*, Fortaleza: 6 Mar. 1934, p.6; Morreu afogado. *O Povo*. 2 Fev. 1935, p.4.

²⁸ Afogada. *Cearense*, 5 Jan, 1873, p. 2.

Em outra nota, no mesmo periódico e no ano seguinte, com o título de “morte cruel” foi relatado mais um acidente envolvendo cacimbas:

No dia 18 do corrente pelas 8 horas da manhã, no Outeiro das Educandas indo Maria Carolina buscar água a uma pequena cacimba, de barril, succedeu no acto de curvar-se para tirar água, cahir dentro ficando com a cabeça sentada no fundo da cacimba, e as pernas para fóra. Nesta posição foi encontrada já morta às 10 horas do referido dia.

A infeliz debateu-se com tal desespero, que as pernas estavam horrivelmente feridas de baterem de encontro as bordas do barril.²⁹

A trágica morte de Maria trás detalhes dos perigos que envolviam retirar água de uma cacimba em que um erro no gesto cotidiano – como se curvar mais que o normal – poderia resultar em óbito. Maria Carolina, ao que indica o texto, não era escrava, possivelmente a água que foi buscar era para o seu próprio usufruto ou da sua família. O tempo que custou para ela ser encontrada – duas horas – pode ser um indicativo de que não havia ninguém esperando pelo líquido. As cacimbas de barris que existiam em Fortaleza não possuíam guarda corpo. Segundo Rodolpho Theóphilo, tratava-se de um buraco, uma “*pequena poça d'água, que os terrenos argilosos alimentavam gota a gota, com muita usura*”.³⁰ No trecho em que está contida essa descrição, o autor não deixa de imaginar o medo que deveria petrificar as pessoas que retiravam água dessas cacimbas.³¹

Levando em consideração os gestos e os riscos que envolviam a atividade, é possível imaginar o significado dos carreteis e bombas para o deslocamento da água. O carretel – citado na “labuta cotidiana” da criada no romance *A Normalista*³² e pelos sons que seu uso produzia (“ganir intermitente”, “ganir moroso” e “gruinhir”) no *A Afilhada*³³ – consistia em um rolamento (polia) que era anexado a uma trave sobre a cacimba que centralizava o balde e facilitava o seu

²⁹ Morte cruel. **Cearense**, 22 Nov 1874, p. 2.

³⁰ THEOPHILO, Rodolpho. **A Fome / Violação**. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Letras / Livraria José Olympio, 1979, p. 160.

³¹ “A profundez da escavação crispou-lhe os nervos em medroso arrepio. Chegou à rampa que conduzia à aguada e teve medo de descer. Parecia-lhe que as barreiras se uniriam, logo que descesse. Indecisa, implorava coragem à Virgem, porém, do céu não descia nada que a amparasse. Não aparecia um companheiro, ninguém vinha tomar água. O tempo corria e os doentes em casa estariam a estalar de sede! Era preciso descer, e fazendo um esforço supremo, desceu a rampa. No fundo da escavação estava a fonte, pequena poça d'água, que os terrenos argilosos alimentavam gota a gota, com muita usura. Viu-se quase assombrada dentro daquele abismo. As barreiras, perfiladas em círculo, parecia que se inclinavam aos poucos, diminuindo a cada instante o círculo azul que aparecia do espaço. A moça desviou a vista do precipício, criado por sua imaginação excitada, e tratou de encher o vaso e fugir, em tempo de não ser soterrada.” THEOPHILO, *ibid.*, p. 160.

³² CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 47.

³³ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada*. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 201,241 e 243.

deslocamento direcionando a força empregada. Era bem simples e conhecido de longas datas – era bastante utilizado nas embarcações à vela. O emprego do artefato possibilitava que pessoas com menos força – como a “escrava Ângela”, o “moleque Raimundo” e o “caboclo Tomás”, já citados nesse texto – fossem empregadas nessa tarefa, ou seja, a utilização das carretilhas – mas também das bombas – possibilitava que, por exemplo, crianças cada vez menores fossem utilizadas para coletar água. Infelizmente, não se encontrou nenhum anúncio de carreteis para cacimba ou poços, porém, é possível que não fossem objetos raros, mas incomum nas aguadas públicas. Além disso, com a instalação de fundições na cidade, no fim da década de 1860, e o aumento das lojas de ferragem, nos anos seguintes, devem ter barateado o objeto.

As questões que envolvem a “domesticação da água” – assim como das areias e das matas – na ocupação do espaço urbano, raramente são levadas em consideração, mas são importantes para se compreender o viver em Fortaleza. Ao longo de todo o período pesquisado, poços e cacimbas foram amplamente utilizados e essa demanda aumentava à medida que a cidade crescia materialmente e disponibilização de água era uma condição para o povoamento de determinadas regiões. As novas casas que eram construídas e colocadas à venda possuíam cacimbas.

Com o fim do serviço oferecido pela C.W.C. e os infrutíferos esforços da municipalidade, Fortaleza passou um período – da década de 1890 até o final da década de 1920 – sem rede de abastecimento de água encanada para as residências e para os chafarizes. Assim, apesar das críticas às cacimbas, elas permitiam o acesso à água em áreas distantes dos antigos mananciais.

Contudo, uma “história do consumo” deve, segundo Daniel Roche, levar em consideração, além da “relação entre os bens e os preços”, “a estruturação das necessidades, a classificação dos consumidores, os circuitos de distribuição e a organização espacial da oferta”.³⁴ Nesse sentido, não se ignora que cada novo objeto ia tornando-se, com o tempo, mais familiar e, em alguns casos, mais ou menos almejado.

³⁴ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo séc. XVII - XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 29.

Em 1881, são publicados novos anúncios de bombas para água no *Cearense*.³⁵



Fonte: *Cearense*, 15 Jul 1881, p. 4.

No ano seguinte, a casa comercial comunica ao público que a bomba ia acompanhada de “encanamento forte” e que se oferecia para “assentar” o produto.³⁶ A mudança no texto do reclame pode indicar uma dificuldade observada no primeiro anúncio: é provável que não existissem muitas pessoas aptas a tratar com hidráulica em Fortaleza.³⁷ Além disso, é possível que o modo de funcionamento desses artefatos não era claro para todas as pessoas que almejavam adquiri-los. Daniel Roche escreveu sobre uma senhora que vivendo em uma aldeia francesa e tendo instalado uma única torneira em casa deixou o apetrecho permanentemente aberto, afinal, as fontes que ela conhecia escorriam sem parar.³⁸ Em Fortaleza, encontrou-se um anúncio de um moinho de ferro movido à água posto à venda por um fazendeiro que o havia adquirido para ser instalado em um açude e não sabia que precisaria fazer o açude sangrar para movimentar a engrenagem.³⁹ Esses aparelhos e os seus “gestos” não são óbvios. Assim, como o funcionamento e instalação também não. Como escreveu Daniel Roche, “*um saber e um acréscimo de sentido estão ligados a todos os objetos*”.⁴⁰

³⁵ *Cearense*, 15 Jul 1881, p. 4.

³⁶ *Cearense*, 13 Jan 1882, p. 3.

³⁷ Não foi encontrado nenhum trabalhador oferecendo seus préstimos como encanador na documentação pesquisada.

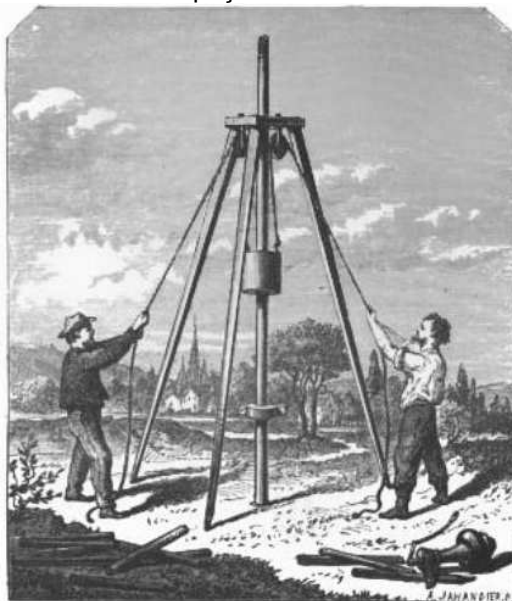
³⁸ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*: nascimento do consumo séc. XVII - XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 183.

³⁹ Vende engenho de ferro para ser movido à água. *Cearense*, 20 fev 1867, p. 4.

⁴⁰ ROCHE, *ibid.*, p. 19.

Além de bombas, João Antonio do Amaral & Filho, anunciava também a venda e assentamento de “poços instantâneos”.⁴¹ Para melhor entender o que eram os “poços instantâneos” recorreu-se a uma edição do Arquivo Pitoresco – periódico português publicado entre 1857 e 1868 e que teve grande circulação no Brasil⁴² – que explica e ilustra o funcionamento desses poços:

Poucas palavras bastarão para dar clara idéa do modo como se procede á abertura destes poços.



Perfuração de um poço tubular ou instantaneo

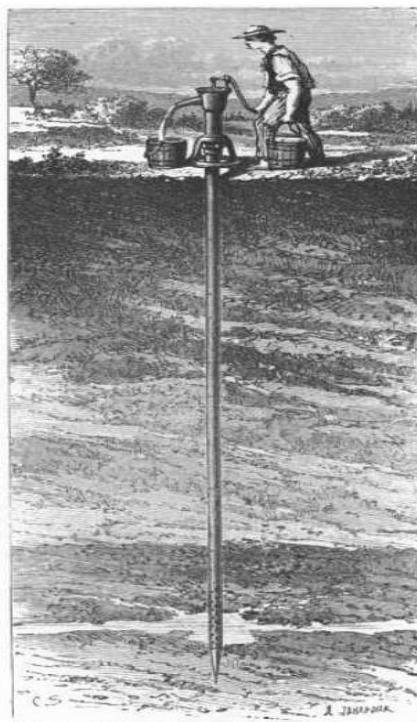
Para embeber no solo o tubo metallico emprega-se o aparelho representado na respectiva estampa, e que se aproxima muito do que é usado geralmente para cravar estacas. O tubo é dividido em secções, que se aparafusam á medida que elle se vae enterrando no solo.

Uma das maiores vantagens dos poços tubulares é poderem extrahir-se novamente, não se inutilizando por isso a despeza feita, nem quando o tubo encontra obstáculo que o impede de profundar mais, nem quando não apparece a agua que se buscava.

Em geral, uma ou duas horas de trabalho são bastantes para assentar um poço tubular.

⁴¹ **Cearense**, 1 jan 1882, p. 4.

⁴² Ficha Histórica – Arquivo Pitoresco. Hemeroteca Digital - Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ArquivoPitoresco.pdf>. Alguns artigos do Arquivo Pittoresco foram publicados no jornal Cearense, o que pode ter fomentado um interesse pelo periódico e indica sua circulação na cidade – ao menos entre os editores.



Poço tubular ou instantâneo

A água faz-se subir quasi sempre por meio de bomba, mas casos ha em que a própria força da ascensão do liquido é sufficiente para a trazer ao nível do terreno.⁴³

Quando o artigo foi publicado do periódico português, em 1868, os poços instantâneos (também chamados de tubulares) eram uma novidade em Portugal – patente americana, explorada em solo português por um empreiteiro local envolvido com a instalação de iluminação a gás.⁴⁴ A venda desses poços dependia de instalação e fornecimento dos materiais.

Em Fortaleza, os primeiros exemplares chegaram por volta de 1869. A municipalidade adquiriu quatro poços e um batedor (por 1:221\$435) e pretendia emprestar ou alugar – “mediante módico aluguel” – o batedor aos particulares como meio de incentivar a aquisição de poços.⁴⁵ Não se sabe se o incentivo funcionou. Conforme indica uma fala de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Senado, não. Segundo o senador, o governo imperial concedeu um privilégio de concessão para o fornecimento dos poços instantâneos em todo o norte do Brasil a apenas um indivíduo.⁴⁶ O que, segundo o senador, dificultou e onerou o fornecimento desses equipamentos.

⁴³ Carvalho, Tito de. Poços Instantâneos. **Arquivo Pittoresco**, N. 33, Tomo XI, 1868, p. 261.


⁴⁴ Carvalho, Tito de. Poços Instantâneos. **Arquivo Pittoresco**, N. 33, Tomo XI, 1868, p. 260.

⁴⁵ Os balanços nas contas da câmara. **Cearense**, 13 Dez 1871, p. 2.

⁴⁶ **Cearense**, 21 Jul 1871, p. 2; **Cearense**, 23 Jul 1871, p. 3.

A retomada dos anúncios de poços, em 1882, assim como das bombas para água, deve estar associada com os anos de estiagem recém-superados. Contudo, não se trata de uma relação do tipo causa e efeito, mas de experiências e expectativas.⁴⁷ A “seca” passada reforçou uma demanda por artefatos que minimizasse efeitos de futuras escassezes.

Os anúncios de produtos relacionados às águas ganharam as páginas dos Almanques “Administrativo, estatístico, mercantil, industrial e litterario do Estado do Ceará” publicados. Funilarias e casas comerciais ofereciam ao público bombas, encanamentos, cataventos, latrinas, lavatórios, pias e outros, sempre com o menor preço e a maior qualidade. Em 1906 a Casa Villar anunciava no Almanaque:



BOMBAS
BOMBAS
BOMBAS
PARA

PARA CACIMBAS
para poços profundos
DE ACÇÃO DUPLA
CATAVENTOS

AS MELHORES E MAIS BARATAS SÃO UNICAMENTE VENDIDAS E GARANTIDAS PELA
◇ ◇ CASA VILLAR ◇ ◇
:: :: A' RUA MAJOR FACUNDO 72 :: ::

Fonte: CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1906, p. 221.

Nos números seguintes novos anúncios foram publicados. Além da Casa Villar, Saboya e Gomes, Fundação Cearense, Centro das Ferragens, A. Porto e A. Santos anunciam – no período de 1895 a 1926 – bombas e encanamentos nas edições anuais dos Almanques. Acompanhando as edições, observa-se uma crescente oferta desses produtos. A publicação dos Almanques Mercantis e a circulação que eles tiveram na cidade de Fortaleza apontam implicações importantes

⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-RJ, 2006, p. 305 - 328.

na veiculação de anúncios nos periódicos da cidade.⁴⁸ A impressão que esses anúncios deixaram é que os comerciantes que mantiveram a publicação regular de reclames nos dois veículos, optaram por utilizar os periódicos para anunciar “novidades” ou produtos alheios ao negócio principal da casa comercial.⁴⁹

O número crescente de casas comerciais que disponibilizavam o produto para pronta entrega e instalação, já estabelecia novas condições: os custos eram distribuídos em um lote e os produtos podiam acessar mais pessoas. Quando passaram a serem fabricados na cidade os custos caíram ainda mais e o acesso poderia se dar a outras tantas pessoas. A simples disponibilização do produto não significava seu consumo, ou seja, não é porque eram vendidos na cidade que eram consumidos por todos. Além disso, o crescente número de casas comerciais negociando um determinado produto – vislumbrando nele uma boa possibilidade de negócios e lucro – indica sim uma demanda igualmente crescente. Afinal, não haveria tantos vendedores para um produto que ninguém quer comprar.

As bombas utilizadas junto com as ventoinhas – cata-ventos – e caixa de água proporcionavam água encanada, mas isso tinha um custo elevado. Nesse sentido, é provável que o abastecimento de água da Ceará Water Company que havia se encerrado oficialmente em 1897 – mas que, após a seca de 1877-1879, ao que indica, não voltou a funcionar a contento – tenha interferido nessa equação e aberto possibilidades para que a água continuasse fluindo pelos canos da casa.

As “facilidades” para fazer a água circular – seja dispondo de um grande número de trabalhadores domésticos ou com a instalação de apetrechos – possibilitavam um maior consumo de água. Apesar de ser difícil mensurar esse crescimento não se ignora que com chuveiros, torneiras e sentinas passou-se a consumir mais água em atividades antes feitas, em parte, a seco ou com pouca água.⁵⁰ Além disso, conforme chamou atenção Denisse Sant’Anna, a disponibilização da água encanada proporciona uma desmensuração do consumo

⁴⁸ Segundo Débora Dias “diferente do jornal, em que o anúncio teria que ser republicado diariamente, o Almanaque oferece a possibilidade das ofertas e serviços oferecidos serem consultados durante todo o ano”. MACAMBIRA, Débora Dias. **Impressões do tempo: Os Almanques no Ceará (1870-1908)**. 2010. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010, p. 161.

⁴⁹ Observa-se isso com grande clareza nos anúncios da Casa Villar. Contudo, a história da propaganda em Fortaleza ainda carece de um estudo mais sistemático.

⁵⁰ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 125-126.

que sai do visível – dos recipientes espalhados pela casa para armazenar água – para o invisível das caixas d’água, mas não das contas de água.⁵¹

Nas casas em que as águas não corriam por canos havia outros objetos destinados a lhe dar movimentação: depois que saía do poço, do barril do aguadeiro ou de outra origem, era destinada à água uma série de vasilhames. Eis um trecho das Memórias de Gustavo Barroso em que ele apresenta algumas dessas possibilidades:

Dum lado, rente à parede, a fila das jarras de barro, bem tapadas, em que se conserva a água da chuva. São oito sobre seus altos bancos furados em que se embutem os fundos em cone truncado. Uma delas muito diferente das outras, com relevos, vidrada, de asas. Veio da Bahia. Perto da porta que abre para o corredor, sobre o guarda-comida de tela de arrame, duas fileiras de moringas e quartinhas, com suas camisetas de croché, esfriando a água ao vento encanado. Umhas têm um copo de barro, outras um caneco de lata emborcados sobre o gargalo, porque certas pessoas acham que a água bebida em caneco de barro é mais gostosa e outras que é melhor ainda em caneco de folha-de-flandres.⁵²

A água da chuva que em 1861, segundo Freire Alemão, era “desprezada” pelo povo cearense parece ter ganhado outro status com o passar do tempo.⁵³ Não é possível apontar apenas um aspecto para essa mudança. Contudo, é plausível que as dificuldades passadas nos anos 1877-1879 tenham influenciado nesse aspecto. Na casa de Gustavo Barroso, os oito potes guardavam a preciosidade como que entesourada sob seus pedestais. Os significados relacionados aos usos da água da chuva e os recipientes destinados a conservá-las pode indicar um grande cuidado por sua preciosidade: a água da chuva era vista como dádiva, de incontestável pureza – o problema estava na limpeza do telhado.

Descrevendo uma casa de palha localizada na vila de pescadores em seu romance “A Afilhada”, Manuel de Oliveira Paiva escreveu:

O compartimento permanecia com os seus trastes, o pote no canto sobre a forquilha de três ganchos, com o coco dependurado pelo cabo; as malas no pé da parede, uns cacetes enfiados na palha, as redes enroladas com os punhos enfiados nos armadores que saíam das estacas. A vassourinha, tudo à mão.⁵⁴

⁵¹ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 125-126.

⁵² BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 96.

⁵³ “Há aqui grande prevenção contra água de chuva, que desprezam, querendo antes a beber de cacimba ou de rio, que nem sempre são boas”. ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão** (1859-1861). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 494.

⁵⁴ PAIVA, Manuel de Oliveira. **A Afilhada**. [1889] In.: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 307-308.

Assim, como no sobrado em que morou Gustavo Barroso, o pote se fazia presente: armazenando e refrigerando a água. A forquilha – para manter o pote afastado do chão – e o coco – utilizado para servir ou beber água – marcam os utensílios ligados ao consumo de água na “palhoça”. Contudo, não se trata de asseverar um consumo a partir de uma pretensa “divisão de classes”, mas de pensar na pluralidade e nas práticas que estão no entre. Denise Sant’anna escreveu que em São Paulo, alguns abastados tinha coco com as bordas de prata.⁵⁵

Um pote coletivo e as moringas individuais, com seus copos segundo o gosto do usuário e posicionadas para aproveitar o vento que atravessava a casa, marcam diferenças que não estão apenas no tamanho das posses, mas na circulação e na apropriação das normas de salubridade – que serão retomadas no último tópico deste capítulo.

Em 1869, um comerciante anunciava ter para vender “os verdadeiros copos para água”.⁵⁶ Não se sabem quais eram os falsos, uma vez que os “copos para água” não eram novidade. Em 1864, lê-se no Cearense um anúncio de “copos para água, para vinho, para cerveja e para champanhe”, liso ou em cores – a partir de 120 réis cada.⁵⁷ Os copos de diferentes tipos e materiais apontam para sentidos mais amplos do que matar a sede – como aparece na citação de Gustavo Barroso, o material utilizado na fabricação do copo influenciava, entre outras coisas, no sabor.

Não é que não se conhecia a possibilidade de utilizar um copo para beber água, mas o fato de que, cotidianamente, a maior parte da população não fazia usos deles. Na descrição da casa de palha não há copos. Muitos tomavam a água diretamente no coco ou na cuia que ficava posicionada próximo ao pote para essa finalidade ou, no caso das moringas, um copo igualmente de barro que lhe servia de tampa eram utilizados para beber. Não é que não tivessem copos, tinham, principalmente para servir visitas ou pessoas que pediam água na porta.⁵⁸

Os jarros de cerâmica – potes, moringas e quartinhas – eram objetos de grande utilidade nas casas do período pesquisado em Fortaleza. No romance *A Normalista*, a moringa compõe também a mesa posta para o jantar na casa do

⁵⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 78.

⁵⁶ **Cearense**, 28 Ago 1869, p. 4.

⁵⁷ Louças, vidros & porcelanas. **Cearense**, 3 nov 1864, p. 4.

⁵⁸ CAMPOS, Eduardo. **A volta do inquilino do passado** - segunda locação. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, p. 51-52.

Amanuense João da Mata, com água fresca sempre à mão durante a refeição.⁵⁹ Além de armazenar água, os potes aparecem como vasilhas destinadas ao transporte de água. Nos romances “Ponta de Rua” de Fran Martins, “A Fome” de Rodolpho Theophilo, “A Afilhada” de Manoel de Oliveira Paiva e nas “Memórias” de Gustavo Barroso aparecem moças carregando água equilibrando os potes de barro sobre a cabeça.⁶⁰

O missionário protestante Daniel p. Kidder escreveu:

À medida que se visitam as cidades brasileiras, pouca cousa se nos apresenta tão remarcadamente característica quanto os potes d'água que os negros levam sobre a cabeça.⁶¹

Em um trecho de suas “Memórias” Gustavo Barroso fornece uma dica da procedência das cerâmicas:

Os fabricantes de potes de argila vermelha alinham a sua mercadoria à sobra dos oitões e, em cada palhoça, no peitoril das janelinhas se ostentam um tábuca com um bule e xícaras de louça grosseira para vender café aos viandantes.⁶²

Esses produtos não eram anunciados nos jornais, não precisava. Provavelmente, todos em Fortaleza sabiam onde comprar. Segundo Denise Sant'Anna, “um simples pote pode exprimir uma sofisticação técnica à primeira vista inexistente”: as moringas e quartinhas eram projetadas para as águas deslizarem suavemente pelo gargalo – que acomodava bem a tampa que lhe podia servir de copos – e o pote de barro possuía vantagens térmicas e higiênicas que, por exemplo, as pipas e barris de madeira não possuíam.⁶³

⁵⁹ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 165.

⁶⁰ Martins, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, p. 18-19 e 143; THEÓPHILO, Rodolpho. **A fome; Violação**. Rio de Janeiro, J. Olympio; Fortaleza: Academia cearense de Letras, 1979, p. 159; BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso - Coração de Menino** [1939], **Liceu do Ceará** [1940] e **Consulado da China** [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 308; PAIVA, Manuel de Oliveira. **A Afilhada**. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 201 e 315.

⁶¹ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (províncias do Norte)**. [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972, p. 57-58.

⁶² BARROSO, *op. cit.*, p. 134.

⁶³ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 78. A historiadora Joyce Mota Rodrigues, escreveu ainda que os “*potões de barro usados comumente pela população*” foram a única solução encontrada pelas cientistas britânicos, brasileiros e americanos – que visitaram a cidade de Sobral (interior do Ceará) em 1919 para observar um eclipse solar – para esfriar a água a 20° – temperatura necessária para revelar as fotografias que confirmariam a Teoria da Relatividade de Einstein. RODRIGUES, Joyce Mota. **Entre telescópios e potes de barro: o eclipse solar e as expedições científicas em 1919 / Sobral – CE**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012, p. 99.

Utilizada por um longo espaço de tempo na cidade, os potes de barro podiam até diferir nos detalhes e no acabamento, mas eram peças recorrentes em todas as residências. Mesmo sem detalhes sobre o consumo, a partir dos objetos é possível pensar nas “*redes de abstração e sensibilidade*” da quais eles faziam parte.⁶⁴ Assim, é possível pensar nos usos que esses objetos tinham dentro das casas conservando água para beber, cozinhar e lavar.

As quartinhas e moringas que tinham a função de esfriar a água na casa de Gustavo Barroso ficavam estrategicamente posicionadas para aproveitar o fluxo de vento que circulava pela residência e potencializava o resfriamento. Além disso, Barroso chama a atenção para o fato de que, em sua casa, cada pessoa possuía a sua moringa, com o seu copo emborcado sobre o gargalo, o que indica que elas não estavam dispostas a compartilhar o líquido e eram responsáveis por abastecer sua cerâmica com água. Já Eduardo Campos escreveu sobre a presença, em sua casa, de uma garrafa de vidro azul que potencializava a qualidade da água.⁶⁵

Não é porque não corria em canos que a água não circulava pelo imóvel. Em alguns casos, o lugar em que determinado recipiente era posto podia ser o suficiente para facilitar o deslocamento. No romance *A Afilhada*, há a presença de um barril ao pé da cacimba que era abastecido com água pelo escravo Tio Raimundo para ser utilizado na horta e no jardim, transportado nos regadores.⁶⁶ Além disso, o pote posicionado na cozinha deixava a água sempre à mão para beber e cozinhar – no romance citado, Ângela e Honorata puxavam a água que supria esse pote.⁶⁷ Além de potes e barris, bacias de porcelana, de prata ou de outros materiais, lavatórios, banheiras e aquedares eram objetos ligados à movimentação das águas nas casas.

Para dispor de água encanada, além dos canos, era preciso possuir apetrechos como torneiras, cubas, chuveiros, canos e outros. No Guia de 1927, bombas manuais e cata-vento continuavam figurando entre os itens anunciados pelas funilarias, o que indica que ainda tinham grande importância para o abastecimento da cidade: fazendo circular água aonde a rede não chegava ou como

⁶⁴ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo séc. XVII - XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 13.

⁶⁵ CAMPOS, Eduardo. **O Inquilino do Passado** – memórias urbanas e artigos de afeição. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1996; CAMPOS, Eduardo. **A Volta do Inquilino do Passado** – segunda locação. Fortaleza: Casa José de Alencar/ Programa Editorial, 1998.

⁶⁶ PAIVA, Manuel de Oliveira. **A Afilhada**. [1889] In.: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 242.

⁶⁷ PAIVA, *ibid.*, p. 201, 241-243.

uma fonte alternativa para fugir dos preços cobrados. Além deles, louças, aparelhos para latrinas, pias, canos, filtros, sentinas e fossas sanitárias estavam anunciados no Guia de 1927.⁶⁸ A inauguração da rede de abastecimento em 1926, com as águas do Acarape do Meio, possibilitou um “novo” acervo de apetrechos e desejos.

4.2. De chuva, de nado, de choque e de mar: os banhos em Fortaleza.

(...) o céu, que há vários dias se vinha carregando tomando aquela cor de ardósia que prenunciava aguaceiros violentos, de repente, ao estrondo de meia dúzia de trovões, abria as comportas da altura, e a água se despejava em jorros pelas biqueiras do telhado, alcançando uma violência de pequena cascata pela boca dos grandes “jacarés” da fachada.

Pouca gente de hoje, mesmo em Fortaleza, com as belas residências funcionais que enfeitam agora a cidade, saberá da delícia que era a gente correr então para baixo do jato estrondajante que desabava do alto sobre nossas cabeças, fazendo-nos dar saltos e gritar cheios de alvoroçado gozo, como nalgum jogo proibido e cheio de pecado.

Mais tarde, a invernia se prolongando por alguns dias, os baixios do sítio, inundados, viravam lagoas, que se estendiam dum cercado ao outro, e por onde vogávamos, numa velha caixa d’água, de folha de flandres, improvisada em canoa balouçante sobre a água clara, em cujo leio corriam as lianas das salsas os tufos negros da grama da praia.⁶⁹

Para Herman Lima, os banhos de chuva não tinham regras, nem protocolos a serem seguidos. Não demandavam roupa especial, nem obedeciam a muito planejamento. Para tomar banho de chuva, como escreveu Eduardo Campos, só precisava dar um passo para entregar-se aos encantos das águas.⁷⁰

Mesmo com a continuidade das chuvas ano após ano, com alguma variação no volume, o banho de chuva mudou junto com a cidade – foi evocando essa cidade que mudava rapidamente que Herman Lima escrevia sobre o banho de chuva. Atualmente, ainda é possível ver crianças tomando banho a cada nova chuva. No entanto, não se trata da mesma coisa. Afinal, como é possível achar que a prática continua a mesma se quase tudo ao redor mudou?

Segundo José Wash Rodrigues, em seu Documentário Arquitetônico, o conjunto formado por gárgulas, antepostas e bandeiras era a principal peculiaridade

⁶⁸ **Guia Cearense**. Fortaleza: Typ. Central, 1927.

⁶⁹ LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. [1959] 2ª Ed. Fortaleza: casa de José de Alencar / UFC, 1997, p. 34.

⁷⁰ CAMPOS, Eduardo. **Na flor da idade**: memórias de infância e adolescência. Fortaleza: Tukano, 1991, p. 37-39.

da arquitetura de Fortaleza no século XIX.⁷¹ Contudo, o que o arquiteto chama de gárgulas eram, em sua maioria, jacarés, serpentões e bicas feitos de zinco, cobre ou bronze. Esses artefatos tinham os mais diversos formatos, sendo, os mais comuns, feitos de zinco em formato de jacarés, serpente ou dragão – dependendo da criatividade do artífice ou de quem olhava. Eram utilizados como ornamento e para dar vazão à água das chuvas que escorriam do telhado.

Uma das vistas oriundas dos Álbuns da cidade organizado pela firma Napoleão Irmãos & Cia faz-se oportuna para essa discussão:



RUA DO MAJOR FACUNDO.

Fonte: **Vistas do Ceará**. Fortaleza: Napoleão Irmãos & Cia, S/d.

Apesar do Álbum não trazer a data em que as fotografias foram realizadas ou de sua impressão, presume-se terem sido realizadas entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, já que a empresa Napoleão Irmãos & Cia. – responsável pela publicação do álbum – existiu nesse período. Além disso, a presença dos postes de iluminação a gás reforça o recorte apontado. Na rua fotografada é possível ver os “jacarés” em quase todas as casas. Não se sabe de quando datam os primeiros exemplares desses objetos na cidade. Porém, é possível

⁷¹ RODRIGUES, José Wash. **Documentário Arquitetônico**: relativo à antiga construção civil no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979, p. 310.

imaginar, que são contemporâneos das platibandas de influência neoclássicas introduzidas na cidade em meados do século XIX.⁷²

O *Código de Postura do Município de Fortaleza* de 1879 faz referência a esse artefato, permitindo e incentivando que a vazão das águas das chuvas fosse dada por canos embutidos ou serpentões.⁷³ Sendo a segunda opção, seja por questões estéticas ou por demandar menor intervenção na fachada do imóvel, a preferida pela maior parte dos proprietários. Porém, ao que indica um artigo do Código de Posturas de 1893 – que proibia “o emprego de serpentões” para casas que fossem construídas ou reconstruídas da promulgação da lei em diante – esses objetos tornaram-se “mal vistos” alguns anos depois.⁷⁴

Em 1932 foi aprovado um novo *Código de Posturas* para o município em que as apreciadas biqueiras passaram a ser proibidas, sob o risco de multa de 50\$000 por unidade.⁷⁵ No entanto, isso não quer dizer que os jacarés deixaram de existir na cidade a partir da assinatura do código. Segundo Eduardo Campos, que viveu em casa de porta e janela na Rua do Imperador na década de 1930, a frente da casa em que morava tinha “fachada altanada, platibanda e descida da água da chuva por jacarés, o que perdurou até vir a tubulação de flandre pintada de vermelho, exposta (...)”.⁷⁶ Isso é indício de que a peleja entre a municipalidade e os proprietários tenha se desenrolado por muitos anos afora o prazo de 90 dias estipulado pela lei para a retirada dos artefatos.⁷⁷

Todavia, a própria redação do artigo menciona que alguns já haviam efetuado a retirada desses artefatos antes mesmo da aprovação da lei. Entre eles o historiador Guilherme Studart que doou ao Museu Histórico do Ceará as duas gárgulas de bronze que ornavam sua residência meses antes da proibição.

Cristina Holanda, que pesquisou a constituição do Museu Histórico do Ceará, escreveu sobre os motivos que levaram Studart a tomar essa atitude,

⁷² DUARTE JUNIOR, Romeu. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 7, abr. 2009. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br>>. Acesso em 10 maio 2012, p. 52.

⁷³ FORTALEZA. Resolução nº 1818 do 1º de fevereiro de 1879. **Actos legislativos da província do Ceará**: promulgados pela respectiva Assembléa no anno de 1878. Fortaleza, Typographia do Mercantil, 1879, p. 103-126.

⁷⁴ FORTALEZA. Câmara Municipal. **Código de posturas da Câmara Municipal de Fortaleza** – 1893. Fortaleza: [s.n.], 1915, p. 5-6.

⁷⁵ FORTALEZA. **Código Municipal** (Dec. Nº 70 de 13 de Dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 42 e 102.

⁷⁶ Campos. **O Inventário do Quotidiano**: Breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza – Serie Pesquisa – nº 6, 1996, p. 56.

⁷⁷ Atualmente, ainda existem alguns desses artefatos em prédios localizados no Centro de Fortaleza.

argumentando que esses objetos eram poucos significativos para apresentá-lo à posteridade como homem de letras e filantropo.⁷⁸ Desenvolvendo sua hipótese, a historiadora indica que esta doação talvez estivesse ligada ao sentimento de que a cidade que ele conheceu e que era nela conhecido estava deixando de existir.⁷⁹

Em uma discussão sobre os “tratados de boas maneiras”, Norbert Elias apontou que as “*peçoas que vivem ou fazem parte do círculo que dá exemplo não precisam de livros para saber como ‘alguém’ deve se comportar*”.⁸⁰ Trazendo para a questão aqui abordada é possível imaginar que entre os grupos em que circulavam a maioria dos legisladores – necessários para aprovar as posturas – o artefato já era considerado negativo antes da proibição. Os códigos de posturas aqui estudados – assim como os livros de “boas maneiras” estudados por Elias – visavam o “outro” e suas práticas.⁸¹ Esse “outro” poderia ser o “rude”, mas também o “desatualizado”.

As Posturas Municipais, além de estipular o que estava dentro e fora da lei e aplicar as penalidades previstas, funcionava como um referente cultural fortíssimo, delimitando “civildade” e instituindo novas distinções e territórios.⁸² Assim, alguns dos proprietários que mantiveram os jacarés nas fachadas de suas propriedades, além das sanções previstas na legislação, sofreram outras, sendo apontados como incivilizados e atrasados nos círculos mundanos da cidade.

Infelizmente não encontramos a discussão que oportunizou a criação da lei que proibia os jacarés. Assim, não é possível apontar os argumentos que fomentaram a interdição. Porém, dificilmente um menino na cidade concordaria com essa proibição. É possível imaginar que as casas com as melhores bicas acumulavam dezenas deles que, aos gritos e em puro alvoroço, as aproveitavam para tomar banho. Não deixa de ser interessante que os objetos pensados pelo *Código de Postura de 1879* para domar as águas das chuvas que escorriam pelos beirais dos telhados em cachorrada sobre o passeio tenham propiciado momentos de grande êxtase para as crianças. Porém, com a proibição – e lenta retirada – essa

⁷⁸ HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932- 1942)**. 2004. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004, p. 146.

⁷⁹ HOLANDA, *ibid.*, p. 147.

⁸⁰ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma historia dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 110.

⁸¹ ELIAS, *ibid.*.

⁸² ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2003, p. 13.

cena tenha se tornado mais difícil até tornar-se inimaginável, como pensou Herman Lima ao olhar as “residências funcionais” do seu tempo.

A narrativa em retrospecto permite perceber, em meio a tentativas de “escrita de si”, as mudanças na cidade e das práticas. Segundo Antonio Luiz Macedo e Silva Filho, “*o que era percepção do mundo, decantada nos meandros do lembrar, torna-se daí por diante uma operação apoiada no rigor analítico do alfabeto*”.⁸³ No entanto, trabalhando com esses livros em série é possível compreender diferentes formas de vivenciar a cidade, marcadas pelo tempo, diferentes territorialidades e desígnios da escrita.

Além das áreas inundadas da cidade ou debaixo do jorro das biqueiras, havia em Fortaleza uma série de “piscinas naturais” propícias – ou nem tanto – aos banhos nos arredores da cidade. Rios, riachos, açudes e lagoas que faziam a alegria dos meninos e adultos.

Gustavo Barroso que foi apontado por ele próprio e alguns contemporâneos seus como o menino mais levado – “danisco”, “danado”, “perguntador” e “endiabrado”⁸⁴ – que já viveu em Fortaleza, não deixou de escrever sobre alguns desses espaços:

No tempo de inverno, temos ótimas piscinas em volta da cidade: a lagoa do Tauape, no Benfica; os açudes do João Lopes, entre o Jacarecanga e o Alagadiço, e o do Padre Pedro, ali ao lado do Matadouro. Por ser o mais próximo, este é o preferido desde o dia em que o Pimenta no-lo revelou.⁸⁵

Eis o seu preferido:

O Pimenta, o repetidor de ano, convida-nos a um banho no açude Padre Pedro. Temos alguns níqueis e tomamos o bonde para lá, na Praça do Ferreira, cheios de curiosidade. [...] O açude se estende por trás da casa onde morou, quando vivia, o Padre Pedro, na Praça de São Sebastião, quase ao chegar ao Curral do Açougue, esquina da chamada Estrada do Gado, por onde este vem da feira de Porangaba ao Matadouro.

A mãe do Pimenta está tomando conta da casa, cujo os donos se acham em viagem. Transpomos a cancela e nos espalhamos pelo sítio a devorar goiabas e pitangas. Atiramo-nos depois alegremente à água límpida do açude, espelho de prata que reflete à luz do sol matutino na sua verde moldura de frondosos cajueiros.

A meninada do meu tempo é louca por água. Todos nadamos e mergulhamos como piabas.⁸⁶

⁸³ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Volteios da letra nas memórias urbanas. **TRAJETOS** – Revista de História da UFC, v. 5, n. 9/10, 2007, p. 55.

⁸⁴ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 92; LIMA, Herman. *Poeiras do tempo*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967, p. 57.

⁸⁵ BARROSO, *ibid.*, p. 45.

⁸⁶ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 45.

Quando Gustavo Barroso publicou o primeiro volume das suas memórias em 1939, já havia deixado há muitos anos a cidade em que passou sua infância e juventude. Muitas das construções, praças e ruas que descreve, já haviam deixado de existir ou tiveram seus nomes e usos alterados. No entanto, o açude “lembrado” por Barroso era ainda frequentado por meninos que brincavam e nadavam.

Mozart Soriano Aderaldo escreveu que brincou nas margens e penetrou nas águas do mesmo açude pelo menos 30 anos depois de Gustavo Barroso e que, apesar de “*urbanizado entre quatro ruas e sem a mesma poesia*”, o açude ainda existia em 1974 – ano em que escreveu a primeira edição da sua *História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada*.⁸⁷ Porém, quinze anos depois – quando escreveu as notas explicativas acrescentadas à segunda edição das *Memórias* de Gustavo Barroso publicadas em 1989 – lamentou que o açude Padre Pedro houvesse sido aterrado por obra da “ganância imobiliária”.⁸⁸ A memória de Fortaleza, por parte desses escritores, é marcada por sua água.

A partir das andanças dos meninos na cidade é possível perceber uma Fortaleza repleta de água que não condiz com as plantas da cidade e com o atual mapa hidrográfico. Mesmo na *Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará* de 1888 – levantada pelo Engenheiro da província e Arquiteto aposentado da Câmara Municipal Adolpho Herbster – não há qualquer referência a existência das “piscinas” citadas. Assim, a narrativa é oportuna para dar a conhecer a presença desses espaços e alguns dos usos que eram feitos deles. Além disso, põem em dúvida muito do que se estima sobre a geografia de Fortaleza em tempos pretéritos.

No período em que Gustavo Barroso conheceu o açude do Padre Pedro, os bondes movidos à tração animal da Empresa Ferro Carril tinham um papel importante na construção das territorialidades urbanas. O lugar onde existiu o Açude ficava a dois quilômetros da Praça do Ferreira – importante logradouro localizado no centro da cidade – onde Gustavo Barroso e seus amigos pegaram o bonde que os levou à Praça de São Sebastião, nas proximidades do açude.⁸⁹ Apesar da distância

⁸⁷ ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

⁸⁸ ADERALDO, Mozart Soriano. Notas Explicativas In.: BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 45.

⁸⁹ Segundo Raimundo de Menezes, datam de 1880 os primeiros bondes puxados a burros de Fortaleza. Estes foram substituídos pelos bondes elétricos a partir de 1913, quando o serviço já pertencia à empresa The Ceará Tramway, Light and Power Co. Ltd. MENEZES, Raimundo de.

percorrida por Gustavo Barros não ser impossível de ser vencida andando, é preciso acrescentar que nesse período haviam poucos trechos pavimentados fora da zona central da urbe. A caminhada em areia frouxa era desgastante, difícil e demorada. Apesar de não condicionar os deslocamentos à sua existência, há de se ponderar que os bondes minimizavam as dificuldades do trajeto. A relação de “proximidade” dos meninos com o Açude Padre Pedro é marcada pela passagem da linha do bonde que seguia até o Matadouro. Assim, é preciso lembrar que as distâncias na cidade se relacionam com os novos meios de transportes e a pavimentação de estradas.

No entanto, nem todos podiam pagar os bilhetes para se deslocar entre os trechos ligados pelos bondes, assim como nem todos podiam se deslocar sempre que desejavam tomar banho nesses espaços. Além da distância, a escolha dos reservatórios para os banhos sofria a influência de outros elementos. Sobre este assunto, mais um trecho de Gustavo Barroso:

Do Parque [da Liberdade] vamos ao Reservatório do Pajeú, construído na seca de 1845 pelo Senador Alencar e melhorado na de 1877, pelo Barão de Sobral, todo coberto de aguapés e pacaviras, menos nos lugares onde a meninada dos arredores costuma tomar banho. Caboclinhos e moleques das choupanas próximas ali se atiram à água com o sol a dourar-lhes os corpos escuros, acobreados, mergulhando aos pulos, nadando de braço ou de cachorro, jogando cambapé.

Como são felizes! Fico com tanta inveja deles que um instante desejo ser antes um moleque do que um filho-família.⁹⁰

As crianças não são isoladas do restante da sociedade, alheias ao mundo dos adultos. Os usos que os meninos faziam da cidade – e que quando adultos querem lembrar – foram influenciados por escolhas familiares e condição social no tempo do vivido e no tempo do escrito. Eles não estavam dispensados – mesmo com margens dilatadas em alguns casos e muita inventividade – das regras, das distinções e das hierarquias sociais.

O reservatório do Pajeú ficava num trecho barrado do riacho Pajeú, não mais distante que alguns quarteirões da Praça do Ferreira. No entanto, havia uma discussão na cidade – quase contemporânea ao próprio reservatório – sobre a qualidade da água – já vista em capítulos anteriores. Assim, alguns pais não queriam nem imaginar “suas” crianças tomando banho naquelas águas. Além disso,

Coisas que o Tempo Levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga. [1938] Fortaleza / São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 41-44.

⁹⁰ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 27.

essa proximidade com a zona central de Fortaleza favorecia a vigilância àquele local.

Não é de se estranhar que os trajes para nadar nesses espaços era nenhum. Essa prática específica – nadar despido – era alvo de regulamentação em artigo desde o *Código de Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza de 1879* – no capítulo intitulado “Bulhas, voserias, abscenidades e ofensas à moral”, o código proibia, sob penas criminais e multa de 5\$000 reis, “*banhar-se de dia no corrente da rua do Poço, na lagôa do Garrote, no Pajehú e outros lugares expostos às vistas dos viandantes, ou de quem estiver nas cazas*”.⁹¹ Além disso, eram proibido desde 1844 “apresentar-se nua, das seis horas da manhã às seis da tarde, nos lagos ou riachos desta cidade, sob qualquer pretexto que seja”.⁹²

O banho em aguadas públicas era em prática entre os meninos e rapazes, mas na mesma medida em que a cidade crescia, aumentavam as críticas. Gustavo Barroso escreveu que após ir estudar no Liceu, ele não conseguiu evitar as “tentações da vadiagem”: tomando banho em reservatório do Pajeú, no açude do Padre Pedro e no mar “em trajes de Adão”.⁹³

A interdição apontada nas *Posturas*, além de reforçar a recorrência da prática, indica ainda que o problema não estava no banho em si, mas em ser visto tomando banho. Não havia restrição ao banho noturno, mesmo que despido. O *Decreto nº 70 de 13 de dezembro de 1932* – conhecido como *Código de Posturas do Município de Fortaleza de 1932* – que veio substituir os anteriores é mais direto: “*Incorrerá na multa de 50\$000 aquele que banhar-se em lugares públicos, estando completamente despido*”.⁹⁴

A persistência da proibição indica a continuidade da prática. Além disso, pequenas alterações no texto da lei podem ser oportunas para se compreender mudanças nos seus significados. Relacionando os artigos, é possível pensar que havia uma incapacidade de fazer valer a proibição de “*banhar-se durante o dia*”.

⁹¹ FORTALEZA. **Código Municipal** (Dec. Nº 70 de 13 de Dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 103-126.

⁹² Ceará. Lei n. 328 de 19 de Agosto de 1844. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009, p. 400-401.

⁹³ BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 27. (1989:164)

⁹⁴ FORTALEZA. **Código Municipal** (Dec. Nº 70 de 13 de Dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 101.

O código de 1879 aponta ainda em sua lista das proibições os possíveis lugares mais frequentados para essa prática – no corrente da Rua do Poço, na lagoa do Garrote e no Pajeú.⁹⁵ Além das lagoas e açudes maiores, havia outros construídos a partir das barragens dos riachos do Jacarecanga e do Pajeú que também eram usados para armazenamento de água e banhos. A barragem da água deveria ser objeto de disputa, uma vez que foi necessário um artigo no *Código de Postura da Câmara Municipal de Fortaleza* de 1932 para regular a construção de sangradouros de um metro, para não privar de água outros terrenos.⁹⁶

Herman Lima, que morou durante a sua infância – vivida na primeira década do século XX – em uma propriedade cercada por cajueiros, entre as dunas, o mar e o riacho Pajeú, escreveu que em companhia de um colega – “o pretinho” da sua escola primária – “estava disposto sempre a um croque, na cota de sacrifício por uma gostosa gazeta à beira do Pajeú”.⁹⁷

Anos antes do período em que Herman Lima viveu na cidade, Freire Alemão escreveu em seu diário em 26 de maio de 1860:

Hoje ainda tive a ocasião de observar a paixão que têm os cearenses pelo banho, as meninas D. Matilde e D. Helena vão todos os dias banhar-se no açude que há aqui perto de casa [provavelmente no Garrote ou no Açude do Pajeú].⁹⁸

O autor, no que diz respeito aos seus próprios banhos, deixou poucos registros. Talvez isso se dê por conta de tratar-se de um assunto ordinário que não era “digno de nota” ou, realmente, o autor poderia considerar que os banhos diários – ou quase diários – eram desnecessários.⁹⁹ Porém, a “paixão” pelo banho não era uma exclusividade dos cearenses. Segundo Conceição Maria de Rocha de Almeida, nas cidades de Cametá e Belém, os viajantes Daniel Kidder e Robert Ave-Lallemant se impressionaram com a recorrência e a grande quantidade de homens, mulheres e crianças – oriundos das “classes mais humildes” – que pela manhã e no fim da tarde

⁹⁵ FORTALEZA. **Código Municipal** (Dec. N° 70 de 13 de Dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933, p. 103-126.

⁹⁶ FORTALEZA. Resolução nº 1818 do 1º de fevereiro de 1879. **Actos legislativos da província do Ceará**: promulgados pela respectiva Assembléa no anno de 1878. Fortaleza, Typographia do Mercantil, 1879, p. 103-126.

⁹⁷ LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. [1959] 2ª Ed. Fortaleza: casa de José de Alencar / UFC, 1997, p. 13.

⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 520.

⁹⁹ ALEMÃO, *ibid.*, *passim*.

se dirigiam aos rios da cidade para abluções.¹⁰⁰ A historiadora, partindo das considerações de Avé-Lallemant, aponta que a ascendência indígena corroborava com essa afeição aos banhos.¹⁰¹ Contudo, explora apenas parcialmente as tensões que essa prática propiciava.

Nos livros de viagem, memória e romances pesquisados, encontraram-se diversas modalidades de banhos que coexistiram e, de alguma forma, conflitaram na cidade. No Diário de Luís e Elizabeth Agassiz, lê-se um trecho que relata um banho desfrutado pelo casal em Fortaleza. Eis o trecho:

O banho tem um grande papel na vida doméstica dos brasileiros. É uma grande volúpia nesses países escaldantes e muitas pessoas os tomam várias vezes por dia. Fomos então mergulhar numa bacia do tamanho dum pequeno quarto, onde a água, com uma profundidade de dois pés mais ou menos, deliciosamente suave e como que aveludada ao tato, corria lentamente num fundo macio de areia. No Brasil, estas espécies de piscinas são frequentemente maiores; não é raro que a água nelas tenha uma profundidade de quatro a cinco pés, e quase sempre o fundo é revestido de azulejos azuis e brancos que o tornam tão limpo quanto lindo de se ver; costumam ser construídos no jardim, a uma distância conveniente dos quartos.¹⁰²

Não é de estranhar que a narrativa dos viajantes é generalizadora, principalmente se tratando de Fortaleza, que era posto de passagem e não de fixação da maioria desses visitantes. Contudo, significativa por narrar um banho estritamente conforme as posturas e que, assim, não fazia parte do cotidiano da maioria da população. Apesar disso, não se evoca limpeza em nenhum trecho. O banho citado proporciona o refrigério – um lenitivo nos “países escaldantes” – e uma sensação de prazer.

No ano seguinte a passagem dos viajantes estrangeiros pela cidade, foi instalada em Fortaleza a “Casa de Banhos” – possivelmente a primeira – em 1867.¹⁰³ No anúncio publicado no jornal *Cearense*, não há alarde nem muitos detalhes além do endereço e do preço do banho. Contudo, apenas a abertura do estabelecimento indica uma crescente demanda ou/e imposição para esse tipo de banho. Para se compreender os sentidos da prática, um texto publicado no jornal *Pedro II* de 23 de agosto de 1867 é oportuno:

¹⁰⁰ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 340 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p 88.

¹⁰¹ ALMEIDA, *ibid.*, p. 89

¹⁰² AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865–1866)**. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 147.

¹⁰³ **Cearense**, 26 Jul. 1867, p. 4.

Os banhos em todas as estações do anno são de grande proveito, de modo que auxiliando o uso da roupa branca interior, desconhecido dos antigos, acabariam por fazer desaparecer essas mil enfermidades da pella que tantas vezes se apresentam sob fórmias desagradáveis.

Um médico philosopho qualificou de monstruosa a pessoa suja por motivo de incúria ou preguiça.

Em Athenas havia uma lei que não só obrigava as mulheres a banharem-se e fazer abluções, mas até condemnava a serem inscriptos na praça pública os nomes das que não cumpriam com aquelle dever de limpeza, as quaes ficavam muito desacreditadas na opinião dos gregos.

Ào seu costume de se banharem devem as turcas e as mouras o terem a pelle fina e macia, isenta de todas essas doenças que aleiam as mulheres pouco cuidadosas do asseio corpóreo.

Na Allemanha há banhos públicos ao alcance até do pobre; e em quanto se toma banho, lavam-se e secam-se, por meio de aparelhos e estufas, as roupas brancas dos banhistas.¹⁰⁴

O desleixo com a limpeza do corpo – auxiliado pelo uso das roupas brancas – é apontado como uma “monstruosidade”. O artigo tinha claramente um papel pedagógico de incentivar o uso do banho como forma de “fazer desaparecer” enfermidades da pele e direcionava-se, principalmente, às mulheres. O exemplo final, do banho na Alemanha, talvez indique uma crítica ao valor do preço cobrado pelo banho em Fortaleza, mas em nenhum momento está em dúvida a importância dos banhos para saúde, para humanidade, para vida em sociedade e para a beleza da pele.

Não é possível afirmar quem foram os frequentadores da Casa de Banho de Fortaleza; não se encontrou nenhum documento que trate do seu funcionamento. Assim, não se sabe se o texto alcançou o seu intento – de atrair as mulheres e as famílias aos banhos. Em outro anúncio, publicado em 1869, a Casa de Banhos comunicou que continuava aberta e “Só se admite pessoas decentes e famílias”.¹⁰⁵ Essa consideração indica certa normatização dos comportamentos nas casas de banho.

Em São Paulo, inaugurada em 1868, a Sereia Paulistana – primeira casa de banhos da cidade – oferecia aos seus clientes, além dos banhos, restaurante, sociabilidades nos jardins e atendimento médico – que incluíam terapias em águas temperadas com flores e ervas.¹⁰⁶ Não é possível afirmar se algo parecido acontecia na Casa de Banhos de Fortaleza. Possivelmente, não, já que não aparecia nos anúncios.

¹⁰⁴ Banho. **Pedro II**, 23 Ago, 1867, p. 3.

¹⁰⁵ **Cearense**, 17 Jul 1869, p. 4.

¹⁰⁶ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 157-158.

Os banhos custavam 160 réis pelo avulso e 2\$000 por vinte cartões ou mensal – sem direito à toalha. A casa se localizava “*Contígua ao sítio do Sr. Francisco Piralho, com entrada pela travessa por baixo da Fortaleza, cancella pintada de verde*”.¹⁰⁷ O valor era o mais do triplo do preço cobrado pelo Banho pertencente a Joaquim Sombra, construído no centro de Maranguape – 40 réis.¹⁰⁸

A oferta dos pacotes oferecidos aos banhistas – 20 banhos ou mensal – possibilita pensar na demanda e, conseqüentemente, na recorrência a que os frequentadores faziam usos do banho. Eles apontam para dois tipos de possíveis usuários: os que tomavam menos de 20 banhos por mês, que poderiam utilizar os cartões na medida das suas necessidades (uma, duas ou três vezes por semana, por exemplo) e os que tomavam banhos mais de quatro vezes por semana (talvez todos os dias) para quem compensaria a obtenção do pacote mensal. Sem dúvidas esses pacotes indicam um momento de mudança na frequência e sentidos dados aos banhos realizados nessa casa.

Em Maranguape, o sítio de Sombra oferecia banhos “de nado” e “de choque”, além de espaço para sociabilidade nos jardins.¹⁰⁹ No caso do banho a nado não há muito o quê explicar: consistia em submergir o corpo em um tanque com água corrente. Conforme, o narrado pelos Agassiz.

Sobre o banho de choque, uma nota publicada no Pedro II explica:

Por sobre uma cascata artificial de 20 palmos de comprimento, colocada sobre a parte superior do banheiro, passa toda agua do dito corrente, e derramando-se sobre o grande tanque forma em sua queda, uma bela onda, que forma o grande choque, é atravessada por quatro tubos, que formão quatro choques parciaes.¹¹⁰

Não se sabe se a Casa de Banhos de Fortaleza oferecia as mesmas modalidades, mas é possível que sim. Uma vez que em 1875 a Casa de Banhos ainda existia no mesmo endereço e anunciava a construção de mais um tanque.¹¹¹

Eis o anúncio:

Com a abertura de mais um tanque no banheiro que fica á margem direita do Passeio publico, na chácara outr’ora pertenceu ao finado Abel da Costa Pinheiro, tornou-se magnífico: a água cristalina límpida, conserva-se sempre fria a qualquer ora do dia ou da noite (visto ser olho d’agua) com uma correntesa bastante forte á expelir qualquer impureza que possa receber.
Preços 25 bilhetes 2:000

¹⁰⁷ Casa de Banhos. **Cearense**, 8 Ago 1867, p. 4.

¹⁰⁸ **Pedro II**, 20 Fev. 1868, p. 4.

¹⁰⁹ **Pedro II**, 20 Fev. 1868, p. 4.

¹¹⁰ **Pedro II**, 23 Fev. 1868, p. 4.

¹¹¹ **Cearense**, 14 Out 1875, p. 4.

12 “ 1:000
 Banho avulso 100
 Recebe'se assignaturas a 2\$000 mensaes, fornecendo-se toalha, porem pagos adiantados.¹¹²

A mudança nos pacotes indica alterações nas demandas pelos banhos: pacotes de 12, 25 e mensal apontam para uma frequência mais regular por parte dos usuários. Além disso, por esses idos esse já não era o único banho da cidade. Havia outro localizado em frente ao Palácio do Governo que oferecia banhos por 80 réis. Eis o anúncio:

Agostinho José de Souza, depois de muitos melhoramentos em seu banheiro, que se acha nas melhores condições de recato e asseio, continua offerecer banhos frios pelo diminuto preço de 80 rs.
 — Assignaturas a 2.000 mensaes. A entrada é pelo portão que fica defrontando o palácio do governo.¹¹³

Este banheiro depois passou a chamar-se “Asseio e regalo”, apontando para suas principais finalidades. Na medida em que as maquinarias em prol da higiene se tornavam mais cotidianas, aumentava também a busca por outras possibilidades. Assim, se relacionam diretamente com uma nova ocupação das lagoas, açudes e riachos, mas, também, do mar.

Em 1870, o Atheneu Cearense, em relatório do seu diretor, atribuiu a boa saúde dos seus alunos a uma combinação de banhos diários, alimentação saudável e troca de vestimentas quatro vezes por semana.¹¹⁴ No que se refere aos banhos o diretor explica que:

Para o aceio dos alumnos mandei construir um banheiro, onde tomam banhos diariamente, sendo algumas vezes substituídos pelos do mar, ou em açudes próximos desta capital.¹¹⁵

Anos antes, em 1865, o diretor do Colégio de Educandos Artífices, ressentia-se da falta de um banheiro na instituição ao que remediava “de algum modo conduzindo os meninos aos banhos de mar”.¹¹⁶ Diferente do que se pratica

¹¹² **Cearense**, 14 Out 1875, p. 4.

¹¹³ **Cearense**, 4 Nov 1875, p. 4.

¹¹⁴ MENDES, Manoel T, da C. Relatório do Director do Atheneu Cearense Manoel Theophilo da Costa Mendes. (anexo) In.: HENRIQUES, João Antonio de A. F. **Fala com que o Exellentíssimo senhor desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1º de Setembro de 1870**. Fortaleza: Typografia Constitucional, 1870.

¹¹⁵ MENDES, Manoel T, da C. Relatório do Director do Atheneu Cearense Manoel Theophilo da Costa Mendes. (anexo) In.: HENRIQUES, João Antonio de A. F. **Fala com que o Exellentíssimo senhor desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1º de Setembro de 1870**. Fortaleza: Typografia Constitucional, 1870, p. 4.

¹¹⁶ PINTO, [Padre] Florencio de Almeida. Relatório do diretor do Collegio de Educandos Artífices do Ceará. In.: PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório com que foi entregue a administração da**

atualmente, quando se costuma tomar banho com água doce após um mergulho no mar, em grande parte do período pesquisado eles eram, se não equivalentes, ao menos similares. Contudo, quando o saber médico passou a se apoderar do banho do mar para tratamento de algumas doenças, principalmente de pele, as tensões em torno desse uso aumentaram.

Com o título de “Immoralidade”, o jornal Cearense publicou uma nota em 13 de Outubro de 1872:

Diariamente vêm-se [ver-se] homens banhando-se nus no mar, com todo o despudor, affrontando a moralidade publica.
As famílias não podem transitar á tarde pela praia sob pena de se encontrarem com esses espectaculos degradantes.
E estes factos dão se defronte da caza de residência do subdelegado de policia e do capitão do porto.¹¹⁷

Em outra edição, uma carta é publicada:

É sabido que muitas famílias, a maior parte por prescripção medica, fazem constante uso dos banhos do mar à noute na praia desta cidade.
Estão, porem, quase privadas de faze-lo, porque bandos de rapazes vadios e peraltas vão banhar-se e por alta recreação approximão se delas completamente nus, e, e que é mais revoltante, dirigem-lhes naquele estado palavras indecentes.
Não se da maior escândalo e imoralidade.
Chamamos a atenção da policia para este facto, que merece punição.
E chegaremos mesmo a declinar os nomes dos vadios e imprudentes rapazes, se eles continuam nessa pratica escandalosa e imoral.
São ele bem conhecidos, e pouco custa expo-los aos desprezo publico.
Entretanto aguardamos providencias da policia, que esperamos fará com que se cohibão, obrigando-os a respeitar a moralidade publica, que tão imprudentemente affrontão.¹¹⁸

Em 1875, a querela persistia:

Algumas pessoas moradoras na rua da Praia pedem nos para chamar a atenção da policia o aleixo inqualificável de banharem homens e mulheres, no mar a qualquer hora do dia, sem respeito algum as familias.
Realmente intolerável semelhante abuzo. Ali não apparece um soldado.¹¹⁹

O mar malsão que putrefaz os corpos dos séculos XVII e XVIII tornou-se, ao longo do século seguinte, o mar terapêutico, que limpa e cura.¹²⁰ Isso não significa que seus antigos usuários abandonaram a praia, mas a chegada de novos banhistas. Multiplicando-se os usos e, principalmente, os usuários, crescem as

província ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo Excelentíssimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865. Fortaleza: Typ. Brazileira de J. Evangelista, 1865, p. 10.

¹¹⁷ Immoralidade. **Cearense**, 13 Out. 1872, p. 2.

¹¹⁸ Affronta á moralidade publica. **Cearense**, 31 out 1872, p. 2.

¹¹⁹ Immoralidades. **Cearense**, 23 de Set. 1875, p. 2.

¹²⁰ CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 26.

tensões e a vontade de tornar as práticas alheias mais agradáveis a si. Apoiados pelo saber médico que prescreve, os novos usuários alegavam direito à primazia: os despudorados, imorais, vadios, imprudentes e desrespeitosos precisavam ser enquadrados, nada melhor que chamar a polícia.

Os que antes relegavam o mar, agora disputavam as praias. A utilização do mar para banhos não era uma novidade em Fortaleza, mas o embate por esse espaço era. Disso resulta a grande quantidade de reclamações no que se referem às modalidades de banho.

No romance *Mississippi* de Gustavo Barroso, há um trecho em que ele narra à prática do banho de mar. Eis o trecho:

Meninas, môças e senhoras, acompanhadas de mucamas e moleques, guardadas pelos homens da casa, de cabelo caídos aos ombros, sai e blusa, arrastando chinelas, desciam pelas ladeiras do Gasômetro, da rua de Baixo, do Boris e da Conceição para as praias da Alfândega e do Pocinho. Na primeira, sobre o costão arenoso, alinhava-se uma dezena de barraquinhas de madeira, construídas por gente de recursos, nas quais se operava a mudança de roupas. Quem não possuía um desses refúgios, despia-se e vestia-se na própria praia, por trás duma empanada de lençóis estendidas pelas criadas. A ocasião era propícia para certos namoros ou breves recados dos coiós, mas com os maiores cuidados, porque pais e irmãos vigiavam ciosamente o mulherio. Os costumes da época obrigavam os homens a se banharem separados das mulheres, que usavam sungas de baeta grossa, geralmente vermelhas, as mangas chegando aos punhos, as calças descendo até os tornozelos e a gola afogando o pescoço. Não se via, afora a cabeça, as mãos e os pés, um tico de carne. Os banhos que buscavam as praias movimentavam-se na ida, mal caía a noite, e regressavam para a ceia o mais tardar às oito horas. Nas casas, as velhas ficavam à espera, rezando para que não acontecesse nenhum mal às filhas e netas, para que S. Pedro afastasse da arrebenção os tubarões vorazes, e preparando as tapiocas, os beijus, os cuscuz, os filhoses, que haviam todos de devorar antes de se meterem nas redes, porque banho de mar abria o apetite e dava vontade de dormir. Era um remédio e tanto, sobretudo para curar o beribéri dos infelizes empambados que regressavam dos seringais da Amazônia.¹²¹

O banho tornava-se mais complexo, carecia de roupa específica, empregados e quiosques para a troca de roupa, estabelecia uma distinção e empurrava para longe ou para fora os “banhos desviantes”.

O público feminino era a maioria dos novos banhistas e isso tem implicações significativas nesse embate. Conforme Jane D. Semeão e Silva, em Fortaleza até a década de 1940

o forte conservadorismo moral e religioso cristão, além do próprio desenvolvimento urbano e econômico da cidade, dificultava enormemente a inserção das mulheres no espaço público e a adoção de novas condutas – especialmente das que pertenciam às camadas privilegiadas da sociedade”.

¹²¹ BARROSO, Gustavo. *Mississippi*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961, p. 159-160.

Ao se iniciar a década de 1940, encontramos uma Fortaleza refratária a novidades que colocassem em risco a moral e os “bons costumes”. Mesmo nesse período, portanto, a projeção das mulheres nos espaços da cidade continua esbarrando em limitações próprias de uma sociedade conservadora e autoritária.¹²²

Possivelmente, elas estavam interessadas nos benefícios do banho citados anteriormente, mas também é provável que estivessem igualmente interessadas em ampliar seus espaços de circulação na cidade. Os banhos no mar eram terapêuticos, mas também possibilitavam sociabilidades. Os rapazes também frequentavam a praia e o mar, se acumulavam em quiosques e nas areias, a procura de um olhar da pretendida. Irmãos que iam à praia para “vigiar ciosamente” as irmãs, possivelmente, se distraíam em seus próprios flertes. Assim, os banhos propiciavam espaço oportuno para esses enlances.

A valorização de alguns espaços urbanos no fim do século XIX indica novos sentidos dados a esses lugares – não apenas à praia, mas aos passeios, às praças e outros. Como esses lugares não estavam vazios passou a ser utilizada toda uma maquinaria – saber e força – para estabelecer uma ocupação “civilizada”.

Para Alain Prost, a vida pública e a privada são realidades históricas e, em quanto tal, possuem diferentes sentidos em meios sociais distintos.¹²³ Em Fortaleza, esses sentidos estão em constante embate, mesmo que travados por forças desiguais. Os “novos banhistas” querem ocupar a praia, mas querem fazer valer os seus sentidos de “privado” no “público”.

Atualmente separamos o banho público e o privado como práticas com finalidades diversas: o banho privado para a limpeza e o público para sociabilidade. Contudo, ao que a indica pesquisa, no período estudado os sentidos eram mais amplos. O banho público era para muitos o único “banho” – não confundir com única prática de limpeza – assim como para outros era utilizado como um complemento terapêutico dos cuidados com o corpo. A ruptura nos sentidos se localiza aí. O banho que divertia poderia ser também o banho que lavava – como única prática ou complemento, na água doce ou na salgada.

Importa agora discutir melhor os significados do limpo.

¹²² SILVA, Jane Derarovele Semeão e. **Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940**: uma vivência da Segunda Guerra Mundial. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 155.

¹²³ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In.: _____. (org.) **História da vida privada**, 5: Da primeira guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 14.

4.3. A água (que) limpa: o limpo e a limpeza.

Não posso deixar de chamar a atenção das auctoridades competentes sobre as cacimbas donde se tira agoa para o consumo da cidade as quaes actualmente não são mais do que huns buracos abertos em huma baixa que pelo hynverno se converte em pântano. A agoa que verte da pútrida lama no primeiro dia é insuportável pelo máo cheiro e péssimo gosto de pau ou lama que tem, sabor que só perde passados dois ou três dias que é o tempo que levão as matérias animaes e vegetaes contidas na agoa a depositar-se. É de observar que ainda assim não fica a agoa boa e salubre com quanto se torne potável. Se ao menos essas desgraçadas cacimbas tivessem guarnições que obtassem a introdução da lama e da porcaria de todo o gênero que nellas fasem os negros, e a caniçalha que ali vai haurir agoa, ainda não fora tamanha a nossa desdita a respeito de um dos artigos de 1.^a necessidade, e tão essencial a saúde: chamo pois a atenção de quem direito for sobre este objeto que é dos mais importantes para a saúde publica.

Certo é que temos huma boa fonte, que ora consta-me se acha estragada por se ter quebrado a bomba della que pode se concertada, e quando não possa não valerá apena de comprar-se outra, que substitua a que já não presta? Será de mais preço a bomba, que a saúde ou vida do povo? Disperte pois a camara do sonno em que está ferrada, cure do que é do dever, não desprese hum tão momentoso objeto, e será benemérita. Consta-nos que S. Exc mandara ao engenheiro abrir quanto antes dois cacimbões no Garrote, e no Campo da Polvora.¹²⁴

Em sua “crônica médica”, o médico Liberato de Castro Carreira publicou seus apontamentos sobre a água consumida na cidade de Fortaleza. Além de criticar o lugar “donde se tira água”, o médico demandava por uma intervenção no entorno das aguadas, pois o manancial estava sendo contaminado pela introdução de “lama e da porcaria de todo gênero” – transgressão da população que ia se abastecer.

A “boa fonte” citada trata-se de um cacimbão construído junto ao Chafariz do Largo do Palácio e que aproveitava parte das obras do citado Chafariz – “uma obra que [segundo o presidente da província Ignácio Correa de Vasconcellos] o malévolo espirito de partido [conservador] tinha condemnado a perder-se”.¹²⁵ As discussões que envolvem obras públicas e partidos políticos já são conhecidas dos leitores deste trabalho, todavia, é preciso ter em consideração que esses homens da saúde não estavam alheios a esses embates. A historiadora Carla Silvino de Oliveira abordou em seu trabalho a impossibilidade de separar a atuação desses médicos

¹²⁴ CARREIRA, Liberato de Castro. *Chronica Medica*. **O Cearense**, 24 Fev. 1848, p. 3.

¹²⁵ VASCONCELLOS, Ignacio Correia de. **Relatório Apresentado A Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da Mesma Província o Coronel Graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em 1º de Julho de 1847**. Fortaleza: Typ. Fidelissima, 1847, p. 17.

em Fortaleza de sua ação política partidária, “regada de interesses, ora partidários, ora particulares”.¹²⁶ Talvez, por tratar essa relação como uma alternância – “ora médico, ora partidários” –, a historiadora perdeu nuances que possibilitariam pensar nesses indivíduos como médicos e políticos ao mesmo tempo. Assim, é possível ver suas ponderações de médico em suas ações pretensamente “políticas” e vice versa. É difícil pensar a produção de conhecimento científico no Brasil como uma instância separada das relações pessoais que se espalhavam por todos os níveis da sociedade brasileira.¹²⁷

Em sua Falla de entrega do cargo, ainda de 1847, Ignácio de Vasconcellos aponta que o “antigo chafariz” do Largo do Palácio não foi concluído “por não ter havido quantitativo para compras das bicas, e bombas que deverão vir da corte pelos melhores modelos que ali existem”.¹²⁸ Muitos anos depois de sua construção e destruição, o Chafariz se mantinha como um monumento ao governo de Martiniano de Alencar.

Castro Careira era um dos quadros do partido liberal no Ceará. Sobrinho do Major João Facundo de Castro Menezes, sua família tinha uma longa tradição no partido. Fora nomeado provedor da saúde em 1847 por Ignácio de Vasconcellos e costumava ocupar regularmente as páginas do jornal liberal [O] Cearense com suas “crônicas médicas”. Segundo Carla Silvino de Oliveira, a atuação do médico Liberato Castro Careira – assim como a do seu primo e colega de profissão José Lourenço de Castro e Silva – inaugurou em Fortaleza a autoridade da “*ação médica baseada nas influências da medicina social*” que buscava repensar “*as práticas do cotidiano diante da doença e da cidade insalubre*”.¹²⁹ Na sua ação médica na cidade também se dava sua ação política. Assim, sua crônica tinha como efeito almejado exigir – garantido pelo seu saber/poder – intervenções sobre os espaços e práticas. Suas críticas não se destinavam a uma aguada específica, mas a várias, ou melhor; as reclamações objetivavam mudar as práticas tanto quanto por em funcionamento o “Chafariz de Alencar”. Afinal, ou era isso ou “a saúde ou a vida do povo”. Não é

¹²⁶ SILVINO, Carla. **Cidade (in)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em História). – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2007, p. 28.

¹²⁷ CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós temos Pasteur**: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007, passim.

¹²⁸ VASCONCELLOS, Ignacio Correa de. Falla Dirigida pelo Exm. Sr. Commendador Ignácio Correa de Vasconcellos ao entregar a administração da província ao Exm. Sr. Capitão João Chrisostomo de Oliveira. **O Cearense**, 5 Ago, 1847, p. 2.

¹²⁹ SILVINO, *op. cit.*, p. 15.

impossível imaginar o efeito desses textos entre os letrados – principalmente nos correligionários – da cidade.

A “crônica médica” apontava ainda uma diferença entre a “água potável” e a “água boa e salubre”. Segundo o Dicionário de Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto (publicado em 1832), potável é um adjetivo que se refere ao que se pode beber e salubre, que tem a mesma classe gramatical, se refere ao que é saudável.¹³⁰ A diferença no significado das palavras, apesar de não resolver a questão, possibilita uma ideia do que o autor quer explicar: que, destarte a água tornar-se bebível após a decantação, ela continuava passível de causar enfermidades.

A salubridade não deve ser entendida como um sinônimo de saúde. A salubridade diz respeito à “base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos”, ou seja, é uma correlata da noção de higiene pública – “técnica de controle e modificação dos elementos materiais dos meios [água e ar, principalmente] que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde”.¹³¹ Assim, a questão que o autor da crônica busca discutir diz respeito a um processo que se propõe pensar a urbe, ou melhor, a higiene da/na urbe.

Meses depois, Castro Carreira retoma a questão dos males do consumo dessa água em uma nova crônica:

A agoa que bebe o povo não he objecto de pouca monta, como alguém pensa, as febres gastricas estão continuando, e podem em grande parte ser atribuídas á má agoa de que fasemos uso. Por tanto é mister cuidar seriamente nisto.¹³²

Em crônica seguinte o médico reforça:

Lamentamos dizer, que sobre nós carregão todos os males hygienicos, de que me tenho ocupado nas diferentes chronicas. As cacimbas, ou antes os poços de lama continuão a ser as fontes, donde se exhaura agoa para nossa subsistência; porque as cacimbas, que se abrirão não tem aquella commodidade, que o povo espera para receber agoa, pois que para isto lhe è mister levar um caneco para puxa-la e querendo-se livrarem deste trabalho preferem irem tira-la na lama, levando muitas vezes um tempo immenso, a espera que verta; não aconteceria este desprezo as cacimbas, se por ventura houvesse uma bomba e um tanque, onde fosse depositada grande porção d'agoa para o consumo do dia. A commodidade publica é o primeiro bem de uma cidade, e desgraçadamente entre nós ainda não se reconhece isto.¹³³

¹³⁰ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832, p. 846 e 961. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>. Acessado em 19 de dezembro de 2014.

¹³¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 93.

¹³² CARREIRA, Liberato de Castro. *Chronica Médica*. **O Cearense**. 20 Abr 1848, p. 2.

¹³³ CARREIRA, Liberato de Castro. *Chronica Médica*. **O Cearense**. 05 Jun 1848, p. 1.

As “cacimbas que se abriam” eram, provavelmente, as que estavam em construção no Garrote e no Campo da Pólvora – citadas na primeira crônica. Nesse texto o médico sugere, como possibilidade para resolver o problema da água, a utilização de bombas e de tanques como forma a impedir a contaminação da aguada e facilitar a utilização da água limpa. No fim das contas, tudo se resolveria com a compra da bomba e outros apetrechos necessários para colocar em funcionamento o Chafariz do Largo do Palácio.

Em Fortaleza, no final da primeira metade do século XIX, os critérios que determinavam se uma água era limpa passavam pela manipulação do manancial. Uma manipulação feita corriqueiramente pelos “negros” e pela “carniçalha”. Além disso, não havia indicação de que algo poderia ser feito para tornar uma água mal manipulada em uma própria para o consumo. As intervenções deveriam se realizar na coleta do líquido: com intervenções nas práticas – a imposição de alguns objetos implicava, inclusive, em algumas alterações nos modos de fazer. A água, uma vez suja, não se tornaria limpa desse ponto de vista.¹³⁴

Técnicas como a decantação, citada pelo médico em sua crônica, eram utilizadas para fazer com que os resíduos se concentrassem no fundo, tornando a água “potável”, mas não “boa” ou “salubre”. A prática era vista, até, como perigosa, pois oportunizava a ingestão de uma água ruim. Porém, a citação indica que ela deveria ser usual e que muitos consideravam a água decantada limpa e própria para beber.

Em 1850, o também médico José Lourenço Castro e Silva publicou notas mais “lisonjeiras” sobre as águas consumidas em Fortaleza:

Dous riachos atravessam sua superfície, um que serpeando a fralda do outeiro [Riacho do Pajeú], rega todos os quintaes da extensa rua, que lhe fica próxima; o outro [Riacho do Jacarecanga] á 1/3 de meia milha para o lado do Croata. A água deste, sendo guardada por dous dias, não causa muitas saudades a quem tem saboreado a da afamada Carioca, seis léguas distantes, 4 em linha recta, cahe da serra de Maranguape, formando a linda cascata da Pirapora, um riacho, cuja água não é inferior á da mesma Carioca. Além destes riachos existe no outeiro um olho d'água sempre

¹³⁴ Ressalta-se que “Apesar de formados os dois [Liberato Castro Careira e José Lourenço de Castro e Silva] pela mesma instituição [e parentes], a ação médica é marcada por conflitos: divergências na concepção das doenças, na forma de tratamento, e no âmbito das ações políticas, em disputas no periódico O Cearense e em Relatórios Médicos.” SILVINO, Carla. **Cidade (in)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em História). – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2007, p. 16.

perenne onde se construiu um chafariz [Chafariz da Praia], que fornece água a quasi toda a população.¹³⁵

Diferente das condições citadas por Castro Carreira dois anos antes, José Lourenço Castro e Silva descreve uma cidade com uma oferta abundante de água. Preterindo o chafariz do palácio pelo da Prainha – oriundo de um olho d'água – a escolha se adequava às questões médicas que sempre desconfiavam de águas estagnadas e não gastavam esforços com o chafariz. Alguns anos depois, o médico Robert Avé-Lallemant – quando passou por Fortaleza em 1859 – achou a “*água potável muito agradável [...] clara e insípida, qualidade que, de comum, não se encontram nas cidades da costa do norte do Brasil*”.¹³⁶ Todavia, o velho problema de uma aguada “dentro” da cidade persistia.

Além de ser manuseada com asseio e ser oriunda de fonte limpa – de preferência corrente – a água consumida em algumas condições deveria obedecer a outros preceitos. Em 1855, a “Comissão de Higiene Pública da Província do Ceará” publicou no jornal *Pedro II* “instruções sanitárias populares” com o intuito de evitar uma possível epidemia de cólera. Entre os diversos itens encontrou-se:

N.º 6.º É conveniente não beber água fria estando suado, ou com o corpo quente. Seria sempre perigoso fazel-o.
É então útil misturar agua com uma pequena quantidade de vinho ou d'agua ardente.¹³⁷

O trecho indica que existiam questões que iam além de características atribuídas ao próprio líquido, mas situações que demandavam oportunas observações do corpo. Misturar água com bebidas alcólicas pode parecer estranho atualmente, mas, como escreveu George Vigarello, é importante atentar para comportamentos hoje esquecidos como forma de reconhecer seus significados.¹³⁸ Para preparar a água, para a condição em que se encontrava o corpo (suado), fazia-se necessário incluir uma quantidade de bebida alcólica ao líquido. Atrelar a ingestão de bebida alcólica ao consumo de água ou às práticas de limpeza era recorrente, ao menos entre os homens.

¹³⁵ SILVA, José Lourenço Castro e. Breves considerações sobre a climatologia do Ceará, precedida de uma ligeira descrição da cidade e seus subúrbios. **Annaes brasilienses de medicina**. N. 11. Ago, 1850, p. 224.

¹³⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p. 18.

¹³⁷ Higiene Publica. **Pedro II**, 30 Ago, 1855, p. 1.

¹³⁸ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o Sujo: Uma História da Higiene Corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 2.

No romance *A Afilhada*, o desembargador Osório Pereira de Góis, fazia uso da aguardente “*para matar a frieza da água*” antes de tomar banho ou lavar o rosto, e, no *A Normalista*, o guarda-livros Loureiro, “*antes do banho emborcava um copo de mocororó*”¹³⁹ ‘*para retemperar*’ o sangue”.¹⁴⁰ Além deles, o pintor/poeta Raimundo Ramos [Cotoco] escreveu em 1901 um poema intitulado “Beber!” onde explica os benefícios do álcool para a saúde. Eis um trecho:

... E quem é que não bebe actualmente, / Se é da elegância, se é da educação? / Quem não bebe gelado, bebe quente, / Para alegrar o coração! / Uns bebem por causa da frieza, / Outros bebem por causa do calor; / E há quem bebe por causa da tristeza, / Ou, também, p’ra acabar o mau humor. Sei quem bebe porque sofre de azia, / Outros que bebem muito por cansados; / Ou por isto ou aquilo – todos bebem... / E eu beberei também os meus bocados.
E porque não? Se o modernismo manda / Que todo cidadão deve beber / Para evitar miasmas e micróbios / - Conductores da morte e do sofrer?...
[...]
As emulsões, os chá, os sinapismos, / Xaropes – invenções do Zé-Urú / Não valem quanto vale um calistréte / Da branca, feita ponche com caju.¹⁴¹

Raimundo Ramos deu a ler em seus poemas uma cidade plural, marcada por usos astuciosos dos espaços.¹⁴² Além disso, sua circulação entre as “rodas letradas” da cidade e os “bailes das areias” lhe permitiu a produção de uma poesia singular repleta de ironia às práticas e aos discursos das elites “ilustradas” locais.¹⁴³ Em seu poema “beber!” ele contrasta o “discurso médico” que defendia a ingestão de álcool como meio de evitar diversas doenças – seus “miasmas e micróbios” – com o discurso – igualmente proferido por médicos – que aponta o álcool como “veneno” para os trabalhadores braçais.¹⁴⁴ Sem entrar ainda mais nas questões que envolvem o consumo de álcool em Fortaleza, não se ignora que essa prática e sua relação com o saber médico eram corriqueiras, conhecidas e apropriadas astuciosamente na cidade.¹⁴⁵

¹³⁹ Mocororó é uma bebida fermentada feita de caju.

¹⁴⁰ PAIVA, Manuel de Oliveira. **A Afilhada**. [1889] In.: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 296; CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 85, *Afflicção e Medo*. **Cearense** 1 abr 1877, p.4.

¹⁴¹ RAMOS, Raimundo. **Cantares Bohêmios**. [1906] Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 111-112.

¹⁴² COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): Trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 27.

¹⁴³ CARVALHO, Gilmar de. Prefácio. In.: RAMOS, Raimundo. **Cantares Bohêmios**. [1906] Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

¹⁴⁴ STUART, Guilherme. Alcoolismo – conferência realizada no Círculo de Operários Católicos São José [1916]. Apud. COSTA, *idib.*, p. 67.

¹⁴⁵ Para uma discussão mais pontual e vertical sobre o consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza no início do século XX, conferir: COSTA, *ibid.*, 2009.

Para se compreender essa utilização faz-se necessário pensar um pouco mais nas “artes de curar” do período. A saúde era pensada no período como “o equilíbrio das funções” e as moléstias como “toda alteração de uma ou de muitas partes do corpo”.¹⁴⁶ Assim, para evitar choques – como entre sangue quente e água fria, por exemplo – que poderia levar ao desequilíbrio que, por sua vez, ocasionava moléstias, faziam-se uso de substâncias que visavam “temperar” – esquentar – o sangue para “prepará-lo” para o contato ou ingestão de água fria.¹⁴⁷ Há entre a publicação das “instruções sanitárias” e os poemas de Raimundo Ramos uma distância cronológica, mas também de saberes sobre as doenças, uma distância entre os miasmas e os micróbios.

O poema de Raimundo Ramos oportuniza, ainda, uma discursão sobre a apropriação difícil e inventiva de conceitos científicos pela maior parte da população e, inclusive, pelos médicos, cirurgiões, farmacêuticos, práticos locais. Nesse período, a circulação de revistas e jornais voltados para esse público intentava homogeneizar os saberes.¹⁴⁸ Em 1862, começou a circular em Fortaleza o jornal “A Lancêta” que tinha como proprietário e redator o médico Joaquim Antonio Alves Ribeiro¹⁴⁹ e era voltado para os profissionais da área de “medicina, Physiologia, Cirurgia, Chimica, Pharmacia”.¹⁵⁰

Não demorou muito para o periódico imprimir um artigo sobre “água potável” – junho 1863. Entre outros aspectos o redator escreveu que:

A água destinada para se bebida deve ser límpida, incolor, inodora, arejada e de um sabor fresco e penetrante.

[...]

Qualquer que seja a qualidade hygienica das aguas, ellas devem ser sempre límpidas, quando não contenhão substancia alguma estranha em suspensão. A limpidez é um caracter essencial da agua potável, mas é

¹⁴⁶ SILVINO, Carla. **Cidade (in)salubre: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853)**. 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em História). – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2007, p. 49-51.

¹⁴⁷ Essas ideias tinham base nas teorias dos humores e galênica. Para uma melhor explicação sobre a circulação dessas ideias e a práticas delas decorrentes, ver: SILVINO, *ibid.*, 2007.

¹⁴⁸ Segundo Geraldo da Silva Nobre, “no decênio 1860-1869, apareceram, no Ceará, os primeiros periódicos dedicados a assuntos jurídicos, médicos, militares e trabalhistas. ‘A revista do Foro’ começou a sair, quinzenalmente, em julho de 1860; ‘A Lanceta’ em 1862; ‘O artilheiro’ no ano seguinte.” NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense – edição fac-similar**. Fortaleza: NUDOC, 2006, p. 98.

¹⁴⁹ Nascido em Icó e graduado na Universidade de Haward, Cambridge, em 1853, com tese defendida diante da Faculdade da Bahia. Em Fortaleza, exerceu a função de “médico da pobreza de Fortaleza” (nomeado em 1858) e redator e fundador do jornal A Lancêta. STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-bibliographico Cearense pelo Dr. Guilherme Studart**. Volume Segundo. Fortaleza: Typ-lithographia a vapor, 1913, p. 6-8.

¹⁵⁰ STUDART, Guilherme. **Catálogo dos Jornais de Grande e Pequeno Formato Publicados em Ceará. Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. Tomo XVIII. Fortaleza: Typ. Minerva, 1904, p. 242.

insuficiente para reconhecer-se a sua boa qualidade; assim a água destilada, a água do gelo ou da neve, a água de poços carregadas de sulfato de cal são ruins, no entretanto são incolores e transparente.¹⁵¹

No trecho, o redator aponta que elementos poderiam ser avaliados pelos sentidos – visão, olfato e paladar – para declarar a qualidade da água. Contudo, alega ainda que isso não era o suficiente. No texto, percebe-se a introdução de uma questão eminentemente química. Por se tratar de uma revista destinada a um público específico interessado em questões médicas e afins, “A Lancêta” publicava elementos de pouca utilidade no dia a dia da cidade. Afinal, água do gelo ou da neve não era fácil de encontrar no Ceará. Contudo, esses exemplos davam argumentos aos leitores nos seus embates acerca da salubridade da cidade e reforçavam a importância alegada às análises químicas da água.

Para a água ser destinada ao consumo não bastava apenas a ausência de material em suspensão no líquido, era preciso ainda haver um equilíbrio de substâncias oportunas ao bom funcionamento do corpo. Uma análise química da água, que era inacessível à maior parte da população, passou a ser considerada como principal mecanismo para atestar sua qualidade. Se antes era possível se valer dos sentidos para atestar a qualidade da água, nesse momento eram precisos microscópio e conhecimentos específicos para a análise. Contudo, às vezes é difícil crer no que não se vê. Desta forma, não se deve atribuir ao texto uma mudança nas práticas, mas uma ofensiva contra elas. A insistência em uma norma atesta sua pouca eficiência. Afinal, como já se conhece o final dessa história, muitos, como os moradores do “Alto da Balança” citados no romance *Ponta de Rua* de Fran Martins, continuaram “*enchendo os seus potes com a água imunda do cacimbão*” muitas décadas depois.¹⁵²

A ofensiva pela “salubridade” continuou e em 1866 o “Aurora Cearense: jornal ilustrado, literários, científico e noticioso” publicou uma coluna sobre a higiene em que aconselhava:

Mudai de roupa freqüentemente, e mormente quando a roupa está molhada por abundante transpiração, e por isso nunca durmais com a camisa, ceroula ou outra roupa unida ao corpo, com que passastes o dia. Tomai freqüentes banhos, e conservai sempre a cabeça fresca, os pés enxutos e quentes, e o ventre lubrico; regulai as horas de comer e a quantidade de vossos alimentos.

¹⁵¹ Água Potável. **A Lancêta**: jornal de medicina, Physiologia, Cirurgia, Chimica, Pharmacia, Literatura e Noticioso, 25 Jun 1863, p. 94 - 95.

¹⁵² MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999, p. 19.

Descansai meia hora depois da comida, e occupai-vos depois com algum exercício corporeo : as lucubrações do gabinete perturbão a digestão. Para beber e para cozinhar, uzai d'agua de fonte, ou do rio, mas sempre coada ou filtrada.¹⁵³

Além da água de beber e cozinhar, o artigo se remete a uma série de práticas, “porque vida sem saúde, não se pode chamar verdadeiramente vida”.¹⁵⁴ Possivelmente, o público leitor do “Aurora Cearense” não era o mesmo do “A Lancêta”. A descrição como “jornal ilustrado” bem se adequa ao público que almejava. Sua intenção era se destinar a um público mais geral. O texto citado foi escrito como se fossem “conselhos”, as frases construídas no imperativo mostram bem essa tensão entre os discursos e as práticas no trecho do “Aurora Cearense”. Apesar do autor em outro trecho citar que “*mais vale respeitar um habito antigo por máo que seja; do que affronta-lo de golpe*”, são os “*hábitos antigos*” que eles buscavam mudar. O caráter hierárquico e normatizador do discurso da higiene passou a ser tomado como assunto para “saúde pública”.¹⁵⁵ Apesar disso, “os preceitos higiênicos” citados acima passaram a atuar em um nível extremamente individual.

No que diz respeito exclusivamente a água, há a indicação não apenas do tipo de manancial cujo a água deveria ser oriunda, como também métodos para purificar a água. Coar a água se manteve como uma prática bastante recorrente em Fortaleza e se destinava, mesmo quando oriunda de mananciais de confiança.

Eduardo Campos em seu “Vocabulário Antigo” escreveu um trecho em que para explicar o verbete “pote” se utiliza de suas reminiscências. Eis o trecho:

O pote, por então, personagem de histórias e muitas vezes lembrado à guiza de apelido. Figurava em nossa casa, na Rua do Imperador, em cima de robusto tripé de madeira, estando de modo permanente a boca tampada, além de nessa estar exibido, atado, pano branco destinado a servir de filtro a coar os ciscos que podiam vir na água de beber, adquirida à porta. Ah, a água tão pura, azul, só podia ser do Zuca Acioli... ou da Pirocaia...¹⁵⁶

Apesar de não contestar a pureza da água, na casa do autor não se dispensava o pano atado na boca do pote. Coar a água foi utilizado durante muito tempo em Fortaleza como dispositivo destinado a limpar a água, uma limpeza que para o saber médico se tornava insuficiente, mas cotidianamente dificilmente

¹⁵³ Higiene. **Aurora Cearense**, 2 Set, 1866, p. 1.

¹⁵⁴ Higiene. **Aurora Cearense**, 2 Set, 1866, p. 1.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 93.

¹⁵⁶ CAMPOS, Eduardo. **Vocabulário antigo e mais coisas menos longevas**. Fortaleza: Imprece, 2003, p. 82.

dispensada. Apesar da referência à filtragem, não se encontrou nos periódicos, romances, memórias e crônicas pesquisadas a presença de filtros de barro. Contudo, em 1866, há entre anúncios de “objetos de metal” um “funil com filtro”.¹⁵⁷ Assim, é difícil saber se o autor do artigo publicado no *Aurora Cearense* se refere a duas práticas distintas ou se as tratou como sinônimas. Apesar disso, conforme indicam instruções para a construção de um “filtro econômico” – um vaso furado, coberto com uma pilha de carvão de diferentes tamanhos – publicado em 1881, era provável que o objeto construído de forma “não econômica” ainda era inacessível a uma parte da população a quem as instruções poderiam interessar.¹⁵⁸

No ano em que foi criada a “Inspetoria de Hygiene” – 1897 – o Presidente do Estado Antônio Pinto Nogueira Accioly escreveu, em sua Mensagem à Assembléa Legislativa do Estado, que a “desoladora situação” em que se encontrava o Estado nesse quesito se devia às “péssimas condições d’água do consumo e, periodicamente, da carne e do leite, que constituem a base da nossa alimentação”, ao “saneamento negativo” e a má “remoção dos resíduos” da cidade.¹⁵⁹ No ano seguinte, o presidente Accioly comentou apenas a necessidade de aterrar os “pântanos e alagadiços” como medida para “melhorar o ar atmosférico viciado que se respira em muitos quarteirões” da capital.¹⁶⁰ Não é que a água tenha sumido das Mensagens do presidente – ela continuava preocupando. Observa-se, contudo, que a questão se desloca da qualidade da água consumida para a necessidade do estabelecimento de um novo projeto de abastecimento para a capital, ou seja, da “Inspetoria de hygiene” para as “obras públicas” – de volta.

Além disso, a divulgação dos “*novos conceitos no tratamento de doenças desenvolvido na Europa*” – principalmente os de microbiologia de Louis Pasteur e companhia – ganharam força no discurso médico que passou a se impor. Todavia, não se tratava de uma sobreposição, mesmo entre os médicos de Fortaleza houve a permanência de algumas teorias que datavam de períodos anteriores e apropriações que, não raro, relacionavam micróbios e humores.¹⁶¹ Desta forma, miasmas,

¹⁵⁷ *Cearense*, 24 Dez. 1868, p. 4.

¹⁵⁸ Filtro Econômico. *Cearense*, 26 Nov. 1881, p. 1.

¹⁵⁹ ACCIOLY, Antonio Pinto Nogueira. **Mensagem Apresentada a Assembléa Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado em 1 de Julho de 1897**. Fortaleza: Typ. d’ “A República”, 1897, p. 7.

¹⁶⁰ *Idem*. **Mensagem Apresentada a Assembléa Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado em 4 de Julho de 1898**. Fortaleza: Typ. Economica, 1898, p. 8.

¹⁶¹ GARCIA, Ana Karine Martins. **A ciência na saúde e na doença**: Atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935). 2011. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 12.

emanações, germes, micróbios e bactérias faziam parte do linguajar dos envolvidos com as questões da saúde na cidade por toda a primeira metade do século XX, mas cada vez mais a atenção se concentrava nas “criaturinhas microscópicas”.¹⁶² Nas Mensagens dos Presidentes de Estado, o estabelecimento de laboratórios passou a constar recorrentemente nos pedidos do presidente à Assembleia Estadual.

Durante a “febre” – acompanhada de uma “mortandade inexplicável de ratos” – que assombrou a cidade em 1901, a impossibilidade de pessoas e equipamentos aptos para realizar um exame para identificar a causa da doença – temia-se de tratar do bacilo de Yersin-Kitasato (causador da peste bubônica) – levou ao Presidente do Ceará solicitar ao Presidente do Estado do Pará a cessão de um médico e um químico para realizarem os exames na capital.¹⁶³ Excluído o pior medo, o presidente retoma as “novas” necessidades:

A repartição de hygiene carece também de aparelhos que a habilitem a desempenhar sua humanitária e importante função. A criação de um laboratório apropriado às analyses dos gêneros alimentícios, cuja fraude ou sofisticação tanto conspira contra a saúde publica, é uma necessidade inadiável; e todo o sacrifício que se faça em prol d’esse ramo de serviço publico, achará a mais plena justificação (...)¹⁶⁴

Sem entrar ainda mais na questão do saber médico, mas atentando para essas implicações no que diz respeito às noções água limpa, não é impossível especular que o arbítrio sobre a água consumida na cidade passasse cada vez mais pelo laboratório. Em Relatório da Inspeção de Hygiene de 1915, o médico Carlos da Costa Ribeiro – inspetor – escreveu sobre a condição da água em Fortaleza. Eis o trecho:

A agua de cacimbas que sempre se bebeu na Fortaleza não podia ser mais suspeita, e como muito qualificou um dos meus illustres antecessores, não passa de uma verdadeira diluição de culturas bacterianas das nossas sentinas. Não preciso me deter sobre o horror de tal prática que é hoje do conhecimento e do julgamento de todos e que tem disso muito bem estudada por quantos se ocupam do casso, sem uma solução oficial, que não o começo dos trabalhos de abastecimento, parados hoje por motivos maiores. Apenas direi que, aproveitando-me da feliz circumstancia de já haver alguns poços profundos de agua mais ou menos potável debaixo do ponto de chimico e de enorme e incontestável superioridade em relação as de cacimba, sob o ponto de vista bacteriológico, estou, no momento mesmo

¹⁶² Segundo Denise Sant’Anna, “a partir da [divulgação das pesquisas em microbiologia], o imaginário da limpeza sofreu modificações significativas. A sujeira vista a olho nu passou a ser apenas uma parte do risco, pois outro problema grave, impossível de ser flagrado sem a ajuda de um microscópio, ameaçava a saúde de todos. SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Higiene e higienismo entre o Império e a República*. In.: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 306.

¹⁶³ BORGES, Pedro Augusto. **Mensagem apresentada á Asembléa Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1901 pelo presidente do estado**. Fortaleza: Typ. Economica, 1901, p. 58-59.

¹⁶⁴ BORGES, *ibid.*, p. 60.

de escreve estas linhas, enviando os meus melhores esforços no sentido de assegurar á população o fornecimento de tal água.¹⁶⁵

Apontada como grande responsável por muitas das doenças que acometiam a população de Fortaleza as cacimbas representavam um perigo à salubridade pública. Esses desdobramentos podem ser percebidos em nota publicada pela Inspetoria de Higiene em 1916, que aconselhava, como forma de evitar “febres typhicas, dysenteria e outras infecções intestinais”:

Não beber agua senão fervida ou bem filtrada. Não é só a agua de beber que merece este cuidado, pois é a agua de cacimba, geralmente só usada para cozinhar e lavar louça, a mais perigosa. A de poços profundos é muito provavelmente mais isenta de germes.¹⁶⁶

O grande salto temporal se explica pela nova característica dos “inimigos”, invisíveis aos olhos. Filtros e fogo – uma vez que o desejado sistema de abastecimento de água potável parecia ainda distante – faziam-se necessário para expurgar da água as indesejáveis bactérias invisíveis ao olho nu e resistentes a alguns dos métodos de purificação. Bem limpar a água foi tornando-se mais trabalhoso e custoso – mesmo para ferver a água que exigia a utilização de lenha ou carvão, cada vez mais difícil de conseguir e caro para comprar – e, assim, acessível a um grupo cada vez menor de pessoas.

Quando o abastecimento de água encanada foi inaugurado em Fortaleza (1928), o “saber médico” tinha um importante papel nos debates em torno da qualidade do serviço. Com a retomada do Centro Médico Cearense – associação que congregava os médicos, os farmacêuticos e cirurgiões-dentistas residentes no Ceará – em 1928, a qualidade das “*águas do açude Acarape do meio*” tornou-se um assunto constante nas reuniões.¹⁶⁷ O tema é considerado pelo médico Aurélio de Lavor¹⁶⁸, figura atuante no Centro Médico Cearense, um dos três problemas mais

¹⁶⁵ RIBEIRO, Carlos da Costa. Relatório da Inspectoria de Hygiene Publica Apresentado pelo Inspector. In.: BARROSO, Hermino. **Relatório Apresentado Ao Exm.º Snr. Presidente do Estado do Ceará pelo Secretário de Negocios do interior**. Fortaleza: Typ. Gadelha, 1915, p. 94.

¹⁶⁶ RIBEIRO, Carlos da Costa. Hygiene. In.: **Norte Médico**, Anno. IV, Nº 3 e 4. Mar e Abr. Fortaleza: 1916, p. 13-14.

¹⁶⁷ Segundo o resumo das atas publicados na Revista Ceará Médico, apenas no ano de 1928 o abastecimento de água foi assunto nos dias 18 de maio, 06 de julho, 10 de julho, 27 de julho, 03 de agosto e 09 de novembro de 1928.

¹⁶⁸ Chegou a ser escolhido – juntamente com Guilherme Studart – para ocupar o cargo de presidente honorário da instituição. SALES, Tibério Campos. **Medicina, Associativismo e Repressão: o Centro Médico Cearense e a formação do campo profissional em Fortaleza (1928-1938)**. Dissertação (Mestrado em História). – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2010, *passim*.

relevantes para a “saúde pública” da capital.¹⁶⁹ O médico José Joaquim de Almeida, responsável técnico pela purificação da água, era constantemente impelido pelos colegas a se pronunciar sobre este assunto.¹⁷⁰ O debate travado nas reuniões se desenrolou em outros espaços na cidade – *periódicos locais* e *Relatórios Oficiais* – o que indica a repercussão e urgência da pauta.

Em exposição feita em 7 de julho de 1928 no Centro Médico Cearense, o médico J. J. Almeida apresentou aos colegas o método utilizado para purificar a água oriunda do açude Acarape do Meio, explicando que passava por “arejamento, tratamento químico [químico], filtragem e cloração”.¹⁷¹ O primeiro, consiste em arear a água através de quedas d’água – que visa oxigenar e retirar da água qualquer “má cheiro” que ela por ventura tenha; no tratamento químico se introduz a água “sulfato básico de alumínio” e uma “solução alcalina de carbonato de sódio” que através de reações químicas clarifica o líquido; a filtragem é realizada por grandes compartimentos compostos por diversas camadas de brita – peneiradas em malhas de diferentes tamanhos. Por fim, a cloração que consiste na adição de “clorina líquida”, um “poderoso germicida” à água.¹⁷²

À medida que se tornavam mais complexos, os saberes sobre a água ficavam cada vez mais distantes a uma parte maior da população. Porém, não seguir exatamente os preceitos da “ciência” no que se refere às normas de qualidade da água não deve ser entendido como sinônimo de sujeira. Segundo Georges Vigarello, a limpeza refere-se a um processo civilizador que busca moldar as sensações corporais.¹⁷³ Nesse sentido, a limpeza é uma norma, porém, nem todos seguiam – ou almejavam – essa “limpeza toda” – apesar de não poderem ficar alheios. Ainda segundo Vigarello, “uma história da limpeza deve, portanto, ilustrar antes de tudo como lentamente se adicionam exigências”.¹⁷⁴ Porém, essa afirmação não deve ser entendida como uma sobreposição ou uma hierarquia, como pode dar a entender o trecho citado. Em seu estudo sobre a história da higiene corporal, ele

¹⁶⁹ **Ceará Médico**, Dez. 1928.

¹⁷⁰ Somente no segundo semestre de 1928 – período em que é retomada a publicação da revista **Ceará Médico** –, encontram-se seis referências em atas ao Açude do Acarape do meio. Conferir: **Ceará Médico**, set. 1928; **Ceará Médico**, dez. 1928.

¹⁷¹ **Ceará Médico**, set. 1928, p. 14

¹⁷² **Ceará Médico**, set. 1928, p. 14-16

¹⁷³ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 2.

¹⁷⁴ VIGARELLO, *ibid.*, p. 3.

chama a atenção para o quanto o “limpo” foi ficando mais complexo.¹⁷⁵ O que não quer dizer “mais limpo”, apesar dessa justificativa ter sido amplamente utilizada pelo saber médico, inclusive em Fortaleza. Perceber a limpeza como um “processo civilizador” – ou parte dele – significa, eminentemente, que se trata de um processo hierárquico e desigual.¹⁷⁶ Ela se destina aos que não tem, ao “sujo”. Contudo, o sujo e o limpo não são noções alheias às historicidades e as disputas pelo direito de enunciar.

As legislações municipais, comissões e outras buscavam impor esses padrões, mas entre a norma e o uso havia uma enorme distância. Entendida como um “código de civilidade” a limpeza, assim como

(...) todo dispositivo que visa criar repressão e controle provoca táticas que o amenizam ou o subvertem, e, inversamente, que não existe produção cultural livre e inédita que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e não esteja submetida à vigilância ou censura de quem tem poder sobre as palavras e as coisas. Os programas das festas ou os usos da civilidade são ilustrações exemplares dessa tensão entre disciplinas superadas e liberdades forçadas, que uma oposição demasiado simples entre espontaneidade popular e coerções não consegue esgotar.¹⁷⁷

Muitas brechas existem entre o sujo e o limpo. As memórias, relatos de viajantes e, principalmente, romances dão a ler uma série de práticas relacionadas à água e seus utensílios dentro das casas. A história dos usos das águas se relaciona com a história de uma série de produtos utilizados para potencializar ou complementar esse usos. Produtos eram vendidos para limpar, ou “limpar melhor”: xampus, óleos, fragrâncias, perfumes, cremes dentais, sabão, colônias e outros.

No romance *A Afilhada*, Manoel de Oliveira Paiva escreveu:

Antônia vivia no céu. Tudo a sensibilizava a boa parte. Mariinha reparava nela com tristeza. A dona Fabiana queria cada vez mais a afilhada. Aquilo Sim! Havia ela de ser uma dona de casa, uma senhora, dando-se ao respeito com os escravos, sempre muito limpa e cheirosa; que noivo de mão cheia não arranjaria! [...] Ia ao banho, sozinha, quase todos os dias. Passava lá um tempão, com sabonetes e águas-floridas. Dona Fabiana perguntou-lhe a sorrir: donde lhe vinha dinheiro para tanta coisa?¹⁷⁸

¹⁷⁵ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, passim.

¹⁷⁶ A referência explícita a Norbert Elias, feita por Georges Vigarello, é possível ler na introdução do seu livro “o limpo e o sujo”. VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

¹⁷⁷ CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 16-17.

¹⁷⁸ PAIVA, Manuel de Oliveira. *A Afilhada*. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 247.

Como desculpa a afilhada respondeu que havia rifado uma fronha que outrora tinha bordado. Contudo, o dinheiro e os presentes vinham do Visconde Afrodísio com quem ela havia engatado um enlace e almejava casar. Porém, Antônia não era a única amante do Visconde que não tinha intenção de desposá-la. Enredo à parte, uma das perguntas que fica é: por qual motivo a utilização desses produtos pela afilhada Antônia – filha de pedinte cego e criada pela madrinha Fabiana – causava estranhamento?

Cheirar bem não era para todos. Produtos que se destinavam a “domesticar” os odores do corpo custavam caro e, além disso, eram tidos como dispensáveis por grande parte da população da cidade, que trabalhava pela sobrevivência.

Em anúncio de 1853, consta que os sabonetes eram ótimos para “fazer mimos”.¹⁷⁹ Já a água-florida, segundo um anúncio de 1868, era um “*perfume delicado, mimoso e, ao mesmo tempo, durável*” importado dos Estados Unidos que podia ser usado no lenço, toucador, no banho ou, diluído em água, como dentifício. Além das “vantagens olfativas”, o produto, ainda segundo o reclame, era um “meio seguro e rápido” contra “*as dores de cabeça, nervosidade, debilidade, desmaios, flatos, assim como contra todas as formas ordinárias de accidentes hystericos*”, além de “*fazer desaparecer qualquer um disfiguramento que tanto desfeiam as lindas feições do bello sexo*”.¹⁸⁰

Doenças essas – exceto as alterações nas feições –, segundo alguns médicos e boticários da época, ligadas à efusão de odores pútridos e, assim, maléficos.¹⁸¹ Além disso, o anunciante declarou que seu produto fazia “remover de sobre a pelle do rosto toda a qualidade de brotoejas, ebullições, sardas, pannos, manchas, impigens, e espinhas” que só a água já não é capaz de fazer.¹⁸² Assim, já não bastava um “banho”, era almejado, aos que podiam pagar, um tratamento estético e profilático.

Em anúncio intitulado “perfumaria higiênica” o comerciante divulgava o recebimento de “essencias, extractos, óleos, sabonetes, água de colônia, água

¹⁷⁹ **Pedro II**, 22 Jun 1853, p. 4.

¹⁸⁰ **Cearense**, 10 Jul 1868, p. 4.

¹⁸¹ Alain Corbin cita a crescente utilização de substâncias “perfumadas” que visavam equilibrar os maus odores na França na segunda metade do Século XVIII. Prática que perdurou por muitos anos, sendo suplantada pela “cientificidade” atribuída às análises químicas crescentes no decorrer da primeira metade do século seguinte. CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁸² **Cearense**, 10 Jul 1868, p. 4.

florida, água divina, pó de arroz branco e rozado, cosméticos”.¹⁸³ O título é indicador que muitos desses produtos eram postos à venda como completos das práticas de higiene. Já não bastava lavar-se com água e sabão, fazia-se necessário o uso de outros produtos.

Contudo, alguns médicos não aprovavam o uso de perfumes, pois “maquiavam os odores do corpo”, ocultando sintomas e dificultando o diagnóstico.¹⁸⁴ Alguns aromatizantes eram tidos, inclusive, como nocivos ao corpo, facilitando o aparecimento de doenças. Some-se a isso que muitos – principalmente os mais pobres – não buscavam os médicos, ao menos no primeiro momento, no tratamento de suas enfermidades.

Em relatório da Junta Central de Higiene Publica datado de 1868, o presidente da mesma – José Pereira Rego – escreveu que:

[...] na capital da província, a sua mortalidade, que já não foi muito grande, poderia ser ainda reduzida, se os doentes recorressem de prompto aos conselhos da sciencia.¹⁸⁵

A justificativa dada por José Rego indica que a maioria da população da cidade buscava outros conselhos no tratamento de suas doenças. Possivelmente, lançando mão de ervas e práticas – benzeduras, banhos, orações e outros – em que os sinais emitidos pelo corpo para os sentidos eram significativos para a realização precisa do tratamento. Afinal, segundo escreveu Alain Corbin, “*para o povo, todo o perigo se manifesta pelos sentidos*”.¹⁸⁶ Mas, onde estava o mal? Qual era o cheiro, a cor ou o gosto dele?

¹⁸³ Perfumaria Higienica. **Cearense**, 5 nov 1871, p. 4.

¹⁸⁴ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**: o olfato e o imaginário social nos século XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 95-96.

¹⁸⁵ Relatório de Hygiene. **Cearense**, 16 Jun 1868, p. 1.

¹⁸⁶ CORBIN, *ibid.*, p. 83.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Chegou a hora de comprarmos um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos.¹

Comprar sapatos para caminhadas e não hesitar em sujá-los com lama, eis uma necessidade que se coloca ao historiador que trabalha com as questões que envolvem “cultura” e “natureza”. Aceitando a provocação de Donald Worster e caminhando² pelo centro da cidade de Fortaleza, percebe-se aclives e declives do solo, calçadas construídas em variadas alturas, batentes nas portas e árvores que parecem deslocadas. Além de algumas presenças “inesperadas” é possível se questionar sobre algumas ausências. Não é fácil achar na cidade o Rio Pajeú – *“riozinho que foi escolhido para dominar e condicionar o assento de um fortim, germe de uma aglomeração humana”*.³ Como se viu, ele não está mais onde estava antes. Com seu traçado alterado é possível vê-lo aos fundos do Palácio do Bispo – sede do governo municipal – e por trás do Mercado Central. Além do Pajeú, se o caminhante resolver entrar no Palácio da Luz – sede do governo provincial/estadual por muitos anos e, atualmente, ocupado pela Academia Cearense de Letras – e adentrar a biblioteca, em contato com os Guias da Cidade, os Álbuns de Vistas, livros de reminiscências, almanaques e romances descobrirá a existência de lagoas “desconhecidas”, árvores “estranhas” e muita areia: “outras paisagens”. Além disso, não é possível intuir a história da relação dos moradores de Fortaleza com as aguadas, campos de dunas ou matas. Foi preciso investigar, pesquisar. Nas páginas anteriores apontamos alguns desses espaços e seus usos pelos moradores da cidade. Assim, os temas apartados entre os quatro capítulos separam-se apenas nesse exercício de escrita. Na prática, como é possível perceber em muitos trechos, eles se relacionam. O trabalho de aguadeiros, lavadeiras e outros não foi entendido separado dos lugares de água. Assim, como as intervenções que são realizadas nos

¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 199.

² Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (2003, p. 19) propõe como método para o “*conhecimento cultural e histórico*” do Centro da cidade de Fortaleza – sem negligenciar o saber oriundo dos livros – o caminhar. Segundo ele, “*a percepção da riqueza da área central de Fortaleza está condicionada a uma geografia dos passos*”. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **A cidade e o patrimônio histórico**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003, p. 19.

³ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 34.

caminhos das águas de Fortaleza se relacionam com a apropriação de alguns apetrechos e de “novos” conceitos de “bem limpar”. Diversas outras conexões são – e foram – possíveis. Lugares que antes da pesquisa eram invisíveis ao olho, agora se mostram: marcas das águas nesse palimpsesto.

Ainda pensando com Donald Worster, não se ignora que diferente do solo que pode ser “construído” a água não. Possui-se “*tão somente o que está circulando na natureza, e nada mais*”.⁴ Segundo Denise Bernuzzi de Sant’Anna, atualmente, a terra dispõe de um volume de água potável duas vezes menor do que a cinquenta anos atrás e o consumo duas vezes maior que no início do século XX.⁵ Assim, a relação com a água – vital para a manutenção da vida – ganha contornos mais dramáticos. Afinal, seus (ab)usos são significativos para o destino da vida e os sentidos dados a ela foram determinantes para sua ventura. Desta forma, a partir da documentação pesquisada ficou evidente que o estabelecimento de grandes sistemas de abastecimento de água, não afetou apenas a vida das pessoas que passaram a girar as torneiras, mas também influenciou a vida de muitas outras, além do destino de riachos e lagoas localizados dentro da área central da cidade que tiveram seus usos alterados. A cada nova postura aprovada proibindo banhos, lavagem de roupa, pesca e outras atividades nos rios e lagoas da cidade, mais distantes elas ficavam dos seus usuários.

Sobre o riacho do Pajeú Raimundo Girão escreveu em 1959:

Como toda corrente flúvia, o Marajaik [Pajeú] tinha tributários. *Tinha*, pois já não os tem, desaparecidos sob a ação dos aterros e outros fatores de modificações da topografia, a semelhança do que vem acontecendo com ele próprio, reduzido que se acha a um simples rio histórico. Assim como o diminuto Ipiranga, de “margens plácidas”.⁶

A delimitação entre “o rio” e “o tributário”, como apontou Lucien Febvre, não é “natural” e sim histórica e política: “nascida de uma escolha pensada e de uma vontade consciente”.⁷ Esta distinção estabelece também uma hierarquização em que o rio está acima em grau de importância do afluente. Assim, tem-se caminho aberto para as intervenções no afluente “dispensável”. Contudo, aterrar e “planificar” – em

⁴ WOSTER, Donald. Pensando como um rio. In.: ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 28.

⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 293-294.

⁶ Edição pesquisada de 1979. GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 34.

⁷ FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 71-79.

parte – as ribeiras dos riachos – ou devastar algumas de suas nascentes – era amputar os próprios rios. Desta forma, no fim da década de 1950, Raimundo Girão citava o Pajeú como um “simples rio histórico”.

A comparação com o Ipiranga é significativa para se pensar em outros sentidos dados ao riacho. Raimundo Girão, durante muitos anos esteve envolvido nas discussões sobre a “fundação” de Fortaleza: seu “fundador” – Matias Beck ou Martins Soares Moreno – e seu marco zero – na ribeira do Riacho do Pajeú ou na do Rio Ceará.⁸ Assim, para ele, vislumbrar a redução do Pajeú significava o fim do “lugar” – além do forte – que evocava a sua versão sobre a fundação da cidade. Afinal, em meio a uma memória coletiva ausente, Girão buscava evocar, “reforçar”, “criar” um lugar para fazer lembrar. Atualmente, esse é o principal uso do Pajeú. Todavia, esta pesquisa buscou ir um pouco além. Não apenas citar lugares que não mais existem, mas pensar em espaços que não podem mais ser praticados. Modos de viver a cidade que não se repetem.

Para “gestar história”, como escreveu Durval Muniz Albuquerque Junior, foi preciso violar memórias e “lugares de memórias”.⁹ Assim, se para Girão era importante manter o riacho do Pajeú que remetia a presença holandesa, faz-se necessário evocar práticas relacionadas à água para fazer pensar nos efeitos dessas intervenções que sob a égide “progresso” eram alardeados pelos periódicos e relatórios oficiais da época. Em Fortaleza, a “escassez” da água é recorrentemente levada em conta como elemento importante para a análise da ocupação da cidade.¹⁰ No entanto, a presença da água raramente é levada em consideração apesar de ser apontada recorrentemente – como nos trabalhos de Maria Águeda Pontes Caminha Muniz e José Liberal de Castro – como responsável por Fortaleza não ter tido “um maior desenvolvimento” – a expressão é a mesma nos dois trabalhos – durante as últimas décadas do século XIX.¹¹ Nesse trabalho observou-se que raramente a água

⁸ Para conferir trechos desse embate, conferir: GIRÃO, Raimundo. **A Cidade do Pajeú**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **CLIO** - Série Arqueológica (UFPE), v. 15, p. 39-53, 1994.

¹⁰ Introdução. In.: SOUSA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro. (orgs.) **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

¹¹ Muniz, Maria Águeda Pontes Caminha. **Plano Diretor Como Instrumento de Gestão da Cidade: O caso da cidade de Fortaleza/CE**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). – Centro de Tecnologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2006, p.121; CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo

foi apontada com o empecilho ao crescimento da cidade, muito pelo contrário, ela aparece como uma das boas características de Fortaleza.

A água oriunda do Acarape – e outros pontos – e transportada por canos não foi rapidamente assimilada pela população. Muitos mantiveram a utilização da água oriunda das cacimbas concomitantemente da trazida pela rede de abastecimento – havia ainda os que, além disso, juntavam água das chuvas e as compravam do aguadeiro para diferentes fins. É possível, como escreveu Denise B. Sant’Anna, que houvesse uma *“uma ponta de estranheza em relação às águas que parecem emancipadas da terra”* ou que essa manutenção remetesse a táticas para driblar o preço elevado da água distribuída em canos.¹² Em Fortaleza, Kênia Sousa Rios observou que para suas entrevistadas o *“líquido que brota de forma natural parece mais confiável para o banho e a ingestão”*.¹³ O consenso em torno da ideia de que se perdeu muito com a poluição das aguadas, acaba escondendo a necessidade de realizar pesquisas que busquem compreender o tamanho do que foi perdido, dos usos, dos sentidos dados às águas.¹⁴ Este foi um dos caminhos trilhados por este trabalho. Além disso, tomou-se como válido não separar em uma relação do tipo “causa e efeito” no processo de estabelecimento de redes de abastecimento – e outras “obras públicas” – com a poluição das águas.¹⁵ Afinal, estão atrelados. Com escreveu Bruno Latour:

[...] não existe de um lado a política e de outro a natureza. Desde a invenção do termo, toda política é definida por sua relação com a natureza, de cada traço, cada propriedade, cada função, de encurtar caminhos, de iluminar a vida pública.¹⁶

Este trabalho buscou-se perceber o lugar, a rede da água em Fortaleza. Contudo, a rede composta por canos, bombas, barragens e cloro é apenas uma parte. A rede da água perpassa as aguadas – que atualmente ainda existem e as

Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1994, p.65.

¹² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007, p. 179-180.

¹³ RIOS, Kênia Sousa. Por água abaixo e rio acima: falas e escritos sobre a água no Ceará. In.: MEDEIROS, Aline da Silva; RIOS, Kênia Sousa; LUCAS, Meize Regina Lucena (orgs.). **Imaginário e Cultura**. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – UFC / Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, p. 216 – 218.

¹⁴ JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu (São Paulo, 1890-1940)**. São Paulo: Alameda, 2006.

¹⁵ SERRES, Michel. **O mal limpo**: poluir para se apropriar? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

¹⁶ LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 11.

que não existem – em sua relação com as sociabilidades e as enchentes, com as subvenções e os micróbios e os miasmas, com a cidade e as narrativas.

Todavia, as questões que envolvem a água em Fortaleza no período aqui balizado não se esgotam neste trabalho. Pontas para outras tramas apareceram em diversos momentos da pesquisa e marcam outras possibilidades de investigações: explorar profissões que surgem com o estabelecimento das encanações, narrativas orais sobre as alterações percebidas nos caminhos das águas a partir das tramas da memória, explorar a relação entre a legalidade urbana e as intervenções no espaço, mapear a coleta de madeira e seu consumo, o aterramento de lagoas e riachos para loteamentos e outros. Assim, ainda há muito trabalho para ser feito, mas isso já são tópicos para outras histórias...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Berenice. **O raid da Jangada São Pedro**: pescadores, Estado Novo e luta por direitos. Niterói, 2007. 256 f. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. (Universidade Federal Fluminense), 2007.

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. **Entre miasmas e micróbios**: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade - 1910/1926. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **CLIO** - Série Arqueológica (UFPE), v. 15, p. 39-53, 1994.

_____. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2007.

_____. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Conceição Maria R. de. **As águas e a cidade de Belém do Pará**: história, natureza e Cotidiano Material no Século XIX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. . **A história da devastação dos manguezais aracajuanos**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

_____. (In)salubridade no reino das águas: notas sobre os aterros de manguezais no Brasil Império. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES**, 2., 2012, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Labimha, 2012. v. 1

ALMEIDA, Gilmar Machado de. **A Domesticação da água**: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). 2012. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

_____. **Nove histórias de Espaços**. Natal: EDUFRN, 2014.

ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

_____. Rios e governos no estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 24, nº 39.

AZEVEDO, Sânzio de. A Normalista, romance cearense [introdução]. In.: CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, Tempo e Técnica**: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o Século XIX. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BAXANDALL, Michael. **O Olhar renascente**: pintura e experiência social na Itália da renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BECK, Mathias. Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Traduzido por Alfredo de Carvalho. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Studart, 1903.

BEZERRA, José Tanísio Vieira. **Quando a ambição vira projeto**: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846/1879). 2000. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BLOCH, Marc. Advento e conquistas do moinho d'água. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da técnica e da tecnologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. A Ilusão Biográfica. In.: FERREIRA, Marieta Morais e AMADO, Janaina. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BOURG, Dominique. **O Homem Artíficio**: o sentido da técnica. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. **Natureza e técnica:** ensaios sobre a ideia de progresso. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BLACK, Jeremy. **Mapas e história:** construindo imagens do passado. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

CAQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem.** São Paulo: Martins, 2007.

CÂMARA, Fernando. O primeiro cearense promovido ao episcopado. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 1982.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas:** arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CASCUDO, Camara. Prefácio do tradutor. In.: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 9-27.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história:** os lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária / UFC, 1977.

_____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: ed. Instituto do Ceará, 1994.

_____. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A Cultura no Plural.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2:** Morar, cozinhar. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. **A ordem do Livro:** leitores e autores na Europa entre os séculos IV e XVIII. – 2ª edição – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Práticas da Leitura.** 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **À Beira da Falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural: Entre práticas e representações.** 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

_____. “Prefácio: Mulheres de Papel”. In.: LACERDA, Lilian de. **Álbum de Leitura: memórias de vida, histórias de leituras.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. “Do Limousine às culturas sensíveis”. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. **História dos tempos livres: o advento do lazer.** Lisboa: Teorema, 2001.

CORRÊA, Dora Shellard; ALVIM, Zuleika M. F. **A água no olhar da história.** São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente, 2000.

CORRÊA, Dora S. História ambiental e a paisagem. **HALAC.** Belo Horizonte, volume II, número 1, setembro 2012 – fevereiro 2013.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. **Revista Latino-americana de História,** São Leopoldo, v. 2, n. 8, p.141-160, out. 2013.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935):** Trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa, 900-1900.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.

CUNHA, Dandra Baptista da; Guerra, Antonio José T. (orgs.) **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, José Nilo Bezerra. **Paisagens marginais**: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914). 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 7, abr. 2009. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br>>. Acesso em 10 maio 2012.

DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 22, Nº 44, 2002.

_____. **História e Natureza**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O processo civilizador**. Volume 1: Uma historia dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCÃO SOBRINHO, José. Litoral Cearense: uma contribuição para a tipologia das dunas. In.: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* (orgs.) **Litoral e Sertão**: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

FARIAS FILHO, José Almir. O plano moderno e a morfologia do traçado: Narrativa sobre um Traçado em Xadrez que Aprisiona o Discurso de Projeto Social. **Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Recife: UFPE, 2008.

FEBVRE, Lucien. **O Reno**: Histórias, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX.** 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirina, minha nêga, tão querendo te vende...**”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do Século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Avalanches de flagelados no sertão cearense: retirantes, operários e engenheiros na lida das obras contra as secas.** Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **A Ordem do Discurso.** 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FREITAS, Antonio de Pádua Santiago. Estrangeiros e Cultura Capitalista Ceará (1810-1916) **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

FUNES, Eurípedes Antônio Funes. Negros no Ceará. In.: SOUSA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará.** 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. FUNES, Eurípedes; GONÇALVES, Adelaide. “No tempo em que Rodolpho Theóphilo era caixeiro”. In.: THEOPHILO, Rodolpho. **O Caixeiro: reminiscências [1927].** (edição Fac-similar). Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba...** Cidades-Beira. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A ciência na saúde e na doença: Atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935).** 2011. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

_____. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1985.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Daniel da Costa. **A insuficiência da ordem**: discursos e reformas policiais (Fortaleza, 1930-1945). Dissertação (mestrado) em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2011.

GULLAR, Ferreira. **Toda Poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932- 1942)**. 2004. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu** (São Paulo, 1890-1940). São Paulo: Alameda, 2006.

_____. A pesca na cidade de São Paulo, 1890-1940. **Histórica**. São Paulo: Online, 2006.

_____. São Paulo das enchentes, 1890-1940. **Histórica** - revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Nº 47, Abr.2011.

KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la história. Barcelona: Ediciones Paidós / Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.

_____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-RJ, 2006.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: A produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Jamais Fomos Modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LEJEUNE, Philippe. O Guarda-memória. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, N°.19, 1997.

_____. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15; Editora UNB, 1999.

LESSA NETA, Benigna Soares. **A menina e a província**: a espera do progresso no romance A Normalista, de Adolfo Caminha. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, Zilda Maria de Menezes. A cidade de Fortaleza na literatura do século XIX. In.: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone de (orgs.). **Comportamentos**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

LINHARES, Juliana. **Entre a Casa e a Rua**: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1899). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2011.

MACAMBIRA, Débora Dias. **Impressões do tempo**: Os Almanques no Ceará (1870-1908). 2010. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MACEDO, Dimas. Prefácio. In.: MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999.

MAIA NETO, Emy Falcão. **“Um som meio fanhoso, mas gostoso de ouvir”**: radiofonia e cultura musical em Fortaleza (1932-1944). Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2010.

_____. “Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza (1839-1876). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 8, p.135-148, 2014.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In.: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARIN, Louis. **Sublime Poussin**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza**: Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MARSON, Izabel Andrade. Imagens da condição feminina em "Travels In Brasil" de Henry Koster. **Cadernos Pagu**. Campinas: 1995.

MARTINEZ, Paulo Henrique. (org.) **História ambiental paulista**: Temas, Fontes, Métodos. São Paulo: SENAC, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O fogão da *Société Anonyme du Gaz*: sugestões para uma leitura histórica de um imagem publicitária. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.105-119, nov. 2000. Semestral.

_____. A paisagem como fato cultural. In.: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MUNIZ, Maria Águeda Pontes Caminha. **Plano Diretor Como Instrumento de Gestão da Cidade**: O caso da cidade de Fortaleza/CE. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). – Centro de Tecnologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2006.

MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NODARI, Eunice Sueli; KLUG João (orgs.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NOBRE, Geraldo da Silva. **João da Silva Feijó**: Um Naturalista no Ceará. Fortaleza: GRECEL, 1978.

_____. **Introdução ao Jornalismo Cearense** (edição Fac-similar). Fortaleza: NUDOC / Arquivo Público do Ceará, 2006.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória**: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. 126f. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará – Período Regencial – 7º Presidente Senador José Martiniano de Alencar. In.: **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. 3º e 4º trimestres. Fortaleza: Typ Studart, 1899.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo: nº 10, 1993.

OLÍMPIO, Marise Magalhães. **A sétima cidade**: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009.

OLIVEIRA, Carla Silvino. **Cidade (In)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza. (1838-1853) Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2007.

OLIVEIRA FILHO, Sérgio Willian de Castro. **Estranho em terra estranha**: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista. 305f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto. **O Encanto das Águas**: a relação dos Tremembé com a natureza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

OUTRO ARAMAC. Fortaleza de 1845. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1958.

PAULA, Karuna Sindhu de. **Travessia por “Terceira Margem” de um rio**: natureza e cultura no Rio Jaguaribe (Século XIX-XX). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**: o mundo dos Excluídos no Final do Século XIX. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p.25-30, 2004. Semestral.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.27, n.53, Jan./Jun. 2007

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 – 1914). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma urbana e controle social (1860-1930). 3ª Ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001.

PORDEUS, Ismael. Fortaleza – casas e ruas numeradas. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1963.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**: Ciência, Cultura e Política no Século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In.: _____. (org.) **História da vida privada**, 5: Da primeira guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e Cotidiano**: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX. Fortaleza, 2011.

QUESADO JÚNIOR, N.; CAVALCANTE, I. N. Hidrogeologia do município de Fortaleza, Ceará – Brasil. **Águas Subterrâneas**, São Paulo, 2000.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula**: o Ceará na escrita de história. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

RAMOS, Xislei Araújo. **“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”**: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2003.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do Século XIX. 2014. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHE, Daniel. Le temps de l'eau rare du Moyen Âge à l'époque moderne. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 39e année, N. 2, 1984.

_____. **História das coisas banais**: nascimento do consumo séc. XVII - XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **A Cultura das Aparências:** uma história da indumentária (Século XVII-XVIII). São Paulo: Ed. Senac, 2007.

RODRIGUES, Joyce Mota. **Entre telescópios e potes de barro:** o eclipse solar e as expedições científicas em 1919 / Sobral – CE. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (dir). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

_____. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. **Projeto História**, São Paulo, v. 18, p.97-101, Mai 1999.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará:** Isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____. Por água abaixo e rio acima: falas e escritos sobre água no Ceará. In.: MEDEIROS, Aline da Silva. Rios, Kênia Sousa; LUCAS, Meize R. Lucas (org.). **Imaginário e Cultura**. Fortaleza: Nucleo de Documentação Cultural – UFC / Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2003.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (dir). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

SALES, Tibério Campos. **Medicina, Associativismo e Repressão:** o Centro Médico Cearense e a formação do campo profissional em Fortaleza (1928-1938). Dissertação (Mestrado em História). – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2010.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). **Proj. História**, São Paulo. V. 25. Dez 2002.

_____. (org.). **Políticas do corpo:** elementos para uma história das práticas corporais. 2ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. Apresentação. In.: SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Rumores:** A Paisagem Sonora de Fortaleza (1930- 1950). Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006

_____. **Cidade das águas:** uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Ed. Senac, 2007.

_____. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In.: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. **História da beleza no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas:** Salubridade e ocupação o espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado:** a Comissão Científica de 1859. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAFER, R. Murray. **A Afinação do mundo** – uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Travessias difíceis:** Grã-Bretanha, os escravos e a Revolução Americana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SECRETO, Maria Verônica. (Des)medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro: Maud X: Faperj, 2011.

SEDREZ, Lise. Fernanda; MAIA, Andrea Casa Nova. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral** (Rio de Janeiro), v. 2, p. 221-254, 2011.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

_____. **O Artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

SERRES, Michel. **Atlas.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. **O mal limpo:** poluir para se apropriar? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na primeira republica. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza Imagens da Cidade.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

_____. **Paisagens do Consumo:** Fortaleza no tempo da segunda Grande Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desportos do Ceará, 2002.

_____. **A cidade e o patrimônio histórico**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.

_____. Memórias da morada. In.: Associação Amigos do Museu do Ceará (org.). **O sobrado do Dr. José Lourenço**. Fortaleza: expressão Gráfica, 2007.

_____. Volteios da letra nas memórias urbanas. **TRAJETOS** – Revista de História da UFC, v. 5, n. 9/10, 2007.

_____. **Entre o fio e a rede**: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945- 1965). 328f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e; RAMOS, Francisco Régis Lopes, RIOS, Kênia Sousa. Apresentação. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

SILVA, Jane Derarovele Semeão e. **Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940**: uma vivência da Segunda Guerra Mundial. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* (orgs.) **Litoral e Sertão**: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expresão Gráfica, 2006, p. 391.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Nos Caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe**: Memórias das enchentes em Jaguaruana – CE (1960, 1974, 1985). 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça**: terra, família e poder (SÉCULO XVIII). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SILVINO, Carla. **Cidade (in)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Dissertação (Mestrado em História). – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2007.

SOUSA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro. (orgs.) **SECA**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA, Leno J. B. **“Cidade Flutuante”**: uma Manaus sobre águas (1920-1967). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

STUDART, Guilherme. Estrangeiros e Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918.

_____. **Diccionario bio-bibliográfico cearense** – Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor: 1910.

_____. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense** – volume terceiro. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915.

STUDART, Guilherme. **Geografia do Ceará** [1924]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: Ed. Universitária / UFRN, 1995.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós: Uma Síntese de Percepções**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o Sujo: Uma História da Higiene Corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **História da Beleza: o corpo e a arte de se embelezar do renascimento aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O Campo e a Cidade: Na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 4. N. 8. 1991.

_____. Pensando como um rio. In.: ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008

FONTES

1. MAPAS E PLANTAS

"Planta do Porto, e Villa da Fortaleza" – Detalhe da "Carta da Capitania do Ceará, e costa correspondente levantada por Antonio Jozé da Silva Paulet no anno de 1813", da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores).

Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria e datada de 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883. In.: CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 2005.

"Planta da Cidade de Fortaleza" organizada por Manoel do Rego Medeiros e datada de 1856. In.: CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 2005.

"Planta Exacta da Capital do Ceará" elaborada por Adolpho Herbster e datada de 1859. Museu do Ceará / Cópia digitalizada disponibilizada em grande resolução pela Wikipédia Commons.

"Planta da Cidade de Fortaleza e Soburbios" elaborada por Adolpho Herbster e datada de 1875. Museu do Ceará / Cópia digitalizada disponibilizada em grande resolução pela Wikipédia Commons.

"Planta da Cidade de Fortaleza" elaborada por Adolpho Herbster e datada de 1888. Cópia digitalizada disponibilizada pela Biblioteca Nacional.

2. PERIÓDICOS

2.1. JORNAIS

Pedro II / 1840 – 1889; **Cearense** / 1846 – 1891; **Constituição** / 1865 – 1889; **A Lanceta** / 1863, **Aurora Cearense** / 1866 e **Gazeta do Norte** / 1880-1890.

Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Biblioteca Nacional.

2.2. REVISTAS

2.2.1. Norte Médico / 1913 – 1917; **Ceará Médico** / 1917 - 1918 e 1928 – 1936.

Fonte: Academia Cearense de Medicina e Biblioteca Nacional.

2.2.2. Revista do Instituto do Ceará (Geográfico, Histórico e Antropológico) / 1887 – 2011. **Fonte:** Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras.

3. ALMANAQUES E GUIAS

3.1. Almanaque do Ceará, 1895 - 1926

Fonte: Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará e Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

3.1. Guia Cearense / 1926 e 1939.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará.

4. OFICIAIS E LEGISLAÇÃO

4.1. Fallas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes do Ceará / 1836-1930.

Fonte: Center for Research Libraries (www.crl.edu) e Arquivo Público do Estado do Ceará.

4.2. Códigos de Posturas e legislações / 1835-1932.

Fonte: Compilações disponíveis na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Biblioteca do Instituto do Ceará e Arquivo Público do Estado do Ceará.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais:** Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso – ed. Fac-similada. Três tomos. Fortaleza: INESP, 2009.

4.3. Pareceres

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Saneamento de Fortaleza (1923)”. In.: _____ . **Obra Completa de Saturnino de Brito:** Pareceres - Primeira Parte. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário Arquitetônico:** relativo à antiga construção civil no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979.

4.4. Arrolamentos e recenseamentos populacionais.

VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). **Arrolamento da população da cidade de Fortaleza.** Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887.

BRASIL / DGE. **Recenciamento do Brasil – Ceará.** 1872. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872ce>;

BRASIL / DGE. **Recenseamento do Brasil realizados em 1 de setembro de 1920.** Volume IV. Tomo I – População. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1928, p. 558. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1920pop2>.

5. MEMÓRIAS, CRÔNICAS, ROMANCES E RELATOS DE VIAGENS.

ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada.** Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865–1866).** Brasília: Senado Federal, 2000.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861).** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de Ontem e de Anteontem**. Fortaleza: Edições UFC / PMF, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1992.

BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.

_____. **Memórias de Gustavo Barroso** - Coração de Menino [1939], Liceu do Ceará [1940] e Consulado da China [1941]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Fortaleza: Typ. de B. de Mattos, 1863.

_____. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Typ. de B. de Mattos, 1864.

_____. O Clima e as Secas do Ceará [1877]. In.: ROSADO, Vingt-un (org.). **Nono livros das Secas**. Mossoró / RN: Fundação Guimarães Duque, 1983.

_____. **Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará** [1859]. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, *passim*.

BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**: rural e urbana (introdução ao estudo dos códigos de postura de 1835, 1865, 1870 e 1879). Fortaleza: : Secretaria de Turismo Cultura e Desporto, 1988.

_____. **O Inquilino do Passado** – memórias urbanas e artigos de afeição. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1996.

_____. **O Inventário do Quotidiano**: Breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza – Serie Pesquisa – nº 6, 1996.

_____. **A Volta do Inquilino do Passado** – segunda locação. Fortaleza: Casa José de Alencar/ Programa Editorial, 1998.

_____. **Na flor da Idade**: memórias de infância e adolescência. Fortaleza: Tukano, 1991.

_____. **Os Vizinhos** – Memória da Cordialidade. Fortaleza: [s.n.], 2001.

_____. **Vocabulário antigo e mais coisas menos longevas.** Fortaleza: Imprece, 2003.

CAPANEMA, Guilherme. Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte [1860]. In.: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema:** Ciência, Cultura e Política no Século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

_____; GABAGLIA, Giacomo Raja. **Estudos sobre a Seca.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

GIRÃO, Blanchard. **O Céu é Muito Alto.** Fortaleza: UFC / Casa José de Alencar, 1994.

_____. **O Liceu e o Bonde:** Na Paisagem Sentimental da Fortaleza-Província. Fortaleza: ABC, 1997.

_____. **Mucuripe:** de Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1998.

_____. **Passageiros do Ontem e do Sempre.** Fortaleza: Abc Editora, 2001.

GIRÃO, Raimundo. **A Princesa vestida de baile.** Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1950.

_____. **Palestina, uma agulha e as saudades.** Fortaleza: [s.n.], 1972.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza.** 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

_____. **Evolução Histórica Cearense.** Fortaleza: BNB, 1985.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** (províncias do Norte). [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LIMA, Herman. **Poeiras do tempo:** memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

_____. **Imagens do Ceará [1959].** 2ª Ed. Fortaleza: Casa de Jose de Alencar / UFC, 1997.

LOPES, Marciano. **Royal Briar:** a Fortaleza dos anos 40. Fortaleza: Tipoprogresso, 1988.

SILVA, José Lourenço de Castro e. Breves considerações sobre a climatologia do Ceará, precedida de uma ligeira descrição da cidade e seus subúrbio. **Annaes Brasilienses de Medicina**, 5.º Ano, 5.º Vol., N. 11, 1850.

STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-bibliographico Cearense** – volume primeiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor: 1910.

_____. **Geografia do Ceará**. [1924] Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

MARTINS, Fran. **Ponta de Rua** [1937]. 2ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1999.

MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória da Capitania do Ceará. In.: **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o Tempo Levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. [1938] Fortaleza / São Paulo: HUCITEC, 1977

NOGUEIRA, João. Antiquidades de Fortaleza. GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **Almanaque do Estado do Ceará**. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1942.

_____. **Fortaleza Velha**. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980.

OUTRO ARAMAC. Fortaleza de 1845. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1958.

PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada. [1889] In.: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

PEREIRA, Felipe Francisco. **Roteiro da costa do Norte do Brazil desde o Maceió até o Pará publicado sob os auspícios do exmo. Conselheiro Dr. Luiz Antonio Pereira Franco Ministro da Marinha compreendendo todos os portos, barras e enseadas, e indicando a maneira de demandal-os; a navegação por dentro e por fora do canal de S. Roque e as derrotas com as marcas para borjear no mesmo por Felipe Francisco Pereira Pratico da mesma costa**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1877

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 92. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2011.

QUINDERÉ, [Monsenhor] José Alves. **Reminiscências**. 2ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1979.

THEOPHILO, Rodolpho. **A Fome / Violação**. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Letras / Livraria José Olympio, 1979.

_____. **A seca de 1915**. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1980.

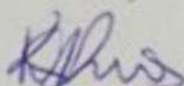
_____. **O Caixeiro**: reminiscências [1927]. (edição Fac-similar). Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

**CARTOGRAFIAS DA ÁGUA: TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E USOS DA
ÁGUA DOCE EM FORTALEZA (1856 – 1926)**

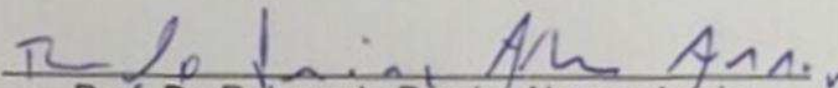
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 28 / 08 / 2015.

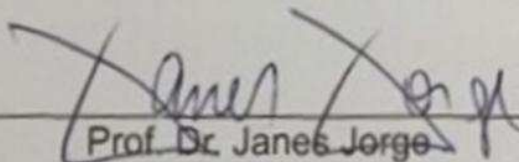
BANCA EXAMINADORA



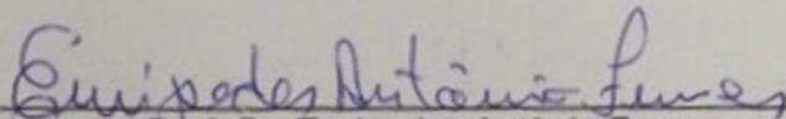
Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)



Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)